

30 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: TRABALHO, CAPITALISMO E PROCESSOS SOCIAIS

ORGANIZADORES:

ELIANA BOLORINO CANTEIRO MARTINS

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA

JOICE SOUSA COSTA



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

ORGANIZADORES

ELIANA BOLORINO CANTEIRO MARTINS

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA

JOICE SOUSA COSTA

**30 ANOS DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL:
TRABALHO, CAPITALISMO E PROCESSOS SOCIAIS**



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; LIMA, Maria José de Oliveira; COSTA, Joice Sousa. 30 anos do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social: Trabalho, capitalismo e processos sociais. 1 Ed. Gradus Editora. Bauru, São Paulo. 2023.

ISBN: 978-65-81033-35-4

CDD 370.00

Todos os autores cedem os direitos autorais da obra para a Gradus Editora, impossibilitando a reprodução por outras editoras ou meios de veiculação de materiais didáticos, científicos e acadêmicos de cunho comercial, não comercial, associação científica ou cultural, bem como Instituições de Pesquisa, pelo prazo de exploração de 70 anos, conforme Lei 9.610/98.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de atribuição Creative Commons.

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC-BY-NC-ND).

GRADUS EDITORA – Todos os Direitos Reservados – 2023

Rua Luiz Gama, 229. Vila Independência. Bauru, São Paulo. Brasil.

www.GRADUSEDITORA.com

Editor-chefe: Lucas Almeida Dias

Registro e indexação: Gradus Editora | Câmara brasileira do livro | CrossREF

Capa: Bruno M. H. Gogolla

Diagramação: Bruno M. H. Gogolla

Comitê editorial científico – Gradus Editora

Prof. Dr. Douglas M. A. de A. P. dos Santos

Profa. Dra. Cintya de Oliveira Souza

Profa. Dra. Ana Cláudia Bortolozzi

Profa. Dra. Andreia de B. Machado

Profa. Dra. Manuela Costa Melo

Prof. Dr. Carlos Gomes de Castro

Profa. Dra. Ana Beatriz D. Vieira

Profa. Dra. Janaína Muniz Picolo

Dr. Yan Corrêa Rodrigues

Prof. Dr. Thiago Henrique Omena

Prof. Dr. Luís Rafael Araújo Corrêa

Prof. Dr. Fábio Roger Vasconcelos

Prof. Dr. Leandro A. dos Santos

Prof. Dr. Gustavo Schmitt

Prof. Dra. Renata Cristina L. Andrade

Profa. Dra. Daniela Marques Saccaro

Profa. Dra. Gladys del C. M. Morales

Profa. Dra. Márcia Lopes Reis

Sumário

APRESENTAÇÃO 7

Cristiano Costa de Carvalho

Maria José de Oliveira Lima

Maria Cristina Piana

PREFÁCIO..... 9

Mabel Mascarenhas Torres

O PROCESSO DA MEDIAÇÃO: SIGNIFICADOS E SIGNIFICAÇÕES ... 13

Maria Rachel Tolosa Jorge

ESCOLA DE FRANKFURT: MATERIALISMO HISTÓRICO E CRÍTICA DIALÉTICA 29

Fernanda Andrade Garcia

Gustavo José de Toledo Pedroso

Juliana Viana Ford

ARQUÉTIPOS RACIAIS E A JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL: TEORIAS QUE PRECEDEM A BARBÁRIE 43

Dagoberto José Fonseca

Rafael Matheus de Jesus da Silva

MODA E CLASSES SOCIAIS: ELEMENTOS DA SOCIEDADE CAPITALISTA 53

Thais Mara Teixeira Brito

Gustavo José de Toledo Pedroso

O ENVELHECER DA CLASSE TRABALHADORA NA SOCIEDADE BRASILEIRA DOMINADA PELO CAPITALISMO	65
Thomás André Vendrame Rodrigues Nanci Soares	
GESTÃO NO SERVIÇO SOCIAL: PERSPECTIVA CRÍTICA E DEMOCRÁTICA DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	77
Geis de Oliveira Benevides Maria José de Oliveira Lima	
REFLEXÕES SOBRE GESTÃO E PLANEJAMENTO NO SUAS: EXPERIÊNCIA VIVIDA	91
Bianca Barbosa do Vale Rosalinda Chedian Pimentel	
TERCEIRO SETOR E AS REPERCUSSÕES DE SUA EXPANSÃO	103
Agnaldo de Sousa Barbosa Eliana Bolorino Canteiro Martins Matheus Hakime Dutra Yukari Yamauchi Moraes	
TRABALHO DOCENTE E MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	117
Letícia Terra Pereira Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira	
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS SOB CONFIGURAÇÃO DO ESTADO NEOLIBERAL	131
Fabrícia Cristina de Castro Maciel Helena Mara Dias Pedro Marcelo Lima	
O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM BATATAIS/SP	145
Adolfo Domingos da Silva Junior Analúcia Bueno dos Reis Giometti	
AUTORAS E AUTORES.....	159

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos este ebook em comemoração aos 30 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, campus Franca/SP. Ao longo dessa trajetória, o programa tem sido um pilar fundamental no avanço da pesquisa e do conhecimento no campo do Serviço Social, contribuindo para a formação de profissionais altamente qualificados/as e para o desenvolvimento da área social.

O Serviço Social, enquanto profissão comprometida com a transformação social e a promoção da justiça social, encontra na pesquisa acadêmica uma ferramenta essencial para compreender as demandas e os desafios contemporâneos. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social tem desempenhado um papel fundamental nesse processo, fornecendo um espaço de reflexão crítica, debate acadêmico e produção de conhecimento que impulsiona o campo em direção a novas fronteiras.

Neste ebook, reunimos uma coletânea de artigos de pesquisadores e pesquisadoras renomados, docentes, discentes e egressos/as do Programa, que abordam uma variedade de temas relevantes para o Serviço Social contemporâneo. Os capítulos aqui apresentados refletem a diversidade e a pluralidade de abordagens e perspectivas que caracterizam a produção intelectual do programa ao longo dessas três décadas.

Ao longo dos capítulos, são explorados temas como políticas sociais, direitos humanos, gênero, raça e etnia, trabalho profissional e mercado de trabalho, educação, saúde, infância e adolescência, entre outros. Cada autor e autora traz sua contribuição singular, fruto de suas pesquisas e experiências, enriquecendo ainda mais o debate no campo do Serviço Social.

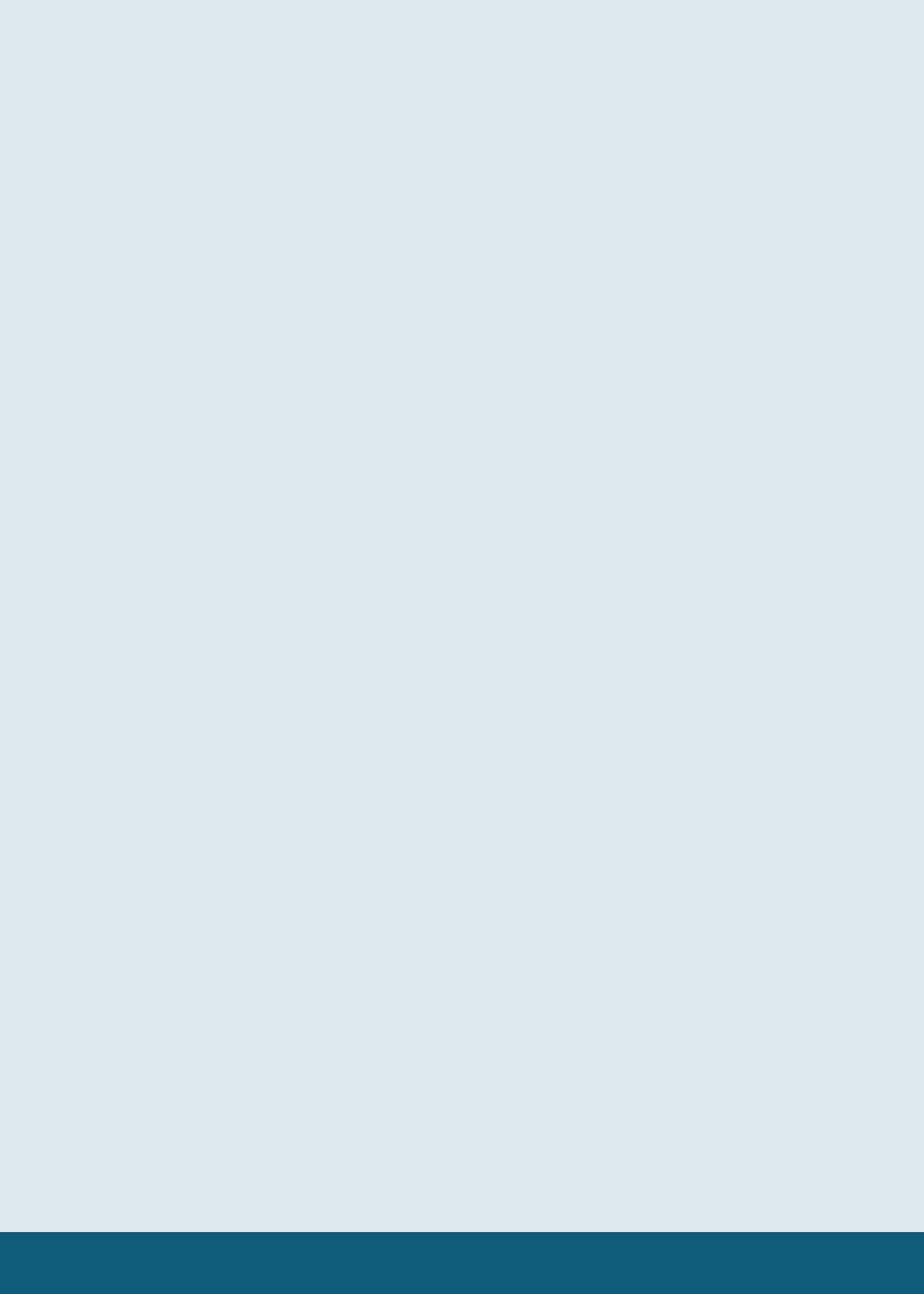
Por meio deste ebook, esperamos proporcionar aos leitores e às leitoras um panorama atualizado das principais questões e tendências de pesquisa no campo do Serviço Social e das Ciências Sociais, bem como estimular o diálogo e a reflexão crítica sobre os desafios que enfrentamos como profissionais e pesquisadores/as comprometidos/as com a transformação social.

Agradecemos a todos e todas que contribuíram para a realização deste ebook, em especial aos autores e autoras que generosamente compartilharam seus conhecimentos e pesquisas. Nossos agradecimentos também vão para os/as docentes, pesquisadores/as e discentes que fizeram e fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, cujo empenho e dedicação são fundamentais para o seu sucesso e aprimoramento contínuos.

Que este ebook possa servir como uma fonte de inspiração e referência para todas as pessoas interessadas em aprofundar seus conhecimentos sobre o Serviço Social e sua relevância na construção de uma sociabilidade justa e igualitária.

Boa leitura!

Cristiano Costa de Carvalho
Maria José de Oliveira Lima
Maria Cristina Piana



PREFÁCIO

A segunda década do século XXI foi marcada pela pandemia da covid-19, caracterizada pela sua letalidade e pelas consequências nas relações econômicas, políticas e sociais. Em uma sociedade onde predominam os interesses econômicos, o período pandêmico demonstrou que o capitalismo se metamorfoseia para se manter como uma força motriz da economia, da política e das relações sociais.

Fundamentado nas relações desiguais entre as classes sociais, na sujeição racial da população negra, no patriarcado que submete às mulheres a condições degradantes e violentas, o capitalismo estabelece como marca indelével a subordinação da classe trabalhadora aos interesses do capital, a exploração e mercadorização do trabalho, a acumulação dos meios de produção, da propriedade privada e tantas outras características que mobilizam as lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras para garantir o seu próprio trabalho. Sob este caminho, o trabalho no capitalismo é flexibilizado e precarizado de modo a atender aos interesses de acumulação e valorização do capital. Deste modo, cada vez mais os trabalhadores e as trabalhadoras são empurrados para a informalidade, para a realização de trabalhos sem a proteção da cobertura previdenciária, com contratos precários e salários insuficientes para manter suas necessidades de subsistência, sendo perceptível o seu empobrecimento.

No decorrer do seu exercício profissional, os/as assistentes sociais são desafiados a construir respostas interventivas que atendam às necessidades apresentadas pelos usuários do seu trabalho, a saber: os trabalhadores que vivem em condição de pobreza; os gestores dos serviços das políticas sociais; os profissionais que executam os serviços vinculados às políticas sociais; as equipes que planejam e executam os programas, projetos e serviços sociais; os coordenadores das instâncias de controle social. Cada vez mais tem sido requerido aos assistentes sociais a construção de um trabalho que reflita a interconexão entre a produção do conhecimento da área, a demonstração de conhecimentos que sustentam as suas argumentações e posicionamento político, a evidência do alcance do trabalho realizado.

A formação e o trabalho profissional estão em uma relação indissociável, expressando a direção política, que se coloca também em uma perspectiva ética, construída pelos/as assistentes sociais, cuja marca indelével é a defesa da democracia, da equidade e da justiça social. É visível a estes profissionais que a direção política do Serviço Social é anticapitalista e se coloca na resistência à desregulamentação do trabalho no capitalismo e à destruição dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Na mesma medida, defende a democracia que se expressa em um dos princípios presente no Código de Ética de 1993, asseverando o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

A Coletânea é organizada em capítulos que partem dos fundamentos constitutivos do Serviço Social, possibilitando a articulação entre temas e conteúdos tão caros ao Serviço

Social brasileiro, latino-americano e nas demais partes do mundo. Os conteúdos apresentados podem ser identificados a partir de duas ênfases. A primeira relaciona-se a questões que contribuem para a análise da realidade social, desvendando suas contradições e desigualdades que estruturam a sociedade do capital. A segunda, relaciona-se a política social, a gestão de políticas sociais e o trabalho no capitalismo. Todos os capítulos estão fundamentados na teoria social crítica, com o objetivo de “vislumbrar situações sociais reais, vividas por sujeitos históricos e conscientemente engajados” (Jorge, 2023, p. 15). Ou seja, os capítulos refletem o processo investigativo fundamentado na “a realidade social como dinâmica e contraditória, sob a perspectiva de totalidade e de historicidade” (Pereira, Oliveira, 2023, p. 119), predominando a análise marxiana.

O primeiro capítulo denominado **O processo da mediação: significados e significações**, aborda a trajetória profissional da autora, evidenciando a dimensão investigativa constitutiva do Serviço Social e sua importância para a formação da atitude investigativa de assistentes sociais. Chama a atenção a interconexão estabelecida entre o trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais na docência do ensino superior e nos demais campos ocupacionais, realçando a importância da formação profissional como o primado para a construção de um exercício profissional calcado nos princípios éticos e na direção social expressa no projeto ético político da profissão. Ao abordar a formação profissional no estado de São Paulo, a autora possibilitará ao leitor/a um mergulho na trajetória histórica da formação profissional em São Paulo, travejada pelo debate, pela construção de proposições sobre a matriz curricular, a construção dos projetos políticos e pedagógicos, chamando a atenção para os antecedentes que culminaram na construção das Diretrizes Curriculares de 1996.

O segundo capítulo cujo título é **Escola de Frankfurt: materialismo histórico e crítica dialética**, destaca a importância da referida Escola na construção de um exame crítico “acerca do papel da razão, da técnica e da tecnologia na organização geral das sociedades modernas” (Garcia, Pedroso, Ford, 2023, p. 30). Os/as autores/as apresentam os intelectuais que fazem parte da Escola, seus estudos e influência na construção do pensamento nas ciências humanas e sociais, ressaltando que “a diversidade das abordagens teórica e metodológica dos intelectuais ligados à Escola de Frankfurt constituiu um campo fértil para análises” (Garcia, Pedroso, Ford, 2023, p. 40), que tomam das determinações econômicas, políticas e sociais como fundamento analítico e investigativo da realidade.

O terceiro capítulo apresenta um debate necessário sobre as relações raciais no Brasil. Intitulado **Arquétipos raciais e a justiça social no Brasil: teorias que precedem a barbárie**, convida o/a leitor/a a conhecer o conceito de justiça social construído pelos autores negros, como o fundamento para a construção de políticas sociais de combate desigualdade social. Evidenciam também a importância do movimento negro na promoção da resistência e luta pela igualdade racial, em uma sociedade na qual a população preta é discriminada pela condição racial, econômica e territorial. Indicam também os ataques às políticas de ações afirmativas, “fragilizando a compreensão social ao vincular políticas públicas e direitos humanos, como obstáculo ao desenvolvimento econômico do país.” (Fonseca, Silva, 2023, p. 44) Os/as autores/as alertam para a necessidade do Brasil ultrapassar práticas racistas, calcadas na violência racial, com vistas a construir uma cultura antirracista, voltada aos direitos humanos e sociais.

O quarto capítulo versa sobre a temática da **MODA E CLASSES SOCIAIS: elementos da sociedade capitalista**, ainda pouco pesquisada no Serviço Social se comparado a outros temas da área. Os/as autores/as apresentam um importante debate, articulando a moda como

elemento de identificação de classe, da relação imagem, aparência e identificador do poder de compra dos sujeitos. Sinalizam a relação entre moda e consumo, associando moda, rouparia, literatura, distinguindo “a roupa é um elemento externo importante que confere distinção social entre as classes sociais” (Brito, Pedroso, 2023, p. 56)

O quinto capítulo **O Envelhecer da classe trabalhadora na sociedade brasileira dominada pelo capitalismo**, toma como referência a gerontologia crítica para analisar a heterogeneidade dos processos de envelhecimento. As autoras ressaltam a pouca visibilidade das pesquisas que investigam a velhice a partir da condição de ser trabalhador no capitalismo. Afirmam que os trabalhadores envelhecem de forma acelerada dado o processo de exploração e degradação pelo trabalho. Neste sentido, analisam que a população idosa é considerada “supérfluos” para o capital, compondo o peso morto de um exército industrial de reserva.” (Rodrigues, Soares, 2023, p. 70). Este modo de pesquisar os processos de envelhecimento vai elucidar o lugar ocupado pela população idosa no capitalismo, seu reconhecimento como sujeitos de direitos e como um dos segmentos que podem ser considerados como usuários do trabalho de assistentes sociais.

O sexto capítulo intitulado **Gestão no Serviço Social: perspectiva crítica e democrática da atividade administrativa**, apresenta um profundo debate sobre a gestão no Serviço Social, destacando-a como “atividade inerente aos processos de trabalho desenvolvidos nos diferentes espaços sócio-ocupacionais” (Benevides, Lima, 2023, p. 80) pelas assistentes sociais. A reflexão sobre gestão é essencial quando se trata do trabalho profissional, uma vez que é estabelecida na lei 8662/1993, como uma das competências profissionais de assistentes sociais. Portanto, pensar criticamente sobre a gestão, entrecruzando com a direção social da profissão é o que os/as leitores/as encontrarão neste capítulo.

O sétimo capítulo **Reflexões sobre gestão e planejamento no SUAS: experiência vivida**, referencia o planejamento como uma estratégia, uma ferramenta de trabalho e de gestão, enfatizando “o planejamento enquanto um instrumento político” (Vale, Pimentel, 2023, p. 95), ultrapassando a perspectiva do planejamento como burocracia. Eis aqui uma reflexão importante para o trabalho desenvolvido na gestão da prestação de serviços vinculada as políticas sociais: o planejamento pode contribuir para alterar a proposição da prestação de serviços, do monitoramento e do controle social no SUAS e nas demais políticas públicas e sociais.

O oitavo capítulo denominado **Terceiro setor e as repercussões de sua expansão**, apresenta uma reflexão sobre o terceiro setor, destacando sua presença nas parcerias estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil organizada na gestão da prestação de serviços, bem como sua funcionalidade aos interesses do capital. A análise crítica construída possibilitará aos leitores um mergulho histórico e conceitual, e, a interrelação com as políticas sociais assentada no marco regulatório das parcerias público-privada na gestão das políticas públicas e sociais.

O nono capítulo com o título **Trabalho docente e mercantilização do ensino superior**, trata da educação superior como um campo de trabalho para assistentes sociais, especialmente na função docente. O capítulo é revelador de o quanto a educação superior tem sido esfacelada, assolada pelas relações públicas e privadas, revelando que na sociedade do capital, educação também é mercadoria. Analisa o processo de mercadorização da educação, ou seja, “a educação considerada como principal estratégia política de conformação dos indivíduos à ordem do capital” (Pereira, Oliveira, 2023, p. 124), desconstruindo a ideia de que a educação instrumental é suficiente para a formação da consciência crítica. Analisa também o quanto a precarização das condições de trabalho de assistentes sociais docentes é uma realidade

evidenciada no produtivismo, no volume de disciplinas ministradas pelo mesmo docente, entre outras questões. O contraponto é o compromisso das profissionais com a construção de uma formação calcada na fundamentação teórica, crítica, ancorada na direção social construída coletivamente pelo Serviço Social brasileiro.

O décimo capítulo apresenta uma reflexão sobre as **políticas educacionais sob configuração do Estado neoliberal**. O debate proposto pelas autoras apresenta a complexidade da política de educação brasileira, e, tensiona “os nexos e nuances entre as mediações políticas, ideológicas e econômicas que regem a agenda de configuração neoliberal, agravada, neste tempo histórico pelo cariz reacionário do executivo majoritário do país” (Maciel, Pedro, Lima, 2023, p. 132) e a centralidade que os “projetos/programas educacionais assentados no paradigma gerencialista” (Maciel, Pedro, Lima, 2023, p.132), tem ganhado vulto no pensamento educacional contemporâneo. As autoras sustentam que a face mercantil do capital também se mostra presente nas políticas educacionais, construindo uma reflexão que indica a o caráter político constitutivo da política de educação, alicerçada “na privatização, na filantropia e da incursão da sociedade civil organizada em torno de um projeto que culmina em um cenário de contrarreformas na educação, que ganha força no atual cenário brasileiro.” (Maciel, Pedro, Lima, 2023, p. 136). É certo afirmar que a política de educação é um campo de disputa política e econômica, prevalecendo a lógica da educação bancária, empresarial, na preparação para o mercado de trabalho, em detrimento de uma cada vez mais distante formação crítica.

O décimo primeiro capítulo **O Gerenciamento de resíduos sólidos em Batatais/SP**, apresenta temática atual, voltada a análise do meio ambiente e dos desastres ambientais, corroborando com a reflexão sobre um dos deveres éticos dos/as assistentes sociais, qual seja, participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades. Os/as autores/as alertam para a necessidade dos municípios estabelecerem uma política de gestão de resíduos, como uma medida de prevenção aos desastres ambientais. A análise calcada nas determinações econômicas e políticas que estruturam a sociedade capitalista demonstra o quanto é necessário o investimento público para a implantação de políticas desta natureza.

Finalizando pode-se afirmar que uma Coletânea com textos que apresentam argumentos fundamentados na realidade sócio-histórica, contribui para o desenvolvimento da atitude investigativa essencial para a formação e o trabalho de assistentes sociais.

É no trabalho cotidiano que as assistentes sociais devem demonstrar sua capacidade de conhecer, de desvendar mediações explicativas da realidade, além de elaborar pesquisas, construir sistematizações que evidenciem a complexidade do exercício profissional e reafirme a unidade teórico prática tão cara a profissão.

Fica o convite aos leitores: mergulhem nos conhecimentos e nas reflexões construídas pelos/as autores e autoras.

Parabéns ao PPGSS da UNESP – Franca, pela coragem histórica e política de lutar pela formação de pesquisadores compromissados com luta pela democracia, pela educação pública e de qualidade, reafirmando o projeto societário da classe trabalhadora.

Mabel Mascarenhas Torres

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2023

O PROCESSO DA MEDIAÇÃO: SIGNIFICADOS E SIGNIFICAÇÕES ¹

Maria Rachel Tolosa Jorge

INTRODUÇÃO

O instigante convite para participar das comemorações dos trinta anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP- Campus de Franca / São Paulo, colocou-nos diante da importância de refletirmos sobre o significado das questões que são vinculadas às experiências vividas em tempo passado, desde 1961 até 2004 (43 anos), que permanecem organicamente vinculadas à compreensão das expressões contemporâneas da vida social e sua expressão na área de atuação do Serviço Social.

Para tanto, confirmando na nossa visão de mundo, pautada na Teoria Social de Marx, ao estudar o seu processo metodológico materialista histórico, entendemos que, ao participar das relações sociais históricas e organizacionais e vinculadas ao projeto profissional de modo consciente e expresso nessas relações, podemos nos considerar sujeitos históricos dessa ação. Configuramos em suas categorias de análise como a totalidade, a singularidade, a realidade social, a configuração espacial e as condições históricas, a nossa presença histórica declarada em seus princípios. A condição desta análise segue-se a partir da explicação da realidade social e das propostas de atuação em exercícios de mediação: “o papel do sujeito é essencialmente ativo, precisamente para apreender, não a aparência ou a forma dada do objeto, mas sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente para apreendê-lo como processo...)”.

O método em Marx não resulta de operações repentinas, de intuições geniais ou inspirações iluminadas e momentâneas. Antes, é o produto de longa elaboração teórico-científica, amadurecida nas sucessivas aproximações ao objeto” (Netto, 2000, p.675-677).

1. CARACTERIZAÇÃO DESTE ESTUDO

1 Relato de experiência acadêmica-profissional - trabalho apresentado por ocasião das comemorações dos 30 anos do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Unesp – Campus de Franca, em novembro de 2022.

A produção deste documento, o qual designamos **memorial** por apresentar conteúdos significativos sobre o desempenho “histórico do sujeito”, no caso, esta autora, seus projetos, suas ações, suas trajetórias.

Assim, consideramos que nossa caracterização como Sujeito Representativo da área profissional do Serviço Social no Brasil, é pertinente diante de vivência documentada em quarenta anos de permanência no exercício dessa profissão iniciada com a Graduação em 1964 e institucionalmente encerrada em 2004 (Severino, A. J., p.125).

Esperamos apresentar, nossas vivências, em dados transcritos, depoimentos e considerações individuais com consciência da nossa inserção no grupo profissional Serviço Social, inserido na Divisão Social do Trabalho, conforme Lei Federal nº 8662, de 7 de Junho de 1993, afirmando que:

Se o conceito de “consciência coletiva” é uma noção operatória que designa um conjunto de consciências individuais e suas relações materiais, não corresponde a nenhuma realidade que possa situar fora dessa consciência, ...é necessário, antes do mais, evitar a sociedade como abstração relativamente aos indivíduos. O indivíduo tem uma essência social (Goldmann,1984, p.21-22).

Pretendemos, na medida do possível, trazer reflexões sobre a construção dessa “essência social”, através de tempos históricos em que participamos como sujeito, durante os referidos quarenta anos de exercício no Serviço Social, profissão instalada no Brasil em 1936, em Instituto vinculado à Pontifícia Universidade de São Paulo (PUCSP) . Nessa mesma Universidade, concluímos o Trabalho de conclusão de Curso, em 1964, o Programa de Mestrado em Serviço Social em 1976 e o Doutorado na mesma área, em 1993. Os três documentos acadêmicos produzidos nesses programas, serão a base da nossa reflexão neste trabalho. Para garantir a sistematização dos depoimentos, vamos ordená-los em seus três momentos históricos, dados e situados em seus respectivos períodos.

A formatação dessas fontes contribui para a organização dos dados desse memorial, recuperados de forma descritiva ou explicativa para acentuar seus conteúdos em análises balizadoras de compreensão sobre os processos de **MEDIAÇÃO** entre a teoria e a prática profissional descrita e exemplificada:

1964 – T.C.C. (Trabalho de Conclusão de Curso): A contribuição do Serviço Social na Fundação D. Paulina de Souza Queiroz.

1976 – Dissertação de Mestrado: Estudo dos Fenômenos significativos observados na Prática Profissional, junto a uma Instituição Especializada no Campo do Menor Deficiente Mental Educável.

1993 – Tese de Doutorado: O Ensino do Serviço Social no Estado de São Paulo – Entradas e Bandeiras.

Aqui, recorreremos a estudos realizados em nosso período de formação profissional, que tanto elucidaram nossa compreensão sobre os fundamentos do trabalho social, tais como tal afirmação

a teoria social não é externa aos determinantes ideológicos do condicionamento social e “*feedback*” institucional, mas interna a eles. E essa complexa

dialética de caráter, simultaneamente “externo” e “interno”, “crítico” e “auto-crítico”, desvinculado ... que a capacita a ser, tanto efetiva e ideologicamente, quanto válida cientificamente, em consonância com as condições sócio-históricas mutáveis na sua esfera de atuação (Meszaros, I., 1933, p.73).

Acreditamos ser essa a nossa proposta para refletir sobre atuações vivenciadas nas múltiplas situações profissionais, pois garantem vislumbrar situações sociais reais, vividas por sujeitos históricos e conscientemente engajados. Ao discutir a questão do “método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto ... tem uma existência objetiva que independe da consciência do pesquisador ... antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto ... e a teoria que dela resulta ... exclui qualquer pretensão de neutralidade ... a teoria tem uma instância de verificação de sua verdade, instância que se revela na prática social histórica. (Netto, 2009, p. 673-675).

Neste trabalho, o sujeito, identificado nominalmente como seu autor, vem oferecer como matéria concreta para análise, documentos registrados como trabalhos acadêmicos, executados nas suas respectivas épocas. Assim, serão indicados pelos seus títulos para a caracterização dos tempos vividos, o que propicia, também, conhecer elementos da construção do perfil profissional deste Assistente Social.

2. FONTES DE REFERÊNCIAS DESTE ESTUDO

2.1. Trabalho de conclusão de curso: a contribuição do Serviço Social na Fundação Dona Paulina de Souza Queiroz – PUCSP, São Paulo, 1964²

2.1.1 Origem e Público Alvo

Historicamente vinculada ao Poder Judiciário por expressão do testamento de sua fundadora D. Paulina de Souza Queiroz que, ao falecer em 09/11/36, deixou a casa de sua residência, situada em “chácara de área de dois alqueires, mais ou menos, para combater a debilidade infantil das crianças anormais, tornando, assim, embora débeis, mas ainda curáveis, a igualar com o tempo, a outras crianças da mesma idade, úteis à coletividade” (TCC, 1964, p.2-3).

Indicados no mesmo documento testamentário, coube ao Juiz de Menores da época, a indicação de Conselho Diretor, para administrar tal organização, que iniciou em 1935 e passou por inúmeras dificuldades decorrentes de processos judiciais que declararam o imóvel de utilidade pública pelo Governo Estadual de São Paulo e ação ordinária impetrada pelos familiares da fundadora, pleiteando a caducidade do legado. Esta Fundação viveu anos acolhida pelas Irmãs Vicentinas, no Asilo Colônia Bussocaba, com 20 meninas, em 1949. Após esse período, a instituição viveu várias experiências, em locais cedidos ou alugados.

2 Este TCC refere-se a experiência de trabalho de 1961 a 1964, como estagiária em Serviço Social.

No entanto, após as medidas referendadas pelo Juiz de Menores da época, Dr. Aldo de Assis Dias, em novo estatuto, aprovado em 1958, apresenta outra caracterização da clientela a ser atendida, após nova organização administrativa, quando foram reunidos profissionais especializados na área, com o empenho do referido juiz:

“A Fundação D. Paulina de Souza Queiroz, anteriormente denominada Fundação Educacional para Débeis, com sede nesta Capital, instituída segundo os termos expressos no testamento de D. Paulina de Souza Queiroz, tem por fim, o aproveitamento, a recuperação do ponto de vista individual e social, das crianças de ambos os sexos, física e mentalmente débeis, ficando a critério do Conselho Diretor, fixar o limite de idade para o recebimento desses menores (TCC, 1964, p.21).

Conforme o TCC estudado, a conceituação de deficiência mental é bastante variável, dependendo das áreas profissionais envolvidas no seu atendimento. Há conceitos vinculados à medicina clínica e mental, à psicologia, à educação, ao aprendizado profissional, à integração social. Após estudar os diferentes níveis da problemática e as condições para oferecer os seus serviços. A Equipe Técnica, formada com a participação de Assistente Social, Administradora, Médico Clínico, Médica Psiquiatra, Psicóloga, Orientadora Pedagógica Especializada, a Estagiária de Serviço Social (aqui iniciou o nosso trabalho, nesta instituição) elaborou um Plano de Trabalho que previu, entre outros assuntos, as “Condições de Admissão:

1. Idade: 7 a 10 anos.
2. Nível Mental: Q.I. acima de 60 (menores portadoras de deficiência mental em grau de debilidade).
3. Personalidade: não apresentar distúrbios de conduta que exijam tratamento especializado.
4. Saúde: não apresentar distúrbios de saúde que exijam tratamento especializado.
5. Nível Motórico: não apresentar defeitos físicos graves que exijam tratamento especializado.
6. Maturidade e Grau de Escolaridade: apresentar possibilidade de enquadramento nas classes e grupos existentes (Tolosa, 1964, p.41-p.43-44).

Não constaram deste perfil, na admissão, dados referentes à escolha de gênero, quando se decidiu ser o feminino, bem como a procedência, isto é, que tratavam de meninas já em atendimento na rede de serviços do Serviço Social de Menores, que recebia crianças através de ações judiciais da Vara de Menores da Capital. Estas crianças eram avaliadas em Plantões institucionais, onde eram consideradas em condições de abandono, risco de vida e outras situações, hoje chamadas de vulneráveis.

2.1.2. Procedência

Quase sempre, constitui-se em transferência de outra unidade assistencial do SEM (Serviço Social de Menores), pois o custo do atendimento desse “menor”, era financiado pelo Estado de São Paulo, em forma de “auxílio” per capita. A referida procedência, traz em si, o fato de que essa criança seria transferida de outra Unidade Assistencial do Serviço Social de Menores, onde já permanecia em condições de “Internato”, por ser considerada em condição de ABANDONO SOCIAL ou vítima de “Vulnerabilidades”, conforme a legislação da época.

2.1.3 Caracterização Organizacional e Administrativa

Após a intervenção realizada na instituição, a pedido do MM Juiz de Menores, em fins de 1960, foi composta a Equipe Técnica composta por: Assistente Social para Administração Geral e exercício da área de Serviço Social (nomeada pela Vara de Menores e colocada a disposição), Médico Clínico (do Serviço Social de Menores), Médica Psiquiatra e Psicóloga (do Juizado de Menores), Orientadora Pedagógica Especializada (contratada), Estagiária de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da PUCSP.

O documento citado como TCC contempla o Plano de Trabalho dos diversos serviços acima mencionados. Destacaremos aqui, as atividades pertinentes ao Serviço Social, dado que delas participei como estagiária, desde 1961, quando da sua instalação situada na Rua Tamandaré, nº376, Bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo.

Nesse sentido, foi possível participar desde a sua organização administrativa, como na implantação dos arquivos e cadastros, instrumentos para facilitar o registro e avaliação dos trabalhos.

Quanto à Equipe Técnica Multidisciplinar Básica: uma diretora administrativa, uma orientadora pedagógica, uma assistente social, uma psicóloga. O Serviço Médico Clínico era efetuado por profissional do antigo SSM, Serviço social de Menores, em visita semanal e as Professoras Primárias, com Curso de Especialização, foram comissionadas pelo Serviço de Saúde Escolar – Seção de Higiene Mental.

Destaca-se então, a criação do Serviço Social em princípio de 1961 que, a partir de estudos da Equipe Técnica, foi constituído como SERVIÇO SOCIAL DE CASOS que, para a execução de suas tarefas, propôs-se a dois tipos de abordagem:

- Plantão: atividades com o objetivo de “atendimento de todos os casos que procuram a Obra, cabendo-lhe o estudo da elegibilidade ... para fins de matrículas, estudo e orientação...interpretações, esclarecimentos, encaminhamentos. (TCC, 1964, p.57).
- Prosseguimento: trabalho desenvolvido durante o período da internação da menor na entidade e se constituiu, basicamente, de “atuar, partindo do estudo de suas reações, atitudes, comportamentos, necessidades reais, etc, tendo em vista contribuir para o seu desenvolvimento e formação integral e, assim, encaminhar, oportuna, eficaz e adequadamente, seu tratamento social” (TCC, 1964, p.72)

Concomitantemente à prestação direta às crianças e às suas famílias, o Serviço Social propôs e exercitou trabalhos junto às demais atividades da instituição, tais como:

- Coordenação da Equipe Técnica: cabendo ao Serviço Social, a organização das agendas e as tarefas decorrentes das suas atribuições.
- Organização, Acompanhamento e Supervisão dos Serviços Auxiliares e Gerais.

Depreende-se desta apresentação que ao Serviço Social coube o planejamento e execução de serviços extensivos ao funcionamento global da entidade.

Compondo com as demais áreas técnicas, foi planejada a ação do serviço social de casos, assim denominado, com a seguinte conceituação:

“O Serviço Social, segundo Mary Richmond, é a arte de ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas, cooperando com elas, a fim de beneficia-las a elas mesmas e ao tempo, a sociedade em geral (Hamilton, G., TCC, 1959, p.56).

Expressando essa afirmação, o Serviço Social, nessa entidade, propõe a atuar: “levando a menor excepcional deficiente mental educável, a participar com seus próprios recursos, a participar do estudo de sua situação e dos planos de tratamento, como também, procurando conhecer o meio familiar e social da menor e motivando a participação da família, no trabalho desenvolvido junto à mesma” (TCC, 1964, p.56).

Além dessas atividades específicas do Serviço Social, participamos, ora como observadora, ora como responsável (mas supervisionada) de coordenação de reuniões da Equipe Técnica e da orientação e supervisão dos Serviços Auxiliares: Monitoria, Enfermagem, Mordomia e Serviços Gerais, dado que se tratava de entidade-internato, com funcionamento durante 24 horas.

Esse regime, qualificado como “Residencial e Educativo”, concomitantemente, exigiu organização e acompanhamento de serviços diuturnamente. Esta tarefa veio constar dos trabalhos administrativos do Serviço Social que, então, procurou conhecer os problemas e suas prováveis soluções na área administrativa: custos, contabilidade, captação de recursos, burocracia oficial e regulamentos. Essa experiência foi observada por nós, como estagiária, o que ampliou nosso aprendizado, tanto nas questões de Deficiência Mental, quanto nas questões de organizações de Recursos Sociais.

Na tentativa de agrupar os aspectos significativos de nossa experiência como estagiária, na construção de nossa Identidade Profissional, destacamos, enquanto Sujeito Representativo em nossas primeiras “representações do objeto”:

- conhecimento ampliado da realidade social, principalmente pelas condições contraditórias postas na própria fundação da entidade; o não cumprimento da cláusula testamentaria de desejo da fundadora, tanto por embargos familiares quanto pelo poder público;
- a possibilidade da discussão sobre problemas relacionados à deficiência mental em 1930, no nosso país, advinda da proposta testamentária indicando inédito conhecimento da questão;
- a relação institucional entre a Vara de Menores da Capital e a Faculdade de Serviço Social, na instalação e organização da entidade, propiciando recursos concretos e imediatos para o funcionamento da entidade;
- ao mesmo tempo, as relações inter-profissionais entre os estudiosos da área da educação especial, que se tornaram parceiros em foruns de estudo e pesquisa;
- para o Serviço Social, no qual participamos, abriu-se um campo de ação que permitiu maior conhecimento dos objetivos e trabalhos desta profissão;
- todos esses aspectos, em relação dinâmica, foram acentuando a validade de nossa opção profissional pelo desafio do conhecimento necessário, das descobertas da realidade e da possibilidade de concretizar projetos para a garantia dos direitos humanos e sociais.

2.2. Dissertação de Mestrado: estudo dos fenômenos significativos na prática profissional junto a uma instituição especializada no campo do menor deficiente menta educável

A experiência descrita no presente estudo, baseou-se em treze anos de trabalho profissional (1961 a 1974), desenvolvidos na mesma entidade onde cumprimos o nosso Estágio Supervisionado, enquanto discente do Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, até 1964. No ano seguinte fomos nomeadas como Assistente Social Judiciário, pelo Dr. Aldo de Assis Dias, MM Juiz de Menores da Capital, para prestar serviços na entidade, participando da Equipe Técnica, exercendo Supervisão de Alunos do Curso de Serviço Social da referida Universidade.

Apresentamos aqui, os Objetivos da Instituição, atualizados naquele período: “desenvolvimento e formação da personalidade da criança excepcional da criança excepcional deficiente mental educável e sua integração ao meio familiar e social, a partir do conhecimento de suas possibilidades e limitações, relações interpessoais, positivas e adequadas ao desempenho satisfatório do papel social que exerce nos diversos grupos que participa” (Tolosa, 1976, p.6).

Para a caracterização do Objeto de Estudo proposto, consideramos determinados dados relacionados ao conhecimento em Serviço Social, entre outros, para localizar o problema central, nos aspectos históricos e conceituais que tendem a diferir nos diversos países, dependendo de fatores culturais inscritos na complexidade da vida social, bem como, criação de recursos para seu estudo e assistência. Desde 1927, na Inglaterra, até os dias atuais, quando percebe-se avanços em países da Europa Ocidental e EUA. No Brasil, em estudos apresentados por Krinsky, S. (1969, p. 11-13), 85% dos deficientes mentais são considerados leves, distribuídos em: 60% educáveis, 25% treináveis e 15% irrecuperáveis. No documento “Subsídios para um Plano Nacional à Deficiência Mental”, o conceito de deficiência mental foi desenvolvido em 4 níveis: nível de funcionamento intelectual geral, nível abaixo da média, período de desenvolvimento e aquele que cabe especialmente ao Serviço Social, o comportamento adaptativo, ou seja, a capacidade do indivíduo adaptar-se aos requisitos naturais e sociais do ambiente (Azzi, Enzo e Grupo de Trabalho – Subsídios para um Plano Nacional de Combate à Deficiência Mental, vol. 3, nº1, jan. a mar. De 1968, p.15).

Quanto às Características da Investigação, fundamentadas em literatura específica da Investigação em Serviço Social (Khan, A., 1966, p.135), na proposta de Estudo Formulativo ou Exploratório, foram apresentadas as seguintes, quanto a:

- Objeto de Estudo: poderiam ser levantadas hipóteses para o desenvolvimento de outras formas de investigação;
- Conhecimento Prévio e ao Controle das Variáveis: essas foram, na sua maioria, identificadas e representadas conforme sua incidência, a partir do estudo dos fenômenos significativos do campo em estudo e, de acordo com a natureza deste nível de estudo, não foram controladas;
- Amostra: esta, ainda que informalmente considerada, representava 48,3% da população atendida, em 13 anos de prática profissional, sendo suficiente para os objetivos da dissertação;

- Flexibilidade do Projeto: dada a natureza do estudo formulativo ou exploratório, permitiu a utilização de vários métodos na coleta de dados, sendo, entre outros, o “exame dos registros existentes.

Quanto ao Método e aos Instrumentos utilizados na Pesquisa, optou-se pelo “Estudo de Caso”, que é o método que reúne os fatos relativos às situações sociais totais ou as combinações dos fatores inter-relacionados; descreve os processos sociais as sequências dos acontecimentos em que ocorre a experiência humana; estuda a conduta individual no seu contexto social. Uma vez tendo sido os casos analisados e comparados, pode-se chegar à formulação de alguns princípios. O método do Estudo de Caso é eficiente, quando:

- se deseja estudar as situações sociais concretamente ou em detalhes específicos relativos à situação de uma cultura;
- se deseja estudar o desenvolvimento natural ou a história de vida de uma pessoa ou de uma situação;
- se deseja estar seguro dos vários contextos de uma situação total ou da mescla de fatores inter-relacionados, descritos e analisados nos processos sociais;
- se estuda a “vida interior” de uma pessoa (seus desejos, interesses e motivações), de uma entidade de ação coletiva ou de uma situação cultural e social.

Para melhor orientação dos dados, foi montado um Mapa, com o objetivo de visualizar as constelações de fatores e dos processos, para a possibilidade de conhecer os fenômenos significativos, a partir da prática profissional e, pela sua incidência, demonstrar sua relevância como unidade social representativa, no contexto amplo do problema da deficiência mental em nossa realidade. Foi considerado como Caso, a unidade Menor-Família, dadas as inter-relações existentes na caracterização das situações sociais. Para a Seleção dos Casos, foi analisado o universo total, constituído por 89 internas, de 1961 a 1974, sendo que foram selecionados 46, pois os 43 excluídos foram admitidos em data anterior a 1961, não havendo documentação suficiente dos mesmos.

O Universo da Pesquisa foi registrado a partir das seguintes categorias, em relação à Menor: cor, procedência geográfica, condições de internação, idade da primeira internação, idade da internação na obra, período de permanência na obra, fatores condicionantes do abandono social, idade do abandono, quociente de inteligência (QI), tipo de famílias atendidas. Além destas categorias, outras se referem à condição da família, tanto a de origem como a substituta: nível biológico, nível educacional, qualificação ocupacional, nível residencial, nível cívico-municipal.

Foram incluídos na Pesquisa, os estudos individuais das áreas profissionais que compunham a equipe técnica da entidade, o que resultou em Estudo e Diagnóstico Multidisciplinar representando qualidade para entender as manifestações apresentadas pelos sujeitos.

Além do Mapa, que demonstra a Caracterização Preliminar do universo de pesquisa dos estudos específicos de cada área de atendimento, essa pesquisa desenvolveu conteúdos teóricos que foram sistematizados para a Investigação em Serviço Social (Maas, 1972, p.65). A chamada “estrutura conceptual” proposta por este autor, compreende conceitos de papel social, modo de adaptação e ego e suas interligações, explicitados na referida Dissertação.

A Referência Conceitual desta pesquisa, para o âmbito do Serviço Social de Casos principalmente, em experiências norte-americanas, resgatadas em suas fontes, com a devida competência, tornou-se conteúdo curricular na formação de assistentes sociais que reproduziram seus trabalhos profissionais na época em questão. No âmbito das Ciências Sociais, essa pesquisa contempla o debate sobre a conceituação da Deficiência Mental, propostas para a Política Social e a compreensão desta questão, no âmbito da ética e dos direitos humanos e sociais

Esta dissertação tornou-se em exemplo significativo dessa abordagem, uma vez que nós, como aluna e profissional, recebemos em aulas na graduação, ensinamentos que foram utilizados na prática histórica de nosso trabalho e iniciamos nosso perfil de pesquisadora, sob a orientação de Dra. Nadir Gouveia Kfour, reconhecida por sua visão de mundo, pioneirismo, líder político-profissional, competência administrativa, docência exemplar, entre outros atributos históricos reconhecidos.

2.3. Tese de doutorado: O ensino de serviço social no estado de são paulo – entradas e bandeiras. (1993)

2.3.1 Caracterização geral da pesquisa

A profissão do Serviço Social é realidade do século XX, no Brasil da República Nova, quando emerge para responder às demandas postas pela questão social.

O ensino desta profissão seguiu rumos diversos no país: no norte e nordeste, predominam unidades de ensino de caráter público-estadual e federal; no sudeste e sul há principalmente, entidades de caráter privado.

Especialmente no Estado de São Paulo, onde se estabeleceram um número considerável, diante do total existente no país, as unidades de ensino de Serviço Social são, quase na sua maioria, de caráter privado.

Com o intuito de desvelar o movimento de criação e interiorização das unidades de ensino, foi proposto como objeto desta tese, “O Ensino do Serviço Social no Estado de São Paulo – Entradas e Bandeiras”.

Essa referência tem a ver com as Bandeiras Paulistas, naquilo que elas pretenderam: organizadas com o objetivo de ampliar domínios, deitar raízes e angariar riquezas, que no seu auge extrapolariam os limites geográficos. Historicamente foram responsáveis pelo desenho físico do território que serviu de base para o estabelecimento de relações sociais advindas dos modos de produção que, então, neste território se instalaram. Na analogia simbólica, o estudo que se estruturou, previu ser “um movimento para dentro”, tanto no que se refere a interiorização física no Estado de São Paulo, quando serão reconhecidos os caminhos marcados pelo ensino do Serviço Social e sua instalação no espaço paulista, quanto no movimento de busca de explicação, isto é, de reflexão e entendimento dos determinantes histórico sócio-culturais e políticos do Estado de São Paulo e suas relações com o ensino da profissão de Serviço Social.

Esta autora considerou-se pesquisadora participante e sem qualquer pretensão, com perfil de historiadora na medida em que se propôs a abrir sua própria trilha, o que exigiu, além da ousadia, um certo espírito de pioneirismo e uma disposição para estar face a face com o novo. Para tanto, considerou:

A história como um campo de possibilidades em que os diferentes sujeitos sociais têm diferentes formas de pensar o real e portanto, diferentes formas de intervir no real. Consequentemente. O diálogo estabelecido pelo historiador com as evidências, é medido pelas reflexões do historiador que se utiliza também das reflexões feitas nas outras disciplinas: é desse diálogo que surgem os conceitos que o pesquisador vai elaborar (VIEIRA, 1989, p. 26-27).

O fato desta pesquisadora ser de naturalidade paulistana, com antecedentes familiares paulistas, originários de regiões do Estado de São Paulo, extremamente vinculados aos seus ciclos econômicos, pelo lado paterno, ao Vale do Paraíba, pelo lado materno, às regiões serranas limites com o sul de Minas Gerais, configura num garimpo próprio através dos caminhos tanto de natureza físico-geográfica, quanto ideológica e doutrinária que acompanham o Serviço Social, desde sua emergência e sua própria trajetória pessoal e profissional.

A compreensão das situações históricas vivenciadas no passado compõe com o presente e indicam possíveis respostas futuras:

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso, antes de tudo, comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção da própria vida material... (Marx; Engels, 1989, p.39).

No entendimento dos determinantes históricos que se orientam com as Bandeiras Paulistas, muito há que se relacionar com as questões presentes no Estado de São Paulo: a regionalização espacial vinculada às “funções” ou “variáveis” detectadas na inter-relação de fatores sócio-políticos-econômicos: os elementos sócio-culturais que determinam o “modo de vida” da população paulista, formada com a participação de personagens das mais diversas origens; os mitos e as representações sociais que permanecem, gerando comportamentos e modelos de relações sociais e econômicas. Tais determinações históricas foram apreciadas, não como eventos, mas como processos históricos globais.

Perceber a estreita relação entre o projeto histórico da profissão de Serviço Social no país, em especial no Estado de São Paulo e as questões que afloram a partir das relações sócio-econômicas e políticas que ocorreram a partir dos anos 30, torna-se importante, na medida em que:

Uma análise atenta da organização econômica do país nos mostra que o essencial nela, desde a distribuição da população, a estrutura agrária, a disposição dos centros urbanos, a rede de transportes, até o aparelhamento comercial e financeiro, se dispõe sobretudo para atender aos objetivos que desde os remotos tempos de sua formação até nossos dias, a ela essencialmente se impõe: a produção de gêneros exportáveis (Prado Júnior, 1978, p.298).

Finalmente, esta pesquisadora pretendeu com todo esse movimento analítico, tanto recuperar as primeiras motivações que a levaram a optar por essa profissão, quanto reencontrar tais motivações na atualidade, possibilitando-lhe reafirmar seu próprio projeto profissional.

Trata-se, portanto, de um estudo dinâmico, integrado, em que o observador – pesquisador, historiador- é bastante identificado com o seu objeto de estudo o qual ajudou a construir e que, agora, pretende compreender em suas dimensões mais abrangentes, históricas e determinantes.

Para o entendimento do objeto de estudo, duas áreas de pesquisa se puseram a conhecer: o Serviço Social e a Educação. A análise dos dados referentes à Educação e ao Serviço Social, partiu da mesma premissa: da condição de projetos submetidos ao modo capitalista de produção, acentuando-se a análise conforme o período histórico que o determina: “Na lógica fundamental do capitalismo e naquilo que é determinante onde quer que ele exista: suas relações contraditórias no contexto da apropriação do excedente econômico e da luta de classes, latente ou manifesta” (Cury, 1986, p.10).

Os modos próprios como a Educação e o Serviço Social se desenvolvem nesse cenário necessitam ser interpretados através dos “elos mediadores” com a totalidade, a partir das relações sociais, que se estabelecem entre o objeto de estudo e o pesquisador e que dão sentido ao significado social da profissão de Serviço Social, o que supõe uma busca de “historicizar” a noção de profissão” (Iamamoto, 1984, p.45).

Isto pressupõe considerar a profissão em duas dimensões dissociáveis do mesmo fenômeno: a realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais, expressa pelo seu discurso teórico e ideológico e a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas condições sociais determinantes.

Portanto, a “matriz” geradora da análise dos dados deste trabalho é a mesma, e as categorias de análise dela decorrem. Tanto o Serviço Social como a Educação têm que ser entendidos a partir das demandas históricas e como atividades socialmente determinadas:

A história não termina dissolvendo-se na auto consciência ... mas em cada uma das suas fases encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e entre os indivíduos, que cada geração transmite à geração seguinte... Mostra que, portanto, as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias (Marx e Engels, 1989, p.56).

Essas “circunstâncias são as condições determinadas, concretas que vão sendo incorporadas e reproduzidas na medida que os liames entre os grupos humanos, em suas relações os sustentam. Esta “sustentação” de ideias, valores e modos de vida se dá a partir de: “...uma inalienável concomitância operativa entre o homem singular e as circunstâncias sociais em que atua, todo ato singular alternativo contém em si, uma série de determinações sociais gerais...” (Lukács, 1979, p.84).

A tese considera que tais determinações sociais que operam junto ao Serviço Social no seu processo de formação profissional (educativo) se manifestam a partir de movimentos estratégicos adotados pela classe dominante, que rege os fenômenos na maioria considerados espontâneos ou inevitáveis. A ocupação geo-espacial no Estado de São Paulo, movida pelos interesses econômicos vem desde os tempos das “Bandeiras”, sendo acentuado conforme o desenvolvimento das diferentes regiões enquanto áreas economicamente rentáveis, que por sua vez, determina condições mínimas de estabilidade, isto é, emprego, moradia, escola, serviços, etc.

Esse movimento de **ocupação territorial** ocorre ao mesmo tempo em que se conservam, nessas mesmas regiões, traços de cultura e modos de vida nativos, o que significa movimentos de mudança e/ou manutenção de relações sociais. Como a intenção da classe dominante no capitalismo é de expandir e controlar seus interesses, essa mesma classe vale-se dos meios e recursos que consegue como garantia do seu exercício de dominação. A Escola e demais canais de intermediação como o Serviço Social, na sua ação profissional, são canais bastante eficazes, nesse sentido.

A relação entre esses interesses é aqui, entendida na expressão da categoria de **análise-totalidade**:

Princípio metodológico da intervenção dialética da realidade é o ponto de vista da totalidade concreta que, antes de tudo, significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo: desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de fazer dele, um fato histórico: de um lado, definir o todo: ser ao mesmo tempo, produtor e produto, ser revelador e, ao mesmo tempo, determinado, ser revelador e, ao mesmo tempo, decifrar a si mesmo (Kosik, 1976, p.40).

Essa **totalidade** é considerada na ótica do “pensamento dialético que é obrigado a um paciente trabalho: identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o tecido de cada totalidade que dão vida a cada totalidade” (Konder, 1984, p.46).

Portanto, este estudo trabalho chegar à compreensão da totalidade que é diferente das somas das partes e, sim, como uma totalidade que é concreta e dinâmica: “o concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida também da intuição e da representação” (Marx, 1982, p.14).

Assim, o objeto deste estudo referiu-se a inserção regional das unidades de ensino da profissão no Estado de São Paulo e seus determinantes sócio-econômicos e culturais e suas tendências e expressões ideológicas que deixaram suas marcas nas propostas pedagógicas observadas no ensino da profissão.

Para entender as respostas de caráter ideológico, as referências presentes no estudo partem das seguintes premissas:

Um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes, uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção (Chauí, 1982, p. 112-113).

O Universo de Estudo constituiu-se de 22 (vinte e duas) unidades de ensino de Serviço Social no Estado de São Paulo, das quais 9 (nove) foram selecionadas como “Estudo de Caso”.

A pesquisa das fontes primárias implicou em visitas às Unidades de Ensino. Foram utilizados os seguintes Instrumentos de Pesquisa:

- Observação direta e participante;
- Entrevistas individuais ou em grupo, com dirigentes docentes e discentes;
- Respostas e questionário enviados à direção das unidades;
- Participação em seminários sobre revisão curricular;
- Pesquisas locais em bibliotecas e arquivos;
- Leitura e fichamento de livros, artigos, etc.

Este estudo foi apresentado em duas partes: a primeira, trata de identificar os determinantes históricos, sócio-econômicos, políticos e culturais que constituíram a formação do Estado de São Paulo. No Capítulo 1 descreve-se a história do Estado de São Paulo, reconstituída na ótica das relações sócio-econômicas que o caracteriza. No Capítulo 2 são descritos os indicadores principais responsáveis pela sua Organização Regional em suas marcas mais quantitativas. O Capítulo 3 apresenta a pesquisa realizada para o entendimento das **Matrizes do Ensino Superior** no Estado, matéria que serviu de base para o entendimento do desempenho do ensino de Serviço social no Estado de São Paulo.

Passa-se, então, à segunda parte, quando é abordado, propriamente, o ensino do Serviço Social e seu processo de interiorização no referido Estado. Esta parte divide-se em dois capítulos: no quarto capítulo percebe-se as “Entradas” do Serviço Social, ou sejam, as formas como ocupou espaços no território paulista; no quinto capítulo chega-se às “Bandeiras” coletadas no percurso desta pesquisa, a partir do estudo das vinte e duas unidades de ensino de Serviço Social, das quais, nove foram selecionadas como Estudo de Casos.

Encaminham-se as Conclusões deste estudo, com a perspectiva de ter contribuído para o desvelamento das tendências que perpassam o ensino do Serviço Social neste Estado e que tinham como objetivo, atingir a construção necessária e coletiva do Projeto da Profissão, neste Estado e no país.

Estando ligado organicamente à atividade laboriosa dos homens e à prática, o conhecimento funciona a partir da prática e desenvolve-se da intuição viva ao pensamento abstrato e do pensamento abstrato à prática, como critério de verdade (Cheptulin, 1982, p.124).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais da tese, no âmbito do ensino do Serviço Social no Estado de São Paulo, foram inúmeras, porém, aqui salientamos, a título de agrupá-las em temas geradores para continuidade e aprofundamento da mesma questão.

Quanto às Relações Sociais- que se desenvolveram no Estado de São Paulo, desde os tempos coloniais até o advento da industrialização, foram marcadas por forte acento de domínio do poderoso sobre o servil. A cultura da classe dominante, em sua fase inicial, constituiu-se em patrimônio pobre, na medida em que a produção agrícola foi realizada em grande parte, por trabalho escravo, por trabalho episódico e informal. Nesse modelo, o acesso à cultura e à educação só é permitido à aristocracia, aos proprietários; as atividades de comércio, a partir da produção cafeeira, ampliaram os limites das cidades, aparecem os serviços públicos, e as atividades artesanais, demandando instrução e preparo de habilidades mais urbanas. O acúmulo de capital dos proprietários de terra leva-os a ampliar seus interesses na industrialização nascente, o ensino básico se desenvolve junto às camadas médias, geralmente organizado por ordens religiosas. A industrialização pede mão de obra qualificada e mínimas condições de aprendizado para ocupar espaços na produção. A política educacional, seus diferentes níveis, fica conjugada entre os interesses do Estado e da classe dominante.

O ensino do Serviço Social como profissão como profissão, aparece em 1936 e sua formação se projeta para o **nível superior**. Sua emergência se dá no bojo do **ensino privado confessional** o que já é elemento seletivo. Na criação de vinte e três Unidades de Ensino, de 1936 até os anos 80, apenas uma tem caráter público e apresentam acentuado movimento de interiorização no território paulista. As características do Ensino Social, durante o movimento de expansão no território paulista, durante os cinquenta e seis anos de existência, observadas neste trabalho, são:

- **entre os anos 1936 e 1959,** existem quatro unidades de ensino com projetos pedagógicos, acentuadamente voltados aos princípios doutrinários que marcaram sua emergência, acompanhados pelo esmero de fundamentação metodológica, quase sempre de origem americana;
- **na década de 60,** são criadas mais três, em cidades do interior paulista, que justifica uma demanda junto à população rural, conforme vinha sendo solicitado pela **política desenvolvimentista** da época. Concomitantemente, inicia-se o movimento de legitimação e busca do **perfil científico** da profissão;
- **nos anos 70,** há um aumento significativo na criação de unidades de ensino, treze são instaladas e destas, nove são em cidades do interior paulista, de **natureza privada** na sua maioria. Esse movimento rompeu com as matrizes confessionais, ao mesmo tempo em que o **apuro técnico-científico** é solicitado à profissão, privilegiado o **instrumental**, em prejuízo do caráter ideológico e/ou teórico. Novamente prevaleceu a natureza privada na criação das novas unidades.
- **na década de 80,** novas unidades em número de três, são instaladas no interior paulista, o que justifica também, as demandas regionais pela profissão.

A criação de vinte e três Unidades de Ensino Social no Estado de São Paulo evidenciou que as matrizes doutrinárias, ideológicas, éticas e teóricas, das origens, foram cedendo lugar a projetos pedagógicos distantes do debate já instalado nos órgãos próprios de Ensino e Formação Profissional. Esse período foi fértil em estudos sobre projetos curriculares no Brasil, havendo propostas de Revisão Curricular desde 1982. Neste sentido, ficaram evidentes: a insistência em privilegiar conteúdos curriculares voltados à questões de **eficiência e eficácia**, com prejuízo da discussão sobre **princípios e fundamentos metodológicos da profissão**, já

voltados para a necessidade de caracterizar ações junto à Realidade Brasileira e sua conjuntura. Percebeu-se, durante esta pesquisa, dificuldades em abrir espaços para discussões de maneira coletiva, em eventos regionais ou locais, com resistência evidenciada por ausência ou desinteresse, mas já se percebiam intenções individuais junto aos docentes que estavam em vias de adesão à carreira docente superior, também, pela criação de Centros de Pós-Graduação em Serviço social e as discussões que se materializaram, coletivamente, com a volta da democracia no Brasil.

Ao finalizar este trabalho, construído ao longo do meu percurso histórico profissional, vivenciado de forma a contemplar o significado da profissão, tanto como projeto individual como parte da prática social no universo das áreas de “intervenção” na realidade, venho considerar:

O Homem não é um ser natural mas um ser histórico. A essência própria do homem consiste em vir a ser num contínuo devir. Em primeiro lugar, porque a consciência individual ou coletiva implica o reconhecimento da própria vida como processo... mas, também, essencialmente um projeto... ou seja, ela é um movimento para o futuro... mas se a condição do homem é o contínuo vir a ser, não mudará a personalidade de cada um de nós no curso de nossas vidas?...(Comparato, 2006, p.473-474)

Assim, cantou Camões em soneto:

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda o ser, muda-se a confiança;
Todo mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades...”

REFERENCIAS

- BOTOMORE, T.: **Dicionário do Pensamento Marxista**. Ed. J. Jahzar, Rio de Janeiro, 2001.
- CHAUI, M. : **Cultura e Democracia**. São Paulo, Cortez Ed., 5ª ed. 1982.
- CHEPTULIN, A.: **A Dialética Materialista** – Categorias e Leis da Dialética. São Paulo, Ed. Alfa e Ômega, 1982
- COMPARATO, F. K.: **Ética** – Direito Moral e Religião no Mundo Moderno. Cia das Letras, São Paulo, 2006.
- BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. Saraiva, 14ª ed., SP, 1996.
- CRESS, 7ª R – RJ: **Assistente social: Ética e Direitos**. Coletânea de Leis e Resoluções. RJ, 3ª ed., 2001.
- CURY, G.R.J.: **Ideologia e educação brasileira**. Cortez Ed. E Autores Associados, SP, 1986.
- GOLDMAN, l.: **A sociologia do romance**. Ed. Paz e Terra, RJ, 2ª ed., 1976.
- GOLDMAN, l.: **Ciências Humanas e Filosofia**. Difusão Europeia do Livro, SP, 2ª ed., 1970.
- GOLDMAN, l.: **Epistemologia e Filosofia Política**. Ed. Presença, Lisboa, Portugal, 1984.

- GOLDMAN, I.: **Ciências Humanas e Filosofia**. Ed. Difusão Europeia do Livro, SP, 1970.
- GRAMSCI, A.: **A Concepção Dialética da História**. Ed. Civilização Brasileira, 1989.
- GRAMSCI, A.: **Os intelectuais e a formação da cultura**. Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1979.
- IAMAMOTO, M. e CARVALHO, R.: **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Cortez Ed., Celats, SP, 1984.
- JORGE, M.R.T.: **Estudos dos Fenômenos Significativos Observados na Prática Profissional**. Dissertação de Mestrado, PUCSP, 1976.
- JORGE, M.R.T.: **O Ensino do Serviço Social no Estado de São Paulo – Entradas e Bandeiras**. Tese de doutorado, PUCSP, 1993.
- KOSIK, K.: **Dialética do Concreto**. Ed. Paz e Terra, RJ, 2ª ed, 1976.
- KONDER, L.: **O Futuro da Filosofia da Praxis: o Pensamento de Marx no Século XXI**. Ed. Paz e Terra, 1992.
- LICHTHEIM, G.: **As Ideias de Lukacs**. Ed. Cultrix, SP, 1970.
- LOWY, M.: **Ideologias e Ciência Social – Elementos para uma Análise Marxista**, Cortez Ed., SP, 1985.
- LOWY, M.: **Método Dialético e Teoria Política**. Ed. Paz e Terra, RJ, 1978.
- LUKACS, G.: **Antologia do Ser Social – Os Princípios Fundamentais Antológicos de Marx**. Ed. Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K.: **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Ed. Martins Fontes, SP, 2ª ed., 1982.
- MARX, K. e ENGELS F.: **A Ideologia Alemã**, Ed. Hucitec, SP, 7ª ed., 1989.
- MÉSZÁROS, I.: **Filosofia, Ideologia e Ciência Social – Ensaio de Negação e Afirmação**. Ed. Ensaio, SP, 1993.
- NETTO, J. P. in: **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Ed. Brasília, DF, CEFSS/ABESS, 2009.
- PRADO, Jr., C.: **História Econômica do Brasil**. Ed. Brasiliense, SP, 1978.
- SEVERINO, A. J.: **A Filosofia Contemporânea no Brasil – Conhecimento, Política e Educação**: Ed. Vozes, Petrópolis RJ, 1997.
- SEVERINO, A. J.: **Metodologia do Trabalho Científico**. Cortez Ed., SP, 23ª ed., 2007.
- TOLOSA, M. R. T. : **A Contribuição do Serviço Social na Fundação D. Paulina de Souza Queiroz**. Trabalho de Conclusão de Curso, Escola de Serviço Social da PUCSP, 1964.
- TRIVINOS, A. N.: **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. A Pesquisa Qualitativa em Educação. Ed. Atlas, SP, 1994.
- VIEIRA, E.: **Estado e Miséria no Brasil – De Getúlio a Geisel**. Ed. Cortez, SP, 1985.

ESCOLA DE FRANKFURT: MATERIALISMO HISTÓRICO E CRÍTICA DIALÉTICA

Fernanda Andrade Garcia
Gustavo José de Toledo Pedroso
Juliana Viana Ford

INTRODUÇÃO

O período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foi uma fase de grandes transformações, as quais levaram à construção de um horizonte de expectativas progressistas e emancipatórias em relação ao futuro. Os desdobramentos do processo de industrialização, o aparecimento de grandes metrópoles com grandes massas, a criação de novos recursos técnicos que possibilitavam novos confortos, estas e outras mudanças sugeriram a muitas pessoas a perspectiva de que as antigas limitações e constrangimentos sociais, econômicos e culturais tinham se tornado anacrônicos e que a humanidade poderia entrar em uma nova fase, uma época de direitos, autonomia e liberdade. Os objetivos colocados pelo movimento iluminista, mais de um século antes, pareciam agora realizáveis em uma escala e proporções jamais sonhadas.

Porém, não só estas expectativas foram amplamente frustradas, como ainda o que se testemunhou foi o surgimento de formas antes desconhecidas de dominação e opressão. A feroz competição entre os países europeus, a crise econômica de 1929, a ocorrência de duas guerras mundiais e o surgimento dos fenômenos totalitários do fascismo e do stalinismo desenharam um cenário de realizações com sentido contrário do que se havia elaborado. Como diz Eric Hobsbawm:

Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado; uma Europa cujas populações (incluindo-se o vasto e crescente fluxo de emigrantes europeus e seus

descendentes) haviam crescido até somar um terço da raça humana; e cujos maiores Estados constituíam o sistema da política mundial. Para essa sociedade, as décadas que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial aos resultados da Segunda foram uma Era de Catástrofe (Hobsbawm, 1995, p. 15).

Esta catástrofe surpreendente e inesperada leva diferentes intelectuais a um esforço de reflexão na tentativa de compreender como tais coisas tinham se tornado possíveis. E é exatamente neste contexto que tomará forma uma das principais tentativas neste sentido, a saber, o trabalho desenvolvido pelos membros do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, um grupo que reunia pesquisadores de diferentes áreas (sociologia, filosofia, economia, psicologia, ciência política, direito, história) e que mais tarde ficaria conhecido como Escola de Frankfurt¹. Partindo do propósito de desenvolver pesquisas interdisciplinares que permitissem a elaboração de um diagnóstico materialista do contexto então existente, as reflexões desenvolvidas por integrantes do Instituto acabaram por produzir exames críticos acerca do papel da razão, da técnica e da tecnologia na organização geral das sociedades modernas, em seus padrões de integração dos indivíduos e nas perspectivas que se descortinavam em relação às possibilidades de emancipação.

Vejamos então como se constituiu inicialmente o trabalho do Instituto de Pesquisa Social, para depois abordarmos as discussões que, sobre estes temas, foram feitas por alguns dos principais autores que estiveram ligados a ele em suas primeiras décadas.

A partir da nomeação do filósofo Max Horkheimer como diretor, em 1930, o cerne da proposta do Instituto estava na reunião de especialistas de diferentes áreas do conhecimento em um trabalho conjunto, visando à produção de um diagnóstico complexo e multifacetado do quadro contemporâneo. Esta proposta foi apresentada em seu discurso de posse, resumido por Rolf Wiggershaus nos seguintes termos:

A história do idealismo clássico alemão alcança seu auge na filosofia hegeliana da sociedade. Para esta, o sentido da existência do indivíduo estaria na vida do todo ao qual ele pertence. Por trás da indiferença com a felicidade e a virtude do indivíduo, a especulação idealista permite ver sentido e razão. No curso do séc. XIX, com o progresso da ciência, da tecnologia e da indústria, começou-se a entrever os meios que permitiriam tornar a totalidade social cada vez menos arbitrária e injusta em relação aos indivíduos e, com isso, menos necessitada de sublimação. Esta esperança foi frustrada e a necessidade de sublimação tornou-se ainda mais forte. Os projetos da filosofia social atual são uma tentativa de responder a isso. [...] O presente estado do conhecimento exige uma contínua fusão da filosofia com os diversos ramos da ciência. Tanto na discussão sociológica, quanto na filosófica, sobre a sociedade, uma questão começou a se destacar: a das relações entre a vida econômica da sociedade, o desenvolvimento psíquico

1 Os principais membros eram Max Horkheimer (filósofo e sociólogo), Erich Fromm (psicanalista), Friedrich Pollock (economista), Theodor Adorno (filósofo e sociólogo), Walter Benjamin (filósofo), Herbert Marcuse (filósofo), Leo Löwenthal (sociólogo), Franz Neumann (jurista e cientista político) e Otto Kirchheimer (jurista).

do indivíduo e as mudanças na esfera cultural. Esta, entretanto, é uma formulação, nos termos da problemática e dos métodos atuais, da velha questão filosófica sobre a conexão entre a razão particular e a razão geral, entre a vida e o Espírito. Para se obter evidências verificáveis aqui a questão deve ser formulada em uma base mais restrita, em termos de grupos sociais específicos e períodos de tempo específicos (Wiggershaus, 2002, p. 70).

O projeto consistia, portanto, em unir a reflexão filosófica a pesquisas empíricas desenvolvidas em diferentes ramos da ciência como meio para a obtenção de um conhecimento do conjunto do processo social. A primeira tentativa concreta neste sentido, um estudo sobre os operários e empregados qualificados, coordenado pelo psicólogo Erich Fromm, procurou avaliar as consequências sociais e políticas do aumento numérico do segundo grupo em relação ao primeiro no contexto da Alemanha dos anos 1930. O resultado indicava que 10% dos entrevistados apresentavam uma síndrome de personalidade que Fromm denominou “caráter autoritário”, e tendiam, portanto, a dar suporte a um regime totalitário. Outros 15% apresentavam um comprometimento psicológico com objetivos antiautoritários, tendendo então a se opor à linha política dos primeiros. Mas a vasta maioria entre ambos era ambivalente, apontando para o destino totalitário da Alemanha.

Quando este destino se realiza, o Instituto é transferido temporariamente para a Suíça. Lá, o projeto original é expandido para um conjunto de pesquisas sobre o tema “Autoridade e Família”, desenvolvido em vários países (Suíça, França, Áustria, Bélgica, Holanda e Inglaterra). Desta vez os resultados (reunidos na volumosa obra *Studien über Autorität und Familie*, publicada quando o Instituto já se encontra em seu exílio nos Estados Unidos) apontam para mudanças na estrutura familiar. A centralidade do pai na família tradicional tinha como fundamento prático a construção social da desigualdade entre os gêneros e a consequente restrição do papel de provedor econômico ao homem. Mudanças ocorridas nas sociedades europeias entre o final do séc. XIX e as primeiras décadas do séc. XX (guerras, concentração econômica, crise, desemprego, etc.) tinham, porém, restringido ou eliminado as possibilidades de autonomia econômica dos indivíduos, tornando-os cada vez menos autônomos e cada vez mais dependentes do todo social. Isto resultava numa forte erosão do fundamento prático da autoridade paterna, a qual permanecia de forma enfraquecida², enquanto que, por outro lado, abria-se espaço para um fortalecimento da figura da mãe. Para Horkheimer e Fromm, esta mudança poderia abrir perspectivas de um desenvolvimento psicológico diferente, mais marcado por carinho, afeto, aceitação e amor, do que pela distância da autoridade paterna. Entretanto, a manutenção das mulheres em uma posição de subordinação frente aos homens praticamente anulava esta possibilidade. Neste contexto, Horkheimer considerava então que, em lugar de haver uma substituição da figura paterna pela materna, o que ocorria era uma substituição da figura paterna pela própria sociedade

2 Para compreender este enfraquecimento é importante levar em conta o termo de comparação. A família tradicional que se tinha em mente era o modelo familiar europeu do séc. XIX, estruturado portanto em um contexto liberal bem definido, onde o desenvolvimento industrial em andamento e a expansão econômica crescente colocavam para os indivíduos boas perspectivas para a abertura de pequenas empresas, ao mesmo tempo em que ainda subsistiam em grande quantidade e com grande importância social tanto camponeses independentes, quanto artesãos tradicionais (sapateiros, relojoeiros, carpinteiros, etc.). Neste contexto, a independência individual masculina, aliada ao papel de único provedor econômico da família, resultava em uma autoridade paterna muito mais forte, praticamente inquestionável, dotada mesmo, como dirá Horkheimer, de uma aura metafísica.

como imagem do poder, da autoridade e da dominação. E se tal hipótese estivesse correta, as indicações obtidas seriam no sentido de que as pessoas passassem a ter um desenvolvimento psicológico mais e mais voltado para uma submissão irracional ao todo social³.

Com o avanço da 2ª Guerra Mundial e seus terríveis desdobramentos, os membros do Instituto passam a concentrar seus esforços principalmente na decifração do fenômeno totalitário, na investigação de manifestações de preconceito (em especial na figura do antissemitismo) e na avaliação das perspectivas futuras. Estes esforços foram concretizados tanto na forma de pesquisas empíricas, quanto na forma de elaborações teóricas nas áreas da sociologia, da filosofia, da teoria política, da psicologia e do direito, relacionadas àquelas pesquisas.

Em relação a este aspecto é importante que se tenha em vista a relevância da obra de Walter Benjamin e o papel desta no desenvolvimento da Teoria Crítica. No que se refere à investigação filosófica, as considerações de Walter Benjamin sobre a modernidade acrescentaram elementos próprios ao trabalho de decifração da catástrofe que se apresentou imprevisivelmente no início do século XX. Entre esses elementos, a crítica do progresso se destaca pela defesa do materialismo histórico em face do historicismo que tomara forma com Ranke e Dilthey. Em outras palavras, seu alvo é o historicismo como uma vertente do pensamento social que concebe a história como movimento unidirecional, como deslocamento em um único sentido que não pode ser interrompido por força da vontade e da ação humana. Essa vertente conseguiu penetrar tanto entre os liberais, cujo discurso ideológico afirma que a história é submetida à realização do progresso, quanto na social-democracia, que, apegada a essa ideia, espera que o desenvolvimento das forças produtivas por si só elimine o capital e faça surgir uma nova época sem as desigualdades que o capitalismo produz.

A concepção de progresso vinculada ao historicismo e contra à qual Benjamin se opôs é uma ideia forjada sob a consolidação do capital como força regente das relações sociais, como a forma de realização dessas relações. Ela remete, concretamente, ao desenvolvimento das forças de produção. O que não significa, necessariamente, o desenvolvimento da humanidade, a transição para um estágio superior da existência coletiva por meio da superação de limites que impedem a sua libertação. Essa diferença é essencial para Benjamin. Pois, sob o movimento de realização e expansão do capital, que como uma divindade é cultuada pelos homens de forma diária e ininterrupta, o progresso humano (e não apenas o progresso das capacidades de produção) fica negado. No capitalismo, o capital se converte na finalidade das ações humanas. É ele o sujeito do processo histórico, e não o homem. Nesse sentido, a realização dessa concepção de progresso, estritamente econômico, gera catástrofe.

Na medida em que a social-democracia alemã adere de forma acrítica ao conceito de progresso forjado na experiência de constituição da classe burguesa, ela cede ao conformismo da visão de mundo dessa mesma classe. Benjamin elabora esse quadro na tese 11 de *Sobre o conceito de história*, ao perceber o processo de acomodação dos partidos da classe trabalhadora à ideia de trabalho como fonte da realização humana. Para o autor:

Nada foi mais corruptor para a classe operária alemã do que a opinião de que era *ela* que nadava com a correnteza. O desenvolvimento técnico era

3 Sobre a pesquisa, cf. principalmente Jay (2008), p. 113-142, Wiggershaus (2002), p. 166-171 e p. 179-185 e Antunes (2012), p. 66-83.

visto como o declive da correnteza, na qual ela supunha estar nadando. Daí era apenas um passo para a ilusão de que o trabalho industrial, que aparecia sob os traços do progresso técnico, representava um feito político. A antiga moral protestante do trabalho festejava uma ressurreição secularizada na classe trabalhadora alemã (Benjamin, 2012, p. 246-247).

A penetração da ideologia do trabalho na produção teórica e na prática política da social-democracia contribuiu para o desenvolvimento de condições favoráveis a um avanço técnico livre de críticas e opositores. O que, em última instância, se manifesta no aparecimento do fascismo. Essa face da forma moderna do trabalho e sua assimilação pelo marxismo vulgar foram percebidas por Benjamin, que concluiu: “Já estão visíveis, nessa concepção [de trabalho], os traços tecnocráticos que mais tarde vão aflorar no fascismo” (2012, p. 247).

O máximo desenvolvimento das técnicas modernas de produção colocou à disposição do fascismo um aparato de dominação extremamente eficaz baseado na guerra, conforme aponta o ensaio *A obra de arte na época da sua reprodutibilidade técnica*. No texto, escrito entre 1935 e 1936, a relação entre o progresso técnico e os terríveis retrocessos produzidos pelo fascismo aparece pela combinação entre interesses políticos vinculados à dominação social e a transformação da experiência estética pela introdução de sofisticado aparato técnico no cotidiano das massas recém formadas. Essa combinação possibilitou que as massas fossem estimuladas a pensar a sua reprodução sob os ideais fascistas de desenvolvimentismo. Na afirmação de Benjamin: “*As massas têm o direito de exigir a mudança das relações de propriedade; o fascismo permite que elas se expressem, conservando, ao mesmo tempo, essas relações. Ele desemboca, conseqüentemente, na estetização da vida política*” (Benjamin, 2012, p. 210, grifo do autor). Por mais que o desenvolvimento técnico seja constantemente relacionado ao progresso, a manutenção da propriedade privada dos meios de produção segue criando e acentuando desigualdades sociais. Nesse cenário, o fascismo aparece como um movimento que organiza o desejo das massas de se manifestar contra a ordem e o direciona para a realização da guerra. Porém, o discurso que justifica a guerra no fascismo foi embasado no máximo aproveitamento da capacidade técnica para eliminar os problemas que impediam a Alemanha de se tornar uma potência. “Em seus traços mais cruéis, a guerra imperialista é determinada pela discrepância entre os poderosos meios de produção e sua utilização insuficiente no processo produtivo, ou seja, pelo desemprego e pela falta de mercados” (Benjamin, 2012, p. 211).

Portanto, a concepção de história centrada no progresso é a visão dos vencedores, na qual o passado é repleto de triunfos que se deseja manter no presente, e que são prometidos para o futuro como o novo. Porém, o novo não passa de repetição, do eterno retorno do mesmo, como pensava Nietzsche. O inferno (capitalismo) ao qual a humanidade fora condenada lhe impõem a eterna volta da mesma punição, que no contexto da produção mercantil significa que toda novidade não passa do “sempre igual”. O progresso se equipara à catástrofe ao passo em que assume o sentido da permanência, da não transformação.

O conceito de progresso deve ser fundamentado na ideia de catástrofe. Que ‘as coisas continuam assim’ - eis a catástrofe. Ela não consiste naquilo que está por acontecer em cada situação, e sim naquilo que é dado em cada situação. Assim Strindberg afirma (em *Rumo a Damasco?*): o inferno não é aquilo que nos aguarda, e sim esta vida aqui (Benjamin, 2009, p. 515).

Todavia, o passado também é dotado de certo impulso redentor, na medida em que as ruínas deixadas para trás contêm o sofrimento, a coragem, o ânimo e toda substância capaz de despertar as gerações do presente, de estreitar os laços com os antepassados e reavivar o objetivo de sua luta pela libertação das estruturas de perpetuação do processo que se estende desde antes. Essa formulação aparece na tese 2. Valendo-se de uma passagem de Lotze, Benjamin afirma que “[...] a imagem da felicidade está indissolivelmente ligada à da redenção. O mesmo ocorre com a representação do passado, que a história transforma em seu objeto. O passado traz consigo um índice secreto que o impele à redenção” (Benjamin, 2012, p. 242). Ao afirmar que “[...] foi-nos concedida, como a cada geração anterior à nossa, uma *frágil força messiânica* para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialismo histórico sabe disso” (Benjamin, 2012, p. 242, grifos do autor), Benjamin se refere ao potencial de redenção do passado, de que as gerações do presente dispõem, ou seja, a sua função política.

É no presente que existem as condições para se redimir o passado, ou seja, para continuar as lutas políticas iniciadas sob o espírito dos que vieram antes de nós, sob o propósito de que elas não sejam esquecidas ou abandonadas. Pois, só pode haver o verdadeiro progresso se o sacrifício e os esforços daqueles que lutaram pela própria libertação e pela nossa forem recompensados com a satisfação desses ideais, ainda atuais. Nesse sentido, a redenção do passado no presente tem uma dimensão prática para Benjamin, na qual, as realizações concretizadas pelo avanço das técnicas de produção têm papel fundamental. Ele considera que esse poderoso aparato técnico que serviu aos interesses de grupos fascistas na Europa pode servir como meio para o alcance de fins emancipatórios.

A equiparação do progresso técnico ao progresso humano e o seu uso pelo movimento fascista são abordados por Benjamin desde uma visão de mundo anticapitalista. O avanço das técnicas modernas de produção é visto pelo autor dentro de um campo de possibilidades que não tende apenas à destruição. Esse avanço contém também o embrião de uma ação política com sentido revolucionário, sobretudo nas artes. As considerações de Benjamin sobre o cinema⁴, tendo em vista a perda da aura e a emancipação da obra de arte como resultados do processo de ampliação da capacidade técnica para reproduzi-las na modernidade, são otimistas quanto ao uso das técnicas cinematográficas para romper com uma consciência que vê a ordem social existente como inalterável. Ele destaca que “*Dentre as funções sociais do cinema, a mais importante é criar um equilíbrio entre o homem e o aparelho. O cinema não realiza essa tarefa apenas pelo modo com que o homem se representa diante do aparelho, mas pelo modo com que ele representa o mundo, graças a esse aparelho*” (Benjamin, 2012, p. 204, grifo do autor). Desde o uso da aparelhagem até as técnicas de montagem, o cinema possibilita que os vários condicionamentos da nossa existência sejam capturados e percebidos pelo seu público. Além disso, garante um espaço de liberdade, ou seja, abre portas para a imaginação e a fantasia por meio da substituição do espaço

4 Para Benjamin, a libertação da obra de arte frente valor de culto tornou possível que os produtores se reconhecessem como autores, especialmente no cinema. O que favorece a criação de condições para que as massas se reconheçam como classe e libertem a sua imaginação criadora, estimulando as fantasias sobre a possibilidade de existir em um outro mundo. Segundo o autor: “*A reproduzibilidade técnica da obra de arte modifica a relação da massa com a arte. Retrógrada diante de Picasso, ela se torna progressista diante de Chaplin. O comportamento progressista se caracteriza pela ligação direta e interna entre o prazer de ver e sentir, por um lado, e a atitude do especialista, por outro. Esse vínculo constitui um valioso indício social. Quanto mais se reduz a significação social de uma arte, maior fica a distância, no público, entre a atitude de fruição e a atitude de crítica, como se evidencia com o exemplo da pintura*” (Benjamin, 2012, p. 202-203)

de ação consciente do homem por um espaço em que a sua ação é inconsciente. Para Benjamin, os efeitos das técnicas de cinema sobre o coletivo são potencialmente disruptivos, podendo levar ao rompimento com uma forma de existência social hermética, fechada em si mesma.

O horror do fascismo e da guerra e as perspectivas históricas que então se colocavam também levarão à produção de uma das obras mais relevantes produzidas por integrantes do Instituto de Pesquisa Social neste período: *A Dialética do esclarecimento*, escrita por Theodor Adorno e Max Horkheimer. Diante do horror totalitário na Alemanha, na Itália e na União Soviética, bem como de certos fenômenos sociais e culturais da sociedade estadunidense, ambos concluem que é necessário realizar uma investigação filosófica radical: “O que nos propusemos era, de fato, nada menos do que descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 11). Afinal, dados os recursos técnicos existentes, o desenvolvimento da democracia, a expansão dos direitos, o progresso da razão, como explicar que os seres humanos não avançassem no sentido de uma humanidade livre, justa, esclarecida, mas se entregassem irracional e destrutivamente a guerras, preconceitos, ao ódio, à ignorância, à violência?

Para responder a esta questão, Horkheimer e Adorno buscam reexaminar a história da humanidade, tomando como eixo o papel desempenhado pela razão. Assim, eles distinguem duas grandes fases na história: a fase dos mitos e a fase do esclarecimento. A fase mítica corresponde ao período em que a humanidade dispõe de poucos recursos técnicos e fica, por isso, restrita a limites severos colocados pela natureza. Ora, sendo justamente a parte da natureza que se caracteriza por sua possibilidade de liberdade, a humanidade sofre e se ressentente enquanto aprisionada dentro destes limites. Este ressentimento se manifesta na forma do desenvolvimento da razão, a série contínua de tentativas de compreender o mundo e encontrar maneiras de lidar com ele. De início a razão tem pouca autonomia e, dada a submissão dos seres humanos à natureza, tem dificuldades em distinguir entre ambos, de modo que nos mitos (a forma da razão neste período) o ser humano aparece no interior de um enquadramento natural e as forças naturais aparecem antropomorfizadas. Porém, este mesmo processo de criação de imagens que constitui os mitos, com suas limitações, funciona como uma forma de compreensão da realidade, a partir da qual os seres humanos podem ampliar mais e mais seus conhecimentos e encontrar modos de se autonomizar frente à natureza.

A partir de um certo momento, o conjunto de recursos técnicos desenvolvidos começa a levar a um salto qualitativo – o quadro original começa a se inverter – os seres humanos não só ganham autonomia em relação à natureza, mas passam mesmo a dominá-la e a submetê-la a sua vontade. Isto configura uma nova fase, o período do esclarecimento, que tem seu auge com a Era das Luzes, no séc. XVIII. Mas o desenvolvimento desta fase acaba por ter consequências inesperadas e catastróficas, consequências estas que têm suas raízes na própria razão. Ocorre que a razão tem um aspecto de formalidade e abstração, que é justamente o que lhe permite se autonomizar em relação à natureza. Com efeito, é através deste aspecto que a razão pode tomar distância, abstrair, retirar as impressões de seu contexto imediato e constituir conhecimentos. Mas esta mesma capacidade de distanciamento, formalização e abstração permite que a razão se distancie das coisas, reduzindo-as a simples objetos. Com isso, ela também se distancia de quaisquer critérios, em especial os morais. Ela se transforma em uma simples ferramenta, disponível para utilização para qualquer objetivo. Assim, de meio de libertação a razão se converte

em instrumento de dominação. O diagnóstico de Horkheimer e Adorno aponta para uma contradição no interior da própria razão – seu aspecto formal permite que ela siga um caminho que leva à sua própria destruição. Mas isto não significa que com isto eles simplesmente a condenem e proponham o seu abandono. Na verdade, o reconhecimento desta contradição é um feito da própria razão. Ela pode, enfim, conter meios para se autocorriger. Mas o pressuposto inicial para tanto é a adoção de uma postura mais exigente, uma atitude mais autocrítica, o que o livro procura realizar em termos filosóficos. É necessário considerar cuidadosamente e em conjunto os caminhos paralelos e entrelaçados da razão teórica e da racionalidade social e política.

Em termos políticos, justamente, uma das realizações mais interessantes por parte dos membros do Instituto é a obra do jurista Franz Neumann. Advogado engajado na elaboração das leis sobre direitos sociais na Constituição de Weimar, membro do Partido Social Democrata Alemão, Neumann estava entre os primeiros perseguidos pelos nazistas. Após um período de exílio na Inglaterra, onde doutorou-se em ciência política pela London School of Economics com uma tese sobre a governança do Estado de Direito, Neumann foi convidado a se tornar membro do Instituto e transferir-se para os Estados Unidos em 1936. Assim como Otto Kirchheimer e Herbert Marcuse, Neumann acabou sendo desligado em 1941, por conta de dificuldades financeiras pelas quais passava o Instituto. Pouco antes deste desligamento, porém, ele já tinha concluído sua principal obra, *Behemoth: a estrutura e prática do nacional-socialismo*. Compendo uma análise ampla e minuciosa da Alemanha nazista, o *Behemoth* englobava exposições sobre a organização da política, da economia e da sociedade sob o nazismo. Sua tese central, bastante inovadora, consistia na explicação do poder nacional-socialista como resultado de uma aliança entre quatro grupos: os nazistas, a burocracia estatal, as empresas e as forças armadas alemãs. Apesar desta aliança, cada grupo tinha interesses próprios, não necessariamente coincidentes com os dos demais. Na tentativa de garantir seus objetivos, e aproveitando-se de certas prerrogativas do estado de exceção implantado por Hitler, cada um deles estava forçando a implementação de anomalias jurídicas na forma de regras próprias, leis específicas que lhes garantiam privilégios, ou que eram formuladas em termos extremamente vagos, de modo a abrir para as eventuais “autoridades responsáveis” um amplo espaço de interpretação ou, melhor dizendo, de arbítrio. Neste sentido, o nazismo poderia ser visto, em seu conjunto, como um processo de destruição do Estado, uma vez que exceções, privilégios e arbítrios arruinavam sua estrutura jurídico-institucional⁵. Com efeito, contrariando as concepções que veem o Estado como uma instituição essencialmente conservadora

5 Em uma nota introdutória ao livro, Neumann explica que o termo *Behemoth* (assim como o termo *Leviatã*) tinha sido tirado da escatologia judaica, onde ambos designavam dois monstros que surgiriam pouco antes do fim dos tempos e estabeleceriam um reino de terror (ou, segundo outras versões, lutariam um contra o outro). Ele aponta que “foi Hobbes quem tornou tanto o *Leviatã*, quanto o *Behemoth* populares. Seu *Leviatã* é uma análise de um Estado que é um sistema político de coerção no qual vestígios do estado de direito e dos direitos individuais ainda estão preservados. Seu *Behemoth*, ou o *Longo Parlamento*, entretanto, discutindo a Guerra Civil Inglesa do século dezessete, representa um não-Estado, um caos, uma situação de anomia, desordem e anarquia. Já que acreditamos que o nacional-socialismo é – ou tende a se tornar – um não-Estado, um caos, um domínio da anomia e da anarquia, que ‘engoliu’ os direitos e a dignidade do homem e está determinado a transformar o mundo em um caos pela supremacia de gigantescas massas de terra, consideramos adequado chamar o sistema nacional-socialista de O *Behemoth*” (Neumann, 1966, p. xii).

e opressiva, Neumann procurava mostrar que ele também constituía um importante avanço, justamente porque sua estrutura jurídico-institucional era um grande progresso em termos de racionalidade e garantia de direitos. O caráter totalitário do nazismo mostrava-se, então, também em sua tendência a destruir o Estado⁶, tendência esta que era, por sua vez, outra figura da crise da razão na contemporaneidade.

O *Behemoth* de Neumann teve um impacto considerável quando foi publicado⁷, sendo então considerado uma das melhores análises sobre o nazismo. Isto levou o governo estadunidense a convidá-lo para trabalhar no recém-criado Office of Strategic Services, órgão de espionagem, diagnóstico e planejamento de contrapropaganda que, mais tarde, daria origem à CIA. Neumann aceitou a oferta, sendo ainda contratados seus dois ex-colegas de Instituto, Kirchheimer e Marcuse. Nos anos seguintes, os três vinculariam suas reflexões a este envolvimento temporário, chegando a esboçar alguns trabalhos e projetos conjuntos, por exemplo, o projeto sobre “Teorias da mudança social”, concebido por Marcuse e Neumann. Este projeto não chegou a ser desenvolvido, dele restando apenas dois textos muito interessantes e que só recentemente foram encontrados nos arquivos de Marcuse. De acordo com as anotações de Marcuse relativas ao projeto uma instituição essencialmente conservadora e opressiva, Neumann procurava mostrar que ele também constituía um importante avanço, justamente porque sua estrutura jurídico-institucional era um grande progresso em termos de racionalidade e garantia de direitos. O caráter totalitário do nazismo mostrava-se, então, também em sua tendência a destruir o Estado⁹, tendência esta que era, por sua vez, outra figura da crise da razão na contemporaneidade.

O *Behemoth* de Neumann teve um impacto considerável quando foi publicado¹⁰, sendo então considerado uma das melhores análises sobre o nazismo. Isto levou o governo estadunidense a convidá-lo para trabalhar no recém-criado Office of Strategic Services, órgão de espionagem, diagnóstico e planejamento de contrapropaganda que, mais tarde, daria origem à CIA. Neumann aceitou a oferta, sendo ainda contratados seus dois ex-colegas de Instituto, Kirchheimer e Marcuse. Nos anos seguintes, os três vinculariam suas reflexões a este envolvimento temporário, chegando a esboçar alguns trabalhos e projetos conjuntos, por exemplo, o projeto sobre “Teorias da mudança social”, concebido por Marcuse e Neumann. Este projeto não chegou a ser desenvolvido, dele restando apenas dois textos muito interessantes e que só recentemente foram encontrados nos arquivos de Marcuse. De acordo com as anotações de Marcuse relativas ao projeto,

ele e Neumann pretendiam analisar tendências conflitantes em relação a aspectos como mudança social e coesão social; forças da liberdade e

6 Elementos neste sentido também estão presentes em textos de Adorno, vinculando-os à ausência de qualquer “ideologia” ou teoria por parte dos nazistas. Por exemplo: “um certo caráter vago em relação aos objetivos políticos é inerente ao fascismo. Isto se deve em parte à sua natureza intrinsecamente não-teorética e em parte ao fato de que seus seguidores serão traídos no final e, por isso, os líderes devem evitar qualquer formulação à qual poderiam ter que se ater mais tarde. Deve-se também notar que, com relação a terror e medidas repressivas, o fascismo habitualmente vai além do que tinha anunciado. Totalitarismo significa não conhecer limites, não permitir nenhum descanso, conquistar com absoluta dominação, completo extermínio do inimigo escolhido. Com relação a este significado do ‘dinamismo’ fascista, qualquer programa político definido funcionaria como uma limitação, um tipo de garantia mesmo para os adversários. É essencial ao domínio totalitário que nada seja garantido, nenhum limite seja colocado para a arbitrariedade impiedosa” (Adorno, 1972, p. 399-400).

7 Uma pesquisa na base de dados JSTOR dá uma amostra da enorme quantidade de resenhas de que o livro foi objeto em periódicos acadêmicos americanos no início dos anos 1940.

necessidade na mudança social; fatores subjetivos e objetivos que produzem mudança social; padrões de mudança social, tais como evolução e revolução; e rumos da mudança social, tais como progresso, regressão e ciclos. O projeto culminaria em uma “teoria da mudança social para a nossa sociedade” (Kellner, 1999, p. 36)⁸.

No período do pós-guerra a discussão filosófica sobre o papel contemporâneo da razão, tanto em sua forma subjetiva (isto é, como faculdade humana que se concretiza como teoria ou prática) como em sua forma objetiva (isto é, como conjunto de instituições sociais, políticas, econômicas e culturais) continuaria sendo desenvolvida com bastante destaque nas obras de Herbert Marcuse.

Ao longo dos anos 1950-1960 Marcuse prolonga em vários de seus escritos as preocupações que compartilhara com Neumann acerca da mudança social. De especial interesse a este respeito é, sem dúvida, seu livro *Eros e civilização*. Interessado pelas condições subjetivas que poderiam impedir, ou então, inversamente, solicitar e mesmo exigir a mudança social, Marcuse volta-se para uma investigação filosófica das perspectivas abertas pela obra de Sigmund Freud. Num primeiro momento, estas perspectivas não parecem animadoras. As concepções de Freud sobre o progresso da civilização estão centradas na ideia da necessidade da repressão dos instintos:

A proposição de Sigmund Freud, segundo a qual a civilização se baseia na permanente subjugação dos instintos humanos, foi aceita como axiomática. [...] A livre gratificação das necessidades instintivas do homem é incompatível com a sociedade civilizada: renúncia e dilatação na satisfação constituem os pré-requisitos do progresso. Disse Freud: “A felicidade não é um valor cultural”. A felicidade deve estar subordinada à disciplina do trabalho como ocupação integral, à disciplina da reprodução monogâmica, ao sistema estabelecido da lei e da ordem. O sacrifício metódico da libido, a sua sujeição rigidamente imposta às atividades e expressões socialmente úteis, é cultura (Marcuse, 1982, p. 27).

8 O caráter teórico ambicioso e interdisciplinar transparece no parágrafo inicial de um dos textos redigidos conjuntamente por Neumann e Marcuse: “Uma vez que a sociologia, como ciência independente, não se estabeleceu até o século XIX, a teoria da sociedade até então era parte integrante da filosofia ou das ciências (como a econômica ou jurídica) cuja estrutura conceitual se baseava, em grande parte, em doutrinas filosóficas específicas. Esta conexão intrínseca entre filosofia e teoria da sociedade (...) formula o padrão de todas as teorias específicas da mudança social que ocorreram no mundo antigo, na Idade Média e no início dos tempos modernos. Um resultado decisivo é a ênfase no fato de que a mudança social não pode ser interpretada dentro de uma ciência social em particular, mas deve ser compreendida dentro da totalidade social e natural da vida humana. Esta concepção utiliza, em grande parte, fatores psicológicos das teorias da mudança social. No entanto, a derivação dos conceitos sociais e políticos da ‘psique’ humana não é um método psicológico no sentido moderno, mas antes envolve a negação da psicologia como ciência especial. Para os gregos, os conceitos psicológicos eram essencialmente éticos, sociais e políticos, a serem integrados na ciência suprema da filosofia” (Marcuse e Neumann, 1999, p. 139).

Mas Marcuse julga encontrar ainda outra possibilidade, uma “tendência oculta na psicanálise”. O primeiro indício a este respeito está no questionamento de Freud quanto ao valor dos benefícios obtidos frente ao custo em termos de sofrimento infligido aos indivíduos – afinal, não faria sentido colocar esta questão se não houvesse alternativas. Para além disso, porém, o fato é que Freud aponta que a instauração do princípio de realidade no lugar do princípio do prazer não ocorre de uma vez por todas, mas precisa ser repetido continuamente, tanto no âmbito da ontogênese, quanto no da filogênese. Ora, para Marcuse isto “indica que o seu triunfo sobre o princípio do prazer jamais é completo e seguro”; mais ainda, indica que “a repressão é um fenômeno histórico” (Marcuse, 1982, p. 36-37). O que quer dizer que não se trata de um processo simplesmente natural, mas realizado pela sociedade. Se assim for, isto significa que o progresso técnico e os avanços sociais podem permitir que sejam superados limites que Freud considerava fixos. Haveria a possibilidade de se criar uma sociedade mais livre e menos repressiva, onde os indivíduos pudessem encontrar maior satisfação e realização.

Esse caminho percorrido por Marcuse mostra um esforço de dispor do pensamento crítico para compreender a realidade de modo negativo, isto é, a partir da constatação da incontornável subordinação da felicidade, o teórico crítico recupera a “tendência oculta”, os rastros da emancipação.

Por outro lado, se o progresso técnico e os avanços sociais podem permitir a superação dos limites observados por Freud, por que não o fazem? Em outras palavras, se com o desenvolvimento tecnológico existe a possibilidade da liberdade, de uma vida melhor e mais humana, por que caminhamos cada vez mais em direção à miséria?

Em “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”, texto que Marcuse publica em 1941, uma década antes de escrever *Eros e civilização*, a tecnologia torna-se objeto dessa mesma crítica negativa. A técnica, isto é, o aparato técnico, os instrumentos e práticas que, assim por dizer, constituem as indústrias, é, para Marcuse (1999a, p. 74), um “fator parcial”, que por si só “pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância, tanto o aumento quanto a abolição do trabalho árduo”. Assim, quando Marcuse fala, em *Eros e Civilização*, no progresso técnico como um fator que poderia possibilitar o surgimento de uma sociedade mais livre, ele está se referindo a essa técnica e ao seu potencial positivo, que poderiam ser utilizados para democratizar e melhorar a vida humana, para reduzir significativamente a jornada de trabalho e aumentar o reino da liberdade, transformando o domínio da escassez no domínio da abundância. Em contrapartida, Marcuse também considera as características negativas desse desenvolvimento tecnológico, uma vez que a tecnologia, compreendida como a totalidade desses instrumentos e práticas, como um modo de produção é, ao mesmo tempo, “uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação” (Marcuse, 1999a, p. 74).

Quando a tecnologia é empregada em uma forma de organização social que tem como objetivo a produção e reprodução do capital ela passa a ser potencialmente um grande veículo de reforço da dominação. Nesse cenário, são produzidos cada vez mais bens de consumo e serviços. Amplia-se a possibilidade de aquisição pelos sujeitos integrados ao sistema, ao mesmo passo que, para uma larga porção da sociedade, o trabalho se torna fisicamente mais leve e a vida mais confortável. Aquilo que se esconde nessa dinâmica de servidão paulatinamente mais agradável é o que Marcuse (1999c, p. 46-50) caracteriza como um intenso desperdício de forças produtivas, obsolescência programada e aniquilação de bens necessários à vida, face

à pobreza e a necessidade existentes para além dos sujeitos integrados ao sistema, mas ainda pertencentes ao desenvolvimento do “progresso” nessa mesma sociedade.

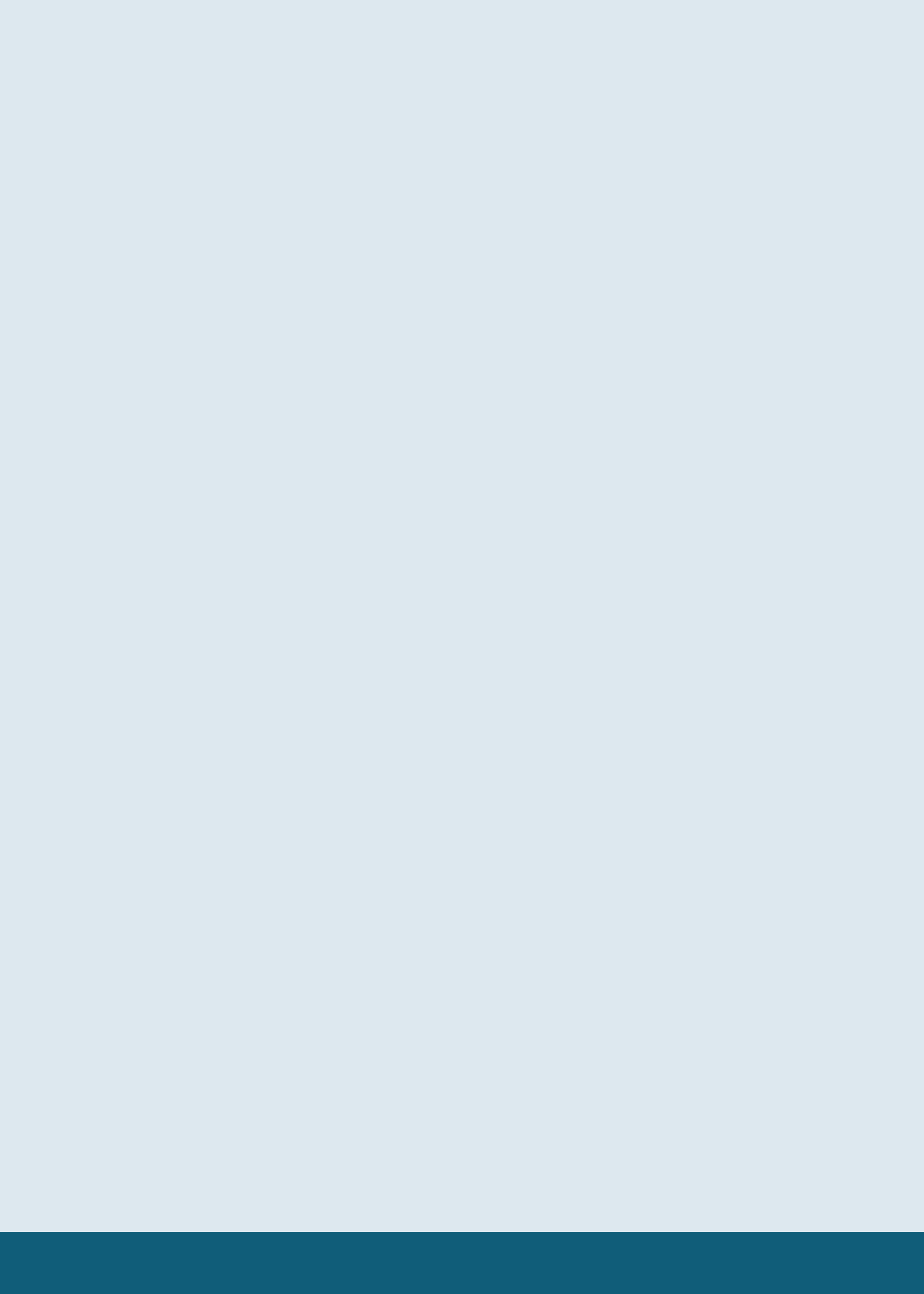
Essas consequências permanecem encobertas pelas estratégias de dominação da sociedade. É possível perceber essa dinâmica também na maneira em que o tempo é administrado. No tempo em que os sujeitos dedicam seus corpos e mentes ao trabalho alienado, eles existem enquanto instrumentos; já no resto do tempo “livre” a alienação também se propaga. Além da duração do tempo de trabalho, da rotina maçante e cansativa que requer que esse tempo “livre” seja preenchido com atividades de relaxamento passivo e uma recuperação de energias para o trabalho, a indústria do entretenimento, ainda, oferece distrações. Essas, simultaneamente, distraem da real dinâmica de dominação da sociedade e perpetuam um padrão de vida e de bens de consumo, unindo ainda mais os sujeitos aos objetivos da sociedade. Assim, em troca desses artigos, que passam a ser necessidades, os indivíduos não só vendem o seu trabalho mas também seu tempo livre.

É interessante notar que tanto em sua interpretação do pensamento de Freud quanto em seus escritos sobre a tecnologia/técnica Marcuse evidencia um estranhamento entre a amplitude e profundidade da dominação e as possibilidades reais de libertação dentro do próprio sistema totalitário. Nestes termos, Marcuse encontra condições subjetivas que poderiam impedir e exigir a mudança social; uma tecnologia que converte-se em um sistema de dominação e uma técnica, que por outro lado, “impede o desenvolvimento individual apenas quando está presa a um aparato social que perpetua a escassez, e este mesmo aparato liberou forças que podem aniquilar a forma histórica particular em que a técnica é utilizada” (Marcuse, 1999a, p. 101). Essas distinções são importantes, porque mostram que o pensamento de Marcuse preza pela dialética do pensamento crítico desmembrando uma realidade que se mostra, em primeiro momento, totalitária mas que tem em suas raízes alternativas históricas reais com tendências e forças subversivas.

Este rápido quadro reunindo diferentes pesquisas e obras dos membros da Escola de Frankfurt permite notar a construção de uma interpretação das mudanças que redefiniram a dinâmica global no século XX e exigiram a reformulação das expectativas geradas anteriormente, em que razão, técnica e tecnologia ocupam uma posição central. Nessa interpretação, o desenvolvimento da técnica, seus produtos tecnológicos e a construção de uma racionalidade que é individual e socialmente elaborada estão interligados como momentos de um processo constituído por recuos e possibilidades de avanço das forças emancipatórias. A diversidade das abordagens teórica e metodológica dos intelectuais ligados à Escola de Frankfurt constituiu um campo fértil para análises diversas com pontos de contato entre si. As ideias de catástrofe, barbárie e destruição total estão presentes em grande parte dessas análises, apontando para a realização de uma tendência que parece irreversível. Contudo, conforme essa tendência é descrita, se observa a existência de condições para reverter esse quadro. Esses autores levam a cabo uma dimensão profundamente crítica do marxismo em favor da emancipação humana, diante de uma sociedade que cada vez mais expande seus mecanismos de controle e dominação. Eles permaneceram na busca pelos arcanos, permaneceram orientados pela ideia de que “nada deve parecer impossível de mudar” (Brecht, 1982, p. 45).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. **Margem esquerda**: ensaios marxistas, São Paulo, nº 7, p. 164-189, mai., 2006.
- ADORNO, Theodor W. Anti-semitism and fascist propaganda. In: ADORNO, Theodor W. **Soziologische Schriften I**. Frankfurt: Suhrkamp, 1972. p. 397-407.
- ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Unesp, 2019.
- ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- ANTUNES, Deborah Christina. **Por um conhecimento sincero no mundo falso**: Teoria Crítica, pesquisa social empírica e **The authoritarian personality**. 2012. Tese (Doutorado em Filosofia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2012.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann in Jerusalem: a report on the banality of evil**. Nova York: Penguin, 2006.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Vol. 1. 3ed. - São Paulo : Editora Brasiliense, 2012.
- BENJAMIN, Walter. Teoria do conhecimento, teoria do progresso. In: BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte : Editora UFMG; São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 499 - 530.
- BRECHT, Bertolt. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: ELO Editora, 1982.
- COSTA, Virgínia Helena Ferreira da. **“A personalidade autoritária”**: antropologia crítica e psicanálise. 2019. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.
- HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JAY, Martin. **A imaginação dialética**: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- KELLNER, Douglas. Introdução: tecnologia, guerra e fascismo: Marcuse nos anos 40. In: MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Unesp, 1999. p. 21-69.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999a. p. 73-104.
- MARCUSE, Herbert e NEUMANN, Franz. Uma história da doutrina da mudança social. In: MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Unesp, 1999b. p. 137-150.
- MARCUSE, Herbert. Perspectivas do socialismo na sociedade industrial avançada - uma contribuição ao debate. In: LOUREIRO, Isabel Maria (org.). **Herbert Marcuse: a grande recusa hoje**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999c. p. 47-56.
- NEUMANN, Franz. **Behemoth: the structure and practice of national socialism 1933- 1944**. Nova York: Harper & Row, 1966.
- WIGGERSHAUS, Rolf. **A Escola de Frankfurt**: história, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: Difel, 2002.



ARQUÉTIPOS RACIAIS E A JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL: TEORIAS QUE PRECEDEM A BARBÁRIE

Dagoberto José Fonseca
Rafael Matheus de Jesus da Silva

INTRODUÇÃO

Há uma querela na percepção social sobre justiça social no Brasil, que dificulta a percepção do alcance e centralidade desse mecanismo, como constitutivo de políticas públicas, considerando ser um instrumento legal, importante e fundamental no combate às vulnerabilidades econômicas, sociais e culturais existentes no interior da sociedade. Historicamente as lutas por igualdade de direitos e oportunidades em específico à população negra estiveram precedidas por pressões populares da participação de grupos, movimentos e entidades, que de modo geral, empreenderam as primeiras mobilizações por liberdade de direitos no país, o que por sua vez, “credencia o movimento negro como uma das primeiras organizações sociais do Brasil” (Ribeiro, 2010, p. 147).

Com efeito, uma gama de ações precedidas por esse grupo, notabilizaram articulações fundamentais na busca de conquistas sociais. Moura (1988) argumenta que a presença negra visualizada a partir de pressões populares no período colonial, posicionou o coletivo como principal entrave ao processo de modernização do Estado na formação e produção escravista, então dependente do sistema colonial. Nesse sentido, a medida que a modernização ocorria sem mudanças no quadro social, acabou por deflagrar revoltas, vista por esse, como as primeiras contestações sociais, como se vê:

a quilombagem despertou na classe senhorial o receio permanente e agudo da propagação da rebeldia, da insubmissão, da violência dos quilombolas das fazendas ou dos insurretos urbanos. Isso porque os negros davam demonstração na prática política [...] de que havia a possibilidade de uma solução alternativa possível mesmo no sistema escravista: a formação de unidades independentes nas quais o trabalho escravo não era praticado. (Moura, 1988, p. 271)

Destarte, esse exemplo evidencia a experiência de articulação negra no front político anterior ao processo de abolição, e sinaliza a dinâmica inscrita a partir das incursões seculares

do movimento social negro, ao passo que, ajudaram a recriar espaços e direitos sociais, entre as quais, se observa forte influência até a contemporaneidade. Nesse sentido, assim como o quilombo, outras entidades e organizações negras ensejaram mecanismos e posicionamento na luta pela promoção da igualdade racial. Em síntese, essa dimensão histórica se torna igualmente necessária no contexto atual, guardada os ataques ultraconservadores à políticas afirmativas no país. O que por sua vez, tem fragilizado a compreensão social ao vincular políticas públicas e direitos humanos, como obstáculo ao desenvolvimento econômico do país.

Diante desse quadro, este trabalho expõe o debate da necessidade de políticas públicas do país, da mesma maneira, apresenta algumas das ações do movimento social negro, como importante marco no processo de construção de referências simbólicas, jurídicas, materiais e culturais de equidade racial, sem antes, perder de vista os elementos teóricos e históricos que fundamentaram a sistematização de códigos raciais no país. Em contrapartida, os mecanismos e “instrumentos de auxílio aos gestores/as municipais, estaduais e federal, para o enfrentamento e combate ao racismo” (Estatuto da Igualdade Racial, 2010, p. 1)

1. MEDO BRANCO E AS TEORIAS RACIAIS: projeto-nação do Estado brasileiro e o alijamento social da população negra

A manifestação que baliza discursos conservadores no Brasil na atualidade, está associada com a própria discussão da identidade nacional, assentada por pensadores sociais do século XIX e XX, que enunciaram no imaginário coletivo, narrativas e projeções de poderes sobre as relações raciais no país. Alimentadas por interpretações, que de modo geral, tiveram influências sobre o modo como a sociedade brasileira se organizou, tanto por políticas de branqueamento, como pelo alargamento de uma ordem capitalista. Esse conjunto foi capaz de amplificar a ideia de uma nação branca, assim como, a expansão de uma classe dominante, ao capilarizar consensos que ainda ressoam na contemporaneidade, o que faz com que, o debate sobre igualdade racial e justiça social não deixa de ser observada.

De acordo com Azevedo (1987), o mote sobre as desigualdades raciais no país é um fenômeno social com dimensões históricas, ao passo que, a efetiva recusa aos direitos da população negra aparece lateralmente nas reuniões de parlamentares de 1870. A autora chama atenção do receio da elite, grupos letrados e fazendeiros, sobre a possibilidade do surgimento de novas camadas sociais que passariam a emergir com o processo de emancipação racial. Com efeito, esse debate inscreveu sobre os congressistas, posicionamentos que acabou por aprofundar a disparidade social dos negros no país, sobretudo, ao priorizar os interesses capitalistas entre as quais se alinhavam interesses políticos e econômicos, cujo objetivo asseguraria o predomínio branco, não somente nos polos de poderes, como na força de trabalho. Sobre isso diz:

o fim da escravidão se avizinhava cada vez mais, vários reformadores passaram a tratar do tema do negro livre não mais do ângulo inicialmente proposto — o da coação do ex-escravo e demais nacionais livres ao trabalho —, mas sim da perspectiva de sua substituição física pelo imigrante tanto na agricultura como nas diversas atividades urbanas (Azevedo, 1987, p. 60)

Destarte, o discurso imigrantista ganha destaque no cenário nacional, visto que a preocupação por parte da elite ao discutir uma “transição segura,” sem perder poder mediante a massa oprimida, sinaliza a mudança de foco sobre a inclusão da população negra no trabalho livre. O centro das discussões passa a girar em torno do desenvolvimento econômico e industrial, assim como a urbanização e a formação da classe operária com base numa população essencialmente branca e estrangeira. Nesse sentido, as medidas visavam a manutenção da propriedade com ampla garantia de acumulação de capitais. Dessa maneira, retomar esse contexto histórico é essencialmente fundamental como ponto de partida, dado que, os direcionamentos da política nacional do período mencionado acima promoveram na sociedade brasileira por muito tempo, interpretações eugenista de branqueamento, em que se observaram códigos raciais que atrelava a miscigenação ao status-quo de inferioridade.

A título de exemplo algumas produções de Intelectuais como; Raimundo Nina Rodrigues (1894) centralizou seus estudos na busca por relações entre mestiçagem e criminalidade como forma de fundamentar uma pseudociência criminológica no país. Nesse sentido, intensificava sua análise a partir do aporte médico legal e jurídico, de outro modo, projetou suas teorias para a conceituação do atraso e degenerescência racial; Sílvio Romero (1907) por sua vez, observava as diferentes raciais no país como um estágio para a valorização da cultura considerada pura, na qual, indicava que a miscigenação serviria apenas para o branqueamento da população, decorrente da tipologia do branco como caracteristicamente nacional. Em Euclides da Cunha (1973), as concepções de inferioridade racial tinham preceitos deterministas consideravam o ambiente como principal indicador de influência sobre o caráter dos sujeitos.

As formulações desses pensadores sociais produziram interpretações e estereótipos sobre o produto étnico do país. Reproduzidas com forte apelo e alinhamento positivista, tendo como pressuposto a evolução das espécies que, a priori, serviu como subsídio ao discurso de progresso da elite política e latifundiária então receosa com a abolição. Nesse sentido, essas narrativas fundamentaram a racialização dos africanos e afro-descendentes no país.¹

Schwarz (1993) argumenta que, à medida que o projeto de nação branca avançava no debate jurídico, outros segmentos da vida social como a medicina, educação e a ciência convergiram para uma análise antropológica e sociológica, sustentadas por teorias darwinistas que “explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental, passavam a justificar novas formas de inferioridade. Negros, africanos, trabalhadores, escravos e ex-escravos[...] transformavam-se em “objetos de ciencias” (Schwarz, 1993, p. 39).

Em síntese, como se viu a questão racial no país não foi pautada por uma política efetiva do Estado no intuito de superar as desigualdades existentes, e sim, pela pretensa intelectual que viram as discussões sobre a miscigenação como um laboratório racial, em que depositavam as mais diversas teorias de classificação e desumanização a partir de preceitos racializados. Sobretudo, por associações entre negritude e marginalidade, teorias utilizadas como saída para justificar o atraso da modernização do Estado brasileiro.

1 Termo que ganhou amplitude a partir dos estudos de Arthur de Gobineau em “Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas” (1853). Define a raça como conceito biológico para a condição social do indivíduo. O que segundo o mesmo explica a desigualdade. Esse argumento carrega um significado pejorativo, que de modo geral, atesta os indivíduos negros a um aspecto de inferioridade. Nesse sentido, utilizamos o termo aqui como menção às associações entre negritude e marginalidade, bem como, de outros aspectos que denotam estereótipos.

Assim, o caminho para o projeto imigrantista no país, não escondia o desejo de excluir a população negra na distribuição de terras, de propostas econômicas ou de reformas sociais que de modo geral pudessem integrar o negro na sociedade de classes, fossem pela preocupação da perda de prestígio social, ou pelo receio de sublevações populares que pudessem resultar na experiência da Revolução e independência do Haiti. O liberalismo econômico do período enrijeceu as demandas burocráticas logo após a abolição e preservou os interesses oligárquicos, tanto no aspecto político, como na produção cultural e intelectual que de modo geral, alijavam o negro da ordem social.

Fernandes (1978) foi assertivo na análise sobre as inclinações da ordem senhorial, isto é, a ordem tradicionalista, que no caso da cidade de São Paulo, em referência aos anos 1930 e consequente efervescência industrial provocado pela expansão do café, produziu um legado para a raça branca no país, com vistas, para uma estrutura de autocracia burguesa, na qual, a centralidade política favoreceu o patrimonialismo entre as quais, o público e o privado se misturavam nas aquisições da burocracia branca. Contudo, estabeleceu equívocos na conceituação em que atribuiu “déficit negro” na desorganização social, ao definir uma “anomalia social” como critério da raça negra na assimilação da sociedade industrial.

Essas impressões refletem o modo como as questões da gestão do Estado brasileiro nos períodos entre 1870 a 1930 recebeu investimentos, partindo do contextos em que as teorias europeias sobre raça começaram a fundamentar o pensamento social do país. Por outro, foi capaz de refletir uma ideologia branca em vários setores da vida social, sobretudo, política, material e cultural. Notadamente, essa postura teve impactos na cidadania dos africanos e afro-descendentes no Brasil, visto que, a sistematização do racismo nos diversos segmentos da vida, obliterou direitos e oportunidades, que, com efeito, ainda é sentido na atualidade.

Conquanto, esses cientistas legitimaram práticas de inferiorização dos negros, algo próximo do que Fanon (1957) chamou de “linguagem colonizadora”. Os desdobramentos desse processo operaram certas tendências que ainda se perpetuam na sociedade, empreendendo percepções coloniais socialmente legitimadas e naturalizadas, como a espoliação que ainda é feita da imagem do negro, visto como degenerado e ameaçador.

2. CULTURA PUNITIVA E O RECRUDESCIMENTO DA BARBÁRIE: a banalização da violência como discurso neoliberal de “autorresponsabilização”

Em tela, a discussão em torno da luta por justiça social e racial no país perpassa pelo modo como a figura do negro se tornou o principal concorrente aos interesses da política conservadora e liberal do país, em consonância com os primeiros cientistas sociais, que produziram consensos encapadas por discursos que internalizaram uma cultura ofensiva a segmentos sociais, recorrente nas práticas de discriminação, preconceito, injúrias e ofensas raciais. A compreensão desse panorama apresentado até aqui não foge da proposta do trabalho, pelo contrário, sinaliza o imbricamento de vários fatores e contexto histórico da virada entre o

século XIX e XX, que de modo geral, orientaram a fundação do projeto de modernização do Estado brasileiro - centrado por percepções coloniais-.

Nesse sentido, esse modelo se nutriu de uma lógica acumulativa e de expropriação do homem negro, entre as quais, a constituição histórica do nosso país, assentou privilégios na estrutura da sociedade. Estruturas que, como bem afirma Almeida (2018), se materializam como relação de dominação racial em todas as esferas da vida social: “assim, detém o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade [...] impondo à toda sociedade regras, padrões de condutas” (Almeida, 2018, p. 33).

Em 2020 grupos ligados ao movimento social negro do Brasil, denunciavam o alto índice de letalidade policial contra pessoas negras. Impulsionados pela repercussão do caso Jorge Floyd, episódio em que, o americano foi asfixiado até a morte por agentes de segurança, cena que circulou nos principais veículos midiáticos do país.² Em paralelo com outra situação que ganhou amplitude no Brasil, na qual um jovem negro de 14 anos foi executado em casa, após operação policial em uma comunidade do Rio de Janeiro.³ Ambos os contextos produziram ondas de manifestações antirracistas, tanto nos Estados Unidos como no Brasil expressões como; “sem justiça, sem paz” eclodiram sobre os discursos de protestos nas principais cidades do país. Conforme apresentado por Nunes (2022):

em 2020, diante do assassinato de George Floyd em plena pandemia da Covid-19, manifestações contra a violência racial explodiram em todo o mundo e a Coalizão Negra por Direitos, frente que articula mais de uma centena de organizações do movimento negro no país, publicou um manifesto denominado “enquanto houver racismo, não haverá democracia”. Mais uma vez, estava colocada a discussão no panorama do movimento negro nacional.⁴

A reação de uma frente negra nacional se dá pela massificação da violência racial que se avulta em grande escala no país, sobretudo, pelos motins de justicamento em que se opera a intervenção da sociedade na segurança pública, reproduzidas a partir de linchamentos e ataques decorrentes de intolerância, discriminação e violação aos direitos. Práticas cristalizadas por uma cultura punitiva do Estado.

De acordo com Costa (2021), essa postura governamental, é antes, fruto de crise econômica e democrática, visto que, os discursos ultraconservadores não só promove a criminalização dos segmentos sociais no país, quais sejam; as comunidades tradicionais; a população negra; questões de gênero, da mesma maneira, comunidades LGBTQIA+. Como pela produção e naturalização de mortes enviesadas pelo discurso de legítima defesa, em que apenas o “cidadão de bem” importa para as “decisões institucionais, como os anseios pela liberação

2 Disponível em: <Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA | Mundo | G1 (globo.com)>. Acesso em: 20/08/2022.

3 Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/19/menino-de-14-anos-eba-leado-durante-operacao-no-complexo-do-salgueiro-rj.ghtml>>. Acesso em: 19/08/2022.

4 Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/quilombo/reaja-a-violencia-racista>>. Acesso em: 21/08/2022

de posse e porte de armas de fogo para civis” (Costa, 2021, p. 4). Não é à toa que os direitos humanos representam uma ameaça a esse modelo que fabrica violência. Nesse sentido:

Frases tais como “direitos humanos para humanos direitos”, “direitos dos manos”, “bandido bom é bandido morto”, “o cidadão de bem está preso em sua casa enquanto os bandidos estão soltos”, “CPF cancelado”, entre outras, são exemplos de como a violência perpassa o cotidiano e ganha eficácia simbólica a partir da dicotomia “cidadãos de bem” e “vagabundos”/“bandidos”. São expressões dessa violência o punitivismo, os linchamentos públicos, a conivência com as operações policiais homicidas e o forte apelo por armas de fogo para civis (Costa, 2021, p.4).

Schmidt (2018) descreve esse processo como um cenário de recrudescimento das expressões sociais, visto que, a barbárie fruto da violência, ganha maior amplitude no estágio atual do capitalismo. Considerando que, o consenso de punição, em específico focalizado pela política neoliberal do país, tem nos últimos anos instrumentalizado a ideia de sociedade participativa na defesa da família, costumes, valores e da propriedade. Essa percepção tem sido influenciada por interpretações burguesas, entre as quais, têm minado no “enfraquecimento dos valores progressistas e sua antítese como o avanço do conservadorismo” (Schmidt, 2018, p. 39). Além de deflagrar a precarização da vida social.

O que se vê, é a consolidação de um “Estado Penal” (Netto, 2009, apud Schmidt, 2018, p. 41). Isto é, centrado na gestão policial, em que, políticas criminais, seja aquelas de “guerra contra o crime” ou destinadas à construção de unidades prisionais, recebem grosso modo significativos investimentos, em contraposição às políticas públicas de erradicação da pobreza e outros problemas que derivam dessa, tratadas de modo secundário.

Essa análise se alia aos argumentos de Butler (2018), ao situar o enquadramento seletivo da violência a certos grupos sociais, gestadas por políticas conservadoras - que nada contribuem a comoção das mortes visualizadas pelas constantes violências anunciadas, pelo contrário -, esvaziam o sentido da perda, na medida que o luto cede lugar a um quadro de guerra contínuo, e consequente naturalização da precarização da vida. Em nome dos ideais liberais, o Estado autoriza a supressão de outras vidas, o que por sua vez, postula uma cisão na organização da sociedade, visto que:

As vidas estão divididas entre aquelas que representam determinados tipos de Estado e aquelas que representam ameaças à democracia liberal centrada no Estado, de tal modo que a guerra possa então ser travada de forma legítima em nome de algumas vidas, ao mesmo tempo que se pode defender de forma legítima a destruição de outras vidas (Butler, 2018, p. 86)

Logo, as questões suscitadas na contemporaneidade trazem à baila novas possibilidades interpretativas do racismo no Brasil, cuja reflexão interioriza o modo como as relações raciais no país estão atravessadas por códigos constituídos em outras temporalidades - cristalizadas nas esferas jurídicas, educacionais, políticas, culturais e sociais -. Não à toa, o desencadeamento da naturalização nessas instâncias perpassa pelos mesmos ideais defendidos pelos

intelectuais do séc. XIX e XX, que de modo geral, produziram discursos e ações que projetam uma onda de violência racial.

Esse processo se perpetua na medida em que a visão instrumental e reducionista da democracia e consequente reformas sociais estejam orientadas pela ideologia neoliberal, uma vez que, a necessidade de uma ação reguladora do Estado torna as políticas públicas então dependentes de recursos especulativos do mercado. Behring (2003) compreende que, o discurso de modernização atravessa marcos temporais, e, permanece no último quarto do século XX e início do século XXI, travestida pela publicização das políticas sociais, isto é, pela descentralização de setores estatais como; educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Cujo discurso, reforça a ideia de empreendedorismo e autonomia da sociedade civil, convergindo para um capitalismo selvagem.

Diferentemente do liberalismo primitivo apresentado no início desse trabalho, a ideia de justiça social aparece no modelo neoliberal como continuidade de desenvolvimento. Contudo, entoada pela percepção miupe de “autorresponsabilização do sujeito”. Isto é, disfarçada de gestão participativa da sociedade, na “constituição de políticas sociais, serviços públicos e direitos sociais, trabalhistas e políticos” (Montaño; *et al*, 2014, p. 35). Sendo assim, esconde a violência empregada aos movimentos sociais e consequente distanciamento da responsabilidade do Estado nas desigualdades na mesma medida que ataca os direitos e a proteção social.

3. A INTERVENÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO SOCIAL NEGRO E AS PROPOSTAS NO COMBATE A DISCRIMINAÇÃO: breve panorama

Considerando os enlces históricos que sintetizam os fenômenos sociais refletidos na atualidade, na qual o racismo se constituiu. A reprodução das desigualdades no país fundamentou-se sobre propostas teóricas raciais que, de modo geral, reforçam estruturas de dominação em que as condições de vida de grupos sociais marginalizados no país se revelam na persistência de uma política neoliberal. De outro modo, encobre os problemas sociais produzindo consensos ultraconservadores na medida em que pulverizam as políticas de proteção social, além, de projetar discursos que banalizam a violência racial, sobretudo, aquelas que imprimem um caráter punitivo ao naturalizar a violência, na mesma medida que descortina a faceta conservadora e excludente do Estado. Revelando o mesmo desenho liberal “das utopias conservadoras do século XIX, proponentes de novos “contratos sociais” que estabeleçam vínculos de solidariedade no marco de comunidades ilusórias” (Netto, 2013. p. 10). Contudo, as reivindicações dos coletivos, entidades e movimentos negro, não estiveram inscritas de modo passivo. Pelo contrário, se posicionaram através de articulações e mobilizações em todos os contextos históricos.

Munanga e Gomes (2006) circunscrevem bem essa questão, ao trazer exemplos de resistências ao longo da história, como; a Revolta da Chibata (1910) mobilização liderada por um negro que se opôs ao tratamento desumano destinado aos marujos da Marinha Brasileira; a Frente Negra brasileira (1931), vista como uma das primeiras organizações políticas de

militares negros paulistas do pós-abolição que se reuniram afim de constituir uma articulação nacional entre os grupos negros; o Teatro Experimental do Negro (1943) cuja pioneiro é o intelectual e político-ativista Abdias do Nascimento, valendo-se de um projeto pedagógico na qual visava a arte como forma de garantir a cidadania e valorização social ao povo negro; o Movimento das Mulheres Negras na década de 1960, que destacou as diferenças entre raça e gênero ao debate das relações étnico raciais no país; o Movimento Negro Unificado, do final da década de 1970; a recente Lei 10.639/03 constituída em 2003.

Essa última propõe a execução de política públicas que visam a multiculturalidade da sociedade brasileira, ao combater o racismo e discriminações contra negros e indígenas que permeiam a sociedade. Petronilha Gonçalves (2013) acrescenta sobre o alcance e centralidade da lei possibilitar o fortalecimento da cidadania, entre as quais, reforça o pertencimento étnico-racial e a possibilidade de ressignificar a percepção da formação nacional do país. Somam-se a essas ações a lei 12.288, de 20 de julho de 2010 que posiciona o Estatuto da Igualdade Racial como importante marco na promoção da igualdade racial. Souza (2021) assinala que:

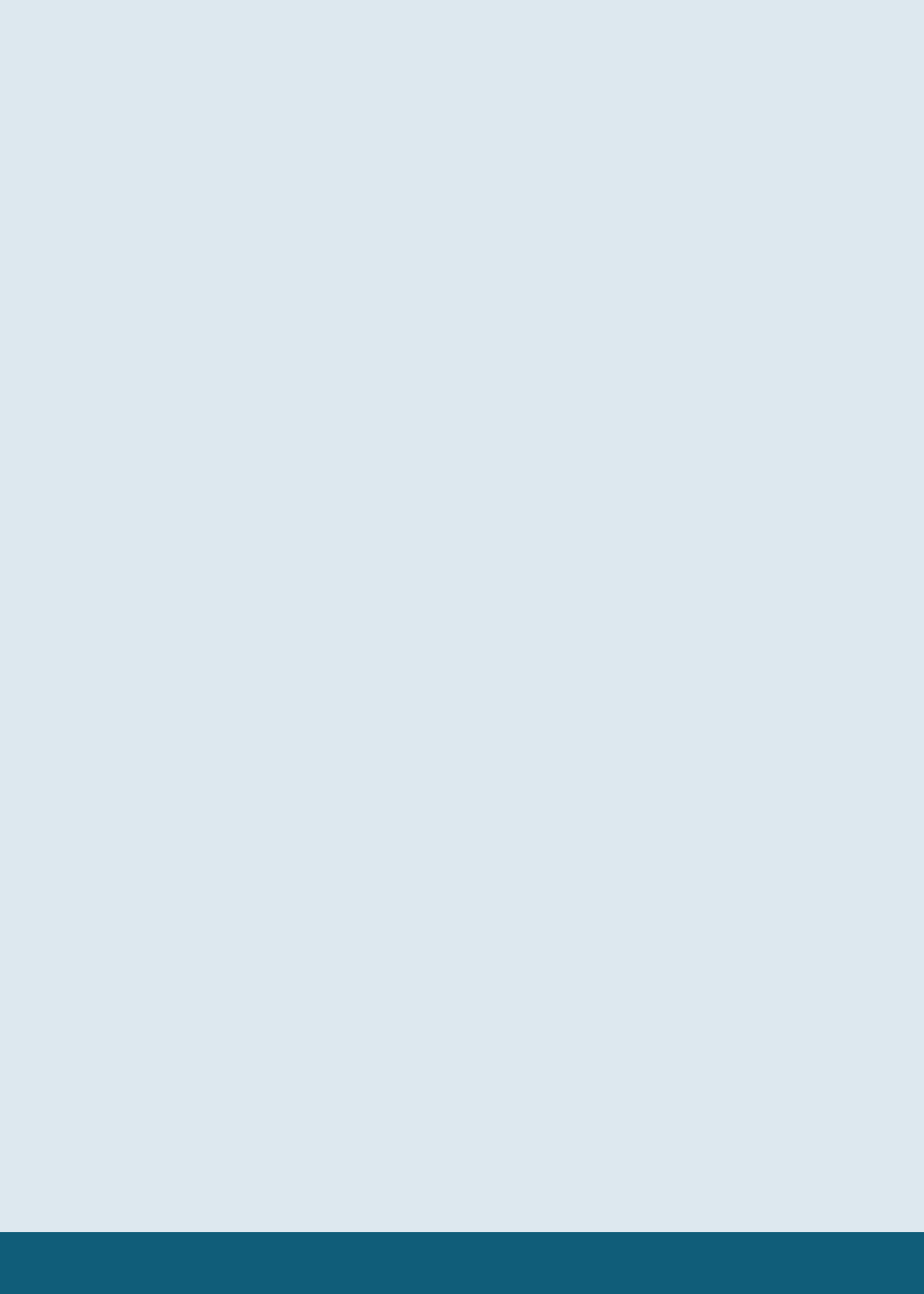
sua criação evidencia as lacunas no que se refere à promoção da igualdade racial, inclusive assumindo a ineficiência do Estado no que diz respeito à atuação policial, conforme podemos observar em “O Estado adotará medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra.” (Estatuto da Igualdade Racial – Cap. IV Art. 53 - 2010 *apud* SOUZA, 2021, p.18).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse quadro a trajetória do movimento social negro, na qual congrega uma diversidade de coletivos, entidades, confrarias religiosas e outros participantes da sociedade civil, tem sido pautado por estratégias que fuja dos postulados científicos produzidos nos últimos séculos por pensadores sociais, que de modo geral, alijaram a população negra da ordem social. Diferentemente desses intelectuais, as pressões populares, em específico as manifestações contra a violência racial, sinaliza a emergência da participação coletiva, resistente da população negra nas decisões democráticas na busca por justiça social que ampare as diferenças socioeconômicas, visto que, as orientações liberais promovidas em outros períodos históricos, ensejaram os direcionamentos discursivos pautados na sustentação de desenvolvimento e progresso, concepção que guarda relação com a política neoliberal contemporânea do país. O que por sua vez, tem revelado um cenário de barbárie e desmoralização das políticas sociais. Assim, a intervenção social e política do Movimento Social Negro, se apresenta pelo “dinamismo, pela elaboração e reelaboração, em cada conjuntura histórica, de diversas estratégias de luta a favor da integração do negro e erradicação do racismo na sociedade brasileira” (DOMINGUES, 2007, p.122).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BEHRING, Elaine R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- COSTA, José Fernando Andrade. **Quem é o “cidadão de bem”?**. Psicologia USP, v. 32, 2021.
- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Rio de Janeiro: Ed. Fator, 1983.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.
- MONTAÑO, C. (Org.). **O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo, Ática, 1988.
- MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino (orgs). **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.
- NETTO, J. P. **Uma face contemporânea da barbárie**. In. COSTA, G. M.; SOUZA, R. (Orgs.). O social em perspectiva políticas, trabalho, serviço social. Maceió: EDUFAL, 2013.
- NUNES, Paula. **Reaja a violência racista**. Alma Preta, 27 de maio de 2022. Disponível em <<https://almapreta.com/sessao/quilombo/reaja-a-violencia-racista>>. Acesso em 21.08.2022.
- RIBEIRO, MATILDE. **O enlace entre direitos humanos, superação do racismo e da discriminação racial**. DIREITOS HUMANOS, 2010.
- SCHWARCZ, Lílían Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Daniela da Cruz de et al. **Violência institucional e o silenciamento dos corpos negros (São Paulo, 2002–2015)**. 2021.
- SCHMIDT, Fabiana et al. **Medidas socioeducativas e cultura punitiva: o recrudescimento do controle das expressões da questão social no Brasil**. 2018.



MODA E CLASSES SOCIAIS: ELEMENTOS DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Tháís Mara Teixeira Brito
Gustavo José de Toledo Pedroso

INTRODUÇÃO

O presente texto foi escrito no ano de 2018, no âmbito da pesquisa para meu Trabalho de Conclusão Curso em Serviço Social. Com vistas a fazer a submissão ao e-book em Comemoração aos 30 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP – Franca, reorganizei alguns pequenos detalhes do texto – que tem uma importância em minha trajetória enquanto discente de Serviço Social na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – pois, apesar de não se tratar da mesma temática da pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação, fez parte do caminho percorrido, tornando possível meu ingresso como discente da Pós-Graduação em nível de mestrado.

Tal pesquisa, intitulada *Moda e classes sociais: elementos da sociedade capitalista*, buscou apreender o fenômeno da moda na sociedade capitalista, isto é, buscou compreender como as roupas não se reduzem a um elemento secundário e menor no interior do capitalismo, mas remetem a todo um conjunto de aspectos importantes, que vão desde o processo de produção até os fatores simbólicos nas relações entre as classes.

Tratou-se, portanto, de analisar de forma crítica a questão da moda e, através dela, o modo de produção capitalista e a divisão de classes por ele estabelecida. As análises foram realizadas à luz do método marxista. “[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, [e] visa alcançar a essência do objeto.” (Netto, 2011, p. 22, grifo do autor). Ou seja, superando o imediatismo, e entendendo que o objeto de pesquisa tem uma existência objetiva, “[...] que independe da consciência do pesquisador” (Netto, 2011, p. 22).

A pesquisa teve como ponto de partida a compreensão da necessidade de reforçar e reavivar teorias de base crítica em relação à questão da moda – enquanto modo de vestir – sua ascensão e hegemonia na sociedade capitalista atual e seus rebatimentos sobre os indivíduos, principalmente a classe despossuída dos meios de produção e poder. Acompanhando aqui Gilda de Mello e Souza, entendemos que quando se tem por objetivo “[...] compreender [a moda] em toda a riqueza devemos inseri-la no seu momento e no seu tempo, tentando descobrir as ligações ocultas que mantém com a sociedade.” (Souza, 1987, p. 51).

1. MODA, FESTA E DIVISÃO SOCIAL DE CLASSES

A questão da moda não pode ser negligenciada, pois interfere direta e indiretamente nas relações sociais. É necessária uma retomada de consciência por parte da sociedade em relação aos *pré-conceitos* que são direcionados a indivíduos e grupos devido ao vestuário e acessórios utilizados por eles, bem como por alguns de seus comportamentos.

A moda tem importância como forma de identificação de classe. Ela é uma maneira de, através da imagem e da aparência, assinalar o próprio poder aquisitivo e, portanto, a própria posição no interior da estrutura de classes. O que se considera como vestir-se bem ou vestir-se mal é algo que está fortemente relacionado a ter ou não acesso ao consumo em diferentes formas e à importância que se atribui a isto, indicando-se, desta forma, se se trata ou não de uma pessoa de posses.

É importante, porém, entender que diversos matizes estiveram envolvidos neste processo. Em seu estudo sobre a moda no séc. XIX, Gilda de Melo e Souza (1987) fala sobre como as roupas permitiam que se realizasse uma metamorfose dotada de grande significado social. A festa era a ocasião em que as pessoas substituíam a roupa simples dos dias comuns por uma roupa mais “fantasmal”: “E uma nova personalidade emerge no momento de exceção, quando à esfera da pessoa se acrescenta uma ambiência fictícia [...]” (Souza, 1987, p. 151). Ou seja, a pessoa tinha a personalidade real do dia a dia e uma nova personalidade que tomava a frente no momento das festas, quando todos se vestiam com novas cores, formas e tecidos.

Nesse sentido,

[...] se uma das funções da festa é modificar as relações entre os sexos, a outra igualmente importante é modificar as relações entre as classes [...] Nas sociedades urbanas do século XIX, os indivíduos se acotovelam na aproximação física das cidades; contudo, a hierarquização limita cada indivíduo à existência em sua classe, fazendo-o perder o contato com o resto da comunidade. E, se a festa adquire importância, é por anular de certa forma os afastamentos no espaço social. (Souza, 1987, p.155-156).

O papel exercido pela festa devia-se à democracia política do século XIX, que não permitia uma modificação dos afastamentos criados pelas diferentes posições. E, de acordo com Souza (1987), nos salões particulares essa aproximação era mais efetiva; entretanto, o privilégio de ser convidado era a condição que permitia que se estabelecesse nessa igualdade momentânea. Ou seja, aqueles que não se encontrassem nessa condição continuavam excluídos. E a autora ressalta que “[...] para que essa igualdade se solidifique cada um deverá entrar no diapasão geral, confundir-se do modo mais perfeito aos grupos dominantes.” (Souza, 1987, p.160). Aquele que adquiriu essa confiança momentânea tem seu comportamento e aparência avaliados todo tempo pela maioria e, se consegue se adequar às exigências de aparência e comportamento, irá se elevar aos olhos dessa maioria.

Transferindo essas reflexões para analisar os dias atuais – onde não é só a festa que permite essa maior percepção de contrastes e tentativas de se adequar à aparência e ao comportamento adotados pela maioria – os indivíduos tornam-se cópias (falsas) uns dos outros,

seguindo ou, por vezes, tentando seguir padrões e a ideologia de classe – que será sempre a ideologia da ordem vigente e da classe dominante –, tornando-se alienados.

Retornando à discussão desenvolvida por Souza, ela aponta ainda que as festas possibilitavam “[...] uma reorganização das elites, pela introdução de novos membros capazes. [...] [nelas] entram em jogo mais as qualidades pessoais de cada um que os atributos de sua classe.” (Souza, 1987, p. 18). Isso nos remete à tão discutida meritocracia, segundo a qual, ascender à classe dominante é mérito do indivíduo que se esforça e “faz por merecer”, o que faz com que o indivíduo apareça como o único responsável por seu sucesso ou seu fracasso, colocando o primeiro como fruto do esforço a partir do trabalho árduo. Tal concepção adequa-se bem a uma sociedade cada vez mais individualizada, até certo tempo atrás pautada pela ideologia liberal/neoliberal, e que agora assume contornos ainda mais preocupantes, até mesmo fascistas.

É a classe social que determina como as mais variadas expressões de opressão irão ser vivenciadas pelos sujeitos. A luta de classes deve ser então o ponto central das discussões de fenômenos presentes na sociedade capitalista. No entanto, não se excluem as outras opressões sofridas como o racismo, a intolerância religiosa, homofobia, transfobia, opressão de gênero, enfim, uma pessoa pode vivenciar uma dessas opressões ou ser permeada por várias delas, de acordo com o seu gênero, orientação sexual, por exemplo.

A divisão social tem importância desde os sistemas anteriores ao sistema capitalista, mas ainda não se constituía como divisão entre classes. A respeito disso, Marilena Chauí (2013), diz que,

[...] *o ser da sociedade é sinônimo de divisão*: divisão de tarefas e hierarquias na família e na sociedade tribal, divisão segundo a posição econômica e de poder na sociedade antiga greco-romana, divisão segundo a posição hierárquica na sociedade feudal e na sociedade monárquica (seja na forma imperial das sociedades da China e da Índia, seja na forma feudal da sociedade europeia medieval ou na forma das monarquias absolutistas modernas), divisão das classes sociais na sociedade capitalista (Chauí, 2013, p. 58-59).

A divisão social de classes é fundamental nas sociedades capitalistas para manter a acumulação do capital, que necessita de algumas condições que permitam a sua manutenção e reprodução. Estas condições incluem a contínua produção e reprodução da pobreza e dos pobres, sendo que estes últimos formam um exército de reserva cuja existência é essencial para a exploração capitalista. Assim como a manutenção dessas pessoas em determinados espaços que perpetuam e reforçam a situação em que elas se encontram, impedindo-as de ter acesso à cultura, ao lazer e à educação de qualidade.

Em seu estudo sobre a correlação entre espaço e degradação social no romance *L'Assommoir*, de Émile Zola, Antonio Candido evidencia alguns pontos que às vezes passam despercebidos e que têm uma importância grandiosa para a leitura do romance. De início o autor coloca que:

L'Assommoir é amarrado ao espaço restrito de um bairro operário de Paris, onde decorre toda a ação, presa a algumas ruas e algumas casas, sobretudo o cortiço enorme da rua de La Goutte d'Or. Mas há um instante em que os personagens parecem romper o confinamento e se difundir no espaço da

cidade: descem as avenidas, cruzam as praças centrais, percorrem museus, parques e depois voltam para o seu canto, onde ficam até o fim. (Candido, 2006, p. 29).

Ele acentua que o texto mostra dessa forma que o pobre tem um lugar “próprio” no qual é confinado pela sociedade, e que o passeio pela cidade após o casamento de suas pessoas do romance “[...] ressalta o confinamento do pobre nos lugares menosprezados.” (Candido, 2006, p. 29)¹. Sobre o capítulo III do romance o autor vai dizer que este:

[...] repousa na descrição sucessiva de ambientes *normais* da civilização, dos quais o pobre é excluído, – não porque o barrem ou expulsem, mas porque enfrenta uma série de restrições, que vão da má vontade e do riso à impossibilidade de se adaptar (Candido, 2006, p. 30).

As análises de Candido (2006), a respeito do romance de Zola nos permitem entender que o pobre “tem seu lugar na sociedade de classes”. Concordamos com o autor que este não é expulso, mas sim restrito de forma naturalizada, por conta de não conseguir adaptar-se ao meio burguês não apenas em função das condições específicas em que vive, privado do acesso à cultura ou ao consumo, mas também por se deparar com diferentes formas de hostilidade. E no decorrer das descrições sobre as situações do romance o autor se refere às roupas usadas pelos personagens, e seu papel como elemento de diferenciação da burguesia:

Mas é nas ruas do centro que a marginalidade explode, definida pelo riso com que é recebido o desejo de, pelo menos uma vez na vida, o operário vestir como os burgueses e passear com eles. Naquele espaço ele não cabe, tem um ar de bicho doutro tempo e outro lugar, com as roupas desempareiradas, misturando diversos momentos da moda num vago carnaval (Candido, 2006, p. 30).

Entre o rumor da multidão, destacando no fundo cinza e molhado do *boulevard*, a procissão dos casais punha manchas violentas: o vestido azulão de Gervaise, o pano cru estampado de flores do vestido de Madame Faconnier, a calça amarelo-canário de Boche; um constrangimento de gente endomingada emprestava um ar carnavalesco à sobrecasaca lustrosa de Coupeau, às abas quadradas da casaca de Monsieur Madinier; e do seu lado, o vestido de gala de Madame Lorilleux, as franjas de Madame Lerat, a saia rustida de Mademoiselle Remanjou misturavam as modas, exibiam em fileira a roupa comprada em belchior, que é o luxo dos pobres. Mas o maior sucesso eram os chapéus dos homens, velhos chapéus guardados, embaçados pela falta de luz dos armários, de copas engraçadíssimas, altas, alargadas em cima, afuniladas, com abas extraordinárias, reviradas, chatas,

1 É interessante colocar que não só o pobre, mas outras minorias são relegadas a certos espaços e funções, a exemplo da mulher, que apesar de ter conseguido alcançar alguns outros espaços, em maior ou menor medida, acaba relegada a seus “lugares próprios”, o cuidado do lar, dos filhos, do marido, etc

A citação acima, retirada por Antonio Candido do romance de Emile Zola evidencia como, com facilidade, a roupa é um elemento externo importante que confere distinção social entre as classes sociais, as roupas de outra estação, os chapéus velhos e desproporcionais, não conferindo harmonia e que jamais seriam usados por pessoas tivessem dinheiro e por isso pudessem seguir o padrão de moda de momento. Apesar de se tratar de um romance do século XIX não podemos, contudo, negar que mesmo hoje, no século XXI, a moda, e, portanto, também as roupas, são elementos de discriminação não só entre classes, mas também entre gêneros, servindo como um dos elementos para o exercício dos preconceitos.

No meio do riso e da piada dos moleques, o cortejo atravessa as ruas centrais e vai visitar o museu do Louvre, para encher tempo. Depois das instituições civis, da religião e das zonas privilegiadas, é a vez do mundo da arte e da cultura, onde os operários vagueiam desnorteados, piscando o olho em frente dos nus, procurando em vão a sala das joias reais, divertindo os guardas, os artistas e os visitantes burgueses, completamente perdidos no labirinto, de onde emergem tontos, para encontrarem de novo a tranquilidade embaixo de uma ponte do Sena, que passa vagaroso e engordurado, enquanto eles contemplam felizes os detritos da cidade boiando na superfície (Candido, 2006, p. 31).

“O seu lugar não é em cima; é embaixo, no pavimento onde penam e morrem os trabalhadores e os animais [...]” (Candido, 2006, p. 32). Isso indica que mesmo que a classe que vive do trabalho ou, de forma mais chula, o *pobre*, esteja “bem vestido”, a classe dominante vai estar sempre “um passo à frente” no que diz respeito à moda, e aquele será notado em sua diferença frente aos burgueses. Assim, as roupas, em conjunto com outros elementos, são um dos fatores que compõem sua imagem e sua posição social.

Em seus comentários sobre o romance *L'Assomoir* Antonio Candido mostra como, através de diferentes mecanismos, a sociedade burguesa busca confinar os pobres em determinados espaços, fazendo com que outros lhes sejam distantes. Quando acontece de entrarem em locais de que a burguesia se apossou, sua presença é logo percebida e eles se tornam alvo de hostilidades e zombaria.

A percepção das distinções sociais está presente também no livro de Souza:

De um canto de rua, vendo a multidão passar, podemos contrapor na corrente humana, que foge apressada, a diversidade de rostos, de falas, de ritmos de andar, de corpos e de roupas. As diferenças que captamos são o reflexo de profundos contrastes de tipo de vida, de nível social, de profissão, que os anos cristalizaram, impondo aos indivíduos como uma máscara. Elas fazem com que à primeira vista separemos não só o operário do burguês, como dentro de uma mesma classe o escritor do magistrado, o comerciante do fazendeiro, o professor do industrial (Souza, 1987, p. 55).

Para além do que fala Candido, Souza pontua que dentro de uma mesma classe social é possível realizar distinções. E brilhantemente resume um dos papéis que a moda tem na vida em sociedade, e que está para além da roupa, apesar de se mostrar também através dela. Pois,

muitas vezes, é pela roupa que percebemos a profissão exercida pela pessoa, mas, o ritmo com que anda pode nos dar uma ideia do tempo que ela dispõe e, a forma de andar e o modo de falar, da cultura e da educação a que teve acesso. Ou seja, a roupa seria a porta de entrada, mas de maneira nenhuma se excluem os outros determinantes.

2. LUTA DE CLASSES E DISTINÇÃO SOCIAL

No primeiro parágrafo do capítulo “A luta das classes”, Gilda de Mello e Souza sintetiza muito bem a relação de vários sinais exteriores com o espaço geográfico ao qual a pessoa pertence, fazendo-nos entender que eles refletem a condição social dos indivíduos. Pertencer a determinado território é trazer em si reflexos exteriores que identificam esse pertencimento, facilitando ou dificultando o acesso a determinados espaços. Porém essa divisão social de classes, a divisão de acordo com os grupos a que se pertence, como forma de identificação “de usos e costumes, de hábitos e mentalidades” (Souza, 1987, p. 111), reflete uma sociedade que segundo a autora entende que:

[...] numa existência de aproximação constante e de frequente confusão de seres e estratos sociais diversos a que a vida urbana nos obriga, fosse necessário, para preservar uma demarcação social existente, mas ameaçada, reforçar a todo momento uma realidade imponderável, cuja exteriorização conferisse a cada um uma segurança maior (Souza, 1987, p.111).

A sociedade, até os dias atuais, busca, de várias maneiras, reforçar e preservar as expressões da distinção social entre as classes, de maneira que esta distinção não seja apenas mostrada e demonstrada, mas também efetivada e mantida. Isso reverbera diariamente nas expressões da Questão Social, que incidem na desigualdade social. Esta utilização de sinais oferece-nos, de acordo com Souza, “[...] uma visão concreta de certos afastamentos e contrastes da sociedade.” (Souza, 1987, p. 112). De acordo com ela:

A separação entre duas classes não é rígida como a que existe entre as castas ou, mesmo, como a que separa o grupo masculino do feminino. A classe é aberta e percorrida por um movimento contínuo de ascensão e descida, o qual afeta constantemente a sua estrutura, colocando os indivíduos de maneira diversa, uns em relação aos outros. A sociedade do século XIX, ao contrário daquela que a precedeu, não opõe mais, nem mesmo entre a burguesia e a nobreza, barreiras intransponíveis, preservadas pelo próprio Estado através das leis suntuárias ou das questões de precedência e de nível (Souza, 1987, p. 112).

Entendemos que a ideologia da classe dominante instaura padrões a serem seguidos como forma de demonstração de poder através da realização dos desejos por meio do consumo. E a vestimenta mesmo na atualidade é um importante demonstrativo de poder aquisitivo. O capital usa esses padrões como elementos do processo de acumulação e faz isso de maneira tranquila, pois sabe que mesmo que um membro da classe “baixa” adquira um ou outro

produto da classe dominante, isso tão simplesmente não o fará ascender a ela. Além de manter duplamente a acumulação, primeiro através da expropriação da força de trabalho e do que é produzido e posteriormente através do consumo desse trabalhador.

Como a vaidade é a arte de se endominguar todos os dias, cada homem sentiu a necessidade de ter, como marca de seu poder, um sinal encarregado de avisar aos passantes o lugar que ocupa no grande pau de sebo em cujo topo os reis fazem ginástica.” Foi assim que as roupas “se transformaram, sucessivamente, em sinais materiais do maior ou menor número de fantasias que tinha o direito de satisfazer, do maior ou menor número de homens que lhe era possível explorar. Então um transeunte, apenas olhando, distinguia um ocioso de um trabalhador, uma cifra de um zero (Balzac *apud* Souza, 1987, p.125).

E essa diferenciação e demonstração de poder através apenas do modo de vestir-se, não são recentes, mas mantêm-se de uma forma ou outra nas sociedades atuais. Uma pessoa que tem uma empresa e o poder de explorar alguns trabalhadores não se vestirá da mesma maneira que eles. Sendo a vestimenta, de acordo com Souza, “[...] uma linguagem simbólica, um estratagema de que o homem sempre se serviu para tornar inteligíveis uma série de ideias [...]” (Souza, 1987, p. 125),

[...] a moda tanto pode refletir as transformações sociais como opor-se a elas através de inúmeros subterfúgios, todas as vezes que há perigo de uma aproximação excessiva entre as classes e sexos (Souza, 1987, p. 129).

Segundo Souza (1987) esse mecanismo não funcionava para afastar da competição a classe média, que na época detinha muito dinheiro, confundindo-se cada vez mais com as elites. Atualmente, porém, o quadro é bastante diferente, com a classe média em uma situação bastante distante do poder aquisitivo da elite detentora da riqueza do país, embora se iluda imaginando ser parte da elite e inclusive defenda propostas que são prejudiciais não só à classe subjugada da qual eles querem se distinguir, mas que prejudicam inclusive a ela mesma.

Claudio Katz (2020, p. 319), falando sobre a classe média, acentua que as desigualdades presentes no continente latino-americano impedem que esse segmento social avance.

A expansão da classe média envolve a incorporação de novos bens de educação, saúde ou habitação nos gastos cotidianos. Não é equivalente ao aumento no crédito ou do endividamento. Por isso é equivocado apresentar o Brasil como uma nação de classe média. A grande aquisição de celulares ou computadores não modifica a 84º posição que esse país ocupa no índice mundial de desenvolvimento humano (Katz, 2020, p. 319).

No Brasil, podemos ainda observar pessoas que nem mesmo veem os pobres como seres humanos, uma burguesia direitista que quer sempre exclusividade e não aceita que os pobres tenham qualquer ascensão. Exemplo disso pode ser visto na fala de Danuza Leão, ou melhor dizendo, em seu “lamento que pobres possam ir a Paris ou Nova Iorque”.

Afinal, qual a graça de ter muito dinheiro? Quanto mais coisas se tem, mais se quer ter e os desejos e anseios vão mudando – e aumentando – a cada dia, só que a coisa não é assim tão simples. Bom mesmo é possuir coisas exclusivas, a que só nós temos acesso; se todo mundo fosse rico, a vida seria um tédio. (Leão, 2012).

Retomando Gilda de Mello e Souza (1987, p. 130):

Mais do que quaisquer outros estes grupos instáveis em quadros de demarcação incerta, temem o desnivelamento. Ou servindo-nos da terminologia de Goblot, possuem um grande sentimento de classe porque, muito perto da *barreira*, os que estão logo abaixo desejam subir, os que estão logo acima temem descer.

E a moda é – se não naquela época e para todas as classes – atualmente, um subterfúgio de diferenciação que permite que assim que os que estão pouco abaixo demonstrem esse desejo de ascensão, e os que estão acima, não querendo confundir-se, mudem rapidamente os padrões, que precisarão ser então adotados com dificuldade pelos que estão abaixo. Assim, estes padrões seguem transformando-se continuamente ao menor sinal de possibilidade de acesso a eles por parte dos grupos inferiores.

Mas pouco a pouco vai se tornando difícil a distinção das classes pelos sinais exteriores da vestimenta. E por uma curiosa inversão de papéis, aqueles a quem o alto nascimento já conferiu prestígio suficiente se desinteressam desses meios de afirmação a que se entregavam sofregamente os plebeus (Souza, 1987, p. 132).

A partir desta consideração a autora procura então mostrar que o interesse excessivo pela moda diminui em determinado momento por parte dos grupos dominantes, e assim a ditadura da moda passa a ser exercida por outros grupos, entre eles o das atrizes, que se tornam referência neste âmbito.

Mas uma classe não renuncia com facilidade a uma posição longamente ocupada e, de uma forma ou de outra, descobrirá um meio eficiente de combater a lenta absorção de seus elementos distintivos (Souza, 1987, p. 134).

Como aponta Souza, isso se dá por meio de uma nova barreira imposta entre as classes, que não se apoia na ostentação de riquezas, mas nas boas maneiras exibidas pela pessoa. O que Souza chama de “elemento dinâmico da moda” (Souza, 1987, p.134).

É que à medida que as diferenças exteriores se atenuam pela generalização da moda, o indivíduo tende a revelar o seu nível “não tanto pela fazenda, o chapéu, as joias, mas pela educação, jeito de andar, maneiras”. Numa sociedade em que as pessoas se confundem a todo o momento nos lugares públicos e os grupos se substituem com extraordinária rapidez, o olhar apurado tem de distinguir a *femme comme il faut* da burguesa, o

aristocrata rico do homem rico das finanças, e mesmo a nobreza antiga da nobreza do Império (Souza, 1987, p. 137).

No entanto, de acordo com Souza, aos poucos as camadas enriquecidas que estão visando à ascensão vão aprendendo com as elites, pois “a sensibilidade é difícil de ser copiada, mas também ela se apura.” (Souza, 1987, p.138). Hoje, porém, percebemos que alcançar a classe dominante se tornou mais difícil, como dito anteriormente, devido à disparidade quanto à posse de riquezas no Brasil, mesmo entre a classe dominante e a classe média, e ainda mais entre a classe dominante e a classe “baixa”. Mas, na época em que escreve a autora, com a passagem da competição para o terreno estético a classe dominante:

Vendo fracassar este meio de distinção, a luta de classes se fará então através da rapidez das mudanças. Pondo a seu serviço o aparato de uma indústria organizada, a moda acelera o ritmo (Souza, 1987, p. 139).

A moda acelera o ritmo através de vários subterfúgios: as boas maneiras, a educação, ou simplesmente por meio de objetos, dentre eles o charuto em detrimento dos “nojentos cigarros de palha”, citado por Souza no capítulo “O antagonismo”. Mas isso exemplifica bem como a moda se utiliza de variados elementos para possibilitar a diferenciação social através daquilo a que se tem acesso.

É movimentado os complementos imprescindíveis do vestuário – luvas, chapéus, bengalas e ornatos –, através da ritmia elaborada dos gestos, que o elegante demonstra a todos como está afeito aos usos da sociedade. E é preciso não esquecer nesse pormenor, o habito dos charutos que difundido a partir de meados do século, atravessa o Romantismo, banindo a um só tempo o vício antigo do rapé, a que continuam fiéis os mais velhos, e o “nojento cigarro de palha” a que estão condenados os mais pobres. Pois “o moço bonito que passeia de tarde vendo as moças” – como nossos poetas byronianos e os inúmeros Rubemprés locais – fuma charutos de primeira qualidade, de Havana ou de Manilha, cujas belas caixas, compradas na casa de Wallerstein, estão sempre ao alcance da mão sobre a escrivaninha ou o aparador, na intimidade dos aposentos. (Souza, 1987, p. 78-79). Mas a distinção por meio das roupas não sai de cena, na verdade retorna sempre, pois é elemento essencial de distinção social por parte da classe dominante. No século XIX, período a que se refere Souza em seu estudo, ela ainda era também um elemento importante nas tentativas de ascensão de classe, pois estar bem vestido em um evento social importante, como uma festa, poderia abrir perspectivas neste sentido. No entanto, o número dos que ascendiam de classe era mínimo e previamente estabelecido. E exigia-se um esforço extraordinário por parte dos indivíduos. Mas essa ascensão nem sempre durava por um longo período de tempo,

[...] as mais das vezes, passada a vertigem, passado o tempo de “metamorfose do ser”, estabelecem-se com a antiga ordem os antigos recalques. Pois podem não ser amáveis as recordações que se traz para casa, quando da

reunião arbitrária de elementos de vários grupos surge em cada um, mais nítida, a noção de sua verdadeira posição social. (Souza, 1987, p. 167).

Souza entende a festa como fato social e afirma que ela tem correlação com a moda e com as atitudes mundanas e

[...] funciona como fator de reforço da estrutura social – no caso, pelo contato momentâneo entre grupos e camadas – e como meio de recrutar elementos capazes de enriquecer e mesmo compor as elites. Mas por isso mesmo, ela desempenha outra função, complementar e de certo modo antagonista. Com efeito, a união efetuada pela festa tem por consequência anular provisoriamente as barreiras para, em seguida – e depois de admitidas as pessoas capazes de se ajustar ao estilo de vida das camadas mais altas – erguê-las novamente com vigor, manifestando a separação entre as classes e entre as camadas ou círculos de uma classe. (Souza, 1987, p. 167-168).

A partir disso podemos entender como a autora, mesmo que de forma sutil, entende que a festa cumpre dois papéis importantes, não se restringindo apenas a abrir certos caminhos para a ascensão de membros de classes inferiores à classe alta – ela serve também para manter a relação antagonista entre essas classes. Mas mesmo quando a ascensão ocorre, isso não significa necessariamente que a pessoa conseguirá se manter na nova classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi exposto na introdução, esse texto faz parte de uma pesquisa de graduação já finalizada. Mas vale reforçar que foi por meio desta pesquisa que foi possível compreender que as diferenças e os preconceitos presentes na sociedade são elementos relevantes para entendê-la criticamente. Isso permitiu também um avanço na reflexão sobre a sociedade, o que levou à minha atual pesquisa de mestrado, voltada para o estudo dos preconceitos contra as mulheres. Embora este artigo se refira às questões de gênero apenas de passagem, o texto do trabalho de conclusão aborda um pouco mais este tema, apoiando-se nas colocações de Gilda de Mello e Souza a respeito.

Quando à discussão que foi desenvolvida aqui, entendemos que a moda é um dos diversos elementos de que a sociedade capitalista se apropria para manter a acumulação capitalista, através da produção e reprodução social do trabalho. E assim, como foi dito anteriormente, precisa ser analisada criticamente, de modo a se compreender sua relação com a sociedade e com a conjuntura em que está inserida. Isto quer dizer que atualmente ela precisa ser compreendida na forma como se insere na sociedade capitalista.

A moda é um todo harmonioso e mais ou menos indissolúvel. Serve a estrutura social, acentuando as divisões em classe; reconcilia o conflito entre o impulso individualizador de cada um de nós (necessidade de afirmação como pessoa) e o socializador (necessidade de afirmação como membro do grupo) [...] (Souza, 1987, p. 29).

O indivíduo que não integra a elite, depois de anuladas as antigas barreiras para a ascensão de classe, pode então tentar manter-se no esforço contínuo para ascender, ou pode tomar consciência de que, mesmo quando se encontra em meio a membros da elite, jamais será um deles, e sempre poderá ter revelada sua verdadeira posição social

Assim, a pausa passageira que se abriu em cada vida pode tanto arrebatá-lo o indivíduo na vertigem de um instante, como atirá-lo na consciência aguda do borralho. Depois da mascarada, quando a ordem do mundo se refaz, brilha mais lúcida a verdade interior de cada um. (Souza, 1987, p. 169).

Marilena Chauí, remetendo a Marx, nos lembra que “[...] a primeira condição para a revolução social é, justamente, a percepção consciente que a classe explorada e dominada precisa ter da divisão social.” (Chauí, 2013, p. 65). Justamente essa percepção pode emergir na situação descrita por Souza. Assim, a centelha da emancipação passa pela consciência do borralho.

Por fim, é importante destacar que não basta a consciência comum de que os pobres não têm acesso a roupas de qualidade e isso é usado como fator de desprezo e discriminação, e sim, que se tenha uma visão mais complexa do tema, por exemplo, levando as pessoas a perceberem criticamente que elas procuram construir a própria imagem a partir da moda e, neste sentido, estão assumindo uma postura de submissão social, e até mesmo aceitação do fetichismo, já que elas veem nas roupas (uma mercadoria) como definidoras delas mesmas e de todos os demais. A moda reforça o individualismo, e cria a aparência de que coisas como a liberdade, criatividade e autonomia já estejam disponíveis, quando na verdade elas só existiriam de maneira plena em uma sociedade emancipada.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **Degradação do espaço**: (estudo sobre a correlação funcional dos ambientes, das coisas e do comportamento em *L' Assommoir*) In: O discurso e a cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **O ser humano é um ser social**. 1.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KATZ, Claudio. **A Teoria da Dependência 50 Anos Depois**. Tradução: Maria Almeida.1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LIMPINHO E CHEIROSO. **Danuzi Leão lamenta que todos possam ir a Paris ou Nova Iorque**. Disponível em <

<https://limpinhoecheiroso.com/2012/11/26/danuzi-leao-lamenta-que-todos-possam-ir-a-paris-ou-nova-iorque/> >. Acessado em: 10/08/2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SOUZA, Gilda de Mello. **O Espírito das Roupas**: a moda no século dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

O ENVELHECER DA CLASSE TRABALHADORA NA SOCIEDADE BRASILEIRA DOMINADA PELO CAPITALISMO

Thomás André Vendrame Rodrigues

Nanci Soares

INTRODUÇÃO

Neste momento em que estamos comemorando os 30 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP – Campus de Franca, São Paulo, os autores se propuseram a criar um ensaio teórico repleto de reflexões, acerca do eixo temático: “Trabalho, Capitalismo e Processos Sociais”, associando-o ao processo de envelhecimento em uma perspectiva de totalidade social, utilizando enquanto método o materialismo histórico-dialético, portanto compatível com o direcionamento ético-político da profissão de Serviço Social.

As escolhas das obras de Marx (2017), Teixeira (2008) e Campelo e Paiva (2014), deram-se através das discussões realizadas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP – Campus de Franca, inscrito no CNPq, e reconhecido pela UNESP, cuja líder é a Profa. Dra. Nanci Soares. O GEPEPPS estuda e pesquisa o envelhecimento e a velhice em uma perspectiva de totalidade, bem como as lutas sociais e a proteção social da população idosa. Sua finalidade é a produção de pesquisas socialmente e cientificamente válidas, divulgação do conhecimento, promoção de eventos e prestação de serviços à comunidade.

Respaldados por Marx (2017), Teixeira (2008) e Campelo e Paiva (2014), os autores recorreram a uma leitura minuciosa e crítica de randômicas obras, por acreditarem que esta ação compõe uma boa parte do método marxiano. Pois, para Tonet (2013), os (as) estudiosos (as) não podem restringirem-se apenas a uma interpretação política ou econômica da obra de Marx, é imprescindível a compreensão de elementos filosóficos, para compreender o cerne do movimento histórico, no qual que promove uma visão crítica da conjuntura e de quaisquer elementos a virem a ser estudados.

Essas três obras foram selecionadas, por serem consideradas de extrema relevância teórica pelos autores deste artigo, principalmente ao se tratar do debate acerca de como o (a) velho (a) trabalhador, compõe o exército industrial de reserva, indo desde a situação de assalariado, até a condição de pauperismo e mendicância. Por isto, este artigo teve enquanto premissa,

desvelar quem é o (a) velho (a) trabalhador (a) mediante a sociedade capitalista e como a velhice nunca poderá ser compreendida enquanto fenômeno homogêneo. Outro ponto importante que levou os autores a se aprofundarem no tema, foi a pesquisa de Teixeira (2017) intitulada “Principais tendências na produção sobre a temática envelhecimento no CBAS de 2016” na qual, comprova o baixo nível de produções acadêmico-científicas, na área do Serviço Social, referente ao envelhecimento da classe trabalhadora, expondo a categoria profissional, elementos essenciais que devem conter uma pesquisa, tendo enquanto central o processo de envelhecimento, associado ao trabalho.

Enquanto metodologia, os autores recorreram a dialética, por esta caminhar paralelamente com a crítica e com a perspectiva histórica, uma vez que para Kozik (2010) essa perspectiva nunca se fecha, está constantemente exprimindo elementos da realidade, rompendo com teorias tradicionais, que propõem produções meramente imediatistas e que sustentam a pseudoconcreticidade, mantenedora da ideologia liberal.

Para iniciar a reflexão dos tópicos, deve considerar mesmo que brevemente a relevância da história do autor e das autoras, bem como o de suas produções, a fim de compreender a origem do pensamento e dos conceitos que se farão presentes nesse ensaio teórico.

1. KARL MARX E O CAPITALISMO:

A biografia escrita por Jones (2017) afirma que Karl Marx nasceu no dia 5 de maio de 1818 em Tréveris (Alemanha), pertencendo a uma família de classe média e de origem judaica, desenvolveu-se numa atmosfera violenta provocada pelo sistema monárquico e absolutista prussiano, também pelos eventos como as Guerras Napoleônicas e a Revolução Francesa. Para o mesmo autor, estes marcos abalaram a população europeia, por gerarem extensas crises sociais e econômicas. Acredita-se então, que estes fenômenos levaram o jovem Marx a se interessar pelo campo da economia política.

Harvey (2015), no entanto, afirma que o compromisso de Marx era com a criticidade, uma vez que ele passou boa parte de sua vida, procurando lacunas em discursos ideológicos que sustentavam a exploração e a acumulação advinda da burguesia – pregadas enquanto máximas incontestáveis – em referenciais teóricos da economia política clássica, como: Smith, Ricardo e Malthus. A consciência de que as convicções desses autores, sustentavam ideologicamente o funcionamento do capitalismo, faz com que Marx visasse a criação de seu próprio método científico. Elemento este, presente em *O capital*, que foi publicado em 1867 em seu país natal e conquistou diversos seguidores.

A proposta de *O Capital* é fazer uma crítica radical a economia política da época, bem como, entender a composição orgânica deste modo de produção, tendo como premissa básica a anunciação do colapso iminente do capitalismo e sua substituição pela sociedade socialista ou comunista do futuro.

Isto posto, entende-se por capitalismo, a partir de Harvey (2015) enquanto um modo de produção violento que surge através da Revolução Industrial, na qual subjugou a humanidade aos pilares de sua sustentação, caracterizados pelo processo de proletarianização, mercantilização e monetização. Martinelli (1993) no entanto, afirma que a instituição desse sistema, resultou em uma sociedade separada por classes, na qual a partir da posse privada e da exploração de

um pequeno grupo em detrimento de outro – muito maior em sua proporção – ditou um novo estilo de relação social, onde a luta de classes, visando a sobrevivência e a dignidade humana se torna a superação desta sociedade.

No entanto, o capitalista para Jones (2017) é aquele que sempre foi o único beneficiário deste modo de produção, desmitificando assim o conceito de troca, divulgado enquanto livre e igualitário. Dado que, a relação salarial sustenta desproporcionalmente a acumulação de riqueza do capitalista, sujeitando o trabalhador a uma gratidão compulsória pelo tempo e valor que lhe foi roubado. Logo, o capitalismo para Marx (2017) nada mais é do que um valor que constantemente e organicamente deve se valorizar (ter cada vez mais dinheiro e riquezas crescendo), isto é chamado de reprodução ampliada de capital, visto que, essa reprodução só é possível através da exploração do trabalho, e o valor produzido não pertence a quem produz.

1.1. Aprofundamento em Marx através da obra inaugural de Solange Maria Teixeira:

Para Abreu (2008) a obra “Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital: implicações para a proteção social no Brasil” de Solange Maria Teixeira, foi apresentada originalmente enquanto tese de doutorado no programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, no ano de 2006. Atualmente é considerada uma conquista para o campo das humanidades, devido sua significativa contribuição acadêmica-científica, na qual ultrapassou as fronteiras da produção do Serviço Social. Tamanha notoriedade foi reconhecida, através das premiações: CAPES de Teses e Prêmio Celso Furtado.

Segundo a mesma autora, em Teixeira (2008) tem-se um adensamento nas produções de Marx, sua obra visa então intervir no debate científico, acerca do envelhecimento humano que ocorre dentro de uma sociedade dominada pelo capitalismo. Alicerçada de um rigor teórico-metodológico marxista, ela parte de uma interpretação do modo perverso de sociabilização, no qual expropria o tempo do trabalhador e da trabalhadora para se manter no poder, através de uma constante reprodução e atualização. Neste sentido, a autora vai transcórrer sobre elementos que compõe a trajetória histórica do envelhecimento humano e os modelos de proteção social, demonstrando os avanços e retrocessos, bem como sua complexidade.

1.2. Envelhecimento e perspectiva de totalidade na produção de Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva

Ao fazer o prefácio desta obra, Oliveira (2013) consente que Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, estuda e produz um rigoroso conhecimento acadêmico/científico sobre envelhecimento desde a sua graduação. Sendo a primeira assistente social em Pernambuco com o título de gerontóloga.

Nesta perspectiva, a produção “Envelhecimento, Saúde e Trabalho no Tempo do Capital” de Campelo e Paiva (2014) possui enquanto premissa básica, atualizar o arsenal bibliográfico, não só do Serviço Social, como também da Gerontologia Social, campo esse, considerado por Oliveira (2013) enquanto delicado, pois, hegemonicamente em suas produções científicas, não prevalece uma vertente crítica e histórica.

Posto isto, esta obra possui uma diretriz revolucionária, por optar por um percurso metodológico, ancorado na perspectiva crítica e dialética, comprovando que a sociedade em que as pessoas envelhecem é contrária a sua própria emancipação. Propondo uma interpretação acerca do envelhecimento e suas condicionantes sociais, através do rigor da teoria crítica, ao adensar ontologicamente em fontes primárias (como Hegel) até chegar a concepções marxianas mais contemporâneas, rompendo assim com os grilhões da teoria tradicional e de suas produções científicas meramente empiristas.

Diante destes dados, o próximo item pretende refletir sobre os estudos de Marx, mais necessariamente, a produção progressiva de uma superpopulação relativa (ou exército industrial de reserva), e as diferentes formas de existência desta. Visando retratar o capítulo XXIII “A lei geral da acumulação capitalista” na obra *O Capital* de Karl Marx e relacionando esses elementos centrais com as obras “Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil” (2008) de Solange Maria Teixeira e “Envelhecimento saúde e trabalho no tempo do capital” (2014) Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva.

2. DO QUE SE TRATA O CAPÍTULO XXIII DA OBRA O CAPITAL? E POR QUE LEI GERAL DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA?

Segundo Marx (2017) a palavra lei é utilizada enquanto afirmação de que de existe uma legalidade interna da acumulação de capital na relação material, estabelecida entre trabalhador e capitalista, esta é estritamente peculiar ao modo de produção capitalista, indo além da capacidade teórica de conhecê-la, ou seja, ela é determinante e materializada na realidade prática. Visto que, neste capítulo examina-se a influência que o processo de acumulação de riqueza exerce no destino do proletariado.

2.1 Reflexões sobre o terceiro tópico do capítulo XXIII “Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva” em interface com a velhice

Com anseio de constantemente se valorizar e assim aumentar a acumulação de riquezas (reprodução ampliada), o capitalista investe na esfera produtiva, ou seja, em matérias primas ou em condições técnicas (capital constante) como maquinários ou instrumentos “duráveis”. Segundo Marx (2017) essa escolha possibilita a progressão da acumulação do capital, através da transformação de mais-produto em uma escala ampliada, mas essa transformação também consiste em mais trabalho. O capitalista em sua perversão, a fim de lucrar com a produção do mais-produto, não investe na contratação de novos trabalhadores (capital variável), levando assim ao aumento da jornada de trabalho.

Para Teixeira (2008) o fenômeno de produção de mais-produto, bem como a condição material de sua produção é responsável por instaurar relações sociais desumanizadas e

coisificadas, submetendo o (a) trabalhador (a) ao imperativo da constante produção de riquezas para alimentar o grande capital. Esse processo para Campelo e Paiva (2014) visa retirar a historicidade dos (as) trabalhadores (as) e de seu meio de trabalho, ao convertê-los (as) em assalariados (as), a fim de tornar independente a produção capitalista, num sentido de se expandir em uma escala cada vez maior.

Para Marx (2017) o salário que o trabalhador e a trabalhadora recebem é ditado pelo ciclo da produção industrial, no entanto, este a dizima paulatinamente, já que a oferta de trabalho se torna mais baixa que a demanda de trabalho. Este fenômeno faz com que surja competitividade entres a classe operária, evidenciando que o capitalismo não se preocupa com a produção ou com qualidade de seus produtos, mas somente com a acumulação das riquezas, expropriadas a partir da mais-valia.

Teixeira (2008) assente que este fenômeno é característico do capitalismo periférico, que permitiu a classe dominante uma compensação perante o intercambio desigual do mercado mundial, em detrimento de uma maior exploração do (a) trabalhador (a), a fim de expandir seu desenvolvimento industrial, absorvendo cada vez mais da mais-valia absoluta (através do aumento das horas de trabalho) e relativa (redução do valor da força de trabalho).

Contudo, o (a) trabalhador (a) não é uma fonte inesgotável de energia produtiva, e essa uma hora se esvai. Tornando-se supérfluos (as) as demandas do capital, produzindo na mesma proporção do volume da sua acumulação uma massa de trabalhadores e trabalhadoras excedentes. Este fenômeno, de acordo com Marx (2017) faz-se presente em todo movimento da indústria moderna, na qual transforma seus trabalhadores em mão de obra desempregada ou semidesempregada — devido a constante insegurança — criando uma superpopulação relativa, também intitulada enquanto exército industrial de reserva.

Esta condição para Teixeira (2008) promove a desvalorização das potencialidades humanas e suas necessidades, por produzir uma sociabilidade fomentada na pobreza, na desigualdade e na subjugação de corpos humanos. A autora acrescenta que essa população não se “converte” em uma população excedente as necessidades produtivas do capital, desde a hegemonia capitalista, já se nasce sob essas condições, o corpo é visto e induzido a ser interpretado enquanto mecanicamente pronto para o uso e exploração de sua força de atividade laboral, “este pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta [...] fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado” (Marx, 2017, p. 707).

Essa determinação atinge duplamente a população de mais idade. Primeiro, as condições de trabalho e a exploração da força de trabalho faziam com que um trabalhador de idade mediana já estivesse esgotado, um processo de antecipação da degradação natural, não interessando mais ao capital, caindo nas fileiras dos excedentes, quando não passava para um escalão mais baixo dentro da indústria e a salários mais baixos. Ingressados nas fileiras dos excedentes, esse trabalhador submete-se a todo tipo de trabalho precário, temporário e informal para poder sobreviver (Teixeira, 2008, p. 78)

Tal afirmação demonstra, segundo Campelo e Paiva (2014), o porquê é interessante para o modo de produção capitalista fragmentar o curso da vida humana, restringindo seus (as) velhos (as) a condições deploráveis de subsistência, dando-lhes o mesmo tratamento que dão

aos seus maquinários obsoletos, elegendo em contrapartida a juventude enquanto valor a ser trocado em suas negociações, assim como qualquer outra mercadoria com base em seus padrões de consumo. Teixeira (2008) reitera que ao perder seu “valor de uso” e sua funcionalidade para a sociedade capitalista, os (as) trabalhadores (as) idosos (as) atingem um potencial máximo de desumanização, tornando “supérfluos” para o capital, compondo o peso morto de um exército industrial de reserva

Para Marx (2017) é interessante que o capitalismo possua um exército industrial de reserva, por este garantir segurança e manutenção do *status quo*, mantendo-se assim sempre no poder. Sendo esse o pano de fundo da famosa Lei da Oferta e Procura, mantenedora da ideologia liberal.

2.2 Observações referentes ao quarto tópico do capítulo XXIII “Diferentes formas de existência da superpopulação relativa” em interação com a velhice do (a) trabalhador (a):

Neste tópico, Marx (2017) faz uma crítica a teoria malthusiana, na qual declara que os problemas sociais são originários da expansão da reprodução da espécie humana, o que não passa de uma afirmação eugenista, visto que a própria produção capitalista e o trabalho coletivo, comprovam que há formas de produzir alimentos, bem como, condições básicas de bem-estar em larga escala. O autor, no mesmo tópico, assegura que o exército industrial de reserva nem sempre é composto por pessoas desempregadas, mas que todo trabalhador e trabalhadora que o compõe está ameaçado de perder seu emprego. Pois, é o ciclo industrial que imprimirá a proporção dessa superpopulação relativa.

Segundo Marx (2017), através deste ciclo industrial a superpopulação relativa passa a ganhar três características: a primeira, designada enquanto população flutuante, caracterizada a partir do desemprego nos períodos de recessão e empregabilidade em temporadas de expansão do capital — fazendo assim menção ao ato de flutuar — no qual representa a instabilidade e o constante risco que o (a) trabalhador (a) sofre. A segunda, denominada enquanto latente, está associada aos indivíduos que possuem empregos, mas que estes estão ameaçados de deixar de existir, como os (as) dos (as) telefonistas, datilógrafos (as) e até mesmo pequenos (as) sitiantes (camponeses) que podem ser expropriados de sua pequena parte terra a qualquer momento. E por último, a superpopulação relativa que está estagnada, na qual vivencia a condição de desemprego de forma literal, sobrevivendo de pequenos bicos, furtos e atividades consideradas violentas ou criminosas, tendo o pauperismo enquanto expressão fundamental.

A população estagnada para Marx (2017) fornece ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível, ampliando-se com a mesma energia de sua acumulação, afetadas também pelas longas horas de trabalho (quando este aparece), mas retribuídas com o mínimo salarial. O pauperismo, no entanto, é considerado pelo autor o sedimento mais baixo do exército industrial de reserva, nomeado por ele enquanto lumpemproletariado, este também é subdividido em três grupos:

Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta observar superficialmente as estatísticas do pauperismo inglês para constatar que sua massa engrossa

a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios. Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade [...] em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. [...] O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva (Marx, 2017, p. 719)

Em vista disto, Teixeira (2008) argumenta que a condição do (a) velho (a) está imbricada ao lumpemproletariado, posto que, o (a) trabalhador (a) envelhecido (a) para o capitalismo não possui outro valor a não ser o econômico e o da expropriação da sua força física. Campelo e Paiva (2014) corrobora com esta visão, ao assentir que numa tendência contrária à acumulação capitalista, seu perverso ciclo produtivo é responsável pelo desencadeamento das demandas que fomentam a criação de um expressivo grupo de velhos (as) trabalhadores (as) em situação de decrepitude e de negação de sua própria existência, pois, qualquer indicio de emancipação humana — como o direito ao descanso e desfrutar da vida em comunidade — é barrado a qualquer custo, já que assim como qualquer produto, a velhice do (a) trabalhador (a) precisa ser constantemente reproduzida e encaixada numa sociedade fragmentada por classes sociais.

Sendo assim, Campelo e Paiva (2014) conclui que o capital age de maneira cínica em relação ao processo de trabalho, ao agir de forma pretensiosa, através da cientificidade, promovendo uma narrativa acerca da “estruturação” de uma “sociedade racional”. Ao passo que, nega a existência de um antagonismo histórico, expressado muitas das vezes pelo pauperismo, tal condição por sua vez denuncia a falha da sociedade moderna, ao deixar nítido que quanto maior sua acumulação e centralização de riqueza, conectadas a exploração e a constituição de um exército industrial de reserva, acumulará também miserabilidade equivalente. É assim que de forma revolucionária a imagem do (a) velho (a) trabalhador (a) afronta a famigerada “riqueza das nações”.

3. O PAUPERISMO ENQUANTO FONTE DE INTERVENÇÃO DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS E A VELHICE ENQUANTO FENÔMENO HETEROGÊNEO:

A requisição da profissão do (a) assistente social, surge neste contexto de miserabilidade, segundo Martinelli (1993), mais especificamente a partir da tríade: Igreja, Estado e Burguesia, desta relação nascem diversos elementos a serem considerados, como a Lei dos Pobres, as Casas de Correção e Casas de Trabalho, associações de caridade e até mesmo o Estado de

Bem-Estar Social. Para a autora o surgimento destas, é uma forma dissimulada da realidade produzida pelo capital, que garante um ínfimo acesso aos alimentos básicos (para controlar sua energia vital de trabalho) e proporciona mínimas condições de subsistência (através das práticas assistenciais), viabilizando assim, a ratificação da sujeição do trabalhador e da trabalhadora ao capital, e a obtenção do lucro através do domínio destas atividades.

A profissão de Serviço Social no Brasil, desde a década de 1930, trabalha com a população idosa, atuando com as sequelas do processo de industrialização. Posto que, com o caótico crescimento urbano e decadência rural, por conta da Revolução Industrial, tem-se gerado aumento da miséria, maior exploração da força de trabalho, péssimas condições de vida; proliferação de doenças, expressões de protestos e progresso nas organizações da classe operária com influência comunista. (Martinelli, 1993).

Para Teixeira (2017) o Movimento de Reconceituação do Brasil (1964-1980) promoveu mudanças na postura teórico-metodológica, ideológica e técnico-operativa do Serviço Social, adotadas enquanto denuncia do conservadorismo que perpassava a história da profissão, adotando um posicionamento crítico, principalmente através da intenção de ruptura. É neste momento que uma parcela da categoria profissional de assistente sociais, adotam enquanto premissa básica o compromisso profissional com os interesses dos usuários e usuárias dos serviços oferecidos pelo Estado.

O marxismo, em 1980, vai influenciar a profissão e sua produção de conhecimento, conquistando no debate profissional uma consciência de sua inserção em uma sociedade composta por classes. A transição das décadas de 1970/1980, também promoveu a construção do Projeto Ético Político da Profissão (PEP), no qual forneceu:

uma direção hegemônica, porém, não unívoca e uniforme, uma vez que comporta o respeito ao pluralismo de perspectiva teórica metodológicas, embora haja a direção e uma orientação pela teoria marxiana e tradição marxista, compatível com direção ético-política, e por um debate frontal com as demais teorias (Teixeira, 2017, p. 193).

Para Martinelli (1993) a profissão avançou em sua reflexão dialética, criando uma identidade, conscientizando-se da classe na qual pertence e defende, e participando ativamente da trama das relações sociais. Raichelis e Arregui (2021) assentem com essa afirmativa e demonstram que, apesar de seu desenvolvimento, a condição dos assistentes sociais são as mesmas de um (a) trabalhador (a) assalariado (a), submetidos (as) ao mesmo processo de degradação e violação de direitos, constituindo também o exército industrial de reserva e sofrendo junto a classe trabalhadora as expressões da questão social.

No campo do envelhecimento, nos últimos anos a profissão de Serviço Social, vem apreendendo o envelhecimento na perspectiva crítica e de totalidade, em consonância com Projeto Ético-Político profissional, com a grande contribuição de Teixeira (2008) e Campelo e Paiva (2014), o que implica em romper com homogeneização não-histórica, atribuída ao processo de envelhecimento e a população idosa.

De acordo com o estudo de Teixeira (2017) realizado a partir das publicações do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) no ano de 2016, notou-se escassez de produções acadêmico/científicas referentes ao envelhecimento. Num evento de extrema grandeza e relevância para a profissão, ter apenas 56 pesquisas publicadas sobre a temática, comprova

uma lacuna a ser urgentemente preenchida. Pois, para Costa e Soares (2016) visualiza-se na atualidade um aumento no envelhecimento populacional, devido a transição demográfica e aos avanços de determinadas áreas de conhecimento. Contudo, a experiência da longevidade não deleta o fato da maioria dos (as) velhos (as) trabalhadores (as) estarem sendo explorados (as) o tempo todo, exigindo assim novas posturas de seus (as) profissionais, pesquisadores (as), do poder público e da sociedade civil.

Teixeira (2008) discorre que o envelhecimento só se torna um problema social, devido a vulnerabilidade em massa dos (as) trabalhadores (as), principalmente quando estes perdem o valor de uso para o capital, já que a hegemonia deste sistema, instaurou relações sociais, pautadas na superficialidade da coisificação — no sentido de reduzir toda a potencialidade humana a um fator econômico — quando o (a) trabalhador (a) envelhece, este (a) é rebaixado a própria condição de “coisa”, tornando-se um ser isento de necessidades.

Por isso, Campelo e Paiva (2014) em profundidade afirma que a condição de velhos e velhas trabalhadores (as) devem ser compreendidos para além dos aspectos biológicos e cronológicos, mas levadas em consideração as relações sociais e suas condicionantes, por estas serem vivenciadas de maneira diferente entre indivíduos, culturas e populações, mesmo que o tempo e o espaço sejam determinados pelo capital.]

Esse fenômeno para Costa e Soares (2016) é nomeado enquanto heterogeneidade da velhice, visto que esta não se manifesta em uniformidade para todos e todas, as condicionantes sociais aqui tornam-se particularidades históricas, a comprovação disto se faz presente ao notar o acesso aos serviços de saúde, onde velhos mais abastados economicamente possuem condições objetivas e materiais de pagar por planos de saúde privados, bem como cuidadoras, entre outros serviços, já aos (as) velhos (as) oriundos da classe trabalhadora sobrevivem dos meninos sociais.

Logo, comprovou-se que o (a) velho (a) é assim como um produto, uma invenção social, fruto de uma sociedade que determina seu valor. E o acesso a riqueza socialmente produzida por estes (as), oriunda de tempo de vida dedicado para tal, deveria proporcionar-lhes uma velhice digna, onde suas potencialidades e humanidade pudessem enfim serem exercidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A partir do adensamento literário das obras aqui expostas, concluiu-se que as mesmas não podem ser interpretadas enquanto dicotômicas, uma vez que seus conceitos estão constantemente se relacionando. As três obras estão intrinsecamente articuladas, não perdendo suas especificidades. Acredita-se que esse seja o intuito da dialética e da perspectiva histórica, a materialização de elementos que fomentam debates, expostos numa produção intelectual deveria ser a riqueza a ser alcançada.

O envelhecimento numa perspectiva de totalidade, embasado na teoria social de Marx, pode contribuir com a gerontologia social crítica, segundo Teixeira (2008) e Campelo Paiva (2014), implica em romper como a homogeneização não-histórica atribuída ao processo de envelhecimento e à população idosa. E que o envelhecimento não se constitui um problema social, restrições sociais, físicas, entre outras, mas é a classe trabalhadora a protagonista da tragédia no envelhecimento, pelas péssimas condições e vida e trabalho ao longo da existência,

e principalmente, ao perder o “valor de uso” para o capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida.

Outro ponto interessante fica nítido na desqualificação dos (as) trabalhadores (as) velhos (as) enquanto excluídos socialmente, estes (as) experimentam sim condições espantosas de existência, mas estão a todo momento incluídos de modo integral no modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS:

ABREU, M. M. Prefácio. In: TEIXEIRA S, M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. Cortez Editora, 2008.

CAMPELO E PAIVA, S, O. **Envelhecimento saúde e trabalho no tempo do capital**. Cortez Editora, 2016.

COSTA, D, G, S; SOARES, N. Envelhecimento e velhices: heterogeneidade no tempo do capital. **Serviço Social & Realidade**, v. 25, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/2519>> Acesso em: 15 de out. 2022.

HARVEY, D. **Para entender O Capital, livro 1**. Boitempo Editorial, 2015.

JONES, G, S. **Karl Marx: grandeza e ilusão**. Editora Companhia das Letras, 2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 8. reimpr. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

MARTINELLI, M, L. **Serviço social: identidade e alienação**. Cortez, 1993.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo Editorial, 2017.

RAICHELIS, R; ARREGUI, C, C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, p. 134-152, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHRpwQR/> Acesso em: 15 de out. 2022

OLIVEIRA, E, F. Prefácio. In CAMPELO E PAIVA S, O. **Envelhecimento saúde e trabalho no tempo do capital**. Cortez Editora, 2016.

TEIXEIRA, S, M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. Cortez Editora, 2008.

TEIXEIRA, S. M. Serviço Social e envelhecimento: perspectivas e tendências na abordagem da temática. In. COSTA, J. S.; DEL MASSO, M.C.S; SOARES, N. CAMPELO E PAIVA, S. de O. (Orgs.) **Aproximações e ensaios a velhice**. Franca: UNESP, 2017.

TONET, Ivo. Método científico: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, p. 172-192, 2013. Disponível no site: https://www.academia.edu/download/56792513/METODO_CIENTIFICO_Uma_abordagem_ontologica.pdf. Acesso em: 15 de out. 2022

PARTE II:

POLÍTICA SOCIAL E O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

GESTÃO NO SERVIÇO SOCIAL: PERSPECTIVA CRÍTICA E DEMOCRÁTICA DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

Geis de Oliveira Benevides
Maria José de Oliveira Lima

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa refletir a relação entre gestão e Serviço Social a partir da proposta pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS/UNESP/Franca, correspondente área de concentração, “Serviço Social: trabalho e sociedade”, e linhas de pesquisa do referido programa: trabalho, capitalismo e processos sociais; formação, trabalho e Serviço Social; Estado, políticas públicas e Serviço Social.

Este capítulo traz reflexões teórico-práticas realizadas a partir do desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre a temática da gestão no Serviço Social, ou seja, vincula-se ao estudo da atividade administrativa no processo de formação e no cotidiano do trabalho profissional. Apresenta uma importante contribuição para o ensino, pesquisa e trabalho profissional, pois considera as matrizes teóricas da formação profissional do assistente social, sobre os fundamentos históricos e teórico-metodológicos dessa área, expressos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Na medida em que a gestão é incorporada ao campo das matérias básicas e passa a compor o núcleo de fundamentação do trabalho profissional, reconhecendo que a mesma se apresenta no campo das requisições e competência profissional. Portanto, eis aí a importância do estudo e da pesquisa da gestão no Serviço Social.

Refletir sobre gestão não é uma tarefa simples, em razão da diversidade teórica e metodológica que permeia a sistematização e organização da atividade administrativa na sociedade contemporânea. Logo, fundamentar a administração em sua perspectiva técnico-científica e crítica torna-se um desafio, contudo, necessário no Serviço Social.

Conforme Gurgel e Rodriguez (2014, p. 29), compreender a gestão, enquanto atividade científica, implica considerar as “dimensões econômicas, filosóficas, políticas, sociológicas, antropológicas, psicológicas que se fazem presentes nas teorias administrativas, tornando a gestão uma atividade complexa” e contraditória. No estudo da gestão é importante apreender os elementos teórico-práticos que vão além da operacionalização do processo administrativo,

considerando as relações e interesses que motivaram a racionalização da atividade administrativa nos fins do século XIX e início do século XX.

A gestão se consolida como atividade socialmente necessária à satisfação das necessidades do ser humano. Ela surge da imprescindibilidade prática do ser humano em organizar ações e/ou recursos com vistas a alcançar objetivos previamente determinados. Já nas organizações humanas mais primitivas, a atividade administrativa esteve presente nas suas ações, mas se estruturou como atividade racional somente com o desenvolvimento e aperfeiçoamento das forças produtivas do capital, a partir da Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII. A organização racional da gerência capitalista é determinante para o desenvolvimento do pensamento administrativo moderno, o que possibilitou, assim, a sistematização da atividade administrativa como atividade racionalizada e científica.

E nesse processo de desenvolvimento e sistematização teórico-prática, a Administração é influenciada por diversas correntes do pensamento humano, uma vez que, essencialmente, dedica-se às relações humanas. Visto que, a administração ou a gestão consiste em uma atividade inseparável de qualquer situação que envolve pessoas, recursos e tem a intenção de desenvolver e realizar objetivos.

Com atenção às particularidades e aos desafios para a compreensão da gestão no Serviço Social, inicialmente recorrer-se-á à Ciência da Administração. Entende-se que não é possível abster-se das contribuições dessa área do conhecimento humano na fundamentação e na sistematização teórico-práticas da atividade administrativa contemporânea. As origens da fundamentação teórico-prática da gestão moderna e contemporânea, impreterivelmente, são provenientes da área da Administração. Portanto, é imprescindível compreender a construção do conceito de administração/gestão, ou seja, apreender o conceito atribuído à atividade administrativa no âmbito da Ciência da Administração. Para, posteriormente, depurá-la das dimensões do pensamento administrativo funcional das organizações capitalistas, expresso na racionalidade técnico-instrumental.

No campo ciência administrativa, a gestão consiste em um processo gerencial, característica dos administradores no comando das organizações¹ empresariais e do Estado. Uma vez que, a administração “fornece um corpo sistematizado de teorias, como ação resultante do ato de administrar, gerir, gerenciar, coordenar, controlar e administrar as organizações ao longo do tempo” (Maximiano, 1997, p. 28). Nesse processo, os administradores, responsáveis pela gestão das organizações, fundamentam-se nas teorias administrativas² para desenvolver

1 Para os modernos teóricos da Administração, a sociedade se apresenta como um enorme conjunto de instituições que realizam tarefas sociais determinadas. Em virtude da complexidade das tarefas, da escassez dos recursos disponíveis, da multiplicidade dos objetivos a serem perseguidos e do grande número de trabalhadores envolvidos, assume-se a absoluta necessidade de que esses trabalhadores tenham suas ações coordenadas e controladas por pessoas ou órgãos com funções administrativas. Essa visão dos teóricos da Administração tem correspondência na realidade concreta da sociedade capitalista, onde a Administração encontra, na organização, seu próprio objeto de estudo. Nesse contexto, acha-se obviamente a escola que, como qualquer outra instituição, precisa ser administrada, e tem na figura de seu diretor o responsável último pelas ações aí desenvolvidas (Paro, 2012, p. 23-24).

2 A administração enquanto campo do conhecimento humano apresenta um corpo sistematizado de teorias denominadas de “Teorias da Administração”, que resultam do desenvolvimento de pesquisas relacionadas à racionalização e estruturação do processo administrativo na Ciência da Administração, desde o final do século XIX e início do século XX. (Chiavenato, 1999).

o processo de tomada de decisões, estabelecendo uma prática diária de planejar, organizar, dirigir e controlar e garantir o cumprimento dos objetivos organizacionais.

No âmbito da direção e coordenação das organizações, administrar consolida-se como processo de tomada de decisões, que visa realizar ações que utilizem recursos (materiais, financeiros, tecnológicos, humanos e conceituais, para garantir o alcance de objetivos). O processo administrativo é estruturado e projetado para utilizar os recursos disponíveis com a finalidade de assegurar a realização dos objetivos das organizações, seja ela privada ou pública.

Nessa perspectiva, a administração é concebida como prática dos administradores no exercício da gerência das organizações. Entretanto, Maximiano (2000, p. 29) aponta que no cotidiano todas as pessoas são administradoras no âmbito individual, contudo, a atividade administrativa se desenvolve enquanto especialização do trabalho coletivo e, consequentemente, como campo do conhecimento humano, devido à sua importância e funcionalidade para todos os tipos e portes de organizações.

Embora a administração seja importante em qualquer escala de utilização de recursos, a principal razão para ter se desenvolvido como disciplina é sua importância para o desempenho de todos os tipos de organização. Nas organizações, os gerentes são as pessoas responsáveis pelo trabalho de outras pessoas. Para que os gerentes possam cumprir essa responsabilidade, as organizações emprestam-lhes um atributo especial chamado, autoridade (Maximiano, 2000, p. 30).

O pensamento administrativo moderno adquire relevância na sociedade capitalista a partir da constatação de sua importância para garantir a direção das organizações. Nessa lógica, a gestão é socialmente reconhecida como mecanismo e estratégia de controle da força de trabalho e dos meios de produção, além do direcionamento dos objetivos organizacionais. No capitalismo, a utilização racional dos meios é estruturada para atingir as finalidades do capital, assim sendo, determinante para manutenção do sistema de exploração e dominação da classe trabalhadora, garantindo a apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

1. A GESTÃO COMO ATIVIDADE INERENTE AO PROCESSO DE TRABALHO: subsídios necessários para compreensão da gestão democrática e emancipadora

Historicamente, a atividade administrativa manifesta-se como prática racionalizada somente com a emergência do capitalismo industrial. Com a consolidação das relações sociais capitalistas, a administração estrutura-se como estratégia e mecanismo de controle do trabalho coletivo e da elevação da produção dos lucros, portanto, se estabelece como prática determinante para a manutenção das relações econômicas, políticas e sociais próprias do modo de produção capitalista.

Todavia, a gestão enquanto atividade teleológica, isto é, como uma ação eminentemente humana, pode manifestar-se depurada da racionalidade burguesa, desvinculada da finalidade instrumental e funcional. Como instrumento técnico-científico depurado da racionalidade instrumental pode contribuir com a consolidação do projeto societário da classe trabalhadora. De forma a constituir uma dimensão da gestão, cujos fins sejam emancipadores, numa perspectiva democrática e vinculada aos interesses coletivos das classes subalternas.

A gestão consolida-se como processo inerente aos processos de trabalho desenvolvidos pelo homem, independente da área de atuação, seja na esfera da produção ou na esfera da reprodução social. Desse modo, a gestão funda-se na intencionalidade e no planejamento que dão origem ao processo de trabalho. Pois, como já dito, é atividade desenvolvida exclusivamente pelo ser humano, portanto, compreendida como atividade teleológica, realizada nas diversas esferas da vida social e nos espaços técnico-profissionais.

Nessa perspectiva de análise, a gestão, conseqüentemente, apresenta-se como atividade inerente aos processos de trabalho desenvolvidos nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Dada essa constatação, é necessário compreender a atividade administrativa para além da sua manifestação histórica, na sociedade de classes, isso porque, antes de se estruturar como prática racionalizada e a serviço dos interesses do capital, a gestão consolida-se como prática humana histórica realizada muito antes do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo. E tal apreensão é fundamental para desconstruir a resistência construída em torno da gestão no Serviço Social, principalmente, a resistência fundada na perspectiva ideológica.

Mas reconhecer e tomar propriedade da gestão implica em compreendê-la na sua dimensão técnico-científica como atividade eminentemente humana, racional e sistematizada, a qual tem a possibilidade de fundamentar-se nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social, para, assim, construir um processo de gestão no qual a finalidade seja ações democráticas e emancipadoras. Todavia, o processo de reconhecimento e apropriação da gestão demanda apreensão crítica e propositiva sobre suas possibilidades no trabalho profissional do assistente social.

Assim, é preciso apreender a gestão como atividade inerente ao processo de trabalho, fundamentado em Marx³ (2013, p. 255-263) e depurando-a das dimensões da administração tipicamente capitalista para a construção do “conceito de administração em geral”, conforme Paro (2012, p. 23). Para somente, assim, compreender e fundamentar a atividade administrativa sob a perspectiva democrática e emancipadora. Desse modo, estruturando-a sobre uma dimensão técnico-científica, a qual as finalidades sejam a efetivação dos interesses coletivos da classe trabalhadora.

No processo evolutivo dos seres humanos, sempre que trabalharam para atender suas necessidades, contaram com os três elementos principais que constituem o processo de trabalho: o trabalho, o trabalhador e os meios do trabalho. Portanto, tais elementos estão presentes em qualquer processo de transformação da natureza para satisfação de suas necessidades, com resultados previamente planejados e orientados a um fim.

3 Para Marx, resumidamente, o processo de trabalho “pode ser definido como atividade dirigida a um fim – a produção de valores de uso – apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (Marx, 2013, p. 261).

De fato, qualquer forma de trabalho pressupõe o planejamento da atividade a ser realizada. Sob essa perspectiva, todo trabalho mediatizado por um processo de trabalho implica em planejamento, no qual o homem cria métodos e técnicas para operacionalizar a transformação da natureza. O planejamento consiste na capacidade de prévia ideação do ser humano em projetar resultados, antes da operacionalização da transformação pretendida.

Nesse processo, ainda, agrega-se a gestão, ou seja, a finalidade do trabalho, a organização e a avaliação dos resultados. Portanto, nesse processo, o ser humano estabelece uma atividade administrativa, uma prática intencional que visa à adequação dos meios aos fins determinados previamente.

A gestão consiste em atividade exclusivamente humana, pois somente o homem é capaz de definir espontaneamente os objetivos a serem alcançados, bem como de estabelecer os meios necessários para a realização desses objetivos. Meios que são intencionalmente criados para atenderem de forma adequada e racional a realização dos fins determinados.

Vitor Paro, no estudo crítico da administração, afirma que:

Porque se propõe objetivos, o homem precisa utilizar racionalmente os meios que dispõe para realizá-los. A atividade administrativa é, então, não apenas exclusiva, mas também necessária à vida do homem. O animal, como ser indiferenciado da natureza⁴, não realiza trabalho humano, já que não busca objetivos livremente, colocando-se, portanto, o problema da utilização racional de seus recursos, já que suas ações são previamente determinadas pela natureza, de modo necessário e imutável para cada espécie. O homem também faz parte da natureza, mas consegue diferenciar-se dela por sua ação livre (Paro, 2012, p. 25-26).

Dessa forma, a atividade administrativa constitui-se como uma atividade essencial ao processo de trabalho, pois é uma prática exclusivamente humana e determinante para a satisfação de suas necessidades visando à adequação racional dos recursos disponíveis para o alcance dos fins livremente estabelecidos, cujos fins são a produção de valores de usos, por meio do uso de recursos devidamente planejados para se alcançar o objetivo inicial, consiste, portanto, na adequação dos meios aos fins.

Paro (2012, p. 26) esclarece que para a adequação racional dos meios aos fins é preciso estabelecer, “primeiramente, que, dentre os meios disponíveis, há que se selecionar aqueles que mais se prestam à atividade ou atividades a serem desenvolvidas, com vistas à realização de tais fins. Significa dizer que no processo de trabalho serão utilizados os recursos de forma racional, de acordo com a razão”, e ainda que esses recursos sejam devidamente “adequados a um fim que se objetiva por outro, que seu emprego seja de forma econômica”. O autor, ainda, destaca que em um processo de trabalho são múltiplas as variáveis para se aplicarem o uso dos recursos e, por tal motivo, “a combinação e o emprego dos recursos precisam estar permanentemente impregnados no objetivo a ser alcançado”, ou seja, o objetivo determinado no início do processo deve orientar “as ações para que não ocorra desvios” em seu desenvolvimento.

4 Com o termo natureza “entendemos tudo aquilo que existe independentemente da ação do homem” (Saviani, 1980, p. 39).

Dessa forma, a utilização racional dos recursos, obrigatoriamente, implica no emprego econômico desses que, por sua vez, inspiram o monitoramento ou o acompanhamento do processo para que a utilização dos recursos seja condizente com os objetivos estabelecidos. Desse modo, o objetivo final torna-se o condutor do processo de trabalho. A dimensão econômica, como dimensão racional, “se faz presente à medida que o alcance dos objetivos se concretiza no menor tempo possível e com dispêndio mínimo de recursos materiais e conceituais” (Paro, 2012, p. 26).

Paro (2012, p. 26) analisa a atividade administrativa a partir de sua manifestação teológica, no seu formato mais simples e abstrato, anterior à estruturação da administração capitalista. Apresenta-a como atividade inerente à organização e à realização do trabalho, portanto, configura-se como uma atividade própria da razão humana que orienta e permite a racionalização do trabalho. E como atividade inerente à organização e à realização do processo de trabalho, a atividade administrativa possibilita a racionalização do trabalho, por meio da utilização dos recursos. Para a produção de valores de uso, isto é, para a criação de produtos e meios para atenderem suas necessidades, o ser humano recorreu à utilização racional dos recursos conceituais e materiais para realizar seus objetivos.

Paro esclarece que:

Os recursos de que estou falando envolvem, por um lado, os elementos materiais e conceituais que o homem coloca entre si e a natureza para dominá-la em seu proveito, por outro, os esforços despendidos pelos homens e que precisam ser coordenados com vistas a um propósito comum. Têm a ver, por um lado, com as relações do homem com a natureza, por outro, com as relações dos homens entre si. Essas duas ordens de relações não são de modo nenhum desvinculadas uma da outra, existindo, pelo contrário, em mútua interdependência (Paro, 2012, p. 26-27).

Para o autor, os recursos materiais e conceituais são elementos que o ser humano utiliza para dominar a natureza, segundo sua vontade, contudo, os esforços físicos e mentais despendidos pelo trabalhador precisam ser coordenados para atingirem um objetivo em comum. O ser humano relaciona-se com a natureza e, também, com outros seres humanos envolvidos no processo de trabalho, relacionando-se simultaneamente com a natureza e com outros indivíduos.

Fundamentado em Marx, Paro (2012, p. 28) afirma que o ser humano se relaciona com a natureza por meio do trabalho. Essa relação não ocorre diretamente, de forma imediata, ela é mediada pelos meios de trabalho, ou seja, é mediada por todas as condições de trabalho objetivas e necessárias à realização do processo de trabalho. Condições essas que incluem os elementos, diretamente (instrumentos, ferramentas, máquinas, etc.) e indiretamente (fábricas, estradas, edifícios, etc.), utilizados pelos trabalhadores para intervir e modificar o objeto, conforme os objetivos estabelecidos. Portanto, considera recursos materiais, todos os elementos materiais necessários e que participam diretamente ou indiretamente do processo de produção. E, ainda, em conjunto com esses elementos, para dominar a natureza, o ser humano também emprega o que, Paro (2012, p. 28), denomina de “recursos conceituais, que consistem no conhecimento e técnicas que ele acumulou historicamente [...] para modificar essa natureza de acordo com seus fins”.

Ressalta, ainda, que os recursos materiais e conceptuais resultam do histórico processo de evolução humana, uma vez que, a partir das relações de mútua interdependência entre eles, o ser humano acumulou conhecimento, o qual lhe permitiu aperfeiçoar os métodos, técnicas e seus instrumentais de trabalho. Viabilizou, assim, o “domínio cada vez mais efetivo e eficaz sobre a natureza [...] possibilitando maior eficiência no processo de trabalho” (Paro, 2012, p. 29).

Nessa perspectiva, os recursos materiais e conceptuais devem ser utilizados racionalmente visando alcançar os objetivos, portanto, o ser humano “age administrativamente quanto mais conjuga seus conhecimentos e técnicas” (Paro, 2012, p. 29), o que lhe permite aperfeiçoar e desenvolver os meios de produção. Por esse motivo, busca utilizar racionalmente os recursos materiais e conceptuais disponíveis.

Paro (2012, p. 29) estabelece dois campos de interesse teórico-prático da atividade administrativa: a “racionalização do trabalho” e a “coordenação”. Para o autor, a “racionalização do trabalho” refere-se à relação homem/natureza, quando tratamos especificamente da escolha racional dos recursos materiais e conceptuais no interior do processo administrativo estabelecido pelo ser humano. Já o campo da “coordenação” diz respeito à utilização racional do esforço humano coletivo, em razão de que a própria natureza do processo de produção, independente do sistema social vigente e do contexto da divisão social do trabalho, normalmente, envolve mais de uma pessoa, ou seja, os seres humanos estabelecem relações “entre si para produzirem sua existência material” e “envolvem a utilização racional de esforço humano”, sendo assim, demanda a “coordenação do esforço humano coletivo [...] para realização de fins determinados” (Paro, 2012, p. 31). Assim, define que a “racionalização do trabalho” se refere “às relações homem/natureza, no processo administrativo, e a “coordenação” racional do esforço humano coletivo “tem a ver, no interior desse processo, com as relações dos homens entre si” (Paro, 2012, p. 32).

Contudo, aponta que o conceito de “racionalização do trabalho” e “coordenação” se diferencia do sentido comum da teoria administrativa burguesa, isto é, não tem o mesmo sentido da perspectiva da Administração Científica. Paro (2012), trata do “conceito de administração em geral”, o qual se fundamenta na compreensão da atividade administrativa como atividade exclusivamente humana, analisada em sua forma simples e abstrata, comum em todo o tipo de estrutura social e depurada de sua manifestação e de suas determinações históricas instituídas pelo sistema capitalista de produção, a partir da Revolução Industrial, iniciada no século XVIII.

Assim, Paro (2012, p. 25) considera a atividade administrativa em seu sentido geral e afirma que “a administração é a utilização racional de recursos para realização de fins determinados”, em qualquer que seja o tipo de estrutura social. Nesse sentido, entende-se a atividade administrativa em seu sentido geral, em sua forma mais simples e abstrata, como atividade inerente ao processo de trabalho, a qual visa diretamente à racionalização dos meios necessários, que consiste na racionalização do trabalho e na coordenação do trabalho coletivo, assegurando a realização de objetivos previamente planejados, com vista a racionalização entre meios e fins, para melhor atender as necessidades humanas.

Nesse sentido, ainda, esclarece que, ao iniciar a discussão da administração fundamentada em seu conceito geral procede metodologicamente da mesma forma que Marx, quando desenvolve o conceito ontológico de trabalho, antes de considerá-lo no modo de produção especificamente capitalista (Paro, 2012). Assim, a atividade administrativa, compreendida como a utilização racional de recursos para atingir fins, consiste em uma atividade humana que tem sua finalidade fundada no planejamento e na organização racionalmente adequadas

dos recursos para a realização de objetivos intencionalmente e livremente estabelecidos, com a finalidade de atender, especificamente, necessidades essenciais à vida humana. Desse modo, a concepção de gestão apresentada por Paro (2012), pode ser observada desde as formas de organização do trabalho e relações sociais mais primitivas, que se manifesta desvinculada das relações de produção capitalista.

No entanto, reconhecer que o homem age administrativamente, significa reconhecer que ele, enquanto ser social, “sempre precisou e – sempre precisará – utilizar racionalmente os recursos com vistas à concretização de fins” (Paro, 2012, p. 41). Essa constatação demonstra que a atividade administrativa é mutável em todos os tipos de sociedade, passível de adequação às condições culturais, políticas, econômicas e sociais estruturadas no decorrer da história humana, porque ela é fruto das relações de produção de cada época.

Conforme expressa Paro:

Como não podia deixar de ser, a atividade administrativa participa também das condições e forças (sociais, econômicas, políticas, culturais, etc.) em conflito em cada período histórico e em cada formação social determinada. Por isso, sua realização concreta determina, ao mesmo tempo em que é determinada por essas formas (Paro, 2012, p. 41).

Aprender a atividade administrativa em sua forma mais simples e abstrata implica em apreender os elementos administrativos comuns e que têm validade em todas as formas de organização social. Todavia, é preciso, igualmente, apreender que a atividade administrativa determina e é determinada pelas relações de produção de cada contexto histórico e estabelece uma relação de mútua determinação com as contradições vigentes em dado momento. Fato, que revela o caráter progressista da atividade administrativa, uma vez que, estabelecendo essa relação de mútua determinação com as contradições vigentes na sociedade, a administração, dentre outras determinações históricas, também participa do conjunto de contradições que “determinam a superação do modo de produção até então dominante e sua passagem para outro historicamente mais avançado” (Paro, 2012, p. 41).

E com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, a atividade administrativa, mais especificamente, a partir de seu estágio industrial, vai ser determinante para a consolidação das relações de produção do capital. No capitalismo industrial, período de emergência da gerência científica capitalista, os processos de trabalhos são fragmentados e parciais, tendo como objetivo a elevação da produtividade e dos lucros. Assim, para alcançar seus objetivos, a classe que detém os meios de produção vai lançar mão dos elementos administrativos para controlar a força de trabalho e elevar a produção de mercadorias visando a apropriação da riqueza socialmente produzida. A atividade administrativa, já sob a roupagem da cientificidade capitalista tem como finalidade o controle do processo produtivo, por meio da organização e coordenação do processo de trabalho, em conformidade com os fins capitalistas, para produção e apropriação dos resultados do trabalho.

A atividade administrativa sob a perspectiva capitalista tem uma finalidade instrumental, cujo objetivo é o desenvolvimento de técnicas que garanta a eficácia dos recursos e meios para atender a um fim determinado que, nesse caso, visa o controle da força de trabalho assalariada, bem como de todos os elementos envolvidos no processo produtivo, com vistas a assegurar a elevação da produção dos lucros.

Dessa forma, a administração sob o viés burguês:

Ao deixar de levar em conta os fins, ou melhor, ao tomar determinado fim como eterno, universal e inquestionável, a administração tipicamente capitalista, embora guardando as características gerais de “utilização racional de recursos para a realização de objetivos” [...] coloca-se a serviço de uma classe em particular e não do homem em geral. Ao renunciar a um questionamento dos objetivos, restringe-se a uma racionalidade interna que diz respeito apenas ao emprego dos meios e de sua adequação ao fim estabelecido (Paro, 2012, p. 74-75).

No processo de produção capitalista, a atividade administrativa adquire uma racionalidade funcional, na qual se considera apenas os objetivos particulares de determinadas pessoas e grupos. E essa racionalidade orienta o processo produtivo, também, para a utilização racional dos meios para alcançar determinados fins. Contudo, direciona-se para atender especificamente os objetivos particulares da classe dominante, deixando de atender às necessidades humanas consideradas universais. Na sociedade de classes a atividade administrativa na perspectiva burguesa não atende os interesses dos diversos segmentos que compõem a classe trabalhadora. Nas palavras de Paro (2016, p. 76), a atividade administrativa orientada pela finalidade burguesa é determinante para estruturação e consolidação do sistema capitalista de produção, pois é constituída como instrumento funcional para racionalização dos meios de produção com a finalidade de, exclusivamente, garantir a realização dos objetivos de seletos grupos que compõem a sociedade de classe.

Todavia, é preciso pensar na racionalidade das ações humanas em seu sentido mais amplo, de forma que não se atenha apenas aos meios, mas, também, aos fins, que transcenda a finalidade meramente instrumental e funcional e tenha como questão central a busca por objetivos coletivos e universais. Na medida em que se considera os objetivos coletivos, os quais têm como fins atender às necessidades humanas, a atividade administrativa tem uma finalidade democrática e emancipadora. Nessa direção, pode-se destacar que a administração pensada em sua perspectiva simples e abstrata, enquanto atividade exclusivamente humana, tem uma finalidade democrática e emancipadora, pois considera as necessidades humanas, numa sociedade isenta das relações de dominação capitalista.

Mas, para tanto, é necessário depurar a atividade administrativa das dimensões teórico-metodológicas comprometidas com os fins capitalistas. Nesse sentido, reitera-se a importância de considerar o conceito de administração, em geral, que é a utilização racional dos recursos para a realização de fins determinados, considerando-se os elementos administrativos presentes em todas as formas de organização social, nas mais diferentes épocas humanas.

No entanto, Paro (2012, p. 102) não desconsidera as contribuições da atual teoria e prática da Administração, pois a disciplina administrativa é fruto da consciência da práxis humana⁵ e resulta do processo de desenvolvimento histórico da humanidade, no qual atingiu um estágio em que utiliza racionalmente seus recursos para alcançar finalidades. Como também, tem consciência desse fato e, ainda, apreendeu a necessidade de sistematizar o conhecimento,

5 Paro, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012, p. 35-40.

as técnicas, os procedimentos já desenvolvidos e busca intencionalmente, novos métodos e técnicas, realizando de modo consciente e proposital a atividade administrativa correspondente a um determinado fim.

A atividade administrativa:

Por outro lado, não obstante de seus componentes autoritários, a atual teoria e prática da administração possui importantes qualidades técnicas que, embora estejam hoje sendo utilizadas a favor dos interesses da classe dominante, podem, nas mãos da classe trabalhadora, articular-se com os interesses dessa classe. A esse respeito, não há porque não aproveitar, da administração existente hoje, aqueles componentes que, sem comprometer os objetivos democráticos e de emancipação das classes dominadas, representem um avanço técnico capaz de auxiliar o homem na consecução de seus propósitos. Parece razoável que, na luta pela emancipação da classe trabalhadora, se devem utilizar não apenas as técnicas e métodos administrativos desenvolvidos especificamente para esse fim, mas também todos aqueles que já existem, e que representam uma contribuição técnica útil para tal propósito de emancipação (Paro, 2012, p. 102).

A administração, atualmente, orientada pelas finalidades capitalistas, constitui-se como um instrumento e recurso poderosíssimo a serviço da dominação de classe. Na atualidade, os elementos administrativos vêm assumindo uma dimensão e complexidade, cada vez mais ampla, e sob a roupagem da eficiência nos processos de produção e de reprodução social é determinante o cumprimento dos propósitos da classe dominante.

No entanto, a administração não é causa de dominação, mas sim um instrumento de dominação, pois, em conformidade com sua especificidade, na sociedade capitalista, a classe que detém o controle das relações de produção a utiliza como instrumento de sua dominação. E sendo instrumento, a atividade administrativa pode concorrer para a transformação social em favor dos interesses da classe trabalhadora. Para tanto, a atividade administrativa deve ser desenvolvida a partir de uma dimensão que tenha como finalidade os objetivos coletivos, fundada em uma perspectiva democrática e emancipadora.

Embora possamos acreditar que o progresso técnico tenha melhores condições de desenvolver-se numa sociedade mais democrática e racional, pela qual lutamos, a verdade é que ele não tem ficado inerte durante todos esses séculos. Por isso, em todos os campos, e em particular no administrativo, devem ser aproveitados todos os desenvolvimentos da ciência e da técnica que possam somar forças no sentido dessa mudança, bem como na organização da nova sociedade que temos como horizonte construir. Afinal, numa sociedade verdadeiramente democrática, em que a prioridade é o homem vivendo em colaboração recíproca; sem marcas de dominação característica da sociedade de classes, continuará havendo, e certamente em maior medida, a necessidade da utilização racional dos recursos com vistas à realização de fins (Paro, 2012, p. 102).

A atividade administrativa é adaptável tanto a uma perspectiva democrática e emancipadora, como também conservadoras que objetivam naturalizar e manter a estrutura social vigente. A administração em seu conceito geral, ou seja, em seu nível mais elevado de abstração não incorpora a dominação via exploração do trabalho como um de seus elementos centrais, visto que a dominação como parte constitutiva das finalidades da administração é particularidade da sociedade de classe (Paro, 2012). Anterior às relações de produção capitalista, a atividade administrativa tinha como finalidade a coordenação do processo de trabalho para produção de valores de uso necessários à vida humana e não à produção de mais-valia. Portanto, pode ser realizada e ter como finalidade a incorporação dos interesses da população trabalhadora, de maneira a racionalizar meios e fins para atender aos objetivos coletivos e não particulares.

Desse modo, possibilita condições estruturais para o surgimento de um processo administrativo que tenha como finalidade o desenvolvimento de uma ordem administrativa não vinculada aos processos de exploração e dominação. Pois, a formulação de Paro (2012, p. 25) explicita os elementos gerais e constitutivos da administração em geral, no entanto, na sociedade capitalista, ao concretizar-se, a atividade administrativa é sistematizada e a ela são empregados elementos históricos, concretos-materiais e ideoculturais próprios da ordem capitalista. Portanto, faz-se necessário que em sua caracterização abstrata e simples seja depurada das determinações efetivas da realidade, que a configura como um fenômeno sócio-histórico específico da sociedade capitalista.

Souza Filho (2013, p. 13) afirma que o conceito abstrato da administração, a partir de sua depuração de suas dimensões capitalistas, “permite desvelar a conexão existente entre os fins e os meios da administração e o papel da razão como elemento de mediação dessa conexão”. Ainda, segundo o autor, esse veio analítico revela que a administração, em seu conceito geral, se refere à organização de recursos (meios) para atingir determinada finalidade e, nesse processo, a finalidade é que determinará os recursos a serem utilizados, bem como a racionalidade envolvida na ação desenvolvida. Pontua, também, que a relação dialética estabelecida entre meio-racionalidade-fim apresenta as diferentes articulações, as quais podem ocorrer na atividade administrativa: fim-meio, racionalidade-fim e racionalidade-meio.

A compreensão sobre as diferentes articulações que podem ocorrer na atividade administrativa é elemento preponderante para a compreensão da administração numa perspectiva democrática, pois para estabelecer “uma perspectiva/finalidade democrática e emancipatória não podemos utilizar meios e racionalidade instrumentais” (Souza Filho, 2013, p. 13), característicos da administração propriamente capitalista. Isto é, a atividade administrativa desenvolvida numa perspectiva democrática e emancipatória não pode fundamentar-se nos meios e em racionalidades instrumentais que visam à dominação de uma classe sobre a outra. Portanto, aí reside a necessidade de depurar as dimensões da atividade administrativa para que seja possível imprimir na gestão uma perspectiva democrática, evitando assim a incorporação de “uma racionalidade instrumental e ou a utilização de recursos/meios comprometidos com as relações de dominação” (Souza Filho, 2013, p. 13). Para que, dessa forma, a atividade administrativa estruture uma dimensão finalística que atenda aos interesses coletivos da classe trabalhadora.

Ao considerar-se a dimensão finalística ou ético-política da gestão, Souza Filho e Gurgel pontuam que:

Nesse sentido, podemos dizer que existem, do ponto de vista da gestão, possibilidades diferentes de orientação finalística. Em termos gerais, podemos ter gestões orientadas para a manutenção da dinâmica de exploração e dominação, ou, pelo menos, mais próxima dessa concepção; ou, então, voltada para a liberdade (suspensão dos mecanismos de exploração e dominação), ou, pelo menos, mais próxima dessa concepção. Portanto, a finalidade que orienta a gestão encontra-se num leque de possibilidades que varia entre orientações radicalmente destinadas à manutenção da ordem de exploração/ dominação e aquelas radicalmente posicionadas em defesa de um mundo de liberdade para todos (Souza Filho; Gurgel, 2016, p. 33).

A atividade administrativa é compreendida como atividade racional a qual viabiliza a organização e a realização do trabalho, assim, configura-se como uma atividade eminentemente humana que permite planejar e conduzir o processo de trabalho e, ao mesmo tempo, se apresenta como instrumento de trabalho do ser humano. Contudo, suas finalidades vinculam-se ao modo de organização social, assim sendo, é determinada pelas relações sociais estabelecidas pelo ser social em dado momento histórico. Desse modo, a gestão pode apresentar-se sobre dimensões ético-políticas voltadas para busca da emancipação, liberdade e igualdade a partir da superação do modo de dominação capitalista, ou comprometida com as relações de produção cujo objetivo final é a exploração e controle da força de trabalho na sociedade de classes.

Nesse contexto, é preciso apreender, no campo das possibilidades objetivas e subjetivas vivenciadas, suas finalidades democráticas e emancipadoras. E, à vista disso, buscar sempre aproximar estas finalidades a um processo que amplie e universalize as condições de vida das classes subalternas atingidas pelas ações das organizações (Souza Filho; Gurgel, 2016, p. 74), nas quais se realizam os processos de gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do entendimento da gestão, enquanto atividade inerente ao processo de trabalho, é possível compreendê-la como atividade racional que viabiliza a definição e realização de fins determinados. Assim, constitui-se como atividade desenvolvida somente pelo ser humano, que permite planejar e operacionalizar racionalmente suas ações, com vistas a atender interesses, sejam eles coletivos ou particulares. Por conseguinte, a gestão sempre terá um direcionamento político-ideológico, orientado pelas relações sociais estabelecidas em determinado contexto histórico. Desse modo, a racionalidade que direciona seus fins, poderá ter vinculação com finalidades democráticas e emancipadoras, ou com finalidades direcionadas aos interesses particulares de determinados grupos sociais dominantes.

Nesse ínterim, a gestão apresenta-se como atividade inerente ao trabalho profissional do assistente social nos diferentes espaços socioinstitucionais. Portanto, a reflexão crítica sobre a concepção de gestão e sua dimensão ético-finalística, que orienta as finalidades da administração no contexto contemporâneo, é preponderante para o entendimento sobre as possibilidades da gestão no Serviço Social. Para tanto, torna-se necessário que o assistente social

aprenda as diferentes finalidades que, podem direcionar os processos de gestão presentes no cotidiano institucional. De modo que, a partir da fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, possa construir mediações que lhe possibilite reconhecer e apropriar-se da perspectiva de gestão democrática e emancipadora.

Nessa direção, aponta-se que a perspectiva de gestão desenvolvida por Paro (2012), vai de encontro com as finalidades do projeto de sociedade expresso no Projeto Ético-Político do Serviço Social. Isso porque, os objetivos e princípios expressos no projeto profissional, implica no reconhecimento e apropriação de uma perspectiva da atividade administrativa que tenha como finalidade, o atendimento dos interesses da classe trabalhadora, ou seja, comprometida com a construção de uma nova ordem societária.

Compreende-se que não é possível pensar em uma sociedade isenta das formas de dominação do capital sem, também, considerar uma perspectiva de gestão que tenha como dimensão ético-finalística os interesses coletivos da classe trabalhadora. Pois, conforme pontuado por Souza Filho e Gurgel (2016, p. 72), o objetivo final da gestão democrática e emancipadora, é a efetivação e ampliação do acesso da classe trabalhadora aos direitos historicamente conquistados.

Portanto, apreender e compreender, as finalidades da administração e/ou gestão no âmbito do Serviço Social torna-se tarefa fundamental. Pois, o reconhecimento e apropriação da gestão democrática e emancipadora, implica na aquisição e/ou aperfeiçoamento do conhecimento sobre os conceitos e princípios que fundamentam a racionalidade da atividade administrativa, no trabalho profissional.

Assim, pensar a finalidade da gestão democrática e emancipadora, significa direcionar seu arcabouço teórico-prático para transformação das condições de vida da população, atribuindo aos processos de gestão o atendimento de interesses coletivos e não particulares. E de tal modo, por meio do aprofundamento e universalização dos direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora, contribuir para com a superação da ordem do capital e suas formas de dominação.

REFERÊNCIAS

- ABESS; CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Extraordinária de 8 de novembro de 1996). **Cadernos ABESS**, Brasília, DF, n. 7, p. 58-76, 1997.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- GURGEL, C.; RODRIGUEZ, M. R. **Administração: elementos essenciais para a gestão das organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração: da escola científica à competitividade em economia globalizada**. São Paulo: Atlas, 1997.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels). V1.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA FILHO, R. **Gestão Pública e Democracia**: a burocracia em questão. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SOUZA FILHO, R; GURGEL. C. **Gestão Democrática e Serviço Social**: princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez, 2016.

REFLEXÕES SOBRE GESTÃO E PLANEJAMENTO NO SUAS: EXPERIÊNCIA VIVIDA

Bianca Barbosa do Vale
Rosalinda Chedian Pimentel

INTRODUÇÃO

Ao iniciar o presente estudo, é preponderante situar a base na qual se darão as notas sobre o tema, isto é, o ponto de partida e as bases teóricas e metodológicas que nortearam a condução dos elementos que serão trabalhados, quais sejam, - perspectiva crítico-dialética, na qual se concebe a totalidade, como elemento norteador, para compreender as condições impostas por determinada historicidade.

Para tanto, faz-se necessário recordar a concepção trabalhada por Marx (2013), e discutido em sua obra “O capital: crítica da economia política”, de que “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e natureza, processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (Marx, 2013 p.255). Marx define que o trabalho é um processo entre homem e natureza no qual o homem passa a intervir na natureza. Assim, o trabalho, na concepção do autor, se constitui enquanto uma categoria, complexa e distinta do trabalho realizado por outros animais.

Nessa perspectiva, o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, pode-se afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (Engels, 2013, p. 13). A partir da compreensão de trabalho, situa-se a concepção metabólica entre homem e natureza através do trabalho.

Mas, como o planejamento está associado a esse processo? O trabalho representa a forma criativa que o homem domina e transforma a natureza, e no mesmo processo, também se modifica. É uma ação consciente e pensada. Pode-se dizer, de modo geral, que é composta por três elementos essenciais: *prévia ideação*, *objetivação* e *objeto*.

A chamada *prévia ideação* é o momento de planejamento que antecede e direciona a ação. Segundo Lessa (2012, p.37), “pela prévia ideação, as consequências da ação são antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado (ou seja, projetado na consciência) antes que seja construído na prática”. Já a chamada *objetivação* é o momento em que

se transforma a prévia-ideação em um objeto, sempre com a transformação de uma dada realidade (Idem, p.38).

O *objeto* é a ideia objetivada, isto é, a ideia transformada em objeto (Lessa, 2012). Ao ser criado, o objeto vai estabelecer nexos causais que saem do controle do sujeito, isto é, “o objeto criado sobrevive ao próprio criador” (Idem, p.38).

Assim, o planejamento situa-se no espaço e no bojo da categoria Trabalho, como elemento constitutivo do processo que está associado à prévia ideiação, à objetivação e ao objeto. Isto significa, que para alcançar determinados objetivos, o processo de pensar e planejar antecede ao objeto, à ação de fato, sendo elemento racional, consciente e transformador.

Nessa compreensão, o método expressa o movimento da elaboração teórica, impossibilitando, portanto, desvinculação do objeto historicamente determinado, no qual “a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento)” (Netto, 2009 p.8).

A partir desta perspectiva de implicação com o objeto – excluindo qualquer pretensão de neutralidade – o presente texto reflete e suscita o debate em torno do planejamento no Sistema Único de Assistência Social - SUAS durante o cenário pandêmico. Sem pretensão de esgotar o assunto, o texto tem como objetivo central refletir e trazer o cotidiano vivenciado sobre o planejamento no SUAS, em tempos de calamidade pública, realizando interface com o trabalho profissional do Assistente Social frente ao cenário pandêmico.

A intervenção, através do uso racional dos meios e dos recursos, a fim de alcançar determinada finalidade/objetivo (planejamento) na esfera pública, diz respeito ao que Carvalho (1991) denomina de gestão social – que faz referência direta ao exercício e atuação profissional do Assistente Social.

Segundo aquela autora:

Quando falamos em gestão social estamos nos referindo à gestão das ações sociais públicas. A gestão do social é, em realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. A política social, os programas sociais, os projetos são canais e respostas a estas necessidades e demandas (Carvalho, 1991, p. 19).

Considerando o trecho supracitado, entende-se que planejamento, execução e avaliação de ações realizadas, são constitutivos do processo de gestão e de resposta às demandas. Assim, o planejamento é fruto do uso da razão pelo homem nos diferentes contextos e períodos históricos, isto é, no desenvolvimento da humanidade.

A gestão da Política de Assistência Social requer organização das ações que devem ser executadas, uma vez que existem demandas a serem atendidas e um orçamento a ser utilizado. Assim, o conceito de Planejamento municipal pode ser compreendido de modo geral como “um processo dinâmico e interativo para determinação dos objetivos, estratégias e ações do município e da prefeitura” (Rezende; Castor, 2006, p.36).

De acordo com Baptista (2015) o planejamento social deve ser visto como instrumento de trabalho para o Serviço Social como um meio de articulação teórica e técnico-operativa. É, sobretudo, um instrumento racionalmente escolhido para promover uma mudança intencional em alguma direção.

No reconhecimento das múltiplas expressões da questão social, o planejamento aparece como ferramenta de acesso aos direitos por meio de planos, programas e projetos, ou por meio do que Baptista (2015) denomina como planificação.

A planificação, no processo de planejamento, é realizada no momento em que, após a tomada de um conjunto de decisões, definidas em face de uma realidade determinada, inicia-se o trabalho de sistematização das atividades e dos procedimentos necessários para o alcance dos resultados previstos (Baptista, 2015, p. 97)

Sob a perspectiva de estudo aqui abordada, ver-se-á que pensar o planejamento sob a ótica da totalidade social, realizando uma leitura crítica do movimento do real, pode-se afirmar que é um componente do compromisso ético-político da categoria profissional, uma vez que, esse processo consciente, racional e transformador possibilita a identificação das manifestações da questão social e a compreensão sócio-histórica, fugindo das análises superficiais e endogenistas, isto é, de pensar a profissão por ela mesma.

No tópico a seguir, são apresentados alguns apontamentos, bem como o direcionamento do processo de planejamento no SUAS através do Plano de Contingência da Política de Assistência Social.

1. O PLANEJAMENTO EM TEMPOS DE CALAMIDADE PÚBLICA: aspectos de interface com o contexto econômico-social e político-social contemporâneo

Antes de adentrar-se ao Plano de Contingência e à orientação teórico metodológica que o norteou, é feita breve caracterização do município, para que o leitor possa, mesmo que de forma singela, estabelecer aproximação com a realidade explanada.

Localizada na região Noroeste do estado de São Paulo, a cidade de Brodowski, berço do grande pintor Cândido Portinari, tem sua história estreitamente ligada aos projetos de expansão da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, no final do século XIX. Entre os principais expoentes brodowskianos, além de Portinari, está o jurista, escritor e ex-Ministro da Justiça no governo Sarney (1985-1990), Saulo Ramos.

Com uma população de 25.277 habitantes, estimada para o ano de 2021 pelo IBGE, o município de Brodowski representa 1,71% do total populacional da Região de Governo (RG) de Ribeirão Preto, com 1.366.570 habitantes. Sua extensão territorial de 278,46 km² impõe densidade demográfica de 84,14 hab./km², inferior à densidade da RG de 146,92 hab./km² e inferior à do Estado de 177,23 hab./km².

Com base nos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IDHM que leva em conta três componentes: educação, renda per capita e expectativa de vida ao nascer, e varia na escala, de 0 a 1, sendo utilizado para classificar os municípios, aponta os dados

do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013, quando se comparam os censos de 1990, 2000 e 2010, Brodowski atingiu 0,755 de IDHM, o que garantiu a 195ª entre os 645 municípios paulistas.

O município de Brodowski foi classificado pela Fundação SEADE com perfil de serviços, uma vez que o esse setor apresenta maior participação no PIB do município. Com relação às atividades industriais, deve-se destacar que sua participação no PIB do município é bastante superior à participação das atividades agropecuárias.

A distribuição dos vínculos empregatícios nos setores produtivos se dá da seguinte maneira: a maior representatividade fica por conta do setor de serviços com 35,30%, seguido pela indústria com 25,11%, do comércio com 23,49%, construção civil com 11,18%, e, por fim, a agropecuária com 4,91%.

Em 2019, o salário médio mensal era de dois salários -mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 24.5%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 459 de 645 e 229 de 645, respectivamente.

O novo coronavírus, que causa a infecção COVID-19, surgiu em 2019, na cidade de Wuhan na China. Em março de 2020, foi declarado pela Organização Mundial da Saúde a situação de pandemia de COVID-19, além do aumento exponencial dos casos da doença, houve ocorrência de casos em todos os continentes.

Ao ser declarada situação de calamidade pública, os municípios tiveram que reorganizar suas ofertas no âmbito do SUAS, no qual já existe previsão legal para atender a população frente à situação de calamidades com os chamados “Benefícios Eventuais”¹, normatizados pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993(LOAS); Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 (NOB SUAS).

Historicamente, Brodowski enfrenta problemas com a falta de água, inclusive ocasionando investigações do Ministério Público, no ano de 2020. No que tange à problemática do fornecimento de água, há de se pontuar que essa vem sendo uma das promessas de governo há mais de uma década e, o problema mostra-se latente ainda na atualidade, sendo um desafio aos gestores municipais e desalento à população.

O Decreto municipal nº 4.117, de 08 de junho de 2020 declarou situação anormal provocada pela paralisação do sistema de abastecimento de água do poço Casa Branca, como Estado de Calamidade Pública no Município de Brodowski. Em meio à pandemia do coronavírus, o planejamento previu, dentre outras ações, distribuição de *kits* de limpeza e higiene, e reorganização do trabalho social com as famílias, atuando em duas frentes de emergência: do vírus e da falta d’ água.

Cabe mencionar que nas eleições presidenciais em 2018, o então Presidente – Jair Bolsonaro, contabilizou no segundo turno uma porcentagem de 80,1% dos votos em Brodowski-SP. Ora, mas qual seria a relação da alta porcentagem nas eleições com o planejamento no cenário pandêmico? Pois bem, já se salientou nesse estudo que o processo de planejamento para a consolidação do Plano de Contingência no SUAS partiu de orientação ética-política, que concebe a totalidade, os aspectos sócio-históricos, econômicos, políticos e culturais. É através dessa leitura do real que partimos, assim, foi possível refletir:

1 Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e as famílias em virtude de: nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Assim, uma população em um município de pequeno porte elegeu com mais de 80% o atual Presidente, este que em frente ao cenário de calamidade conduziu a problemática como “gripezinha” e protagoniza discursos contra o isolamento e ironizou as pesquisas científicas, bem como as mortes por COVID-19.

Este é um elemento que precisou ser debatido, pois, sabia-se que poderia haver resistências por parte dos municípios nas orientações para isolamento social e demais ações, por isso, o Plano contemplou a imediata compra de celulares, realização de cartilhas explicativas sobre “mitos e verdades” no sentido de combate à fake News e outras ações no campo informativo, por exemplo. Para que as ações pudessem tomar forma, é necessário abordar sobre o tema do presente estudo: planejamento e gestão.

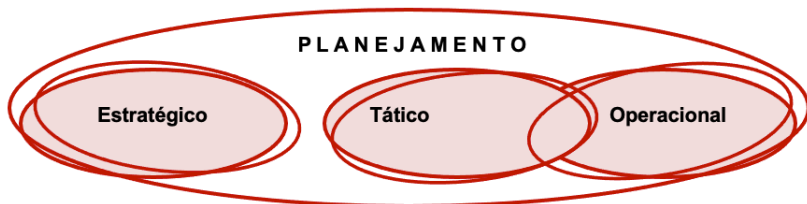
Para auxiliar a esboçar os pilares do planejamento, recorreu-se as contribuições de Teixeira (2009), que salientou o planejamento, enquanto elemento crucial no trabalho do Assistente Social no intercâmbio crítico das dimensões: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

Ora, mas como o planejamento estaria associado às dimensões técnicas e operativas da profissão? Ao conceber o planejamento enquanto um instrumento político. Isto é, possui um compromisso ético-político delimitado que vincula e concretiza as decisões de uma organização. Na vivência trazida por este estudo, significa dizer, que o planejamento sob apreensão crítica das demandas sociais possibilita transportá-las à materialização por meio de políticas públicas.

Como já mencionado, o processo de planejamento é constante e necessário, não só na perspectiva do aparato técnico burocrático da administração pública, mas enquanto elemento racional, consciente e norteador. Frente às situações de calamidade pública, esse planejamento precisa, mais do que nunca, ser realizado de forma articulada, com vistas a assegurar a proteção da população e garantir a oferta regular dos serviços socioassistenciais.

Quando se estuda sobre planejamento, ou se busca na internet, comumente aparecerá o planejamento e os três eixos, ou tipos de planejamento em um sistema piramidal. A escolha nesse trabalho usou-o na perspectiva de análise social concebendo o planejamento em um formato de complementariedade e não de hierarquia. Pontuando brevemente cada um destes:

FIGURA 1: Tipologias no planejamento



Fonte: Elaboração nossa.

A palavra “estratégia” tem sua origem na Grécia Antiga, cujo significado, inicialmente, era “a arte do geral” e posteriormente ficou mais conhecida e vinculada à guerra. Um dos primeiros usos do termo “estratégia” foi utilizado no mais antigo tratado militar da história

da humanidade intitulado “A arte da guerra” produzido pelo chinês Sun Tzu por volta de 500 a.C. (Tzu,2014).

Segundo Texeira (2009) o planejamento ao absorver a categoria estratégia traz junto a si ao processo de planejar a noção de mobilização, de negociação, de movimento, de manejo de técnicas, recursos, enfim, todos os meios (táticos) necessários para enfrentar o(s) oponente(s) ou uma situação complexa.

Na lógica empresarial o planejamento estratégico aparece comumente como aquele destinado aos proprietários e sócios da empresa, em que é definido os objetivos e diretrizes gerais que vão nortear as demais etapas do processo.

O planejamento estratégico não é o mero transporte do mundo dos negócios para a gestão pública dos procedimentos gerenciais. Trata-se de uma dimensão que transcende a gerência e se inscreve como uma busca de uma nova ética, de um patamar superior de sociedade e até de civilização (Texeira, p. 22, 2009).

Como já explicitada a noção de uma gestão democrática e participativa está situada nesse processo da lógica da administração pública. No planejamento estratégico há nessa perspectiva de análise, a orientação ética -política, o direcionamento, os objetivos gerais, enquanto no planejamento tático apresenta o corpo técnico, com os meios pelos quais propõe lutar e reivindicar, bem como as técnicas que serão necessárias para alcançar os objetivos almejados.

No planejamento operacional, a partir da identificação do perfil das forças em confronto, os antagonismos, os recursos disponíveis, suas técnicas, vêm a capacidade de operacionalizar, executar o planejamento.

Nota-se que na Figura 1, há uma elipse maior abarcando os três eixos do planejamento – que por sua vez, também estão envoltos de outras elipses – para que se possa pensar esse processo enquanto dimensões que se auto relacionam, se movimentam, dialogam. Algumas elipses na figura não estão simetricamente posicionadas, visando a representar o sentido político para a gestão pública. Significa dizer que existe nesse processo caminhos e (des)encontros no bojo da unidade a ser gerida como uma unidade plural (não consensual).

2. EXPERIÊNCIA VIVIDA

Como então se deu o processo de planejamento frente à emergência do COVID-19? Importante pontuar que o processo de planejamento destacado nos tópicos anteriores é, ou ao menos deveria ser, um elemento que antecede ao objeto, à ação de fato, e é um elemento racional, consciente e transformador, o que significa dizer que o processo de planejamento para além do formalismo burocrático-administrativo, necessita ser concebido a partir de um instrumento no qual é possível reafirmar o compromisso ético político da categoria.

O município de pequeno porte, vinha passando por modificações importantes no corpo técnico, no direcionamento, nas lutas que escolhemos pertencer. Porém, esse processo não é linear, e a pandemia e sua proporção fez com que todo processo de planejamento fosse questionado. O corpo técnico permanecia o mesmo, os objetivos gerais estavam delimitados, ainda que a representação na Política de Assistência Social no município apresentasse muitos sinais

históricos do primeiro damismo². O planejamento tático e operacional, foram reformulados de acordo com as possibilidades de continuar ofertando qualitativamente os serviços, projetos e benefícios socioassistenciais.

De modo sintético, no estratégico tínhamos as linhas gerais, os recursos humanos, bem como a delimitação do posicionamento ético-político ainda mais evidenciado em decorrência do cenário das últimas eleições (como já elucidado) e do panorama de recusa às orientações em meio a pandemia.

No planejamento tático, uma revisão nos meios, nos recursos pelos quais seria necessário redirecionar e traçar estratégias de intervenção. Já no planejamento operacional, realizou-se orientações, adaptações que se fizeram necessária diante o cenário pandêmico.

Assim, a “resistência aqui destacada deve ter a clareza de que o Projeto Ético-Político Profissional, como direção social, tão somente tem sua finalidade como tal, ou seja, como referência geral” (Silva, 2015 p.119).

Isto é, o Projeto ético-político profissional exige de antemão, como elemento básico e essencial, o compromisso ético-político com a defesa de direitos, sustentado numa perspectiva anticapitalista, em defesa de uma nova ordem social, como apregoa um dos princípios do Código de Ética (1993):

São diversos e intensos os desafios para afirmar a direção social aqui esboçada e discutida (sem qualquer espécie de romantismo). Esse contexto é marcado, intrinsecamente, por um cenário altamente contraditório, que põe o Serviço Social em contradição com elementos que estão contidos na sua gênese e o justificam como profissão na sociedade do capital. A resistência aqui destacada deve ter a clareza de que o Projeto Ético-Político Profissional, como direção social, tão somente tem sua finalidade como tal, ou seja, como referência geral (SILVA, 2015 p. 119).

Este foi, e continua sendo o solo fértil no qual se dá a orientação de pensar o território e o planejamento para enfrentamento da pandemia. Assim, reconhecendo as fragilidades e potencialidades, realizou-se um plano de contingência que contemplou: ações para o trabalho socioeducativo, principalmente de combate à Fake News com cartilhas explicativas sobre mitos e verdades em torno do COVID-19; fortalecimento dos canais de comunicação e denúncia; aquisição de aparelhos celulares e notebooks, bem como kits de higiene e limpeza para os trabalhadores do SUAS e usuários da Política de Assistência Social (ação que teve grande impacto pelo cenário pandêmico, e principalmente frente ao cenário de calamidade em decorrência da falta de água no município, acentuando, ainda mais, o trabalho social com as famílias em vulnerabilidade econômica e risco social).

De acordo com Netto (1996) “é imprescindível para estabelecer, em face destas transformações, estratégias socioprofissionais minimamente adequadas para responder às problemáticas emergentes” (p. 87-88). Netto ressalta ainda:

2 Vinculação das primeiras damas à gestão da política pública de caráter extremamente patrimonialista, clientelista, caritativo e assistencialista, deslocando o papel da Política de Assistência Social como direito e transferindo-a para benesse.

[...] Somente uma perspectiva teórico-crítica que permita apreender o movimento histórico que contém nas transformações societárias em curso e a negatividade que ele comporta, perspectiva vinculada a um projeto social anticapitalista sem vínculos utópicos – românticos, pode assegurar que componentes sociocêntricos e emancipadores que a cultura profissional recentemente abrigou sejam potenciados e atualizados (Netto, 1996, p. 127)

Pontos centrais no plano de contingência perpassaram o planejamento e gestão no SUAS através dos objetivos, identificação de potencialidades, fragilidades, mapeamento do território e das demandas existentes, bem como, a compreensão da formação sócio histórica do município, dos tensionamentos políticos em âmbito municipal, estadual e federal – entre outros elementos – constituindo-se como pilares para compreender como possibilitar a oferta dos serviços com qualidade, sob a ótica da defesa intransigente dos direitos sociais.

Nesse sentido, o compromisso ético-político com a Política de Assistência Social é de extrema importância para garantir a qualidade dos serviços ofertados. Com a pandemia, no âmbito profissional surgiram vários desafios para pensar o trabalho profissional, e que passaram a compor a pauta das reuniões e encontros entre técnicos e rede protetiva municipal.

Algumas questões, como uso das mídias sociais, trabalho remoto e reuniões em formato online, se configuraram como desafios, uma vez que o trabalho realizado com grupos, ações comunitárias e socioeducativas são realizadas com a participação e envolvimento dos usuários.

Até a pandemia não havia, por exemplo, *notebooks* e celulares para as equipes – equipamentos que já deveriam compor o ambiente de trabalho. Com a Portaria 369/2020 e 378/2020 houve incremento temporário no orçamento para adequação e suporte dos serviços e, através de uma situação caótica, foi possível realizar a aquisição destes equipamentos.

No plano, foi possível realizar o planejamento orçamentário e financeiro do SUAS e evidenciar o posicionamento contrário à política de ajuste fiscal e redução do orçamento público federal. Pontos relevantes, que foram debatidos no ano de 2021 na Conferência Municipal de Assistência Social, na qual, em um dos eixos, foi encaminhado à Conferência Estadual a contraposição a redução do orçamento da Política de Assistência Social e a captura de 30% dos recursos da desvinculação de receitas da união – DRU, dentre outros posicionamentos.

Os cortes deram continuidade aos ataques à Política de Assistência Social desde 2018 e seguem também a trilha da Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº 95/18, que congelou os investimentos por 20 anos em todas as políticas públicas.

No que diz respeito à Assistência Social, esses cortes configuram um desmonte que impossibilita o funcionamento e a oferta regular e qualitativa de serviços, programas, projetos e benefícios, impactando diretamente na sobrevivência das famílias e indivíduos atendidos, configurando um ataque aos direitos sociais.

O processo de planejamento e os planos, enquanto instrumentos norteadores, estão em constante monitoramento, avaliação e alterações, uma vez que o movimento do real não se configura como elemento estático e imutável, isto é, um movimento de desvelar as relações multifacetadas que se apresentam sob o véu da pseudoconcreticidade³.

3 Conceito trabalhado por Karel Kosick na obra “A dialética do concreto”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria, os estudos e a pesquisa como partes constituintes e fundamentais do trabalho e da formação profissional não podem e não devem ficar na subalternização, uma vez que, para compreender as manifestações da questão social e as contradições do real é necessário referencial teórico que possibilite identificar as tensões e contradições, que se apresentam para além da imediatividade.

A perspectiva que norteia o trabalho profissional e o enftretamento às manifestações da questão social baseou-se numa perspectiva, que concebe os elementos de uma dada realidade sem desvinculá-los de uma dada historicidade. Isto é, ao adotar uma análise que concebe o movimento do real, das estruturas históricas, econômicas e sociais, é possível pensar o planejamento em uma situação de calamidade pública, concebendo os entraves, as tensões e contradições em que estamos imersos, além de pensar ações de enftretamento à pandemia, compreendendo esse movimento sem desvinculá-los da agenda política nacional e internacional.

Realizar esse debate mostra-se necessário para que se pense ações, visando a posicionamentos em defesa e no reconhecimento da classe trabalhadora. Foi através da identificação, e dessas discussões, que se tornou possível pensar o Plano de Contingência subsidiado por uma perspectiva que procurou conceber os aspectos macroestruturais do cenário pandêmico, bem como as especificidades locais e regionais.

Em linhas gerais, pode-se concluir que discutir realizar o planejamento sob uma perspectiva ética-política, exige delimitação de objetivos, direcionamento e a situação de calamidade pública em decorrência da falta de água em Brodowski, não se caracterizou como um trabalho simples e meramente formal, pelo contrário, apresentou-se como elemento desafiador e que reafirmou a luta e defesa da classe trabalhadora, a luta pelo orçamento público e defesa intransigente dos direitos sociais.

A reflexão de José Paulo Netto auxilia a pensar dois perfis que poderão atuar frente às expressões da chamada questão social: *um perfil adestrado, extremamente técnico* que “vai operar instrumentalmente sobre as demandas do mercado de trabalho tal como elas se apresentam” ou *um perfil de profissional intelectual* que, “com qualificação operativa, vai intervir sobre aquelas demandas a partir da sua compreensão teórico-crítica, identificando a significação, os limites e as alternativas da ação focalizada” (Netto, 1996, p. 125).

Por isso, neste estudo, não se trouxe elementos formalistas e tecnicistas de “como fazer” um planejamento e Plano de Contingência. A direção que se buscou trabalhar durante o planejamento e transportada para esse artigo, é justamente aquela que concebe o que Netto chamou de perfil profissional intelectual e, foi sob a perspectiva teórico-crítica que se colocou pensar as ações e intervenções e, que compuseram o Plano de Contingência municipal.

Assim, sem pretensão de esgotar o assunto, apresenta-se com estas considerações introdutórias, mas vividas, a perspectiva que norteou a construção do planejamento e do Plano de contingência, que foram no sentido de reconhecer as tensões, as contradições existentes no movimento do real, pensando e refletindo as ações que seriam adotadas sob novas reconfigurações do trabalho social na perspectiva de garantia de acesso aos direitos sociais e a proteção social.

Conclui-se assim, que o solo fértil para se pensar o planejamento em tempos de calamidade pública é o mesmo que deve orientar o profissional do Serviço Social, no qual há defesa de direitos, que hoje se identifica, de acordo com Silva (2015) necessariamente, com a orientação anticapitalista, em um contexto que é marcado pelo cenário altamente contraditório, que põe o Serviço Social, em contradição com elementos que estão contidos na sua gênese e o justificam como profissão na sociedade do capital.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL: base de dados. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>>. Acesso em 20 de out. de 2021.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. 3. ed. São Paulo: Veras, 2015.

BRASIL, Resolução nº 33, de 12 de dezembro 2012. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**, Brasília: CNAS, 2012. Disponível em :<http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-33-de-12-de-dezembro-de-2012/> Acesso em 25 de fev. de 2021.

BRASIL. Resolução nº 188 de 20 de julho de 1999. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília: CNAS, 1999. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2005/Resolucao%20CNAS%20no%20188%20de%2020%20de%20outubro%20de%202005.pdf> Acesso em 11 de ago.de 2021.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm> Acesso em 15 de ago. de 2021.

CARVALHO, Maria Carmo B. Gestão social: alguns apontamentos. In. RICO, Elizabeth Melo; DEGENSZAJN, Raquel Raicheles (Org's). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo; EDUC; IEE, 1991.

ENGELS, F. (2013). **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In ANTUNES, Ricardo (Org.). A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE) Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/brodowski.html>> Acesso em 20 de outubro de 2021.

KOSICK, Karel. **A dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3 ed. Instituto Lukács. São Paulo, 2012

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

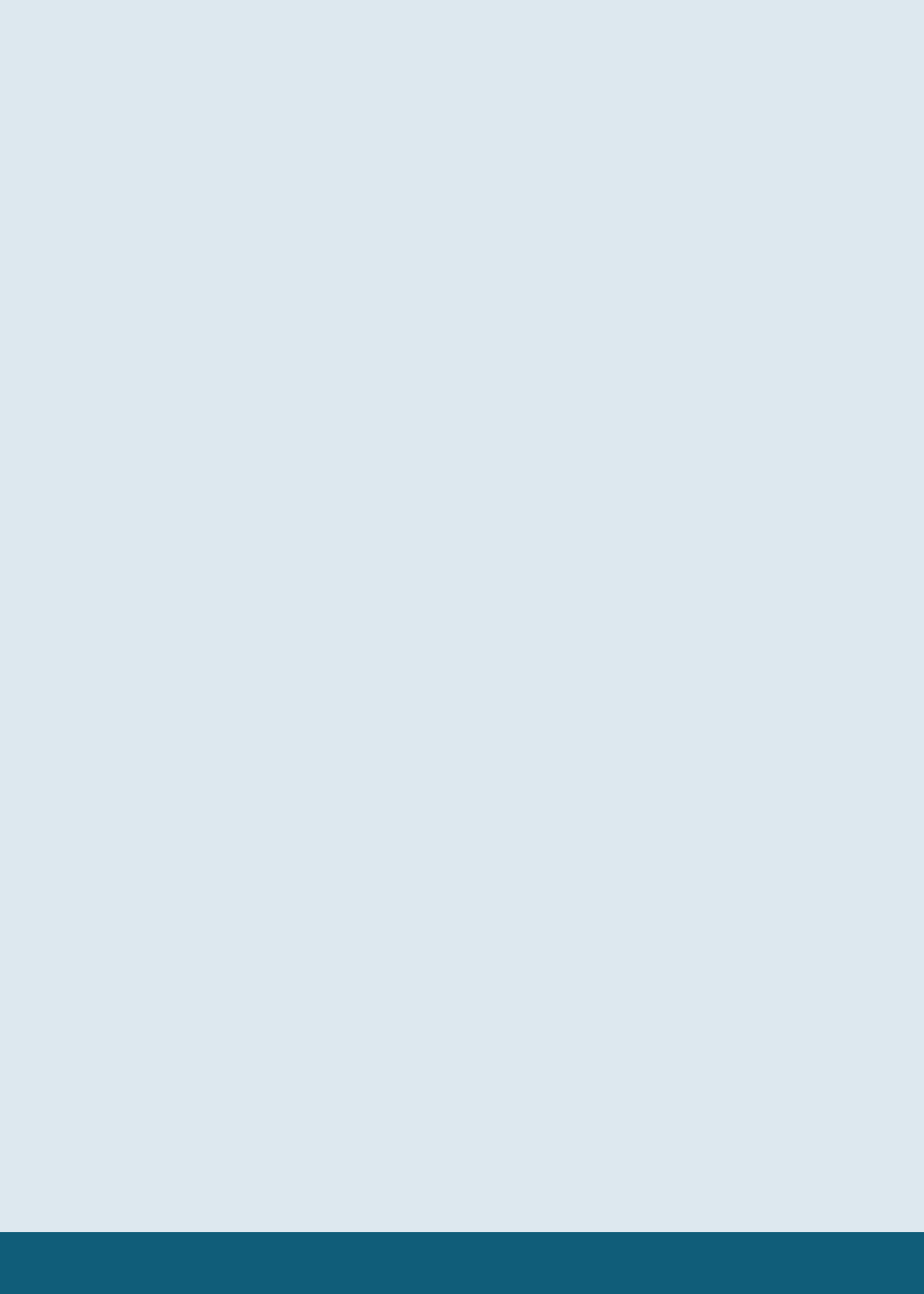
NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, n. 50, abr. 1996.

NETTO, J. P. **Introdução ao método da teoria social. Serviço Social: direitos sociais e competências fundamentais**. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Brasília, 2009a.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades prefeituras e organizações públicas**, 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2015- n. 35, v. 13, p. 99 – 125

TEIXEIRA, J. B. **Formulação, administração e execução de políticas públicas**. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009. Disponível em: Acesso em: jul. 2022



TERCEIRO SETOR E AS REPERCUSSÕES DE SUA EXPANSÃO

Agnaldo de Sousa Barbosa
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Matheus Hakime Dutra
Yukari Yamauchi Moraes

INTRODUÇÃO

O capítulo trata de um ensaio teórico sobre o terceiro setor e sua expansão na realidade brasileira, tendo como principal referencial teórico o livro: “Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social”, do autor Carlos Montañó. O objetivo central é trazer reflexões teóricas e críticas acerca do terceiro setor e os investimentos para as Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e as instituições privadas sem fins lucrativos que atualmente efetuam políticas públicas, as quais deveriam ser funções do Estado.

A discussão busca levantar brevemente o que é o terceiro setor e como ele começa a ser inserido no Brasil, no contexto da ditadura militar na década de 1960 a 1980, bem como ele foi sendo materializado na sociedade, substituindo as instituições do Estado.

O terceiro setor emerge como um trato alternativo ao enfrentamento das manifestações da questão social, em uma época de desmonte dos direitos sociais e ascensão do neoliberalismo, bem como o retrocesso causado pela Reforma do Estado. Sendo assim, ainda no início será discutido o surgimento e idealização do terceiro setor, debatendo o que levou a inserção e disseminação dele como um meio de administrar as políticas públicas e responder à questão social.

Posteriormente, será enfatizado o debate acerca dos investimentos públicos direcionados para as instituições do terceiro setor. A transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil gera uma desresponsabilização. Logo, as políticas sociais passaram a ser desenvolvidas por instituições, que em suma fazem parte de igrejas e religiões, tendo um papel filantrópico e caridoso. Esse modelo de administrar as políticas e terceirizar, faz com que se tornem cada vez mais focalizadas, deixando de ser um direito universal.

Serão apresentados dados estatísticos (gráficos) onde é possível notar o aumento das ONGs nos últimos anos, o que demonstra que desde o final da ditadura militar, onde o papel

dos movimentos sociais era lutar contra o Estado e a burocratização, tem-se um aumento significativo das Organizações Não Governamentais em todo território nacional. Esses dados são expressivos para confirmar a redução da responsabilidade que o Estado tem com a população, pois, esta responsabilidade tem sido transferida para as instituições de cunho religioso e que devido aos limites estruturais, tem atuado de maneira focalizada. A desresponsabilização por parte do Estado se dá, não apenas no ato de não efetuar as políticas, mas igualmente nos valores que são repassados à essas instituições, que vão exercer aquilo que é cobrado: a gerencialização da verba visando não os lucros, mas o corte de gastos.

1. O TERCEIRO SETOR VISTO COMO ALTERNATIVA PARA A QUESTÃO SOCIAL

O terceiro setor inicia-se sua implantação no Brasil com a chegada da forma de administração neoliberal, já no final da ditadura militar nos anos de 1985. Ele é previsto para se tornar uma terceira via, que fosse capaz de suprir as refrações da questão social, que desse um alívio aos cofres públicos diminuindo os gastos e que fosse possível agradar parte da sociedade, pois, o discurso era que o Estado já não conseguia suprir tais questões, sendo necessário se unir ao mercado.

Os prejuízos causados com o advento do neoliberalismo se deram através da maneira de como seriam tratadas as causas sociais, políticas e econômicas. Contudo, surgem as ideias de governos criarem alternativas ou tentativas de minimizar os estragos causados. Sendo assim, o Estado que nunca esteve tão presente no investimento para com as políticas públicas no Brasil, sem estabilidade, começa a se distanciar ainda mais das causas sociais, deixando essa responsabilidade na mão do terceiro setor e das instituições privadas. Para Montaño (2010, p. 53) “O conceito “terceiro setor” foi cunhado por *intelectuais orgânicos do capital*, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia”, dessa forma, o terceiro setor é formado a partir de recortes sociais, com interesses da classe burguesa.

O Estado acredita que as políticas públicas sociais devem ser cuidadas através de instituições (ONGs e OSCs) muitas vezes ligadas a religiões. Que além das instituições, as causas sociais devam ser de responsabilidade da população, tratadas como filantrópicas e caráter substitutivo, como reflete Montaño (2010):

Nesta passagem, a função social da resposta às refrações da “questão social” deixa de ser, no projeto neoliberal, responsabilidade privilegiada do Estado, e por meio deste do conjunto da sociedade, e passa a ser agora de autorresponsabilidade dos próprios sujeitos portadores de necessidades, e da ação filantrópica, “solidaria-voluntária”, de organizações e indivíduos (Montaño, 2010).

A responsabilidade e as respostas às necessidades sociais deixam de ser consideradas pelo Estado como um direito de todos e passa a ser vista como opção, ficando na mão do voluntariado que ajuda ao próximo. Então, o direito deixa de ser direito de todos, de maneira universal e passa a ser visto como caridade, que só as instituições devam se responsabilizar através da filantropia. Esses direitos passam a ser com as instituições, trabalhados de forma focalizado, ou seja, o objetivo do Estado é transferir sua responsabilidade com as políticas

públicas, como a previdência, a assistência social e saúde para instituições privadas, visando diminuir gastos com tais políticas.

Mais precisamente, o terceiro setor tem uma expansão e efetivação no Brasil com a “Contrarreforma”¹ do Estado, iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990. Ele é pensado como uma união entre o Estado e o mercado, ou seja, o argumento usado é que nem o Estado nem o mercado davam conta das demandas da questão social que se agravaram, mas, que a união entre os dois conseguiria superar as mazelas da sociedade.

Em um período pós ditadura que atacava as instituições públicas, semeando a ideia de um Estado burocrático e ineficaz, sendo essa argumentação utilizada no marketing para distanciar o papel do Estado, o Mercado é responsável pela economia e visa o lucro. Contudo, o Mercado não poderia ser unicamente a resposta para a questão social. Deste modo, o Estado entraria com recurso, mas às instituições privadas responsáveis pela administração dos recursos, faria o papel empresarial – não visando o lucro – com uma administração gerencial visando diminuir os gastos.

Portanto, a “origem” do “terceiro setor” já enfrenta um problema. Surgiu na década de 80, numa construção teórica, com a suposta preocupação de certos intelectuais ligado a instituições do capital por superar eventual dicotomia público/privado? Teria data anterior, nas décadas de 60 e 70, com o auge dos chamados “novos movimentos sociais” e das “organizações não-governamentais”? Seria uma categoria vinculada às instituições de beneficência, caridade e filantropia, dos séculos XV e XIX (ou no Brasil, com as Santas Casas da Misericórdia, Cruz Vermelha etc.)? Sua existência data da própria formação da sociedade, conforme os contratualistas analisam? (Montaño, 2010, p 55)

Seria então o primeiro setor o Estado, o segundo setor seria o Mercado, com as empresas que tem como finalidade o lucro e, o terceiro setor, união entre primeiro e segundo, uma terceira via, seria as ONGs, OSCs, entidades filantrópicas sem fins lucrativos, que não visa o lucro.

Assim, o termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil” (“terceiro setor”). Recorte este, como mencionamos, claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista (Montaño, 2010, p.53).

A partir dos anos 1980, a ideologia neoliberal em ascensão vem implantando fortemente ideias de um Estado “demoníaco”, tudo que vem do Estado não presta, não funciona, é

1 A contrarreforma do Estado faz parte do plano de governo do Fernando Henrique Cardoso e foi implantada no ano de 1995, com o ministro Bresser Pereira por meio do Plano Diretor da Reforma do Estado. A contrarreforma é um movimento que teve como objetivo transformar a forma de administração pública para uma maneira gerencial, que fosse possível constituir em melhoria para os cofres públicos, porém, o que aconteceu foi uma serie de medida neoliberais e desmonte das conquistas democráticas e constitucionais, descentralizando as políticas sociais públicas, desresponsabilizando o Estado, contribuindo para o agravamento da desigualdade social.

burocrático e ineficaz, o Estado não dá conta. A idealização do terceiro setor se dá por essa via, e sua materialização é funcional ao projeto neoliberal, que privilegia o mercado, a lógica do mercado e visa o aumento do exército industrial de reserva.

A ideia do terceiro setor também se dá pela mudança dos valores burocráticos para os gerenciais. Ou seja, a gestão de como organizar a lógica do Estado passa a ser mais empresarial, tendo uma função mais gerencial e menos burocrática. Isso faz com que o Estado não tenha mais que se responsabilizar diretamente com as demandas da questão social e sim, as organizações da sociedade civil, instituições e sociedade, com financiamento público, porém administrado de forma gerencial, como se fossem empresas, visando o menor gasto. Essa lógica empresarial não enxerga os lucros, mas administra visando a diminuição de gastos.

A reforma do Estado ou “contrarreforma”, não vê como finalidade a melhoria dos serviços públicos, melhoria da qualidade no atendimento à população, na garantia dos direitos, de forma universalizada, mas sim, a precarização destes, dos direitos trabalhistas, da não abertura de concursos públicos, tirando a responsabilidade do Estado perante a questão social, da não universalização dos direitos. O governo sabota as políticas sociais estatais. A reforma do Estado é um projeto de flexibilização das políticas públicas.

O terceiro setor é totalmente funcional ao neoliberalismo. Ele abarca as organizações, instituições e sociedade civil, porém, ele também abrange o Estado, que financia as instituições, mas de forma encoberta, pois precisa tirar dele a responsabilidade pela superação das expressões da questão social.

Ou seja, o Estado passa a financiar as instituições através de parcerias, transferindo sua responsabilidade, visando diminuir os custos, o que ocasiona em uma terceirização da culpa. A cobrança por melhoria nas políticas poderia ser direcionada àquelas instituições que efetivam as políticas públicas e não mais diretamente ao Estado.

A contrarreforma do Estado ou Reforma do Estado está articulada diretamente com o projeto neoliberal, pois pretende assim, retirar a legitimação sistêmica e controle social da lógica democrática e passar para lógica da concorrência do mercado. Como parte da reforma podemos falar sobre a flexibilização, com isso a precarização.

A prática da terceirização ou do terceiro setor se torna seletiva por parte do Estado, pois ao mesmo tempo que você se propõe a selecionar uma certa instituição, está deixando outras, o que ocasiona na presença e permanência de determinadas instituições e organizações na administração das políticas.

As chamadas *organizações não-governamentais* (ONGs), quando hoje passam a ser financiadas por entidades, muitas destas de caráter governamental, por meio de *parcerias*, ou quando são contratadas pelo Estado (federal, estadual ou municipal), para desempenhar, de forma *terceirizada*, as funções a ele atribuídas, não parecem tão fiéis a seu dito caráter “não-governamental” e à sua condição de “autogovernada”. Efetivamente, o Estado, ao estabelecer “parceria” com determinada ONG e não com outra, ao financiar uma, e não outra, ou ao destinar recursos a um projeto, e não a outro, está certamente desenvolvendo uma tarefa *seletiva*, dentro e a partir da *política governamental*, o que leva tendencialmente à presença e permanência de certas ONGs e não outras, e determinados projetos e não outros – aqueles selecionados pelo(s) governo(s) (Montaño, 2010, p. 57)

É perceptível que as verbas que são distribuídas vão em maior quantidade para as instituições do terceiro setor, ou seja, existem os órgãos públicos Federal, estadual e municipal, porém, a maioria das políticas foram redistribuídas e são administradas por entidades e organizações da sociedade civil, através de parcerias público-privado, geralmente, com o financiamento total através de recurso público, segundo Montaña (2010, p.146, grifos do autor) “assim sendo, a chamada “parceria” não é outra coisa senão o *repasso de verbas e fundos públicos no âmbito do Estado para instâncias privadas*, substituindo o movimento social pela ONG.”

A maneira que a responsabilidade é transferida se transparece pelo fato dos valores de repasses, por exemplo, do município para a instituição. É fechado um contrato com um determinado valor e esse valor precisa dar conta da demanda, independente das variações do mercado, da quantidade de pessoas atendidas, etc.

Mas, o que pode ser visto nesse aspecto também, é o Estado transferindo sua responsabilidade para as instituições e sociedade.

Porém esta *parceria* entre o Estado e as “organizações sociais” (instituída mediante a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999), mais do que um estímulo estatal para a ação cidadã, representa desresponsabilização do Estado da resposta à “questão social” e sua transferência para o setor privado (privatização) (Montaña, 2010, p.47).

O surgimento das ONGs no Brasil é datado da década de 1950 e 1960. O movimento, portanto, ganhou força na década de 1970 e 1980, com o contexto da ditadura militar. As ONGs tinham o objetivo de lutarem pelos direitos sociais, os direitos humanos, políticos e lutar principalmente pela democracia. O que se via eram os movimentos sociais fortalecidos. Nesta circunstância, segundo Machado (2012, p. 2)

[...] as chamadas “ONGs Cidadãs”, que, conforme a autora, nascem e crescem referidas ao campo das associações e dos movimentos sociais, o que demarca seu papel como agente de democratização, característica peculiar no Brasil e em países da América Latina.

Ou seja, as Organizações Não Governamentais emergem dos movimentos sociais que tinham como ponto central, lutar contra as desigualdades, os desmontes do Estado e a garantia dos direitos, de políticas sociais públicas.

A ditadura de 1964 no Brasil movimentou a separação do Estado e Sociedade Civil. Ou seja, para pôr um fim na ditadura, a sociedade começou a se movimentar, em movimentos sociais, partidos, entre outros. Esses movimentos contrários ao Estado colocam a sociedade civil em outro lado, do lado contrário, pois, tudo que era do Estado era militar e da sociedade era democrático. Tudo que vinha da sociedade era positivo e do Estado negativo.

No período ditatorial os movimentos sociais foram violentamente reprimidos, pois expressavam um novo modelo de ação social pautado na luta pela mudança do regime político brasileiro e no desejo de construir uma sociedade mais democrática e justa, isto é, com mais liberdade política e igualdade social (Machado, 2012, p. 6).

Nos anos 1970 e 1980 houve um grande aumento nos movimentos sociais, que tiveram grande importância para as reivindicações dos direitos que deixaram de ser garantidos durante a ditadura militar. Porém, nos anos 1990, com o Estado democrático estabelecido, esses movimentos sociais começam a se configurar como Organizações para que fosse possível estabelecer parcerias e articulações com o Estado. Nos anos de 1990 então as organizações sociais, as ONGs, passam a desenvolver um papel mais efetivo, ao contrário dos movimentos sociais, em parceria com o Estado.

Aqueles movimentos sociais e organizações que lutavam pela redemocratização, passam agora a fazer parcerias com o Estado para designarem funções que deveriam ser mantidas pelo próprio Estado. Passam a efetivar os direitos sociais, os quais foram objeto das lutas destes mesmos movimentos. O que era reivindicado para o Estado cumprir, as antigas ONGs e movimentos sociais agora que exercem. As ONGs e movimentos sociais dos anos 1960 a 1980 lutavam contra o Estado e o regime militar, após a constituição de 1988, nos anos 1990, essas instituições passaram a firmar “parcerias” com o Estado.

Contudo, as ONGs e movimentos sociais deixam de exercer o papel crítico e de cobranças do Estado, para passar a firmar parcerias com ele, propondo um intermédio entre o público e o privado. Surgindo assim a ideia de mais um setor, do terceiro setor.

O real motivo é puramente político-ideológico, ou seja, querer retirar os direitos universais dos cidadãos quanto às políticas sociais estatais e de qualidade, criar uma cultura de auto culpa pelas mazelas sociais que afetam a população e de autoajuda e ajuda mútua para o enfrentamento. Isso vai criar um resultado de precarização das políticas sociais, transformando-as em não universais, bem como focalizando para poucos.

Então, as políticas sendo transferidas da esfera estatal para as instituições privadas sem fins lucrativos, do terceiro setor, torna precário o atendimento de todos, além de focar em pequenos grupos sociais.

Supostamente o terceiro setor teria vindo para “resolver” um problema entre o público e o privado. O público como Estado e o privado como mercado, ou seja, se o Estado está em crise e o mercado tem uma lógica lucrativa, nem um dos dois poderia resolver os problemas sociais ou dar respostas a esses problemas. Sendo assim, o terceiro setor seria a articulação entre os outros dois setores.

2. CRÍTICA AO TERCEIRO SETOR E AS MOTIVAÇÕES DE SUA EXPANSÃO: principais repercussões para a classe trabalhadora

De acordo Montano (2010), a denominação “terceiro setor” contém a afirmação da existência de três setores, os quais são: Estado, mercado e sociedade civil, sendo o terceiro setor “o conjunto de organizações mais ou menos formais da sociedade civil”. (Montano, 2010, p. 182). Tais organizações podem ser manifestadas nos seguintes modelos institucionais: 1) instituições de caridade, 2) ações solidárias, 3) atividades pontuais e informais, 4) organizações não-lucrativas e não governamentais, 5) atividades filantrópicas e 6) ações voluntárias.

Contudo, a interpretação crítica do referido autor não se expressa no julgamento destes modelos institucionais formalizados, e nem ao menos das ações políticas e sociais desenvolvidas, mas sim, a intencionalidade oculta pelo manto ideológico do neoliberalismo em promover o encargo da responsabilidade individual da sociedade para responder às expressões da questão social. Ademais, para além da desresponsabilização do Estado para o enfrentamento dos efeitos deletérios motivados pela contradição capital-trabalho, a intervenção focalizada destas organizações são funcionais aos interesses político-econômico do mercado, e ao desmonte da consciência política dos direitos fundamentais conquistados para o desenvolvimento da cidadania.

Deste modo, é neste processo que emprega ao mesmo tempo, que as organizações do terceiro setor são consideradas eficientes e democráticas, com intervenções capazes de solucionar rapidamente as demandas apresentadas em uma determinada realidade. Em contrapartida, é fortalecida a concepção do Estado oneroso, ineficiente, corrupto, burocrático, e incapaz de subsidiar as políticas sociais. Tal concepção (a de redução das intervenções estatais no que concerne às suas funções de assegurar o desenvolvimento das políticas sociais), é a mesma defendida pelo neoliberalismo para a restauração e ampliação do bom funcionamento do sistema capitalista, ou seja, é possível identificar o interesse por detrás dos organismos mundiais, mercado e de governos neoliberais o favorecimento e constantes investimentos para a expansão do terceiro setor em detrimento ao desmonte e cortes no orçamento geral da União destinado às políticas sociais.

Em uma pesquisa realizada em 2021 pelo Instituto de Estudos Econômicos (INESC), torna público os estudos sobre o orçamento geral da União referente aos anos de 2019, 2020 e 2021. Os dados revelam os crescentes cortes de gastos públicos destinados às políticas sociais no âmbito da saúde e educação. A tabela a seguir, apresenta os resultados da referida pesquisa e a discriminação da porcentagem e seus respectivos valores cortados por setor:

Tabela 1 - Cortes no orçamento geral da União efetuado nos anos 2019, 2020 e 2021 em porcentagem e valores no setor da Saúde e Educação

SETOR	PORCENTAGEM CORTADA NO ORÇAMENTO DA UNIÃO	VALOR CORRESPONDE AO CORTE EM: R\$ BILHÃO
Saúde	7%	R\$10,7
Educação (Infraestrutura em escolas públicas)	18%	R\$ 3,17

Fonte: INESC, 2021.

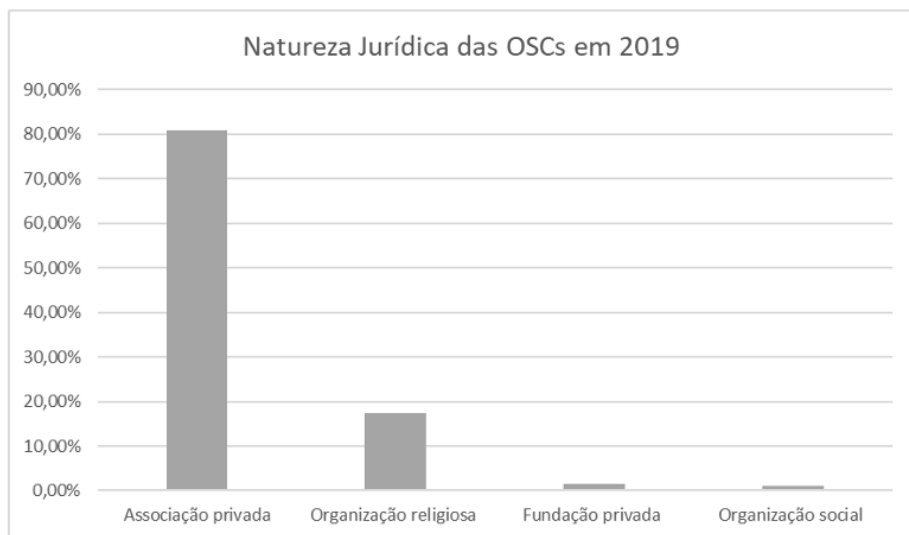
Devido aos limites do artigo, não foi possível abarcar na presente reflexão teórica, os cortes efetuados no orçamento geral da União nos demais setores das políticas sociais e de assistência. No entanto, de acordo com a tabela apresentada, é possível constatar o impacto financeiro negativo sofrido nos anos 2019, 2020 e 2021 no âmbito das políticas sociais na saúde e educação.

Para além da redução do financiamento, o projeto de longa data dos governos neoliberais brasileiros que efetivaram privatizações de serviços públicos, congelamento do teto de gastos, exclusão de programas e projetos sociais, entre outros, são algumas das intervenções que atacaram substancialmente, em ordem material e ideológico, a necessidade de ampliação das políticas sociais e assistenciais rumo a universalidade de acesso. Ainda sobre este processo, se é consentido a desresponsabilização do Estado em ofertar recursos para a população que apresentam vulnerabilidades socioeconômicas para desenvolver o padrão mínimo necessário no desenvolvimento da cidadania, é cabível afirmar também um dos efeitos do crescimento do terceiro setor: em vez de suplementar os serviços públicos (assim como é disseminado) os caminhos tendem à substituição.

Em termos quantitativos sobre a expansão do crescimento de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no Brasil, de acordo com o mapa efetuado pelo “Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)” em 2021, “foram criadas em 2019 e 2020 37.157 novas OSCs no país”. (IPEA, 2021), sendo 12.957 instauradas no ano de 2019 e 24.200 OSCs em 2020.

Na sequência, o gráfico apresenta a natureza jurídica das OSCs criadas em 2019:

Gráfico 1 - Natureza Jurídica das OSCs em 2019:



Fonte: IPEA, 2021.

Com base nos dados apresentados, pode-se inferir que em 2019 as Associações Privadas correspondem ao crescimento de 80,9%; as Organizações Religiosas equivalem a 17,4%; a Fundação Privada à 1,5%; e as Organizações Sociais 0,2%.

Para além do quantitativo das OSCs instauradas no Brasil entre o período de 2019 e 2020, a pesquisa investigou em quais regiões que ocorreram a respectiva expansão:

Tabela 2 - Localização geográfica das OSCs em 2020.

REGIÃO	PORCENTAGEM
Sudeste	41,5%
Nordeste	24,7%
Sul	18,4%
Centro-Oeste	8,2%
Norte	7,2%

Fonte: IPEA, 2021.

É necessário enfatizar que os dados correspondem ao endereço da instituição e não a região de atuação, pois, o desenvolvimento de suas atividades pode ter localidades distintas. Por fim, o resultado da pesquisa revela que há um total de 815.676 OSCs formalizadas no Brasil em 2020.

Assim como as instituições públicas, as OSCs requerem financiamento para sua manutenção e desenvolvimento. Na tabela a seguir, a pesquisa aponta os repasses efetuados de recursos públicos para a execução de serviços e ações das OSCs entre os anos de 2010 a 2018:

Tabela 3 - Repasse de recursos públicos para o financiamento das OSCs dos anos: 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

ANO	VALORES EM: R\$ BILHÃO
2010	R\$ 14,2
2011	R\$11,8
2012	R\$13,5
2013	R\$13,1
2014	R\$13,7
2015	R\$11,4
2016	R\$12
2017	R\$15,6
2018	R\$12,9

Fonte: IPEA, 2021.

Para interpretar os dados expostos em uma perspectiva crítica, devemos inicialmente elencar algumas reflexões que identificam as motivações destes crescimentos para além do quantitativo, isto é, elencar por meio da reflexão teórica, algumas análises sobre os reais interesses que promovem o êxito na expansão do terceiro setor e os prejuízos camuflados pela ideologia dominante.

O trato das expressões da questão social efetuado pelo terceiro setor e de todas as entidades que tem como configuração a mediação entre público e privado, são por muitas vezes interpretadas pelo senso comum, como resultado de um simples processo de mudança dos agentes que operacionalizam as políticas sociais e de assistência. Para além da operacionalização das políticas sociais, o que está intrínseco neste processo é a orientação da lógica dominante em promover por meio de ações de beneficência e filantropia, as “possibilidades” de harmonização e humanização do Capital perante as expressões da velha questão social.

Nesta perspectiva, o projeto neoliberal para a expansão do terceiro setor, prevê o protagonismo de cidadãos comuns na gestão e elaboração das respostas às demandas sociais presentes na realidade brasileira. Contudo, devido às contradições existentes no sistema capitalista e sua reprodução em todas as esferas da vida social, tais respostas não conseguem atingir potencialmente os interesses do capital. Logo, o que é tecido neste processo, é o estabelecimento de um falso “contrato social entre as classes”, que em síntese, se expressa em uma aliança vazia de transformação da ordem dominante.

Esta configuração de política social definida pela sociedade de classes, das alianças políticas partidárias, de acordos e compromissos com organismos internacionais de determinadas gestões, e o pouco entendimento das relações estabelecidas entre as iniciativas privadas, governo, estado e sociedade civil, inaltera os interesses da lógica do Capital. Assim, os prejuízos ocasionados pela despolitização da contradição capital-trabalho, somado aos repasses de verbas públicas para o custeio de OSCs e enfraquecimento político dos movimentos sociais, são alguns dos efeitos da ideologia dominante que desviam a atenção das causas reais da questão social e minam as possibilidades de transformações.

Por fim, outro prejuízo assinalado por Montaño como consequência do crescimento de OSCs se trata dos impactos nas relações do mundo do trabalho e sua precarização, pois, o autor evidencia que se faz necessário considerar que o sistema capitalista é extremamente dinâmico, característica essencial para sua resistência e ampliação a partir das crises cíclicas apresentadas ao longo da história.

Ao mesmo tempo que o capitalismo sofre as devidas alterações, concomitantemente as condições de trabalho também são alteradas. De acordo com a perspectiva analítica defendida pelo autor Ricardo Antunes (1999), os modelos de produção capitalista (Taylorismo, Fordismo e Toyotismo) implicam nas exigências do modo de produção e nas relações de trabalho. Neste sentido, os modelos Fordista e Taylorista de produção possuíam como condição os trabalhadores instalados em fábricas, executores de uma única função com emprego relativamente estável e fixo. No entanto, este modelo entra em crise a partir de 1970, e dá espaço a um modelo Toyotista de produção.

Neste marco, é desenvolvido uma transformação radical na organização da vida social em nível globalizado. Motivados pela lógica capitalista e pelo modo de produção global, os organismos financeiros mundiais passaram a ditar e reconfigurar a produção e economia de todos os seres humanos na esfera da sociedade, os quais todos participaram e responderam a

estas mudanças promovidas pelo Toyotismo. Em uma perspectiva acadêmica deste processo, o conceito de produção advindo do fim do modelo de produção Taylorista e Fordista, reconteceu a categoria operária e a classe trabalhadora. Logo, “a classe que vive do trabalho” passou a ser a interpretação predominante, que são os trabalhadores que não detêm seus meios de produção e precisam vender a sua força de trabalho para a subsistência.

É neste período que a referida classe sofre os desdobramentos e ganham novas formas de condições (ou precarizações) de trabalhos. Como característica orgânica do Toyotismo, existe a presença de um trabalho desregulamentado, ou seja, flexíveis nos espaços e modos de produção onde ocorrem, assim como as leis que as regulamentam.

Estas transformações nas atividades laborais evidenciadas pelo trabalho telemático (efetuados pela internet/aplicativos), assim como os trabalhos terceirizados, subcontratados, e em regime parcial, constata a existência destes novos meios de trabalho e de “contratação”. Resultantes do processo de desindustrialização e do desemprego estrutural, é permissível a expansão deste modelo de trabalho para outras esferas da sociedade, as quais incluem de forma significativa, as denominadas organizações do terceiro setor. Ainda com base na pesquisa efetuada pelo IPEA em 2021, os resultados indicaram que:

Quase 90% das OSCs não registraram trabalhadores com vínculos formais em 2020, contra 83% em 2018. Outros 4% de entidades contabilizaram até dois vínculos em 2019 (contra 7% em 2018). No total, foram verificados até 2019 2.338.407 vínculos formais de trabalho envolvendo todas as OSCs (IPEA, 2021).

Não é por acaso que neste cenário há o aumento do emprego de mão de obra feminina. De acordo com a pesquisa efetuada pela Associação Brasileira das ONGs (ABONG), “em 2014, 65,7% dos trabalhadores em ONGs eram mulheres”. (ABONG, 2014). Ao pensar na flexibilização do trabalho e seus desdobramentos na contratação, é possível afirmar que esta realidade compromete as condições salariais e dos direitos trabalhistas principalmente para as mulheres que desenvolvem suas atividades laborais nestes espaços.

Enquanto de um lado, houve uma significativa expansão das OSCs assim como fundamentado anteriormente, foi exigido nesse processo o maior número de trabalhadores, sujeitos que majoritariamente foram excluídos do mercado de trabalho e/ou expulsos da produção industrial. Nesta conjuntura o terceiro setor aparece como alternativa para o desemprego estrutural, mesmo que ocorra em determinadas situações a violação de direitos trabalhistas e realidade de salários, contratos e condições de trabalho precarizados.

Ademais, é necessário enfatizar que este processo de contrarreforma neoliberal articuladas às funcionalidades do terceiro setor, implica objetivamente nas relações de trabalho do Serviço Social, visto que os/as assistentes sociais se reconhecem como categoria da classe trabalhadora na condição assalariada e inscrita na divisão sociotécnica do trabalho. Para além da crescente expansão da OSCs e suas motivações, é preciso reconhecer que este fator atinge potencialmente questões caras para a categoria profissional, as quais podem ser identificadas na intensificação e precarização do trabalho para os/as assistentes sociais que ocupam as OSCs, bem como a tendência do subemprego para a categoria e descaracterização da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o desenvolvimento do presente trabalho, foi possível identificar as reais motivações da expansão do terceiro setor quando considerado os interesses do mercado para a afirmação do projeto neoliberal que prevê em seus resultados, o desmonte das políticas sociais, a desresponsabilização do Estado frente à promoção dos direitos civis via políticas públicas e a transferência de responsabilidade do trato da questão social para a sociedade civil. Ademais, de acordo com as reflexões efetuadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho com base na referência teórica do autor Carlos Montaña, para além do desmonte das políticas sociais é possível identificar também o desmonte da consciência política de toda população referente aos direitos fundamentais já previstos pela Constituição Federal de 1988 para o desenvolvimento da cidadania e a obrigação do Estado ofertá-la via políticas públicas.

Com base no referencial teórico do autor Carlos Montaña e estudos efetuados em dados estatísticos e censos dos constantes cortes no Orçamento Geral da União destinados às políticas sociais, em detrimento da ampliação de investimentos destinados ao terceiro setor, é possível identificar nos resultados do presente ensaio teórico reflexivo a intencionalidade desta substituição dos serviços públicos: o que ocorre em síntese é com um falso contrato social de harmonização e humanização do Capital a partir do manto ideológico da beneficência e benevolência perante a complexibilidade das expressões da velha questão social.

Para além do desmonte das políticas sociais, este processo de ampliação do terceiro setor incide diretamente no mundo do trabalho e as formas de precarização, uma vez que nestes *locus* de trabalho há uma forte tendência de ocorrer a flexibilização dos contratos trabalhistas e a realidade de salários e condições de trabalho precarizados assim como fundamentando anteriormente. Logo, a expansão do terceiro setor traz implicações para as relações de trabalho do Serviço Social, visto que os/as assistentes sociais se reconhecem como categoria da classe trabalhadora na condição assalariada e inscrita na divisão sociotécnica do trabalho.

É importante elucidar que o/a assistente social, devido a sua formação e competência é o/a profissional gestor/a e executor/a das políticas sociais, no entanto, para a consecução da “promoção dos direitos civis e defesa intransigente da classe trabalhadora” (Lei nº8662/93, CFESS) é necessário também avançar nas condições objetivas de trabalho nos espaços ocupacionais dos/as assistentes sociais, as quais se referem: na ampliação de concursos públicos para os/as assistentes sociais, melhores condições de trabalho e salário, ampliação de investimentos nas políticas sociais para melhor operacionalização e democratização dos serviços e recursos públicos destinados ao público de atendimento dos/as assistentes sociais.

Isto posto, ao elencar as reflexões teóricas até aqui desenvolvidas, uma das orientações indicadas para a categoria é avançar na articulação do Estado como agente promotor dos direitos civis, sendo este um processo democrático ainda em construção.

Este processo de politização dos direitos civis para toda a população, somado a socialização de conhecimentos da necessidade de sua proteção social é uma ação multidimensional, visto que, para reconhecer as necessidades específicas de grupos e cidadãos demanda uma leitura de realidade qualificada por meio de uma ciência e interpretação da sociedade em uma perspectiva crítica. Logo, o trato da questão social não se esgota em ações pontuais e focalizadas de determinados serviços e recursos, ou seja, faz-se necessário reconhecer as diferentes

expressões da questão social, as diferentes demandas sociais, os direitos que precisam ser garantidos, e as diferentes desproteções que são identificadas na vida do sujeito reconhecendo sobretudo, a história da ausência do Estado em sua desproteção.

Em vista disso, é importante o comprometimento da categoria na construção de alianças intersetorial e com a população destinatárias dos serviços públicos, dialogando por meio dos atendimentos sobre a consciência política dos direitos que lhe são retirados gradativamente, direitos os quais que poderiam ser novos marcos civilizatórios e acrescidos na condição de vida da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. [S. l.: s. n.], 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS. **Lei nº 8662/93, de 13 de março de 1993.** Código de Ética do/a Assistente Social, [S. l.], 16 mar. 1994. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

EPSJV/FIOCRUZ. **As políticas sociais estão desmanteladas.** [S. l.], 14 abr. 2022. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/politicas-sociais-estao-desmanteladas>. Acesso em: 10 ago. 2022.

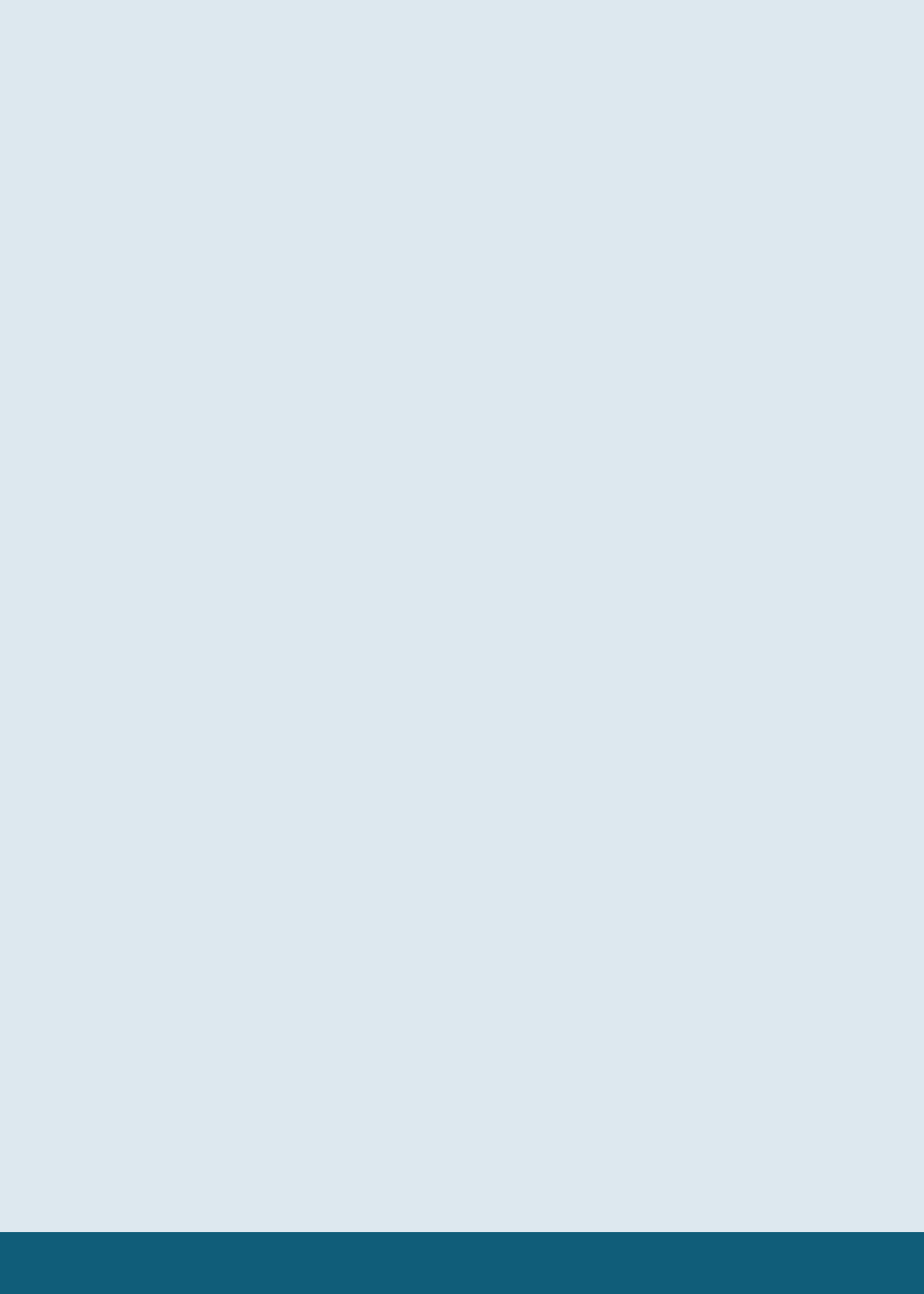
IPEA (Brasil). **Mapa das Organizações da Sociedade Civil.** [S. l.], 7 jul. 2021. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/arquivos/posts/2796-pb6mapaversaodivulgacao.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MACHADO, Aline Maria Batista. **O Percorso Histórico das ONGs no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9, 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos.** Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa: 2012. p. 3489 - 3502.

MONTANO, Carlos. (org.). **O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do terceiro setor?** São Paulo: Cortez, 2014.

MONTANO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2010. v. 6.

SINTIBREF (Minas Gerais). **MULHERES SÃO 70% DO SETOR SOCIAL.** [S. l.], 8 mar. 2022. Disponível em: [https://sintibref-minas.org.br/posts/mulheres=-sao70--do-setor-social#:~:text=Atualmente%2C%20as%20mulheres%20tamb%C3%A9m%20ocupam,Brasileira%20das%20ONGs%20\(Abong\)](https://sintibref-minas.org.br/posts/mulheres=-sao70--do-setor-social#:~:text=Atualmente%2C%20as%20mulheres%20tamb%C3%A9m%20ocupam,Brasileira%20das%20ONGs%20(Abong).). Acesso em: 19 jul. 2022



TRABALHO DOCENTE E MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Letícia Terra Pereira

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é compartilhar algumas reflexões presentes na tese de doutorado de sua autora, defendida em março de 2018, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp, câmpus Franca, e orientada pela Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira. O tema da pesquisa, desenvolvida no período de março de 2013 a dezembro de 2017, perpassou pela expansão dos cursos de Serviço Social no Brasil e os desafios enfrentados pelas(os) assistentes sociais docentes, cujo objetivo geral foi analisar os impactos da precarização no mundo do trabalho no trabalho profissional de assistentes sociais docentes, enquanto os objetivos específicos foram estudar a ampliação do número de cursos de Serviço Social; identificar as(os) assistentes sociais docentes nos cursos de Serviço Social de Instituições de Ensino Superior (IES) do estado de São Paulo em instituições públicas (federal, estadual e municipal), privadas sem fins lucrativos e privadas com fins lucrativos e por fim, analisar as condições de trabalho docente nesse contexto.

A motivação para pesquisar e escrever sobre esse tema partiu da experiência da autora como docente em cursos de Serviço Social de instituições públicas e privadas, levando-a a questionamentos acerca da formação e do trabalho profissional, a saber: quais os motivos que levam a(o) assistente social ao exercício da docência? Como a precarização do Ensino Superior impacta o trabalho dessas(es) profissionais? Como o projeto societário neoliberal, marcado pela regressão de direitos influencia no processo de formação profissional de futuros(as) assistentes sociais?

Para o presente artigo, é socializado o percurso metodológico de construção da tese, as informações sobre a pesquisa de campo, um item sobre a mercantilização do Ensino Superior, outro item com trechos de entrevistas que abordam o por quê se tornar assistente social docente, algumas considerações finais e as referências utilizadas.

1. PERCURSO METODOLÓGICO: o caminho percorrido

Para o desenvolvimento da tese, foi estabelecida uma pesquisa bibliográfica, sobretudo pelo acesso a fontes disponíveis na internet como jornais, revistas e pesquisa de natureza quantitativa ao site do Cadastro e-MEC¹ de Instituições e Cursos de Educação Superior (para a identificação do número de cursos, incluindo campus e polos de Serviço Social oferecidos no Brasil) e consulta ao site das Instituições de Ensino Superior do estado de São Paulo (a fim de identificar as(os) assistentes sociais docentes).

A coleta dos dados para a pesquisa de campo foi de natureza qualitativa, por meio da aplicação de formulário para a caracterização dos sujeitos e realização de entrevistas semiestruturadas. O universo da pesquisa abrangeu cinco Instituições de Ensino Superior do estado de São Paulo², sendo elas: Universidade Federal do Estado de São Paulo (Unifesp), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto Municipal de Bebedouro “Victório Cardassi”, Universidade Paulista (Unip) e Universidade Anhanguera.

O critério para a seleção das(os) entrevistadas(os) foi feito com base no tempo em que a(o) docente havia ingressado na instituição. As informações sobre os sujeitos ocorreu por meio da consulta no site das instituições, objetivando identificar o corpo docente, seguida por uma verificação sobre dados constantes no currículo lattes de todos(as), bem como o ano de ingresso na IES³. Das dez entrevistas, foram realizadas apenas oito, sendo que quatro foram feitas presencialmente e as outras quatro por meio de programas e aplicativos disponíveis na internet. Cabe ressaltar que, antes da comunicação com elas(es), o projeto de pesquisa para a tese de doutorado foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp de Franca/SP.

O processo de construção da tese teve como premissa uma pesquisa ética e comprometida com os sujeitos envolvidos, além de suscitar argumentos que contribuíssem para a produção do conhecimento dentro da temática proposta, sob uma perspectiva de totalidade. A análise do objeto de pesquisa perpassou por todo um processo, descortinando sua aparência e indicando elementos de sua essência. O caminho foi iniciado a partir da realidade imediata e com o material coletado via entrevistas, cujas referências bibliográficas contribuíram na elaboração de algumas reflexões acerca do objeto estudado.

-
- 1 Regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017; base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior (IES), independente do sistema de ensino. Informação disponível em: <e-MEC - Ministério da Educação>. Acesso em: 23 out. 2022, às 12h16.
 - 2 A escolha por São Paulo se deu por ser o estado onde mais se concentram cursos de Serviço Social no Brasil (964).
 - 3 No momento da pesquisa, no site da Unifesp, constava apenas o nome da coordenadora do curso e no site da Universidade Anhanguera não tinha nenhuma informação sobre os(as) docentes. Por meio de contato telefônico dos docentes que trabalhavam nessas instituições, a autora conseguiu contatar as(os) possíveis participantes da pesquisa.

A totalidade, enquanto categoria da Teoria Social de Marx, conduz ao conhecimento da unidade do real que representa uma compreensão mais específica de cada campo ou particularidade desse real. [...] Implica uma complexidade em que cada fenômeno só pode ser reconhecido e compreendido como um momento definido e em relação com outros fenômenos (Bourguignon, 2006, p. 47).

Para Bourguignon (2006), tendo como base a teoria social marxiana, a totalidade é uma categoria que possibilita compreender a realidade social como dinâmica e contraditória. Sob a perspectiva de totalidade e de historicidade, espera-se, por meio da pesquisa, compreender a inserção das(os) assistentes sociais no exercício da docência.

Para se construir conhecimento comprometido com os sujeitos envolvidos e com a transformação da sociabilidade capitalista, é necessário ter clareza das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, sendo assim, Iamamoto (2014) aponta a necessidade de compreender melhor o método crítico-dialético, o qual está sendo utilizado para perseguir o objeto em estudo.

Segundo informações da Abepps em relação ao projeto de formação acadêmico-profissional reclama-se a necessidade de aprofundamento teórico-metodológico das matrizes de análise, especialmente do método crítico dialético e respectivo acervo categorial; do significado dos núcleos como estruturantes da formação; dos fundamentos do Serviço Social, articulando as dimensões de história, teoria e método; a necessidade de reforço de conteúdos relativos à formação social brasileira, a compreensão da transversalidade da ética e da pesquisa e o estágio supervisionado (Iamamoto, 2014, p. 630).

Recorrer a publicações de pesquisadores que estudaram a temática foi determinante para o processo de construção da pesquisa, desde o início até a elaboração da tese, em sua fase final. Conforme mencionado, o método utilizado baseou-se no materialismo histórico, fundamentado na teoria social de Marx. Algumas referências encontradas para a discussão acerca do **método materialista-dialético**, da **categoria trabalho** enquanto fundante do ser social, foram as obras de Marx “Contribuição à crítica da Economia Política”, “A Ideologia Alemã” e no “Manifesto do Partido Comunista”; além de livros de José Paulo Netto e a participação da pesquisadora no curso livre “De Marx aos Marxismos”⁴.

Para abordar a **formação** e o **trabalho profissional** em Serviço Social foram utilizados subsídios com base principalmente em Marilda Vilela Iamamoto, também em José Paulo Netto, Yolanda Guerra, nos primeiros Cadernos ABESS e em alguns artigos das Revistas *Temporalis*, *Katálysis* e *Serviço Social & Sociedade*. Especificamente, para a discussão acerca de **Ensino Superior e Serviço Social**, foi encontrado um significativo material na tese e em artigos de Larissa Dahmer Pereira, a qual compôs as bancas de Qualificação e de Defesa da tese pertencente à autora deste artigo.

4 Curso oferecido pelo Instituto Praxis educação e cultura (IPRA), que me possibilitou o contato com algumas obras importantes do pensamento marxiano e marxista.

Foram selecionados artigos e livros de Gaudêncio Frigotto e Demerval Saviani, os quais auxiliaram na discussão a respeito da relação entre a **categoria trabalho** e a **educação**. Também foram utilizados a tese e alguns artigos publicados por Kátia Lima, referentes à discussão da **contrarreforma no Ensino Superior no Brasil**. As obras e estudos de Ricardo Antunes e Giovanni Alves foram relevantes para a compreensão do estudo sobre a **precarização no mundo do trabalho** em meio a uma sociedade capitalista madura.

Em se tratando especificamente do tema relacionado ao trabalho docente, serviram-nos estudos de Deise Mancebo e, especificamente sobre o **trabalho docente no Serviço Social**, respaldamo-nos nas teses de Valéria Albuquerque e de Lucimara Benatti, esta última também participou da banca de defesa da autora.

Ao longo da pesquisa, não foram encontradas referências quanto ao número exato de cursos de Serviço Social no Brasil, assim, sendo possível identificar apenas os cursos existentes da década de 1930 até 2002, apresentados na tese da Profa. Dra. Larissa Dahmer Pereira (PEREIRA, 2007). Portanto, na fase exploratória da pesquisa de campo, de natureza quantitativa, foi levantado o volume de instituições de Ensino Superior, junto ao site do e-MEC, com o objetivo de identificar quais delas ofereciam cursos de Serviço Social no Brasil. Essa consulta aconteceu de julho a novembro de 2016, momento em que foram identificadas as instituições existentes em cada estado, sendo feito, posteriormente, o acesso aos municípios de cada estado para identificar os polos e campus das instituições⁵.

Naquele momento, a plataforma do e-MEC oportunizava a consulta do número de Instituições de Ensino Superior (IES) por estado e por cidade, ou seja, em quais municípios existiam um campus ou um polo das IES (BRASIL, 2022, *on-line*). A seguir, de forma sucinta, temos a Tabela 1 com o número de IES e com o número de campus e polos encontrados por estado, cujos dados estão organizados pela ordem dos estados que oferecem maior número de cursos de Serviço Social (entendendo aqui os campus e polos).

TABELA 1. Instituições e cursos de Serviço social

ESTADO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL (CAMPUS/POLOS)
São Paulo	98	964
Minas Gerais	77	397
Bahia	57	331
Paraná	50	282
Rio Grande do Sul	35	210
Rio de Janeiro	39	192
Santa Catarina	29	164
Goiás	27	141

5 Durante a pesquisa, a autora encontrou muitas IES que tinham polos distribuídos por vários municípios do Brasil.

ESTADO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL (CAMPUS/POLOS)
Pará	28	128
Pernambuco	36	117
Mato Grosso	27	104
Mato Grosso do Sul	19	96
Espírito Santo	29	91
Ceará	35	73
Piauí	32	71
Rio Grande do Norte	23	62
Maranhão	31	52
Paraíba	23	50
Sergipe	18	49
Distrito Federal	23	48
Alagoas	23	47
Tocantins	16	44
Rondônia	17	43
Amazonas	22	40
Acre	12	22
Amapá	9	15
Roraima	11	11
TOTAL	846	3840

Fonte: Elaborada por Leticia Terra Pereira, com base nos dados encontrados no site do e-MEC (2018).

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), por ser a única pública federal do estado foi a instituição mais distante. Com relação às instituições privadas selecionamos a Unip e a Universidade Anhanguera por serem instituições que pertencem a grandes grupos educacionais, e que, portanto, acreditávamos que seria importante compreender o trabalho docente nos cursos oferecidos por elas.

A respeito da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), é uma instituição fundada em 1994, estabelecida a partir da Escola Paulista de Medicina e, até 2006, permaneceu como universidade da área da saúde, quando ampliaram-se os cursos de graduação e pós-graduação. Inicialmente, surgiram os campus da Baixada Santista, Diadema e Guarulhos, antes do Reuni, com cursos nas áreas da saúde, químicas e farmacêuticas e humanidades, dentre eles, o curso de Serviço Social, criado em 2009.

Já a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus de Franca, oferece cursos apenas na área das Ciências Humanas e Sociais. A unidade foi criada em 1962, denominada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca e, em 1976, foi incorporada à Unesp. O curso de Serviço Social foi criado em 1977 e, até 2009, foi o único curso público oferecido no estado de São Paulo (UNESP, 2018).

O Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro “Victório Cardassi” (IMESB)⁶ foi fundado em 1983, duas décadas mais tarde, foi criado o curso de Serviço Social em 2003. Essa é uma instituição sem fins lucrativos, constituindo-se como Entidade Autárquica Municipal com personalidade jurídica própria de direito público, dispondo de autonomia financeira e administrativa, de acordo com informações extraídas no site da instituição (IMESB, 2018).

A Universidade Paulista (UNIP)⁷ iniciou suas atividades em 1988, sendo constituída a partir de três institutos: o Instituto Unificado Paulista, o Instituto de Ensino de Engenharia Paulista e o Instituto de Odontologia Paulista. No período de realização da pesquisa, a instituição possuía 27 campus, que englobavam 65 unidades, visto que alguns campus possuíam mais de uma unidade. A respeito de seu estatuto, é uma instituição formada por uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos. Apesar de se categorizar como instituição sem fins lucrativos, era uma das mais rentáveis no mercado (UNIP, 2018). O curso de Serviço Social⁸ era oferecido pela universidade em praticamente todos os estados da federação, sendo que o campus presencial de Ribeirão Preto, o escolhido para a realização da pesquisa, foi criado em 2013.

A Universidade Anhanguera, junto a outras diversas unidades educacionais, faculdades, centros universitários e universidades, fazia parte de um grupo denominado Anhanguera Educacional, criado a partir da fusão de várias instituições e associações ligadas ao ensino. Em 2013, o grupo anunciou a fusão com a Kroton Educacional, uma das maiores organizações educacionais privadas do Brasil e do mundo.

2. PESQUISA DE CAMPO: caracterização das participantes e análise dos dados

As participantes da pesquisa foram duas assistentes sociais docentes de cada uma das referidas IES, das quais uma estava na instituição há mais tempo e outra que havia ingressado na instituição como docente há menos tempo. Foi utilizado esse critério por acreditarmos que o tempo de exercício na instituição possibilitaria que elas apresentassem observações distintas com relação ao objeto estudado.

6 Consulta realizada em 23 out. 2022, às 11h31, ao site do e-MEC, constando que o curso de Serviço Social encontrava-se ativo.

7 Em consulta realizada em 23 out. 2022, às 11h35, no site da Unip.

8 Em consulta recente ao site da universidade, constava que o curso de Serviço Social é oferecido na modalidade presencial e na modalidade “Digital (ou EAD)”, na qual 100% da carga horária é ministrada a distância.

As entrevistas foram realizadas em dias e horários previamente agendados, gravadas com o consentimento das participantes, transcritas e, posteriormente, analisadas. De acordo com informações fornecidas pelas participantes e mantendo o sigilo dos nomes, foi feita uma caracterização das mesmas levando em consideração a ordem de realização das entrevistas, ou seja, Docente 1 foi a primeira entrevistada, Docente 2 a segunda, Docente 3 a terceira e, assim sucessivamente; especificamos a idade, o ano de formação na graduação, o título de pós-graduação que possuíam e o tempo que estavam no exercício da docência, conforme tabela abaixo:

TABELA 2. Caracterização das participantes da pesquisa

Entrevistadas	Idade	Ano de formação	Pós-graduação	Tempo de exercício na docência
Docente 1	52 anos	1989	Doutorado	27 anos
Docente 2	44 anos	2005	Pós-doutorado	27 anos ⁹
Docente 3	34 anos	2006	Mestrado	6 anos
Docente 4	36 anos	2004	Mestrado	6 anos
Docente 5	68 anos	1971	Doutorado	18 anos
Docente 6	36 anos	2005	Mestrado	7 anos
Docente 7	51 anos	1988	Pós-doutorado	21 anos
Docente 8	57 anos	1982	Doutorado	10 anos

Fonte: Elaborada por Leticia Terra Pereira, com base nas informações fornecidas pelas participantes (2018).

Das oito assistentes sociais docentes entrevistadas¹⁰, quatro se formaram na década de 2000, sendo que uma delas tinha pós-doutorado e as outras três mestrado. Três se formaram na década de 1980, sendo que duas tinham doutorado e uma pós-doutorado. Apenas uma docente graduou-se na década de 1970 e tinha doutorado. A análise das informações colhidas nas entrevistas foi organizada em quatro categorias: **precarização do trabalho docente; expansão dos cursos de Serviço Social; formação profissional; e trabalho profissional.**

É necessário destacar que as falas das participantes foram citadas e analisadas ao longo de todos os capítulos da tese por trazerem questões relevantes acerca do objeto do estudo, essa opção ocorreu por ser um melhor caminho de diálogo, ao longo de toda a tese, com a realidade social e com o cotidiano de trabalho docente, a partir da perspectiva dialética.

As entrevistas trouxeram elementos significativos para o estudo, apontando posicionamentos divergentes em relação aos questionamentos levantados, que foram aprofundados ao

9 A Docente 2 já era professora antes de se formar em Serviço Social.

10 Entrevistamos cinco docentes mulheres e três docentes homens, portanto, iremos nos referir às participantes da pesquisa no feminino por serem maioria.

longo dos capítulos. A maioria das docentes tinha uma trajetória profissional marcada pelo envolvimento e luta no campo do Serviço Social, junto aos movimentos sociais, constituindo-se como parte das entidades representativas da profissão, do Conselho Federal, dos Conselhos Regionais e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

O resultado da pesquisa foi apresentado em duas partes, precedidas por uma Introdução, sendo que a primeira contemplou o Capítulo I, no qual foi abordada a contrarreforma do Ensino Superior no Brasil e a expansão de cursos de Serviço Social, apresentando por meio de tabelas e mapas a pesquisa no e-MEC. A segunda parte diz respeito ao Capítulo II, no qual foram apresentadas as transformações no mundo do trabalho em tempos de crise do capital e o trabalho docente. Já no Capítulo III, foram discutidos a formação e o trabalho profissional em tempos de crise do capital. Por fim, foram tecidas as Considerações Finais sobre a pesquisa realizada, seguidas pelas Referências utilizadas e pelos Apêndices (em que constam: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – I; o Instrumental utilizado na pesquisa de campo – II; os cursos de Serviço Social oferecidos em todo o Brasil – III; e os campus e polos distribuídos por estado – IV).

3. MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O processo de acumulação capitalista no momento justifica a destinação de verbas públicas para as instituições privadas e a utilização de verbas privadas para financiamento de atividades realizadas nas instituições públicas. O projeto de sociedade elaborado, difundido e monitorado pelos organismos neoliberais promove as reformas educacionais, condicionando um processo de ajuste estrutural aos países periféricos, fazendo com que as escolas e instituições de Ensino Superior se tornem prestadoras de serviços e formadoras de força de trabalho e de exército industrial de reserva para atender às demandas do capital (Lima, 2005).

Esse processo de mercantilização da vida social não é algo novo e se naturaliza de tal forma que viabiliza a entrada na esfera educacional, sendo vista como um amplo campo para a exploração e acumulação lucrativa. No entanto, a “[...] característica desse momento é uma radicalização agressiva, um aprofundamento brutal de uma pauta que já estava esboçada no início da era de monopólios, em que o Estado é capturado brutalmente no processo de acumulação” (Docente 7, 2017).

Desde o início da década de 1990, houve uma considerável redução de recursos públicos desviados para o processo de ajuste fiscal, difundido pelo ideário neoliberal, cuja lógica geral de funcionamento da sociedade era a do mercado como campo máximo de sociabilidade, momento em que desencadeou-se um acelerado processo de mercantilização do Ensino Superior no país.

Esse projeto burguês tido como uma “terceira via”, procurou “amenizar” os impactos da pobreza e das desigualdades sociais e econômicas geradas pela própria política vigente, apresentando uma alternativa ao Neoliberalismo e ao Socialismo, para a construção de uma nova sociedade. Entretanto, foi baseado na perda da centralidade da luta de classes e na mercantilização da totalidade da vida social, na qual a educação era considerada como principal estratégia política de conformação dos indivíduos à ordem do capital (Lima, 2005).

O processo de mercantilização do ensino apareceu na fala de todas as entrevistadas, que o relacionaram à expansão dos cursos de Serviço Social. Na análise da Docente 1, isso faz parte da lógica neoliberal, na qual a educação deixa de ser educação para virar uma mercadoria. E o Serviço Social se insere nessa lógica por ser um curso relativamente barato para a instituição. Além disso, a entrevistada disse que interpretava esse processo de expansão como contraditório, pois, se por um lado, houve a expansão sem pensar em uma formação de qualidade, na qualificação docente, nas condições materiais de oferecimento dos cursos, por outro, houve a abertura de cursos em universidades públicas com uma perspectiva crítica, condizente com um projeto ético-político-profissional.

Nas instituições públicas de Ensino Superior, as dificuldades apresentadas foram bem distintas. Na pública federal, vivenciava-se um processo de extrema precarização de recursos materiais, humanos e de espaço físico, além da intensificação do trabalho e até do adoecimento mental. Enquanto isso, na pública estadual, vivenciava-se um problema relacionado às relações de trabalho entre o corpo docente, o que, segundo uma das entrevistadas, impactava no trabalho profissional; já uma outra docente pontuou alguns aspectos relacionados à forma de contrato, à gestão da universidade pública e aos precários incentivos direcionados para a pesquisa, para o ensino e para a extensão.

Quanto à IES pública municipal, verificou-se que as docentes viam como dificuldade a própria manutenção e permanência do curso na instituição, a não participação do corpo discente na leitura dos textos e referências das aulas, o que impactava diretamente no processo de formação, bem como do pouco, ou nenhum, incentivo à pesquisa e à extensão (nesse caso, algo muito semelhante à experiência da pública estadual).

Por fim, em se tratando da instituição privada, as dificuldades apontadas foram desde a não participação das(os) discentes, pelo fato de não lerem os textos e referências, bem como a incerteza sobre a continuidade ou não do curso ao início de todos os anos. E ainda outra questão relevante diz respeito à sobrecarga de trabalho, semelhante ao que pontuou uma das docentes da IES pública federal.

4. POR QUE SE TORNAR ASSISTENTE SOCIAL DOCENTE?

A pesquisa de campo possibilitou identificar algumas motivações que levaram as profissionais ao exercício da docência. Vale a pena destacar que o interesse por esse campo de trabalho envolve muitas questões, dentre elas, o compromisso ético e político de que, enquanto docentes, somos parte fundamental no processo de formação de futuros profissionais. A fala da Docente 1 trouxe uma riqueza de elementos sobre a aproximação dela com esse campo de trabalho, que retratou a importância do educador no processo de transformação social.

Eu acho que essa vontade de querer ser um educador. Tanto que depois eu fiz pedagogia, educação. Eu acho que isso nasce, esse exercício da docência, essa vontade de ser docente... Eu acho que ela nasce quando a gente ainda está na graduação. Pelo menos assim que aconteceu comigo. Eu vejo isso

com alguns estudantes hoje, vi isso com os meus colegas lá do passado, que fizeram a graduação junto comigo e que hoje todos são professores. A gente como professor também percebe isso na sala de aula. O aluno que tem aquele potencial pra docência. [...] Então, eu acho que ela nasce mesmo durante o processo da gente de graduação e nasce com essa perspectiva crítica, de que a educação pode transformar, que a educação pode alterar, que na educação, que na formação profissional, quando a gente vai para o exercício profissional, com certeza a gente pode estabelecer relações diferentes com os nossos usuários e aí, a gente precisa desse professor que tá junto. Que tem uma visão crítica. Que motiva a gente. Que tem uma outra visão de mundo e de sociedade, pra que de fato a gente possa alcançar um mundo melhor (Docente 1).

À vista disso, a(o) docente tem papel fundamental em desconstruir e construir com as(os) discentes conceitos pré-estabelecidos, possibilitando vislumbrar para além do que a realidade social imediata apresenta para que, assim, novas relações com os usuários dos nossos serviços possam ser estabelecidas.

Em se tratando do “despertar” para a docência, a Docente 1 trouxe dados interessantes com base em sua experiência profissional, sendo que, ao longo de sua trajetória, desde a formação inicial até o momento da entrevista, observou que alguns estudantes têm “potencial para docência”. E não é um interesse que nasce sozinho, ele vem acompanhado de uma perspectiva crítica e da compreensão de que a educação pode transformar. Ela ainda completou que:

E aí nós professores formamos opinião. Damos a direção, damos a condução daquilo que a gente acredita como uma visão de homem e de mundo. Centrado no homem, na perspectiva... Então eu acho que tem essa magia aí, da transformação. Desse fetiche de que a gente pode mudar essa sociedade, de que é possível. Eu acho que o professor ele leva isso junto com ele. Eu acho que a gente é um pouco esse instrumento, esse diálogo que veicula. Novas ideias, pensamento crítico, massa crítica, pra que de fato a gente possa tá fomentando isso através dos alunos, formando massa crítica. Então, eu acho que foi esse encantamento aí da docência. De que é possível um mundo melhor, enfim... Acho que foi isso (Docente 1).

Ela disse que o professor é um instrumento formador de opinião, de novas ideias, de pensamento crítico, é quem oferece uma direção, a condução daquilo que acredita como visão de homem e de mundo, por isso a importância do comprometimento ético-político no desenvolvimento de uma tarefa que é tão fundamental, pois contribui na formação de futuros profissionais que desenvolverão seu trabalho profissional em um contexto tão adverso como o que vivemos.

A Docente 4 também teve um interesse em ser docente logo na graduação. Primeiramente, pensou em fazer mestrado, com o objetivo de ser pesquisadora e de publicizar o que desenvolvia dentro do seu campo de atuação, amadurecendo mais tarde, a ideia de trabalhar na docência. Ela, assim como a Docente 1, relatou como se preocupa com o processo de

formação dos futuros profissionais e, principalmente, em como ela está contribuindo com a formação em um contexto de precarização do ensino.

[...] O quanto que eu tô contribuindo? Porque de certa forma, eu tô formando a minha categoria profissional, né? Eu tô contribuindo pro sucateamento da minha categoria profissional? E aí eu fico... Tem horas que eu fico bem em crise mesmo, de querer abandonar tudo e ir morar na praia, sabe? [...] Risos. Mas eu fico pensando, quais são as pessoas que eu tô contribuindo, sabe? Quais são...? A formação. E me coloco muito como corresponsável disso. Embora eu entenda que exista toda uma conjuntura socioeconômica do país... Mas eu me coloco muito com isso. Eu tento ao máximo cobrar, trazer aulas diferentes, mas eu também vejo que existe um limite... [...] E aí assim, pra mim o problema tá lá na formação básica dele, antes mesmo de ir pra faculdade. Mas me sinto corresponsável e vejo que não tenho suporte, né? Da instituição... A instituição quer ver o aluno passando, ver o seu cliente satisfeito (Docente 4).

Em se tratando da aproximação com o exercício da docência, a Docente 6 também demonstrou que seu interesse em ser professora despertou logo na graduação, sendo amadurecido após seu ingresso no mestrado e na participação em grupos de pesquisa.

Na verdade, foi um desejo que surgiu no terceiro ano de Serviço Social, que eu fui amadurecendo e depois, entrando no mestrado... Em 2008... Já antes, a participação em grupos de pesquisa, a partir de 2006, eu fui me interessando cada vez mais com a prática da docência e também da pesquisa, extensão... Até que eu acabei ingressando no início de 2010 como docente (Docente 6).

Assim como a experiência das participantes anteriormente relatadas, a Docente 3 também comentou sobre seu interesse em ser professora, surgindo logo na graduação e construído de forma mais sólida enquanto realizou o mestrado. Ressaltou que fez o curso de mestrado com os objetivos de dar continuidade ao tema de pesquisa, que estudou na graduação e de se capacitar mais para desenvolver seu trabalho profissional, “ir além dos muros” das instituições nas quais trabalhava.

Olha, na graduação eu sempre fui muito fã, não de todos, mas assim, de uma boa parcela dos professores. Eu carrego um respeito muito grande por esse mestre, por essa coisa do professor. E eu acho que o mestrado instigou um pouco mais, era como se eu pensasse assim “olha, pra que que eu tô fazendo mestrado?” Era uma realização pessoal de um título, era uma realização de um tema que eu queria dar continuidade – do tema da graduação- e aí, despertou também o... Uma nova profissão dentro de mim, que é a docência, e na Fundação o uso do Mestrado ia me capacitar mais [...]. Então, realmente era para ir além dos muros do trabalho [...] Era para ter mais um outro espaço (Docente 3).

Diferentemente dos relatos anteriores, a aproximação da Docente 2 com a docência aconteceu de forma diferente. Antes de ser assistente social, ela já era professora¹¹, portanto, disse que sempre afirmava que “[...] eu não sou assistente social no exercício da docência. Eu sou um docente no exercício da docência no campo do Serviço Social, porque eu sou professor antes de ser assistente social. Eu sou professor por escolha”. Foi docente ao longo de anos nos Ensinos Fundamental e Médio, assim, em um determinado momento da sua vida profissional, trabalhou como pedagoga em um abrigo, momento em que teve contato com uma assistente social e que a fez se interessar pelo curso.

Essa mesma entrevistada completou que, dependendo da forma e do comprometimento de como se faz o curso de doutorado, não torna a pessoa um professor ou um pesquisador, quer dizer, não é uma relação diretamente proporcional. É preciso ter autocrítica para fazer essa reflexão, pois realizar um curso de doutorado “[...] não te dá a completude do mundo. Mas as pessoas acham que só porque fizeram o doutorado são os donos do saber absoluto [...]”. Portanto, não basta ter um título de mestre ou doutor para ser professor, é preciso estudar o quanto esse trabalho profissional repercute diretamente na formação profissional.

A experiência da Docente 5 com o exercício da docência se deu após a sua aposentadoria como assistente social na Política de Saúde, momento da vida em que ela relatou ter tido uma “perda de identidade” e por meio da influência de colegas de trabalho voltou a estudar.

[...] Então, na verdade, eu... A experiência da aposentadoria foi uma coisa muito dura. Não gostei de me aposentar como assistente social. Acabou assim, foi uma perda de identidade. Eu tinha sido assistente social a vida inteira e um dia eu amanheci e eu era aposentada. Então, é... Foi muito difícil. E aí, a gente trabalhou sempre... Na Saúde a gente teve a sorte de se aproximar de um grupo, de colegas que eram... A gente sempre estudava, buscava supervisão, fizemos inúmeros cursos... E aí eu tinha uma colega que tava na pós-graduação da PUC, conversando com ela, ela falou “Ah! Vem pra cá! Vâmo estudar!” E como era uma coisa que eu sempre tinha gostado de fazer, a vida inteira, aí eu fui pra pós-graduação da PUC [...] (Docente 5).

Na sequência, a Docente 7 trouxe uma experiência distinta das demais e pontuou três questões que a influenciaram na escolha pela docência: (i) a referência familiar; (ii) o seu envolvimento com a militância; (iii) e, por fim, a necessidade de se qualificar teoricamente, conforme podemos observar em sua fala a seguir:

Então, a minha opção pela docência, ela tem na verdade é... elementos históricos muito significativos da vida pessoal inclusive. Vou muito pontualmente e rapidamente dizer pra você. Primeiro é a referência aos meus pais, os dois, professores. [...] A escola é sempre foi minha segunda casa, no sentido literal da palavra. Eu cresci vendo meus pais darem aula. [...] Um segundo ponto eu sempre fui um envolvido desde a minha juventude, no período da década de 80. Sempre fui muito politizado, muito envolvido nas comunidades eclesiais de base. No início da minha militância, eu tive um

11 Fez os cursos de Matemática e Pedagogia juntos.

vínculo muito forte com a esquerda da Igreja Católica, com os grupos mais progressistas, com o pessoal que lutou pela constituinte, pela... Contra a ditadura. [...] Eu comecei antes e continuei ao longo do meu curso. Então eu gostava de ler. Eu era um aluno estudioso. E interessante que eu não era um aluno de militância estudantil. Eu me tornei depois. Eu costumo dizer que eu fui mordendo a isca da emancipação humana lentamente. [...] O terceiro ponto eu acho que foi a necessidade de me qualificar teoricamente a partir obviamente, das minhas experiências ontológicas. A partir da minha experiência profissional e da vida real das pessoas. [...] E claro que dali pra frente eu tinha já um trabalho de comunidade, eu tinha experiência de ser filho de professores, eu tava fazendo Mestrado. Eu acabei sendo convidado pra dar aula (Docente 7).

Além desses elementos, a Docente 7 relatou que, quando iniciou o seu exercício da docência, valeu-se de experiências vivenciadas ao longo da sua trajetória como militante. Dentre eles,

[...] O jeito de falar, o jeito de expor, o jeito de sistematizar, o jeito de dar aula. Isso eu não aprendi só na universidade. Eu aprendi sobretudo na militância e com as pessoas e trabalhando inclusive em encontros de jovens, dando palestras sobre realidade nacional, sobre a constituinte, sobre a Constituição de 88, a luta por direitos, o desmonte do entulho autoritário, tudo aquilo (Docente 7).

Em se tratando da Docente 8, esta relatou que tem uma apreciação pela área da educação e da docência desde que era criança, sempre gostou de brincar de ser professora. Até que ela foi convidada por uma colega de trabalho para dar aulas em uma universidade privada. Em um primeiro momento, se sentiu insegura, mas mesmo assim aceitou a oferta. Ela já tinha alguns anos de formada e precisou atualizar-se, pois foi um período de mudanças nas diretrizes para os cursos de Serviço Social.

O conjunto das falas das entrevistadas permitiu considerar que, além dos determinantes estruturais da sociabilidade burguesa, dos organismos internacionais, da política da educação superior brasileira, outras mediações nos interessam destacar. Esses determinantes definiram as condições materiais do trabalho, as condições intelecto-formativas e ético-políticas do trabalho docente, mas, não se pode dizer, por outro lado, que o elemento subjetivo inerente ao trabalhador docente, às suas ideias e utopias, também não definem a forma de conduzir seu trabalho (Benatti, 2014, p. 178).

O cenário nacional da educação está equiparado ao modelo flexível de acumulação, de financeirização e de mundialização do capital, as universidades públicas estaduais e federais estão sendo submetidas aos interesses do capital, fazendo com que as(os) docentes sofram com a lógica produtivista, ministrando inúmeras disciplinas nos cursos de graduação porque o investimento em concurso público ainda não é suficiente, impactando diretamente no processo de formação de futuras(os) profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas com as docentes confirmaram a nossa hipótese inicial da pesquisa: a precarização no mundo do trabalho afeta o trabalho docente. Portanto, foi possível considerar ao final da pesquisa que a precarização do Ensino Superior impactava diretamente no trabalho profissional das assistentes sociais docentes, seja nas instituições públicas ou privadas. É bastante evidente o limite deste estudo e, com toda certeza, ainda é preciso aprofundar muitas questões, principalmente no contexto extremamente violento, regressivo e conservador que vivenciamos hoje no Brasil.

É perceptível que as estratégias de enfrentamento continuam sendo coletivas contra as investidas do capital, do Neofascismo, dos graves ataques à democracia e aos direitos sociais. Estratégias que devem ser construídas cotidianamente no processo de formação, fortalecidas pelo trabalho desenvolvido pelas entidades representativas da categoria.

Nossa perspectiva é de que a docência é um campo transformador e a(o) docente é um instrumento formador de opinião, de novas ideias, de pensamento crítico, que provoca nas(os) discentes inquietações a fim de que trabalhem na direção da construção de um novo tipo de sociabilidade, comprometida com a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BENATTI, Lucimara Perpétua dos Santos. **Trabalho docente em tempos de mundialização do capital** – um estudo no âmbito do Serviço Social: microrregional de São José do Rio Preto – ABEPSS Sul II – 2012/2014. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. **Revista Emancipação**, UEPG, 2006. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/71/69>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 out. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, n. 120, p. 609-639, (out./dez.), 2014.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal**: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Política Educacional Brasileira e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, Letícia Terra. **A expansão dos cursos de Serviço Social e os desafios enfrentados pelas assistentes sociais docentes**. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca/SP, 2018.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS SOB CONFIGURAÇÃO DO ESTADO NEOLIBERAL

Fabrcia Cristina de Castro Maciel
Helena Mara Dias Pedro
Marcelo Lima

INTRODUÇÃO

O capítulo ora apresentado, parte do pressuposto de que a educação possui uma relação intrínseca com a concepção ontológica e histórica do trabalho, portanto procuramos identificar as dimensões que perpassam o trabalho e a educação, explicitando o movimento entre esses processos, entendendo-os dialeticamente como uma unidade diversa e não apenas como partes que se somam. Destacamos a também a importância de se compreender a categoria trabalho como um princípio educativo, cuja articulação entre sua dimensão ético-política e a dimensão estratégica da educação sejam capazes de construir um projeto societário distinto do que se apresenta na realidade.

O objetivo do ensaio é apresentar reflexões acerca das possíveis contradições presentes na disputa da agenda e da direção das políticas educacionais. Nesta direção, destaca-se uma tendência em escala mundial, onde um bom ponto de partida é trabalhado por Ball (2014) apontando que distintos projetos/programas educacionais assentados no paradigma gerencialista tem ganhado a centralidade no pensamento educacional contemporâneo.

A análise realizada indica que o Estado tem se retraído no desenvolvimento de suas funções legitimadoras, processo este que se inicia quando o grande capital rompe o pacto que sustentava o Estado de Bem-estar Social e, desta forma, começa a incidir na retirada das coberturas sociais públicas.

Embora o Brasil não tenha construído um Estado de Bem-estar Social, a particularidade brasileira aponta que a efetividade dos direitos sociais no país possui um caráter residual e, ainda assim, acompanha tendências mundiais no gerenciamento das políticas, como é o caso da política de educação, onde ações direcionam a retirada do controle do setor público, seja por meio da “venda de soluções políticas” ou vias de colaboração, conforme marca Ball (2014) nem sua análise.

Para a problematização da temática apresentamos então um breve histórico das propostas reformistas em relação a educação básica e a educação superior que disputam legitimidade no atual cenário brasileiro, construindo assim uma aproximação com a realidade social local.

Por fim, ressalta-se que nos reportamos a um conjunto de autores de inspiração marxista para direcionar nossa compreensão sobre as expressões da *questão social* que circunscrevem o campo da política educacional, procurando identificar principalmente os nexos e nuances entre as mediações políticas, ideológicas e econômicas que regem a agenda de configuração neoliberal, agravada, neste tempo histórico pelo cariz reacionário do executivo majoritário do país.

1. O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E A EDUCAÇÃO NOS MARCOS DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Partindo do pressuposto de que a educação possui uma relação intrínseca com a concepção ontológica e histórica do trabalho, categoria fundante do ser social, a presente proposta busca tratar da construção dos elementos trabalho e educação, explicitando a relação entre esses processos, entendendo-os dialeticamente como uma unidade e não apenas como partes que se somam, conforme apontado por Marx.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre homens e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. Afim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem (Marx, 2013, p.255).

Com esta compreensão, entendemos que o homem se distingue dos animais através da consciência. Ou seja, o homem transforma a natureza e ao transformá-la, transforma a si mesmo. O homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material. (Marx; Engels, 1974, p. 19).

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergona muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado

que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração de forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar a sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mental (Marx, 2013, p. 255).

Assim, a partir da sua capacidade teleológica e do trabalho que o homem se objetiva no mundo a partir da sua ação transformadora, que é orientada pela capacidade que lhe confere distinção dos animais, sendo esta a capacidade de projetar uma ação intencional, que projeta uma finalidade à sua ação.

O trabalho se apresenta em uma condição teleológica, em que expressa o metabolismo entre o homem e a natureza e, através desse movimento, o ser social alcança a *práxis* educativa, que vai incorrer no processo de modificação da realidade posta e proporcionar mudanças por meio de ações reflexivas, que possibilitará alcançar a consciência do ser social.

Ontologicamente, o ser humano precisa aprender a produzir sua própria existência, o que nos leva a concluir que a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem; isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do próprio homem. Mas esse aprendizado se modifica juntamente com as mudanças pelas quais passam de trabalho, de produção da existência, de sorte que a relação entre o trabalho e a educação é tanto ontológica quanto histórica (Ramos, 2010, p.98).

No que se refere a imbricação entre trabalho e educação, Saviani aponta que

O ponto de partida na relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem (Saviani, 2007, p. 153).

No entanto, a gênese do sistema capitalista fez com que o trabalho fosse organizado de forma a possibilitar a ampliação da sua produtividade, bem como a redução de custos que materializam o processo de acumulação do capital. Desta forma, o modo de produção capitalista definiu uma nova estrutura social, e essa é marcada pela compra e venda da força de trabalho. No contexto da intensa evolução do capitalismo, que em sua fase mercantilista trouxe como consequência, a força de trabalho assalariada, que não detém os meios de produção, gerando alterações na estrutura das relações e processos sociais (Martinelli, 2008).

Ao desenrolar a trajetória e avanços do sistema capitalista, o mesmo passou de sua fase mercantilista para o capitalismo industrial, onde surgiram as produções incessantes e

infindáveis, que proporcionaram maior acumulação de capital e, através deste, o capitalismo se expandiu, passando de sua fase industrial para a fase concorrencial, em que o mercado se torna livre e cria condições e atitudes cada vez mais individualistas, e evidencia o domínio do capital sobre o trabalho (Martinelli, 2008).

Mészáros (2011) sublinha que o capital enquanto relação social subordina o metabolismo do ser humano com a natureza, aos interesses de uma classe, aquela que exerce o domínio sobre a classe produtora da riqueza social, convertendo o trabalho em meio de dominação e exploração. Ou seja, as configurações da sociabilidade típica na sociedade do capital só conseguem se sustentar com o processo de alienação dos indivíduos, o qual coloca em avesso as relações sociais como relação de troca, orientados para o mercado. Essa contraversão alienante ocorre a partir de um modo de produção, que converte o trabalhador ao produto do seu trabalho, fazendo com que a sua produção passe a ter valor de troca. Os embasamentos de aceitação e manutenção do modo de organização da vida social humana só são possíveis se a reprodução de mediação alienante se efetive isoladamente das demais dimensões da vida social.

A crise de reação do capital ao ciclo recessivo de queda nas taxas de lucro que se apresenta nos anos de 1970, realiza uma mudança no padrão de acumulação e pressiona por uma refuncionalização do Estado, que busca redefinir estratégias privatistas para operacionalização de políticas que efetivam direitos sociais.

Tais condições estruturais e conjunturais se apresentam em escala mundial, e guardam profundas semelhanças com a realidade encontrada na sociedade brasileira, visto que o país situa-se na periferia do capitalismo central e é dele dependente. Ou seja, experimenta-se no Brasil às reestruturações do sistema produtivo e as reformas governamentais, sob a lógica da divisão internacional do trabalho e da configuração do Estado neoliberal. Noutras palavras, as transformações provocadas pelo esgotamento do padrão de acumulação capitalista vigente até meados do século XX e a sua substituição por um novo padrão, marcado pela reestruturação produtiva, reconfigura também o cenário de distintos projetos de reformulação e disputas de grupos pela hegemonia e controle das políticas sociais.

O Estado tendo como base de sustentação princípios de “liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista” (Harvey, 2011, p.16). No contexto dessas profundas e intensas transformações que se processam tanto no âmbito da reestruturação da produção, quanto na ação reguladora do Estado, o que se observa é o Estado no encolhimento de suas funções legitimadoras, processo este que se inicia quando o grande capital rompe o pacto que sustentava o Estado de Bem-estar Social e, desta forma, começa a incidir na retirada das coberturas sociais públicas, processando um grande o corte nos direitos sociais.

Há que se contextualizar o cenário que se estabelece no âmbito mundial, onde se destaca as profundas transformações nas formas de provisão do setor público e na sociedade civil, bem como a introdução de novas formas de regulação social, como apontado por Ball (2014).

Quero apresentar o argumento de que, durante os últimos quinze anos, temos testemunhado no Reino Unido, e também na maioria das outras sociedades do mundo ocidental e das sociedades desenvolvidas uma profunda transformação nos princípios de organização e da provisão social, especialmente no setor público. Isso significa dizer que as formas de emprego, as estruturas organizacionais, as culturas e os valores, os sistemas de

financiamento, os papéis e os estilos de administração, as relações sociais e de pagamento e as condições das organizações públicas de bem-estar social tem sido sujeito a mudanças genéricas. Heuristicamente, essas mudanças devem ser situadas como parte de um processo mais amplo de transformação que Jessop descreve como a passagem do Estado de bem-estar Keynesiano para um Estado do trabalho schumpeteriano (Ball, 2014, p. 23).

Nesta análise é compreendido pelo autor que tais mudanças vão muito além da mera redução do Estado de Bem-estar Social para reestruturá-lo e subordiná-lo às forças do mercado, mas aponta que tal proposta se apresenta tanto como estratégia econômica quanto como projeto hegemônico de revigoramento da sociedade civil articulado às políticas ideológicas do neoliberalismo thatcherista.

[...] em diferentes graus, em diferentes países, o setor privado ocupa agora uma gama de funções e de relações dentro do Estado e na educação pública em particular, como patrocinadores e benfeitores, assim como trabalham como contratantes, consultores, conselheiros, pesquisadores, fornecedores de serviços e assim por diante; tanto patrocinando inovações (por ação filantrópica) quanto vendendo soluções e serviços de políticas para o Estado, por vezes de formas relacionadas. Novas formas de influência política estão sendo habilitadas e alguns atores e agências locais estão sendo marginalizados, desprivilegiados ou burlados (Ball, 2014, p. 18).

O que se observa é que a educação pública, a partir da acumulação flexível e, mais recentemente, após uma série de contrarreformas, perde cada vez mais sua capacidade de respostas coletivas e emancipatórias, ancoradas em pressupostos de cidadania ampliada, inclusão, autonomia, submetendo-se às imposições do mercado. Na compreensão do autor,

[...] em um sentido paradoxal, o neoliberalismo trabalha a favor e contra o Estado de maneiras mutuamente constitutivas. Ele destrói algumas possibilidades para formas mais antigas de governar e cria novas possibilidades para novas formas de governar”. Assim, o neoliberalismo produzindo [...] novos tipos de atores sociais, sujeitos sociais híbridos que são especialmente móveis, eticamente maleáveis e capazes de falar as linguagens do público, do valor privado e filantrópico (Ball, 2014, p. 229-230).

Também se faz necessário o destaque para a forma que o setor privado têm operado dentro do próprio governo, disputando a agenda de construção e desenvolvimento das políticas educacionais, seja por meio da filantropia e da cultura da doação ou através da própria venda da educação enquanto uma mercadoria ou produto.

[...] na interface entre a política educacional e o neoliberalismo, o dinheiro está em toda a parte. Como indiquei, a própria política é agora comprada e vendida, é mercadoria e oportunidade de lucro, há um mercado global crescente de ideias de políticas. O trabalho com políticas está também cada vez mais sendo terceirizado para organizações com fins lucrativos, que trazem suas habilidades, seus discursos e suas sensibilidades para o campo da política, por uma taxa honorária ou por um contrato com o Estado. (Ball, 2014, p. 222).

Nos marcos do capitalismo contemporâneo, percebemos que a política educacional caminha para o fortalecimento do polo político ideológico que se alicerça na privatização, na filantropia e da incursão da sociedade civil organizada em torno de um projeto que culmina em um cenário de contrarreformas na educação, que ganha forças no atual cenário brasileiro.

2. REBATIMENTOS DAS CONTRARREFORMAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

A perspectiva que se apresenta na década de 1990 sob os registros dos organismos internacionais que orientam a educação brasileira, segundo Rabelo *et al.*, apontam que

Primeiro, a reforma educacional dos anos 1990 no Brasil está atrelada à reforma do Estado, que, por sua vez, articula-se à dinâmica do capitalismo na última metade do século XX, marcada por uma crise de caráter estrutural; segundo, nesse contexto, os instrumentos internacionais de Educação, a pedido do grande capital, projetaram uma reforma educacional de largo espectro com base na noção de crise educacional e de sua auto-solução (a educação redimiria a si própria); por fim, a crise educacional é entendida como uma defasagem entre as exigências do sistema produtivo e as possibilidades do sistema (Rabelo *et al.*, 2015, p. 26).

Com a intenção de aprofundamento crítico sobre o cerne dessas propostas, Leher (1998) já anunciava os seus despistes “[...] aliviar a pobreza extrema, manter o capital humano e adaptá-lo às necessidades de um sistema de mercado que contribuem para o crescimento, tanto quanto para a promoção da justiça social, como para a sustentabilidade política” (Leher, 1998, p. 101). É nesse sentido que se constrói a premissa de que tais propostas buscam de fato é uma forma de manutenção do sistema sobre o qual a sociedade está forjada e a hegemonia do capital financeiro no direcionamento dos recursos quanto à dimensão ético-política que direciona a educação.

Como podemos observar, não é recente a tentativa de construir estratégias de dominação da educação, seguidas das orientações dos organismos internacionais, tais como as do Banco Mundial, que atendendo os interesses do grande empresariado, direcionando a educação para o atendimento dos interesses mercadológicos, como vem ocorrendo no Brasil desde a década de 1990.

No que se refere à particularidade brasileira, como aponta Frigotto (2001, p. 79), o desafio que se apresenta é, pois, o de ter a capacidade coletiva de distinguir o projeto de Educação Profissional patrocinado pelos organismos internacionais - Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento - do projeto que se busca construir, em diferentes espaços de nossa sociedade, numa perspectiva de emancipação da classe trabalhadora.

No cenário brasileiro, distintos projetos disputam a hegemonia da educação desde o período destacado, sendo alguns de iniciativa e alicerçados em concepções empresariais, tomando como exemplo o projeto de educação do Movimento Todos pela Educação (TPE) que, para Martins (2009), um modesto projeto de educação para o Brasil do século XXI

vem conseguindo convencer que interesses educacionais de uma classe contemplam os interesses de todos.

A necessidade defendida é a de composição de uma agenda educacional do empresariado que propõe a “produção de uma nova sociabilidade mais adequada aos interesses privados do grande capital nacional e internacional” (Shiroma; Garcia; Campos, 2011, p.227). Assim, na análise do Movimento Todos pela Educação, as autoras avaliam que o empresários se antecipam e pautam a agenda governamental: reafirmam o papel do Estado redefinindo, no entanto, o sentido e o significado da educação pública. (Shiroma; Garcia; Campos, 2011).

Observamos que, assim como aponta Ball (2014), diferentes projetos e programas educacionais surgem nesse contexto e evidenciam como o paradigma gerencialista tem ganhado relevância nas sociedades, sendo estes apresentados como a salvação da qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas.

Conforme trataremos no próximo tópico, cabe destacar que mesmo em governos considerados mais progressistas identificamos que a ampliação dos níveis de educação, especialmente da educação superior, também ocorreu alicerçada na expansão de fortes investimentos na rede privada, como é o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Ensino Superior (FIES). Outras propostas, como foi o caso do PRONATEC, nas palavras de Lima (2012) não fazem sequer a distinção setorial ou institucional (público e privado); entre aquilo que tem sido o papel fundamental da rede pública federal (a educação profissional técnica) e o que tem sido o campo privilegiado da rede ‘privada’ do Sistema S (os cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional).

Na análise realizada por Freitas (2018) a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um “serviço” que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização. Do ponto de vista ideológico, a privatização também propicia um maior controle político do aparato escolar, agora visto como “empresa”, aliado à padronização promovida pelas bases nacionais comuns curriculares e pela ação do movimento “escola sem partido”, este último, um braço político da “nova” direita na escola (FREITAS, 2018, p. 29). Cabe destacar que neste mesmo período distintos grupos conservadores surgem, apresentando propostas que em seu cerne propõe que educação seja silenciada e cerceada, como por exemplo o Movimento Escola Sem Partido (ESP).

Na análise de Frigotto (2016), nesta conjuntura, promove-se um desmanche na escola pública – a qual vira um empecilho para os grandes empresários do mercado educacional – e uma revisão da função docente, e surgem institutos empresariais dedicados a pensar a educação e a política brasileira. Nesse sentido, tais grupos buscam justificar e promover a manutenção de seus privilégios através da manipulação das massas pela pedagogia do medo e da violência, pela doutrina do ajuste e da austeridade e pela doutrina do capital humano. A proposta não foi adiante, pois em julho de 2019 eles se retiram do debate.

A proposta que trata da Base Nacional Comum Curricular sugerida pelo Ministério da Educação - BNCC (Brasil, 2015) apresenta um escopo restritivo e regulatório ao expor a organização curricular com opções formativas reducionistas que não levam em consideração a diversidade, conforme nos aponta Silva (2015):

É possível falar em um “currículo nacional” sem recair na ideia de uma determinação que desconsidera a realidade que insiste em ser não linear

e desigual? Diante de todos os cuidados em se tomar a diferença como elemento central nas proposições sobre currículo, respeitando a multiplicidade de formas de se viver a infância e a juventude, a proposta de Base Nacional Comum Curricular vai justamente em sentido oposto ao entendimento de que enfrentar as desigualdades passa por respeitar e atentar para a diferença e diversidade de todos os tipos, desde a condição social até as diferenças étnico-raciais, de gênero, sexo etc. (Silva, 2015, p. 375).

Ainda nesse sentido, a autora aponta que “a padronização é contrária ao exercício da liberdade e da autonomia, seja das escolas, seja dos educadores, seja dos estudantes em definirem juntos o projeto formativo que alicerça a proposta curricular da escola” (Silva, 2015).

Para Frigotto (2017) o discurso implícito na proposta reforça suas posições sobre a responsabilidade da escola pública de construir um ser humano omnilateral, via currículo integrado e integral. O autor ainda apresenta sua crítica sobre o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se faz às avessas por ser eminentemente conservador, restritivo e penalizador à escola pública em detrimento da escola privada.

Nessa linha de pensamento destacamos que a BNCC se constitui do que chamamos de materialização das ameaças e retrocessos situados no bojo da atual reforma do ensino médio, especialmente no que se refere ao quinto itinerário denominado de formação técnico e profissional, pois esta reposiciona o debate sobre a função social e a identidade institucional das unidades escolares da rede federal de educação profissional e tecnológica. Um reposicionamento conservador que limita a formação dos estudantes que precisam se preparar para o trabalho, sendo a proposição de itinerários formativos um reforço da fragmentação e um retrocesso ao currículo integrado.

Recentemente, a educação foi alvo de uma série de ataques diretos do governo Bolsonaro, como a portaria recém publicada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, instituindo um grupo de trabalho para elaborar uma metodologia de cálculo do custeio dos cursos de educação profissional técnica de nível médio e qualificação profissional, tendo como composição do referido grupo de trabalho representação além da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), juntamente com os órgãos consultivos que são bases para a construção da educação profissional, o que demonstra os riscos e o abismo para onde a educação profissional pública pode estar caminhando.

3. O ESTADO NEOLIBERAL E OS DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Nas reflexões apresentadas até aqui, apontamos que as contradições manifestas nos enfrentamentos por uma agenda e direção das políticas educacionais brasileiras circunscrevem, a partir dos anos de 1990, a uma tendência gerencialista de governação orientada pela configuração neoliberal do Estado. Antes cabe reafirmar que tal cartilha neoliberal corresponde a uma construção ideológica que tem como premissa a “incorrigível ineficiência e

incompetência do Estado” postulada por Hayek, Friedman, Tullock, etc. (Leher, 2003) obedece às condicionalidades do Fundo Monetário Internacional (FMI). Com a finalidade de alargarmos nossas análises para o nível do ensino superior, procuraremos retomar alguns aspectos essenciais das reestruturações realizadas nesta esfera, procurando identificar possíveis efeitos para a sociedade brasileira. A estruturação política, administrativa e pedagógica do ensino superior e a organização instituída para o desenvolvimento da formação tem sido caracterizada por complexas relações de poder, aportadas em práticas econômicas e políticas que reproduzem no campo educacional, a ordem societária cujas manifestações da *questão social* são reforçadas. Portanto, faz-se incontornável compreendermos que

[...] o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à ‘legitimação constitucional democrática’ do Estado capitalista que defende seus próprios interesses. Pois também essa “contra-internalização” exige [...] uma forma radicalmente diferente de gerir as funções globais de decisão da sociedade, que vai muito além da expropriação, há muito estabelecida, do poder tomar todas as decisões fundamentais, assim como das suas imposições sem cerimônia aos indivíduos, por meio de políticas como uma forma de alienação por excelência na ordem existente (Mészáros, 2008, p. 62).

As contrarreformas da política de educação superior iniciadas no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), têm como marco incontestado o Plano Diretor da Reforma Administrativa do Estado (PDRAE, 1995) no comando do então Ministro Luiz Bresser Pereira, no Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE/1995). Sob esta fatura, o sistema de proteção social brasileiro, que na prática já não havia chegado à condição de um Estado de Bem-estar Social tal como identificado nos países de economia central, reduz ainda mais o seu escopo e amplitude junto população, com medidas de privatizações dos serviços, enxugamento e focalização das políticas sociais, além de delegar à sociedade civil (denominado “terceiro setor”) e ao setor privado empresarial a implementação de parte considerável destas políticas. Tal plano, sob o modelo gerencial estatal define vasto reordenando das estruturas burocráticas, curriculares e acadêmicas nas Instituições de Ensino Superior (IES), que serão alargadas pelos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), ressalta-se, com matizes distintas, conforme veremos.

A partir dos anos 1990, como consequência do triunfo das propostas de reforma do Estado centradas nas ideias da Nova Gestão Pública (NGP), em quase todos os países do mundo, tornou-se comum a reforma para os sistemas educacionais com o objetivo de reorientar os seus serviços em conformidade com novas formas de gestão que têm como foco central o controle de gastos e melhoria da eficiência, a introdução de mecanismos centrados na busca de eficácia, produtividade e controle de custos, foco nos resultados em lugar de insumos, padrões de desempenho e medidas de qualidade. (Araújo; Pinheiro, 2010, p. 647).

Por sua vez, ainda no governo de FHC, destacamos algumas características que irão marcar a educação superior a partir da promulgação da LDB - Lei no 9394/96, seguida dos Decretos - 2.207/97 e 2.306/97 que a regulamentam, tais como: elegeu-se o modelo tríplice, sob

a configuração de universidade, centro universitário e instituições não-universitárias de educação superior (compreendendo as faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores) (Cavalcante, 2000); passou-se a legalizar o *negócio mercantil* na educação, autorizando as instituições de ensino superior a “[...] *assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial*”; estabeleceu-se distinções entre os *tipos de cursos* de graduação e sequenciais de formação específica, categorizados os cursos de graduação como *bacharelados, licenciaturas e grau de tecnológico*; definiu-se que o ensino pode ser ofertado nas *modalidades presencial, semipresencial ou a distância*. No que tange as modalidades semipresencial e a distância vem sendo realizadas várias alterações nas regulamentações com o propósito de ampliar sua inserção nos diversos níveis de ensino, além de buscar a adequação as necessidades do setor privado de serviços. Ou seja, constitui-se um conjunto de normatizações que amparam as estratégias de flexibilização e enxugamento dos processos de formação no ensino superior, tendo nas tecnologias da informação e comunicação um instrumento que disfarça a intencionalidade da dinâmica utilitarista do sistema do capital.

As mudanças processadas no arcabouço jurídico que regem o sistema de educação em pauta desde os anos de 1990, prolongam-se ao período do governo Lula da Silva (2003-2010), mas com diferenciações que combinam a singular expansão de universidades públicas e institutos federais, simultaneamente a forte impulsão do Estado ao setor privado mercantil, por meio de isenções tributárias e verbas públicas aos empresários, programas de incentivos aos estudantes ‘consumidores’ (através de empréstimos subsidiados). Registra-se que o Plano Nacional de Educação (PNE/1998) já apontava para a necessidade de ampliação do ensino superior, uma vez que os índices do Brasil em relação ao acesso neste nível de formação se configuravam como dos mais baixos na América Latina (BRASIL, 1998). Este dado levou a definição, no PNE 2001-2010, da meta a ser alcançada, de 30% da taxa líquida de matrículas de jovens entre 18 e 24 anos no Ensino Superior, até o final deste decênio.

Nesta direção, ações e condições foram gestadas no âmbito do governo federal para o alcance das metas, tal como explicitamos em alguns exemplos a seguir. O Ensino a Distância (EaD) passou a ser uma “possibilidade” de alargar o quadro de matrículas, sendo as IES privadas, principalmente de perfil mercantil, as grandes propulsoras desta iniciativa, como pode ser observado nos Censo da Educação Superior/Notas Estatísticas (CES) (MEC, 2020). dos últimos anos. Ao mesmo tempo, estas empresas educacionais acabam por se favorecer amplamente também dos repasses financeiros governamentais, conforme já apontamos, com os programas como o FIES e PROUNI. Acresce a esta lógica o dispositivo legal de Inovação Tecnológica (Lei 10.973/2004), que preceitua sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica, no sentido de facilitar e acelerar a privatização da produção de conhecimento através de parcerias entre universidades, instituições privadas de C&T e setor produtivo. As transformações nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foram tratadas a partir do projeto denominado “Universidade Nova”, bem como viabilizou-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) sob o Decreto n. 6096/2007. Ou seja, o REUNI assumi a lógica da educação flexibilizada, instrumental, aligeirada, a colocar um conjunto de trabalhadores a serviço do projeto de parte da burguesia nacional combinada aos interesses imperialistas de acumulação flexível. Sumariamente podemos alegar que a função social da educação formal é perpassada por uma dimensão político-ideológica sustenta-se pelas mediações do campo econômico, abalizando não somente as estruturas organizacionais, mas a direção ético-política dos processos de ensino-aprendizagem.

No contexto neoliberal, a educação em geral e o ensino superior em particular, encontram-se mais comprometidos com os investimentos/lucros dos grandes capitais (inclusive especulativos), subsumindo à lógica da expropriação dos direitos essenciais ao ser humano do que a uma formação integral e crítica. A *internalização* das necessidades e do “*modus operandi*” do sistema do capital normaliza os modelos e as formas de ensino que deixam de questionar aspectos básicos e primários quanto as condições de vida da classe trabalhadora, em detrimento do estímulo à construção de “projetos de vida” individuais. Projetos estes construídos em condições subjetivas e objetivas a partir de jornadas duplas ou triplas de trabalhos, devidos aos baixos salários e/ou ao estímulo permanente ao consumo, associado ao cinismo da flexibilização dos estudos no tempo da(o) aluna(o). Alimentam a ilusão de que o ensino superior (mesmo que alienado, a-crítico, fragmentado, flexível, enxuto, esvaziado de conteúdo e cultura) é um potencial impulsionador de mobilidade social e capaz de transformar as relações societárias. (Maciel, 2020, p.161)

A profunda crise financeira mundial deflagrada pela queda do Lehman Brothers, denominada *subprime*, a partir dos anos de 2007/2008, somada a crise estrutural de acumulação de capital, acarretou inevitáveis consequências prolongadas à político-institucional ao país, marcando um novo processo de assolação das políticas públicas. Neste cenário é aprovada a Lei nº 13.005/14 com o intuito de implantação da PNE 2014-2024 que, a despeito das expectativas de progressos no investimento para a educação, abriu, sob os princípios neoliberais, ainda mais espaço para as parcerias público-privadas em diversas dianteiras (Santos, Guimarães-Iosif, 2019). Por sua vez, frente aos interesses das frações da classe que se localiza no *bloco no poder*, o Estado brasileiro estabelece sua política de educação superior com a finalidade de viabilizar a formação de uma *força de trabalho* que responda as exigências imediatas do mercado, amparada por legislações draconianas para a classe trabalhadora. Tal contorno político-institucional figura um tipo de sociabilidade ancorada na insuficiência de políticas públicas, na superexploração da força de trabalho, na falta de ofertas de emprego, e até no açoite aos recursos naturais do país.

Conforme nos apresenta Leher (2019), o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) acabou por aprofundar a agenda neoliberal, em detrimento do “eixo desenvolvimentista do neoliberalismo” que diferenciou os governos do PT. Alguns fatores como o panorama político instável, a queda do Produto Interno Bruto (PIB) e uma política de austeridade fiscal levam a perda de legitimidade e base de apoio, detonada por força das manifestações de 2013. Acresce-se a este contexto o fenômeno nutrido por *think tanks* da extrema direita estadunidense, reposicionando algumas forças políticas neoconservadoras e reacionárias da direita brasileira que deflagrou, em 2016, um ‘golpe institucional, parlamentar e midiático’ (IASI, 2019, p. 418) contra a presidenta Dilma. Iasi justifica a terminologia, apontando que os fundamentos que concluíram a remoção da presidência não possuem sustentação jurídica averiguável.

Concretizado o golpe *antidemocrático*, Michel Temer (2017-2018), o vice-presidente assumiu o poder e trabalhou no sentido de aprovar a Emenda Constitucional n. 95/2016 (EC-95/2016) que tem por intuito estabelecer um novo regime fiscal para o país. O que remete a um horizonte desastroso para as políticas sociais, sem escapar a educação formal e a área de ciência e tecnologia (C&T). Com uma agenda econômica ordenada pelo *bloco no poder*, cuja narrativa é de uma

enorme crise financeira incitada e largada pelo PT (seja ‘por sua corrupção’ ou pelo excesso dos gastos públicos), aprovaram as contrarreformas trabalhista (2017) e previdenciária (2019).

A análise ora proposta também não poderia se furtar de abordar, mesmo que de forma tangencial, sobre algumas análises preliminares realizadas por Leher (2019) sobre o recém-criado programa do governo federal que no âmbito do MEC cria o Future-se. A primeira grande questão que se coloca é que as universidades receberam com surpresa o programa, pois não houve uma consulta e nenhuma discussão com órgãos colegiados das universidades, o que muito preocupa a comunidade acadêmica pois nas palavras de Leher “A amplitude do disposto nestas leis confirma que está em curso uma mudança substantiva no marco legal da educação superior (LDB)”.

A Ementa sugere medidas de indução para que os Institutos e Universidades Federais tornem-se instituições inovadoras, integradas ao mercado (capitalista dependente), aptas a estar inseridas no fluxo do tempo direcionado ao futuro, um futuro idealizado como positivo (Leher, 2019).

Se anteriormente falávamos de propostas que em sua grande maioria propagam a diluição das fronteiras entre público e privado e uma concepção de educação forjada pelo mercado em uma relação de parceria com a iniciativa privada, agora a proposta se trata de ofensiva ainda maior que propõe uma refundação no status da universidade pública, que passaria de autarquia federal para organização social, transformando-se em uma entidade privada apta a receber recursos públicos. Uma invenção de tal natureza muda radicalmente o status da universidade pública, caracterizando uma perda da autonomia universitária e, ainda, propõe uma grande alteração no aspecto da gestão, quando recomenda o deslocamento “autonomia de gestão financeira”, previsto na Constituição Federal, pela autonomia financeira, que nas palavras de Leher é inconstitucional e pretende refuncionalizar as universidades, substituindo o dever do Estado no desenvolvimento institucional de suas autarquias e fundações públicas (Leher, 2019).

Na perspectiva do recurso, o que a universidade pública necessita e, de forma urgente, são de recursos complementares e não substitutivos no orçamento público. A proposta em si, se apresenta como uma grande ameaça à educação, pois não sabemos se será preservada e a gratuidade do ensino na graduação e pós-graduação como dever do Estado, haja vista o tamanho das universidades públicas no Brasil. Em nossa compreensão também destacamos a tomada da autonomia universitária, não somente no campo da gestão dos recursos, mas também como ofensiva que rebate diretamente na escolha democrática dos seus reitores, pois essa se destaca como uma estratégia para que as universidades (principal opositora ao atual governo) se apresentem como ferramenta ideológica de um projeto autoritário. Conforme nos aponta o professor Roberto Leher, o objetivo é empreender uma reforma universitária de cariz liberalizante, vis-à-vis ao modelo econômico em curso no país. Nesse aspecto, também, destacamos a redução do financiamento da educação com vistas a empreender o capital financeiro como mantenedor das universidades, projeto este ancorado em uma proposta de educação que muito se difere da forma em que a educação se apresenta na Constituição Federal. A compreensão que se apresenta é que tais estratégias podem ser interpretadas como tentativas que vão além de orientar a formação da classe trabalhadora de acordo com o mercado, mas uma perda da autonomia universitária como parte de um projeto autoritário de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação social capitalista brasileira, engendrada pelo modelo periférico e dependente, esteado por um Estado conservador e neoliberal, vem posicionando-se como incapaz de viabilizar uma política educacional de largo escopo e qualidade para a população em geral. No que diz respeito a educação básica ancorada na dualidade histórica e persistente, forjando a existência de duas redes escolares distintas, sendo uma destinada aos trabalhadores e outra às elites, modelo este que na última reforma do ensino médio é reiterado e ainda mais intensificado, que muito se distancia da educação unitária de caráter amplo que integre cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito; e em relação ao ensino superior, aposta no setor privado (principalmente mercantil) as adaptações necessárias para a oferta de cursos, vagas, bem como para a realização de pesquisas.

O papel histórico do Estado brasileiro no que concerne a direção e a expansão do sistema de ensino básico e superior, desde sua constituição até os dias atuais, tem reforçado sua característica dual, elitista e excludente, com ênfase na formação centrada principalmente na preparação para as exigências do mercado. Isso ocorre, em detrimento a oferta de uma educação básica que permita o acesso às múltiplas possibilidades formativas no ensino superior que por sua vez que deve abarcar uma formação humanística que inclua a apropriação de uma consciência crítica, de uma formação científica e tecnológica que supere a hierarquia racial, de gênero e de classe social, tendo como horizonte uma nova sociabilidade.

De acordo com Osorio “*O Estado capitalista não expressa apenas uma correlação de forças na qual predominam os interesses das classes dominantes. É, antes de mais nada, uma relação social que cria força e modifica essas correlações em favor dos que dominam*” (OSORIO, 2019, p. 51). No atual cenário tornam-se mais complexas as correlações de forças que definem as disputas e interesses entre os poderes legislativo, executivo e os representantes da burguesia nacional e internacional, agravadas pela crise sanitária, econômica, social e ética da Covid-19. Em uma manobra espantosa, o governo Bolsonaro emplaca, em fevereiro de 2021 os dois candidatos à presidência do Senado e da Câmara Federal, com a expectativa de garantir que suas “propostas reformistas” sejam aprovadas nos dois últimos anos de seu mandato, amplificando o duro e sanguinário golpe sobre a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. A. D.; PINHEIRO, H. D. **Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional**: um exame do REUNI. Ensaio: avaliação, políticas públicas, Educação, v. 18, n. 69, p. 647–668, 2010.
- BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.**: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014. 270 p.
- BRASIL, D. **Plano Nacional de Educação**. Ministério da Educação e Cultura, 1998.
- CAVALCANTE, J. F. **Educação superior**: conceitos, definições e classificações. INEP, 2000.
- FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- IASI, M. Cinco teses sobre a formação social brasileira: notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 136, p. 417–438, 2019.
- LEHER, R. Reforma do Estado: o Privado contra o Público. **Revista Trabalho, Educação Saúde**, v. 1, n. 2, p. 203–228, 2003.
- LEHER, R. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. 1 a Fundação Rosa Luxemburgo ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- LIMA, M. (2012b). Problemas da educação profissional do governo Dilma: PRONATEC, PNE e Dcnem. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, v.21, n.2, maio-agosto, 73-91.
- MACIEL, F. C. C. **A formação profissional em Serviço Social por meio do Ensino a Distância**: uma análise histórico-crítica a partir da realidade Mineira. Franca/SP: UNESP, 8 maio 2020.
- MARTINELLI, M.L. **Serviço Social**: Identidade e alienação. 14ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.
- MARTINS, André Silva. “A educação básica no século XXI: o projeto do organismo ‘Todos pela Educação’”, **Práxis Educativa**, v.4, n.1, Ponta Grossa, jan-jun. 2009, pp.21-28.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1974.
- MEC. **Censo da Educação Superior** - 2019, 2020.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2a ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital** [tradução: Francisco Raul Cornejo]. 2.ed. ver. ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.
- OSORIO, J. **O estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Tradução: Fernando C. PRADO. 2a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana e SEGUNDO, Maria das Dores Mendes (Orgs). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015
- RAMOS, Marise Nogueira. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil**: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.
- SANTOS, A. V.; GUIMARÃES-IOSIF, R. As redes de governança do fundo de financiamento estudantil (FIES) sob a lente do estado ampliado. In: **Das crises do capital às crises da Educação Superior no Brasil** - novos e renovados desafios em perspectiva. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 121–137.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.
- SHIROMA, E; GARCIA, R. M. C.; CAMPOS, R. F. **Conversão das “almas” pela liturgia da palavra**: uma análise do movimento Todos pela Educação. In: BALL, S. J.;
- MAINARDES, J. **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.
- SILVA, Mônica Ribeiro da. Currículo, ensino médio e BNCC: um cenário de disputas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 367-379, jul./dez. 2015.
- SOUZA FILHO, R., Apontamento sobre o materialismo dialético. In: **Libertas**. Revista do Serviço Social/UFJF, vol.2, nº 2. 2002. Vol.3, nº 1, nº. 2. 2003. Juiz de Fora: Ed. UFJF. 2003.

O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM BATATAIS/SP

Adolfo Domingos da Silva Junior
Analúcia Bueno dos Reis Giometti

INTRODUÇÃO

A preocupação mundial com a crise socioambiental mobiliza governos, ambientalistas e sociedade civil em torno de medidas e estratégias para reduzir esse grave problema que afeta não apenas o meio ambiente, mas principalmente a qualidade de vida humana. A questão dos resíduos sólidos está inserida nesta seara e reclama urgente resolução, pois a quantidade aumenta a cada dia e o descarte incorreto também afeta a saúde pública.

Outrora não havia consciência de que a atividade antrópica estava causando degradação ambiental, o que começou a mudar com o surgimento dos movimentos ecológicos nas décadas de 1970 e 1980, os quais passaram a alertar e conscientizar sobre os perigos da produção desordenada e o uso insustentável dos recursos naturais.

Várias conferências envolvendo representantes de países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) mundo afora trouxeram uma nova visão para a questão ambiental, estipulando princípios voltados a preservação e melhoria do meio ambiente humano, sendo a principal delas, a realizada no ano de 1972 em Estocolmo, que aprovou a Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano – 1972 (ONU, 1972).

À época o Brasil se colocou em sentido contrário aos demais países subscritores do documento, pois vivia num Estado de exceção, com os militares exercendo o poder de forma autoritária, onde “[...] o principal instrumento de legitimação simbólica, além de um patriotismo difuso e do discurso anticomunista, advinha de uma ideologia antipolítica e tecnoburocrática, a partir da qual o regime se definia como um instrumento ‘modernizador’ do país” (Abrucio; Pedroti; Pó, 2010, p. 47).

Mesmo que de forma tímida o Brasil aderiu a causa após pressão internacional em face de os movimentos mundo afora em torno das questões ambientais, criando a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), a quem incumbia “[...] promover, intensamente, através de programas em escala nacional, o esclarecimento e a educação do povo brasileiro

para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente” (Brasil, 1973).

Em 1981 foi editada a Lei Federal nº 6.938, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), introduzindo, entre outros, o princípio da “[...] educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (Brasil, 1981, art. 2º, inciso X).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a questão ambiental ganhou destaque especial, notadamente no artigo 225, que assegurou aos cidadãos o “[...] direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (Brasil, 1988). Ou seja, trata-se de direito fundamental da pessoa humana.

Dentro deste contexto foram surgindo várias políticas públicas, entre elas a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada inicialmente pelo Decreto Federal n. 7.404/2010 e, recentemente pelo Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Está normativa dispôs sobre seus instrumentos, princípios e objetivos, além de trazer diretrizes atinentes à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, atribuindo responsabilidade tanto ao cidadão quanto as pessoas jurídicas.

Também o novo Marco do Saneamento contemplou a questão da limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, com a sua destinação final adequada ambientalmente (Brasil, 2020, art. 3º, inciso I, “c”).

Contudo, mesmo que tenha havido avanços, assinalados prazos para que os rejeitos fossem recepcionados em locais ambientalmente preparados, prazos estes que geralmente são postergados, os governos nas três esferas do Executivo não têm adotado posturas firmes para a efetivação dessa política pública de forma a observar o princípio da prevenção, prescrito na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em seu artigo 6º, inciso I, que significa a adoção de medidas para evitar o dano ambiental com a disposição final inadequada dos resíduos sólidos. Um exemplo é como a educação ambiental é superficialmente tratada e praticamente inexistente, apesar de ela ser um dos instrumentos da PNRS e base para a formação de cidadãos cômicos de suas responsabilidades com o meio ambiente.

A propósito, Silva Junior (2019, p. 128-129) ao analisar como se desenvolvia a Educação Ambiental (EA) em três escolas públicas de ensino fundamental II – uma municipal e duas estaduais, sendo duas delas de um só turno e uma de período integral, no município de Batatais/SP, nos anos de 2017 e 2018, constatou que somente no estabelecimento de período integral é que efetivamente ocorria a transversalidade e interdisciplinaridade da EA. Constatou-se, também, que no município em questão o aterro sanitário se encontrava interditado desde 2017, sem local para a destinação final adequada ambientalmente dos resíduos sólidos urbanos.

Destarte, como parte de uma pesquisa mais ampla ainda em desenvolvimento, este estudo tem como objetivo analisar como ocorre o gerenciamento dos resíduos sólidos domiciliares, o tratamento dado à coleta seletiva de materiais recicláveis e o principal, aos catadores desses materiais no município de Batatais/SP, com recorte no período compreendido entre os anos de 2017 e 2021.

Este estudo tem como prioridade o método qualitativo, a pesquisa bibliográfica que se apoiará em livros e artigos científicos, abordando temáticas que embasarão as análises e documental, com leituras de relatórios, tabelas estatísticas, balanços de comissões, dentre outros

(GIL, 2002), tudo isso visando fundamentações teóricas e dados que indiquem os abusos ambientais que ocorrem nas cidades brasileiras.

O percurso metodológico que norteará o desenvolvimento deste estudo relaciona-se intrinsecamente com o entrosamento sobre como ocorre o gerenciamento de resíduos domiciliares, o tratamento da coleta seletiva de materiais recicláveis e aos catadores desses materiais no município de Batatais/SP, no período entre os anos de 2017 e 2021 e a partir desta análise, procuramos compreender quais são os conflitos socioambientais existentes.

Neste cenário, a partir do método materialista histórico-dialético, buscaremos alçar os elementos que possibilitam analisar as contradições que nos estimulam a averiguar essa realidade, a partir de seus aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais, que formam a extensão da existência cotidiana, pois segundo Francioli e Pereira (2011, p. 95) “[...] o materialismo histórico e dialético é um método de análise do desenvolvimento humano, levando em consideração que o homem se desenvolve à medida que age e transforma a natureza e neste processo também se modifica”.

No mesmo sentido, Tozoni-Reis (2020, p. 74-75), afirma que:

O Método Materialista Histórico Dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento pela materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento apoiado no princípio da contradição) as leis fundamentais que definem a forma organizativa (material) dos homens durante a história da humanidade.

[...]

Então, considerar o Método Materialista Histórico e Dialético como instrumento teórico e metodológico para a interpretação da realidade, significa compreender esse processo de interpretação e análise que vai do empírico (realidade aparente, imediata) ao concreto (realidade pensada, compreendida) pelo movimento do pensamento (contradições) no mundo como ele é.

Quanto à abordagem esta análise está fundamentada no materialismo histórico dialético e norteadas pela metodologia da pesquisa qualitativa objetivando conhecer a realidade vivenciada no que diz respeito ao gerenciamento dos resíduos sólidos, a coleta seletiva e aos catadores de recicláveis, que de acordo com Silveira e Córdova (2009, p. 32) afirmam ser a metodologia qualitativa a que “[...] preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

Com respeito aos objetivos utilizou-se da pesquisa descritiva que visa “[...] descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade” (Triviños, 1987, p. 100).

Quanto aos procedimentos utilizou-se as pesquisas bibliográfica e documental, pois apesar das semelhanças, a primeira “[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de websites.” (Fonseca, 2002, p. 32), enquanto a segunda “[...] vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (Gil, 2002, p. 45).

Para a técnica de análise do material compilado escolheu-se a técnica de análise de conteúdo que, segundo Bardin (2016, p. 125) “[...] organizam-se em três polos cronológicos: 1) pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”.

1. A QUESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

O projeto de lei do Senado - PLS 354/1989, do Senador Francisco Rollemberg, que posteriormente recebeu o número PL 203/1991 na Câmara Federal, dispunha “[...] sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde”, deu origem a PNRS e ficou em discussão no Legislativo Federal por cerca de 21 anos. Passados doze anos de sua vigência, ainda não foi implantada efetivamente na totalidade dos municípios brasileiros.

O gerenciamento de resíduos sólidos, segundo a PNRS compreende desde a

[...] coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei (Brasil, 2010).

Entre os seus objetivos pode-se destacar a “[...] integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos [...]” (Brasil, 2010, art. 7º, XII) e dentre os instrumentos está “[...] o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (Brasil, 2010, art. 8, inc. IV).

Uma importante mudança diz respeito a responsabilização dos municípios, notadamente no que se refere ao ciclo de vida dos produtos, incumbindo-os da elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, da implantação da coleta seletiva com adoção de mecanismos visando o reaproveitamento daqueles reutilizáveis e recicláveis provenientes dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com implantação de sistema de compostagem, além da obrigatoriedade de encaminhar os resíduos sólidos a disposição final ambientalmente adequada (BRASIL, 2010, art. 36).

Nesse sentido a PNRS prescreveu ainda que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos deverá estabelecer “[...] metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (Brasil, 2010, art. 15, inciso V).

Este plano, que veio a regulamentar citado artigo, foi aprovado pelo Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022, portanto, quase dez anos depois, mas apesar de destacar a importância do trabalho dos catadores de resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis, e de sua posição estratégica na cadeia econômica da reciclagem, inclusive como atores ativos na realização dos objetivos da PNRS, reconhece que:

[...] o dimensionamento do universo de catadores no Brasil e a definição de seu perfil socioeconômico enfrentam uma série de dificuldades e limitações, face ao alto grau de informalidade do trabalho, sendo que a maior parte desse contingente de pessoas atua de maneira autônoma e não organizada, dificultando a abordagem e a contagem. Outro fator imprescindível para compreender a realidade desta categoria de trabalhadores refere-se à situação de vulnerabilidade social, estando parte desta população em situação de rua, sem local fixo de moradia ou residência, em situação de pobreza e de extrema pobreza (Brasil, 2022).

Ora, existem políticas públicas para enfrentar a demanda, portanto de suma importância a articulação com outras políticas sociais a fim de possibilitar a emancipação econômica e a inclusão social dos catadores de recicláveis. Mas, para concretizar este cenário, elementar a vontade política; do Administrador efetivar as políticas que estruturam, organizem e integrem, formalmente essa categoria de trabalhadores no sistema de gestão integrada de resíduos sólidos.

Ressaltando a relevância do papel e do trabalho dos catadores de resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis, destaca-se o estudo acerca da coleta seletiva realizado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), que informa que no ano de 2020, 4.145 municípios a praticaram de alguma forma, o que redundou em 74,4% do total existente no país. O estudo frisou “[...] que em muitos municípios as atividades de coleta seletiva ainda não abrangem a totalidade da população, podendo ser iniciativas pontuais” (ABRELPE, 2021, p. 20).

No que diz respeito à disposição final dos 46 milhões de toneladas de resíduos coletados, 60% tiveram destinação ambientalmente adequada prescrita na PNRS, enviadas a aterros sanitários, enquanto o restante o foi com disposição inadequada.

Já o estudo realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) aponta que nos municípios paulistas, exceto a Capital, “[...] o território ainda está longe de alcançar as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das metas estipuladas pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico”, uma vez que “[...] ainda existem cidades que lançam os resíduos a céu aberto – em lugares conhecidos como lixões –, e esse número vem crescendo nos últimos anos, tendo saltado de 21 em 2018 para 24 no ano de 2019” (TCESP, 2021, p. 4). Aponta ainda que

A implantação da coleta seletiva continua sendo um desafio. Apesar de a maioria das Prefeituras realizar ações ou campanhas de incentivo à população, 196 municípios (30% do Estado) ainda não iniciaram esta prestação de serviço. Os Pontos de Entrega Voluntária (PEV) são incipientes na maior parte do Estado e a coleta porta a porta está distante de ser universalizada, mais da metade dos municípios não atende todas as residências e comércios de seus bairros. A coleta programada em dias distintos dos demais resíduos não é respeitada em 125 cidades. As associações e cooperativas de catadores dificilmente recebem capacitação e treinamento, apoio financeiro e apoio técnico para captação de recursos financeiros para o desenvolvimento de seus projetos [...] (TCESP, 2021, p. 38).

Essas constatações confirmam o quão complexo e abrangente é a gestão dos resíduos sólidos e bem assim das atividades que se iniciam com a coleta até a disposição final em local ambientalmente adequado. Frise-se o apontamento no tocante à falta de investimentos, capacitação e apoio aos catadores e respectivas entidades.

Por sua vez, o Anuário da Reciclagem 2021, da Associação Nacional dos Catadores (AN-CAT) aponta que no ano de 2020, dentre 651 associações ou cooperativas pesquisadas foram coletadas 326,7 mil toneladas de materiais recicláveis comercializados, com média de 895 toneladas por dia. Destaca ainda que:

[...] os números da Região Centro-Oeste são afetados diretamente pelos resultados do Distrito Federal, haja vista a estrutura disponibilizada pelo governo local às organizações de catadores e a contratação destas para prestação de serviços de coleta e triagem de resíduos. Isso, mais uma vez, prova que a existência de políticas públicas voltadas à viabilização da participação das catadoras e catadores na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), conforme prevê a Lei 12.305/2010, é determinante para uma coleta seletiva mais eficiente e para destinação adequada dos resíduos, o que gera benefícios para toda a sociedade e para o planeta (AN-CAT, 2021, p. 12-13).

Dessume-se desse estudo que a efetividade de políticas públicas propicia benefícios para toda a sociedade. Acrescentando ainda a pesquisa realizada junto ao site do governo do Distrito Federal que permitiu verificar que o Executivo mantém contratos¹ com 19 organizações para o serviço de triagem dos resíduos sólidos e com 22 para a coleta seletiva.

A relevância da mão de obra ofertada pelos catadores no reaproveitamento dos resíduos e na cadeia produtiva da reciclagem é enorme, posto que tal atividade contribui, também, para uma maior vida útil dos aterros sanitários.

2. A SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BATATAIS

O município de Batatais possui uma população estimada em 2021 de 63.438 habitantes² e está com o aterro sanitário interdito pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) e a Companhia Ambiental do Estado (CETESB) desde 16 de março de 2017, tendo em vista que funcionava sem as necessárias licenças ambientais. Informação obtida junto a Secretaria Municipal de Obras apurou-se que poucas intervenções foram realizadas no local objetivando diminuir o impacto ambiental, obtendo como resposta “[...] que será contratada empresa especializada de investigação preliminar e confirmatória sobre possíveis contaminações subterrâneas na área” (sic), ou seja, passados cinco anos ainda serão avaliados possíveis danos ao meio ambiente.

¹ SLU Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, 2022.

² IBGE, 2022.

A interdição dos resíduos sólidos domiciliares (RSD) são encaminhados para o aterro da empresa “Seleta” em Sales Oliveira/SP, cerca de 32 km distante, gerando elevado ônus ao erário e ao cidadão, conforme se observa na tabela 1, abaixo.

Tabela 1. Volume de RSD encaminhados ao aterro Seleta, por ano e valor

PERÍODO	VOLUME (toneladas)	VALOR (R\$)
1/04 a 31/12/2017	10.209,72	Não se informou o valor dispensado
17/07/2018 a 06/07/2019	15.600,00	1.482.000,00
17/07/2019 a 16/07/2020	15.600,00	1.482.000,00
17/07/2020 a 16/07/2021	15.600,00	1.547.052,00
17/07/2021 a 16/07/2022	10.400,00	1.418.131,00

Fonte: Elaborado por Silva Junior com dados da Secretaria Municipal de Obras (2022).

Outra circunstância importante apurada é a de que referidos resíduos domiciliares não passam por qualquer triagem ou separação para fins de reciclagem ou reutilização antes da disposição final no aterro. Verifica-se aqui a perda de grande oportunidade de geração de renda e trabalho aos catadores ou associações, com a consequente inclusão e emancipação socioeconômica, se tal procedimento existisse.

No que se refere a coleta seletiva, foi introduzida no município de Batatais no ano de 2001, pela Cooperativa de Trabalho dos Recicladores e Coletores Autônomos de Batatais (COOPERCOL), que permaneceu até 2005, quando surgiu a Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis de Batatais (ACOMAR), associação que teve convênio com a Prefeitura até o ano de 2018, após vencer Chamamento Público.

A partir de 2019 a parceria foi descontinuada, sendo a coleta seletiva realizada por duas associações de catadores formalmente ativas, as quais trabalham sem qualquer planejamento, assim como por recicladores independentes, apesar de a legislação municipal prescrever o incentivo à coleta seletiva dos resíduos recicláveis e à reciclagem como objetivos e diretrizes da Política Municipal de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos. (Batatais, 2019). Não bastasse, a mesma norma ainda prescreve:

Art. 27 - A implantação do Programa de Coleta Seletiva se dará de forma progressiva, devendo ser precedida de ampla divulgação e articulação com a comunidade da região em que será realizada.

Art. 28 - No âmbito do Programa da Coleta Seletiva, o Poder Executivo:

I - implantará a coleta seletiva em todos os órgãos públicos municipais;

II - dará assistência às iniciativas espontâneas de coleta seletiva realizadas em condomínios, clubes, empresas comerciais e industriais, associações, igrejas e entidades sindicais, com orientação sobre acondicionamento, coleta e destinação dos materiais;

III - poderá firmar convênios com instituições públicas ou privadas, em especial cooperativas e associações de catadores;

IV - promoverá projetos de educação ambiental nas escolas, com o intuito de capacitar professores e alunos, tratando a questão da problemática do lixo em todos os seus aspectos;

V - deverá estabelecer um programa específico para coleta seletiva de resíduos sólidos em todas as unidades escolares do Município, públicas ou privadas (Batatais, 2019).

Ao contrário do prescrito, o município desfez a única parceria com a associação de catadores no mesmo ano em que foi editada a lei em comento.

A propósito, a importância da mão de obra e do valor social da atividade profissional dos trabalhadores na coleta seletiva pode ser aferida pela quantidade de materiais recicláveis coletados e devidamente separados por eles em Batatais nos anos de 2017 a 2021, segundo os assentamentos existentes na ACOMAR e verificados pessoalmente pelo autor, conforme se vê da tabela 2 abaixo.

Tabela 2. Quantidade de materiais recicláveis coletados pela ACOMAR/ano

ANO	QUANTIDADE (kilos)
2017	113.640
2018	204.919
2019	245.190
2020	133.570
2021	144.796

Fonte: Elaborado por Silva Júnior com dados da ACOMAR (2022).

Verifica-se dos dados amealhados que se trata de quantidade razoável coletada por doze associados nos dois últimos anos, a qual poderia ser aumentada se houvesse investimento, apoio e efetivação de políticas públicas, propiciando uma melhoria na renda dos associados e diminuição da disposição final no aterro, com a conseqüente diminuição dos valores dispendidos pela municipalidade. A outra associação de catadores existente no município não forneceu dados.

No que diz respeito aos catadores independentes do município, oportuno frisar que foram contemplados em estudo de Martins (2019), iniciado em 2017 com alunos da 3ª série do ensino médio de uma escola pública estadual, visando sensibilizar a população sobre a separação do material reciclável e melhoria das condições de trabalho daqueles, projeto este formatado e apresentado a municipalidade, que instituiu o Núcleo de Assistência aos Catadores de Reciclagem (NACR):

[...] com o objetivo de identificar as necessidades básicas dos catadores de material reciclável no Município de Batatais, sugerir políticas públicas para melhorias de suas condições de trabalho e de vida, e garantir o acesso às políticas públicas já existentes em âmbito municipal, estadual e federal (Batatais, 2022).

O núcleo em questão, segundo o decreto que o criou, congrega várias secretarias municipais e tem, segundo apurado junto a Secretaria de Assistência Social, 40 pessoas cadastradas, as quais receberam kits com equipamentos de proteção individual, e também acompanhamento dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, aos quais não tivemos acesso. Trata-se de ação ainda incipiente, posto que iniciada a poucos meses (Batatais, 2022).

Ainda acerca do cenário da reciclagem e dos catadores, Bastos (2021) faz a seguinte observação:

Embora a atual realidade do mercado de recicláveis permita cogitar um horizonte sustentável e economicamente atraente para o empresário da área de reciclagem, contraditoriamente, nega àquele que dá início à cadeia produtiva, o catador de material reciclável, o acesso a bens e serviços. Trata-se de uma atividade sem reconhecimento profissional no mercado de trabalho formal, desvalorizada, insalubre, perigosa, penosa e sem respaldo de direitos do trabalho, pois apesar de ser classificado como ocupação brasileira - COB 5192-5, a profissão não foi reconhecida oficialmente.

É enorme a importância ambiental e social da atividade profissional dos catadores de recicláveis, entretanto não têm condições dignas e nem valorização do seu trabalho.

Dessa forma, interessante salientar que antes de tudo o cidadão faça a sua parte, separando os materiais recicláveis daqueles orgânicos, e para tanto precisa ser esclarecido e educado de forma a mudar hábitos e comportamentos no que se refere a não geração, redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos, o que passa pela educação ambiental.

Nesse sentido, ou seja, no tocante à educação ambiental, não foram observadas ações efetivas por parte do município voltadas tanto ao ensino formal quanto ao não formal e nem a população visando alertar para o seu papel emancipatório e transformador e a contribuição dela “[...] para a construção de uma cidadania responsável, crítica, participativa, que incorpore o conhecimento do quanto a ação humana tem contribuído para a crise ambiental vivenciada e promova a defesa da sustentabilidade do meio ambiente [...]” (Silva Junior, 2019, p. 22).

A única iniciativa constatada trata-se de termo de colaboração, firmado este ano, entre a Secretaria Municipal de Educação e a Organização da Sociedade Civil (OSC) Fundação José Lazzarini, para realização de atividades Educação Ambiental e formação de professores da

rede municipal de ensino, consistentes em oficinas aos alunos do pré- II e do 2º ano, atividades de alimentação saudável e compostagem aos alunos de 4º e 5º anos de outras duas escolas, e formação de professores, gestores e comunidade escolar através de palestras, oficinas, bate-papo etc (*sic*), num total de 12 horas.

Dessume-se desse instrumento que não há preocupação como uma EA crítica, emancipadora, capaz de inculcar tanto nos cidadãos em formação quanto nos formadores o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a gravidade da questão socioambiental e a de que a defesa na preservação do meio ambiente, trata-se de “[...] um valor inseparável do exercício da cidadania” (Brasil, 1999, art. 5º, inciso IV).

A Educação Ambiental crítica a qual nos referimos é definida por Giometti (2017):

Quando se pensa em uma Educação Ambiental do ponto de vista crítico, é indispensável vislumbrar uma educação que extrapole os muros da escola, mesmo porque ela não é a única encarregada da Educação Ambiental. Uma proposta de trabalho baseada na Educação Ambiental crítica deve ponderar questões que se encontram em outros setores, como o social, econômico, histórico, político, cultural e biológico, realizado nos espaços formais e também informais (Giometti, 2017, p. 119).

E não é isso que se verificou até o momento, como confirma a informação prestada Secretaria do Meio Ambiente ao esclarecer que nos anos de 2020 e 2021, realizou ações na forma virtual através de palestras, sob a justificativa da pandemia do CORONAVIRUS, sendo poucos os projetos custeados pelo Fundo Ambiental de Batatais, os quais apontou como sendo: em 2019 aquisição de livros técnicos para a secretaria; aquisição de equipamentos para remoção de abelhas para os bombeiros civis; em 2020 projeto de castração de animais e em 2021 não teve nenhum. Muito pouco para uma Estância Turística e cidade denominada de “A cidade dos belos jardins”.

O município de Batatais não faz parte de qualquer consórcio intermunicipal para a gestão e gerenciamento integrado de resíduos sólidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o meio ambiente ter sido elevado a direito fundamental do cidadão pela Constituição Federal de 1988, as ações governamentais através das políticas públicas visando mantê-lo equilibrado não são efetivamente implantadas.

O governo central vem, aos poucos, desmantelando a legislação que protege o meio ambiente e excluindo a participação popular na tomada de decisões, participação essa consagrada na Constituição Federal de 1988. Tais atitudes têm gerado a suspensão de acordos econômicos internacionais e impeditivos para que outros sejam firmados, em face a inação com a questão socioambiental.

Os governos municipais por sua vez, seja por falta de orçamento, criatividade ou de profissionais qualificados ou ainda de vontade política, pouco ou nada realizam em termos de preservação do meio ambiente, que perpassa pela educação ambiental tanto no ensino

formal quanto no não formal. Ademais, a participação da sociedade é de suma importância e elementar nesse contexto, pois a mudança de hábitos de consumo, comportamentos e ações em muito contribuem para um meio ambiente mais equilibrado e saudável, propiciando melhor qualidade de vida a todos.

Iniciativas individuais como a reportada aqui denota que ainda temos tempo de reverter a situação hoje observada. O aprofundamento no tocante aos atendimentos das políticas assistenciais será possível ao término da pesquisa.

A gestão compartilhada e consorciada dos resíduos sólidos é uma necessidade e sinônimo de economia aos cofres públicos, ao cidadão e de geração de emprego e renda, e uma vez implementadas com outras políticas sociais que visem a inclusão e a emancipação socioeconômica do ser humano, o catador de recicláveis, que realiza um trabalho de capital relevância para o meio ambiente e a saúde pública.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos preconiza que os municípios que implantarem o sistema de coleta seletiva em parceria com associações e ou cooperativas de catadores terão prioridade no recebimento de recursos da União.

As políticas públicas necessitam ser efetivamente implantadas visando ofertar condições dignas de trabalho e de vida ao catador de recicláveis de forma a torná-los visíveis e sujeitos de direitos, notadamente a dignidade da pessoa humana, sua inclusão social e emancipação socioeconômica.

Constatou-se que no município de Batatais o apoio, o incentivo e efetivação de políticas públicas relacionadas as questões socioambientais são inexistentes. Quanto a coleta seletiva, que poderia ser implementada na área urbana de forma contínua através de parceria firmada com as associações de catadores de recicláveis, em muito contribuiria para a diminuição dos rejeitos encaminhados a empresa terceirizada contratada, e bem como com os custos, além de promover a geração de renda, inclusão e emancipação econômica àqueles que tão relevante papel exercem na coletividade.

O gerenciamento de resíduos sólidos prescrito na Política Nacional dos Resíduos Sólidos não ocorre em Batatais, mesmo com sua previsão legal a nível local, podendo-se citar a não implantação do Programa de Coleta Seletiva, a falta de convênio ou parceria com as associações de catadores e a ausência de projetos de educação ambiental crítica nas escolas.

O exemplo do Governo de Distrito Federal trazido pela Associação Nacional dos Catadores (ANCAT), demonstra que as políticas públicas uma vez colocadas em prática, com seriedade, comprometimento dos atores envolvidos, o devido acompanhamento e ajustes, propicia o bem estar coletivo.

REFERÊNCIAS

ANCAT. Associação Nacional dos Catadores. **Anuário da Reciclagem 2021**. Disponível em: <<https://ancat.org.br/anuario-da-reciclagem-2021-retrata-a-realidade-dos-catadores-de-materiais-reciclaveis-e-de-suas-organizacoes-no-brasil/>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

ABRUCIO, F. I.; PEDROTI, P.; PÓ, M. V. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. In: LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO,

R. S. (Orgs.). **Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2021**. Disponível em: <<http://abrelpe.org.br/download-panorama-2021/>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições Paulino, 2016.

BASTOS, V. P. **Catadores de materiais recicláveis e a Covid 19: impactos no trabalho diante da pandemia**. Disponível em: <<file:///C:/Users/Policia%20Civil/Downloads/13009-Texto%20do%20artigo-41971-2-10-20210614.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BATATAIS (SÃO PAULO). Lei nº 3.604, de 24 de julho de 2019. Dispõe sobre a Política Municipal de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a2/sp/b/batatais/lei-ordinaria/2019/361/3604/lei-ordinaria-n-3604-2019-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-limpeza-urbana-e-manejo-de-residuos-solidos-e-da-outras-providencias?q=res%EDduos%20s%F3lido>>. Acesso em: 15 out. 2022.

BATATAIS (SÃO PAULO). Decreto nº 4.142, de 7 de abril de 2022. Dispõe sobre a criação e constituição do NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA AOS CATADORES DE RECICLAGEM – NACR. Disponível em: <<https://www.batatais.sp.gov.br/portaria/listagem/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Decreto n. 73.030, de 30 de outubro de 1973, que cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 out. 1973. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm> Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D74044impresao.htm>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10936.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.936%2C%20DE%2012,Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Res%C3%ADduos%20S%C3%B3lido>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022. Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11043.htm>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CETESB. **SMA e Cetesb fecham aterro irregular no Estado**. São Paulo, 16 mar. 2017. Disponível em: <<http://cetesb.sp.gov.br/blog/2017/03/16/sma-e-cetesb-fecham-13o-aterro-irregular-no-estado/>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

FONSECA, J. J. S. da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. (apostila).

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIOMETTI, A. B. dos R. Reflexões em educação ambiental: caminhos para a construção de um cidadão crítico. 2017. 263f. (Tese de Livre Docência em Educação Ambiental). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: batatais. 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/batatais/panorama>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MARTINS, N. V. de C. **Conexões entre a educação ambiental e a política nacional de resíduos sólidos**. 2019. 102f. Dissertação ((Mestrado em Planejamento e Análise em Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano - 1972**. Estocolmo, jun. 1972. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PEREIRA, J. J. B. J.; FRANCIOLI, F. A. de S. Materialismo histórico-dialético: contribuições para a teoria histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 93-101, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9456/6888>. Acesso em: 22 ago.2022.

SLU. Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. **Cooperativas de catadores**. Disponível em: <<https://www.slu.df.gov.br/cooperativas-de-catadores/>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SILVA JUNIOR, A. D. da. **A educação Ambiental no Ensino Fundamental II**: análise em três públicas do município de Batatais/SP. 2019. 204f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise em Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2019.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

TCESP. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. **Estamos avançando na gestão do lixo?** Um panorama dos municípios do estado de São Paulo frente ao Novo Marco Legal do Saneamento Básico. São Paulo: TCESP, 2021. Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/manual-estamos-avancando-gestao-lixo>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

TOZONI-REIS, M. F. de C. O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em educação. In: Rev. Simbio-Logias, v. 12, n. 17, p. 67-84, 2020. Disponível em: <https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/o_metodo_materialista_historico_e_dialectico.pdf>. Acesso em: 22.ago.2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

AUTORAS E AUTORES

Adolfo Domingos da Silva Junior

Doutorando em Serviço Social na Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”. Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas na Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” - UNESP Franca/SP. Pós-Graduado em nível de Especialização na subárea de Polícia Comunitária pela UNISUL-Universidade do Sul de Santa Catarina (convênio União/Ministério da Justiça) e na subárea de Polícia Judiciária e Sistema de Justiça Criminal pela Academia de Polícia Dr. Coriolano Nogueira Cobra - Centro de Estudos Superiores da Polícia Civil de São Paulo e Pós-Graduado em nível de Especialização na subárea de Administração Pública Municipal pela Universidade Federal de São João Del Rei/MG. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito pela Universidade de Ribeirão Preto; Bacharel em Administração Pública na Universidade Federal de São João Del Rei/MG. Delegado de Polícia e Professor de Gerenciamento de Crises da Academia de Polícia Civil “Dr. Coriolano Nogueira Cobra”. Exerce o cargo de Dirigente da Unidade de Ensino e Pesquisa - UEP 3 Academia de Polícia Civil no Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior - DEINTER 3 Ribeirão Preto da Polícia Civil do Estado de São Paulo. E-mail: adolfodsj@yahoo.com.br

Agnaldo de Sousa Barbosa

Livre-Docente em Sociologia pela UNESP. Atualmente é Professor Associado III (MS5-3) do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas da Universidade Estadual Paulista - UNESP/Câmpus de Franca. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, do qual foi coordenador de out/2013 a jul/2021, e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Foi pesquisador visitante do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra em 2018/2019, com bolsa BEP/FAPESP. Desde junho de 2014 coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito e Mudança Social (DeMus). Em pesquisa possui atuação multidisciplinar, orientando trabalhos de diversas áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, da iniciação científica ao pós-doutorado. Em suas publicações destacam-se temas pertinentes à Sociologia do Direito, Sociologia do Desenvolvimento, Sociologia Política e Políticas Públicas. Entre 2005 e 2007 foi bolsista do Programa Jovem Pesquisador da FAPESP, agência de fomento da qual também é assessor *ad-hoc*. ORCID: 0000-0003-0029-1277. E-mail: agnaldo.barbosa@unesp.br

Analúcia Bueno dos Reis Giometti

Possui Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro (1983), Mestrado em Geografia (1993) e Doutorado em Geografia (1998) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Em 2017, passa a exercer a função de Professor Adjunto e portadora do título Acadêmico de Livre Docente em Educação Ambiental. Atualmente é professor em regime de dedicação exclusiva, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do câmpus de Franca/SP-Brasil, no curso de “História”. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Análise e Gestão socioambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Ambiental e Gestão Ambiental. Líder dos Grupos de Pesquisas Certificados pelo CNPq: Educação Ambiental e GESTA - Gestão socioambiental e sua interface com a questão social. ORCID: 0000-0001-9758-6236 E-mail: analuciagiometti@yahoo.com.br

Bianca Barbosa do Vale

Assistente Social na Prefeitura Municipal de Araras-SP, atua no Núcleo de Apoio Técnico Educacional (NATE) do referido município e é colaboradora no Instituto de prevenção e pos-venção ao suicídio Vita Alegre. Possui formação em Serviço Social pela UNESP - Franca/SP e Mestrado em Serviço Social em andamento pela mesma instituição. Já teve atuação profissional na função de Coordenadora do Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes (SAICA) em Brodowski/SP, como técnica de referência do órgão gestor e Secretária da Política de Assistência do mesmo município. Atuou como técnica de referência na proteção básica, no Centro de referência de Assistência Social (CRAS) em Araraquara/SP. Atualmente participa do Conselho de direitos da criança e do adolescente de Araras/SP, e integra a equipe da educação especial multiprofissional do CAEE Ettore Zuntini. ORCID: 0000-0001-7186-7080 E-mail: biabarbosadovale94@hotmail.com

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Assistente Social. Pós-doutora em Serviço Social pela UERJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da FCHS, UNESP Campus de Franca/SP e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Formação Profissional em Serviço Social – GEFORMSS. ORCID: 0000-0003-0045-5956. E-mail: cirlene.oliveira@unesp.br

Dagoberto José Fonseca

Possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pós-doutorado em Educação pela Universidade de Campinas e Livre Docente em Antropologia Brasileira pela Faculdade de Ciências e Letras-UNESP-Campus de Araraquara. Atualmente é docente da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Campus de Araraquara; membro do Programa de Pós-Graduação Dottorato in Scienze Umane da Università degli Studi di Perugia (Italia) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (Campus Franca-UNESP). Coordenador do Projeto Interdisciplinar do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica à Docência (PIBID) no projeto “Educação de Jovens e Adultos: o letramento crítico como base para uma abordagem interdisciplinar” vinculado à CAPES/MEC; assessor da Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. ORCID: 0000-0002-6279-6687 E-mail: dagobertojose@gmail.com.

Eliana Bolorino Canteiro Martins

Livre docente, Assistente social. Bolsista produtividade CNPq- Nível 2 “Pesquisa: O trabalho do Assistente Social na educação básica no Estado de São Paulo (2018-2021) e Pesquisa: O trabalho do Assistente Social nas escolas confessionais do Estado de São Paulo” (2022-2025); Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2007- bolsista CNPq); mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- (UNESP-Franca-SP (2001 - bolsista CAPES) e graduação em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social - Instituição Toledo de Ensino de Bauru. Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, é docente do curso graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP-Franca-SP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais; é membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço social da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE), implantado em 2010; integrante do Grupo de Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS); Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas da Infância e Adolescência (GEP-PIA) e participante da base do Conselho Regional de Serviço social de São Paulo (CRESS-SP), além de integrar o Núcleo de Sistematização da Experiência em Política Públicas (NSEPP) - UERJ. ORCID: 0000-0002-7796-8437 E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

Fernanda Andrade Garcia

Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Mestre e Bacharel em Serviço Social pela mesma instituição. Membro e Pesquisadora do Grupo FIAPO Filosofia, Arte e Política. ORCID: 0000-0003-2023-1167 E-mail: fernanda.garcia@unesp.br

Geis de Oliveira Benevides

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista - UNESP. Membro e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa GESTA - Gestão Sócio-ambiental e a Interface com a Questão Social - UNESP/Franca. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista UNESP/Francas. Especialista em Gestão Social Sustentável pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos. Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos. Assistente Social da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto- SP e Professora do Curso de Serviço Social da União das Faculdades dos Grandes Lagos - UNILAGO/ São José do Rio Preto/SP. ORCID: 0000-0001-6521-7321. E-mail: geisb.oliveira@gmail.com

Gustavo José de Toledo Pedroso

Possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor Doutor na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Franca. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: Ideologia, T. W. Adorno, Totalitarismo, Indústria Cultural e Teoria Crítica. ORCID: 0000-0001-6555-0175 E-mail: gustavo.pedroso@unesp.br.

Juliana Viana Ford

Doutora pelo Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014), Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (2011). ORCID: 0000-0001-9169-0569. E-mail: ju_ford@hotmail.com

Letícia Terra Pereira

Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Franca/SP. Tem experiência profissional como docente no curso de Serviço Social das seguintes instituições: UFTM, Unesp, UNIFEB, IMESB e FAF. E como assistente social nas Políticas de Saúde e de Assistência Social. ORCID: 0000-0002-5206-1767. E-mail: leticia_terra_pereira@yahoo.com.br

Maria José de Oliveira Lima

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, mestrado em Serviço Social e doutorado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP/Franca. Professora assistente doutor titular do Departamento de Serviço Social da FCHS - UNESP/Franca. Tem experiência de pesquisas na área de Serviço Social, com ênfase em Gestão, Gestão do Trabalho Coletivo, Gestão de Políticas Públicas, Gestão de Políticas de Educação, Gestão de Organizações Públicas e Privadas, Formação e Trabalho profissional. Atualmente ocupa a função de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca. Líder do Grupo de Pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social - GESTA. Coordenação de Projeto de Extensão Universitária GEUNIC - Universidade na Comunidade, com atuação em escolas públicas de ensino básico. ORCID: 0000-0002-2561-8929. E-mail: maria.jose-oliveira-lima@unesp.br

Maria Rachel Tolosa Jorge

Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente Professor Assistente Doutor da Universidade São Francisco. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social Aplicado.

Matheus Hakime Dutra

Mestrando e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - UNESP - campus Franca/SP. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - UNESP - campus de Franca/SP. Atuou como Assistente Social do Serviço Especializada em Abordagem Social. ORCID: 0000-0003-1582-0952. E-mail: matheus.hakime@unesp.br

Nanci Soares

Assistente Social. Bolsista produtividade CNPq Nível 2. Mestrado em Serviço Social e doutorado em Serviço Social, ambos na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista-UNESP. Pós-Doutorado no Departamento de Ciências da Saúde, na seção autônoma de Ciências da Saúde. Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. É docente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, Departamento de Serviço Social, ministrando as disciplinas na graduação e pós-graduação. É responsável pelo Projeto de Extensão Universitária Universidade Aberta a Terceira Idade - UNATI. É líder do diretório/Grupo de Estudo e Pesquisa: Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade (GEPEPPS) do CNPq, e participa como membro dos Grupos de Estudo e Pesquisa: Grupo de Estudo e Pesquisa Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS), Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Serviço Social na Área da Educação (GEPESSE). Constitui parte da rede de pesquisas sobre envelhecimento na perspectiva da totalidade social composta pela UNESP, UPE e UFPI. É coordenadora do GTP/ABEPSS Serviço Social, Classe e Geração (no tema do envelhecimento). ORCID: 0000-0002-9528-4231. E-mail: nanci.soares@unesp.br

Rafael Matheus de Jesus da Silva

Graduado em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Passos/MG. Mestrando em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Franca/SP. É integrante do grupo de estudo e pesquisa NUPE - Núcleo Negro da UNESP Campus Franca. Desenvolve pesquisa voltada para as temáticas pertinentes às relações étnico-raciais. Seus estudos versam sobre: Racismo Científico; Violência Racial; Pós-abolição, com enfoque na Justiça Criminal. É membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Promoção da Igualdade Racial (COMDEPIR) na cidade de Ribeirão Preto. ORCID: 0000-0001-9458-9378. E-mail: rafael.j.silva@unesp.br

Rosalinda Chedian Pimentel

Possui graduação em Ciências Administrativas pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Junior, atualmente Mackensie, graduação em Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestrado e doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora na Pós-graduação de Serviço Social na UNESP em Franca, na USP na FEA e na Enfermagem em Ribeirão Preto. É integrante do Conselho Consultivo da Faculdade de Educação Física da USP de Ribeirão Preto. ORCID: 0000-0002-9183-0354 E-mail: rchedian@gmail.com

Thaís Mara Teixeira Brito

Bacharela em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP-Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca/SP. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da FCHS - UNESP/Franca. E-mail: thaisteixeirabrito@gmail.com

Thomás André Vendrame Rodrigues

Mestrando em Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS, Bolsista do Programa de Demanda Social (CAPES/DS) Graduado em Serviço Social em Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP (Franca) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS). Formado em Psicologia pela Universidade Paulista (2017). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa: Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade (GEPEPPS). ORCID: 0000-0003-3941-7906.E-mail: thomas.vendrame@unesp.br

Yukari Yamauchi Moraes

Assistente Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Campus de Franca/SP, Mestranda e Bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Campus de Franca/SP; Secretária e membro efetivo do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação – GEPESSE. ORCID: 0000-0001-8730-7053. E-mail: yukari.yamauchi@unesp.br

